



*Pela Salvaguarda e Protecção
dos Patrimónios!*



www.cta.ipt.pt

N. 10 // julho 2019 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

DIRECTORES-ADJUNTOS

Helena Moura, Rodrigo Banha da Silva

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

CONSELHO CIENTÍFICO

Professora Catedrática Doutora Primitiva Bueno Ramírez, Universidad de Alcalá de Henares

Professor Catedrático Doutor Rodrigo Balbín Behrmann, Universidad de Alcalá de Henares

Doutor Rossano Lopes Bastos, Arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional/Superintendência Estadual em Santa Catarina/Brasil (IPHAN/SC)

Doutor e Livre Docente pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade De São Paulo.
(MAE/USP)

Doutor Thomas W. Wyrwoll, Forschungsstelle für Archäoikonologische Theriologie und Allgemeine
Felsbildkunde (FATAF) / Institut für Theriologie und Anthropologie

ISSN

2183- 1386

Latindex folio nº 23611

**ANOTADA DA ERC
REGISTADA NA INPI**

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

Índice

EDITORIAL	06
OS PERSONAGENS HOMÉRICOS NO QUOTIDIANO LUSITANO	
José d'Encarnação	08
O MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NO LICENCIAMENTO DE PROJETOS DE GRANDE EXTENSÃO	
Luciana Bozzo Alves, Luiz Antonio Pacheco de Queiroz e Catarina Menezes Ferreira	21
OS DOCUMENTOS ARQUEOLÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DE JOGOS	
Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior	45
FORTES E FORTALEZAS COMO “LUGARES DE MEMÓRIA”: O CASO BRASILEIRO	
Edgley Pereira de Paula	66
ANÁLISE ESTÁVEL DE ISÓTOPOS APLICADA À ZOOARQUEOLOGIA - CONCEITOS, EXEMPLOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO PASSADO -	
Cátia Sofia Machado Teixeira	71
ARQUIVO E FUNDO ARQUIVÍSTICO – CONCEITOS, LEGISLAÇÃO, NORMALIZAÇÃO	
Joaquim Pombo Gonçalves	90
O ENTALHADOR JOSÉ MANUEL MACHADO: BREVES NOTAS DE INVESTIGAÇÃO	
Miguel Portela	105
L'ARCHÉOTOURISME DANS LE SUD MAROCAIN, VERS UNE DURABILITÉ DES SITES RUPESTRES	
Naima Oulmakki, Faysal Lemjidi e Mustapha El Hamri	132
LE SYSTÈME OASIEN DE LA PALMERAIE DE MARRAKECH: RICHESSES ET VALORISATION D'UN PATRIMOINE CULTUREL	
Hicham Saddou.....	151
AS CASAS VERDES: A BUSCA POR UMA MORADIA DE OPERÁRIOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX EM RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL	
Paulo Eduardo de Oliveira Enéas.....	171

EDITORIAL

Editorial

Este número 10 da “Antrope” conta com a colaboração de colegas de Portugal, de África e da América do Sul demonstrando que, com o passar do tempo, esta publicação ainda muito nova, vai criando raízes no meio arqueológico internacional.

De Portugal recebemos contributos actuais com a finalidade de recuperar o Passado, proporcionando às novas gerações um acesso fácil e agradável. Do ilustre Professor Doutor, em plena actividade como investigador, José d’Encarnação recebemos: *OS PERSONAGENS HOMÉRICOS NO QUOTIDIANO LUSITANO*; da Investigadora Cátia Teixeira: *ANÁLISE ESTÁVEL DE ISÓTOPOS APLICADA À ZOOARQUEOLOGIA - CONCEITOS, EXEMPLOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO PASSADO*; do Investigador Joaquim Pombo Gonçalves: *ARQUIVO E FUNDO ARQUIVÍSTICO – CONCEITOS, LEGISLAÇÃO, NORMALIZAÇÃO* e do Investigador independente: *O ENTALHADOR JOSÉ MANUEL MACHADO: BREVES NOTAS DE INVESTIGAÇÃO*.

Quanto ao Brasil, Luciana Bozzo Alves, Luiz Antonio Pacheco de Queiroz e Catarina Menezes Ferreira alertam-nos para: *O MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NO LICENCIAMENTO DE PROJETOS DE GRANDE EXTENSÃO*; Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior apresentam-nos a Didáctica sob a forma de: *OS DOCUMENTOS ARQUEOLÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DE JOGOS*; Paulo Eduardo de Oliveira Enéas revela-nos a forma de vida do operariado em: *AS CASAS VERDES: A BUSCA POR UMA MORADIA DE OPERÁRIOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX EM RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL* e Edgley Pereira de Paula faz-nos recuar aos tempos de guerra com: *FORTES E FORTALEZAS COMO “LUGARES DE MEMÓRIA”: O CASO BRASILEIRO*.

De Marrocos recebemos artigos da máxima relevância. Sítios arqueológicos tratados para serem visitados turisticamente desenvolvem mecanismos de Salvaguarda e Protecção Patrimonial, tornando-se numa mais-valia para a Cultura de cada País. É com exemplos trazidos pelos colegas do Norte de África que devemos aprender: *L'ARCHÉOTOURISME DANS LE SUD MAROCAIN, VERS UNE DURABILITÉ DES SITES RUPESTRES* e *LE SYSTÈME OASIEN DE LA PALMERAIE DE MARRAKECH: RICHESSES ET VALORISATION D'UN PATRIMOINE CULTUREL*.

Tomar, 10 de Julho de 2019

NOTA

Coincidência ou não, após ter escrito este Editorial, eis que surge no Concelho de Tomar um bárbaro atentado contra o Património Megalítico. Os moradores do lugar de Vale da Lage (Casalinho, Tomar), pedem-me ajuda após terem tido Silêncio como resposta às questões colocadas. Ninguém poderia ficar indiferente perante tal devassa do Património Nabantino Passado.

A solução encontrada para que este exemplo não se repita no nosso País, foi colocar em linha uma petição a ser assinada por todas as Cidadãs e Cidadãos deste País.

Porque o Património é de todas(os) nós (não apenas dos portugueses), aqui a deixo para que nos ajudem a conseguir as assinaturas legais, cuja finalidade é levar esta devassidão (e outras) à discussão no Parlamento Português:

Petição para a Justa Salvaguarda e Protecção do Património Arqueológico da Nação Portuguesa

Cidadãs e Cidadãos da União de Juntas de Freguesia da Serra e da Junceira apelam à alteração da Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural - Lei n.º 107/2001, nomeadamente nos pontos **1-**, **2 -** e **3 -** do seu artigo **43.º**:

“Zonas de protecção

1 - Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, beneficiarão automaticamente de uma zona geral de protecção de 50 m, contados a partir dos seus limites externos, cujo regime é fixado por lei.

2 - Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem dispor ainda de uma zona especial de protecção, a fixar por portaria do órgão competente da administração central ou da Região Autónoma quando o bem aí se situar.

3 - Nas zonas especiais de protecção podem incluir-se zonas *non aedificandi*.” (http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis)

Esta formulação jurídica permite a qualquer leigo que se interesse pelo Património Material e Imaterial da sua Nação, compreender sem peias, que praticamente todo o seu Património localizado geograficamente nas fronteiras administrativas de Portugal está em perigo iminente de sofrer destruição, violação e saque, independentemente da sua cronologia.

Um exemplo da destruição sistemática de sítios arqueológicos em Portugal, e que nos motivou a criar esta Petição, é o caso da Anta 1 de Val da Laje, localizada no Concelho de Tomar. A maquinaria pesada do construtor abriu uma “cratera” que se encontra a cerca de 3,20 metros da vedação que protege este monumento megalítico. Estas movimentações ocorridas podem colocar em perigo a estabilidade dos ortostatos, provocando a sua derrocada.

Segundo reza a lenda, Galileo Galilei comentou “... e contudo, ela move-se ...” depois de se ter visto livre da fogueira inquisitória.

Esta verdade insofismável, que se tornou no paradigma da mudança da Ciência, apenas ocorrido mais tarde, entra-nos em casa todos os dias sob a forma de “Aquecimento Global”. Um eufemismo justificador de “... para além de se mover ... ela ainda está viva ...!!!”

Todos os líderes mundiais (absolutamente preocupados com este epifenómeno) parecem esquecer que “Salvaguarda e Preservação do Ambiente Geomorfológico, Património Ambiental e Património Cultural” podem e devem ser os instrumentos que pesarão nos pratos da balança, impedindo a continuação de uma malévola purga dos bens que todas as crianças, adolescentes, cidadãos e cidadãos poderiam usufruir, independentemente da dimensão do seu ábaco.

Com estes atentados contra os Patrimónios a Nação Portuguesa torna-se paupérrima. É este o nosso contributo Europeu?

A título de exemplo, em 2018 a União Europeia comemorou o Ano Europeu do Património Cultural, cuja temática se intitulava «Património: onde o passado encontra o futuro», no qual “(...) pretende incentivar mais pessoas a descobrir e explorar o património cultural da Europa e reforçar o sentimento de pertença a um espaço europeu comum.” (https://europa.eu/cultural-heritage/about_pt).

Perante os factos quotidianos, pedimos a todas(os) Cidadãs(ãos) que querem que as gerações futuras possam usufruir orgulhosamente do Património Arqueológico e Arquitetónico do seu País, que assinem esta petição ao Parlamento, pois a Constituição da República Portuguesa assim o permite.

As assinaturas desta Petição são enviadas ao Sr. Presidente da Assembleia da República. Para tal terão apenas que aceder a este link: <https://participacao.parlamento.pt/private/petitions/806#initiative-subscribers>.

Um Grande Bem-Haja a todas e todos que nos ajudarem. Com a vossa assinatura estarão a Salvar a Cultura do Futuro.

Tomar, 13 de Julho de 2019

Ana Rosa Gomes Pinto da Cruz

OS PERSONAGENS HOMÉRICOS NO QUOTIDIANO LUSITANO

HOMERIC PEOPLE IN THE ROMAN EPIGRAPHY OF LUSITANIA

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras
Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património
Rua Eça de Queiroz, 89
Pampilheira
P – 2750-662 Cascais
ide@fl.uc.pt

Os Personagens Homéricos no Quotidiano Lusitano

José d'Encarnação

Historial do artigo:

Recebido a 05 de maio de 2019

Revisto a 10 de junho de 2019

Aceite a 05 de julho de 2019

RESUMO

Depois de se dar sucinta conta do interesse do livro de Pierre Carlier (1949-2011), *Homero*, mostra-se como há nos antropónimos patentes na epigrafia romana da Lusitânia Ocidental reflexos claros do mundo homérico, mormente no meio servil e de libertos. A pesquisa levada a efeito acerca da ocorrência do nome *Helene* a nível peninsular pode ser, nesse aspecto, encarada como estudo de caso.

Palavras-chave: Homero, Poemas homéricos, antroponímia grega, epigrafia.

ABSTRACT

After a brief note about *Homero*, book of the Professor Carlier (1949-2011), an analysis of the anthroponomy revealed by epigraphic monuments of the Occidental Roman Lusitania shows clear reflexes of the Homeric world, almost in the circle of slaves or freemen. The occurrence of the name *Helene* may be considered as case study.

Key-words: Homero. Homeric poems, Greek anthroponomy, Roman Epigraphy

In memoriam de Pierre Carlier

(1949-2011)

1. Introdução

Itineravam os estudantes no decorrer da Idade Média, buscando nesta ou naquela Universidade renomados mestres de saber especializado. Itinerantes eram também os poetas e os músicos, animadores de cortes e palácios, à semelhança, aliás, dos aedos de tempos homéricos e não só.

Renovou o programa ERASMUS essa tradição, enriquecedora de estudantes e de docentes. Foi Pierre Carlier (1949-2011) um dos que mais entusiasticamente abraçou essa possibilidade, despertando por toda a parte redobrado interesse pelo estudo de uma época amiúde postergada por quantos imaginam poder entender-se a Cultura actual sem se conhecerem os mitos imorredoiros da gesta troiana ou as peripécias de um Ulisses, figura em que, afinal, todos acabamos por nos rever, tão paradigmáticas as suas errâncias se revelam.

E esse legado pré-helénico não teve eco apenas na Europa, herdeira privilegiada do saber clássico: estendeu-se à América do Sul, por via de portugueses e de espanhóis.

Não admira, pois, que a síntese da investigação levada a efeito por Pierre Carlier sobre Homero haja merecido tradução em língua portuguesa com vista à sua divulgação em Portugal e no Brasil (Carlier, 2008).

Como não pode causar admiração que, já em tempos romanos, na Península Ibérica, as inscrições revelem a adopção, por parte da população residente, de antropónimos colhidos nos relatos homéricos.

Neste âmbito, ocorrerá interrogarmo-nos, desde já, se tal adopção corresponderá – ou não – a simples moda sem grande conteúdo cultural envolvente.

Não acredito, de facto, no que à actualidade diz respeito, que, v. g., a atribuição do nome Aquiles a uma criança implique obrigatoriamente amplo conhecimento da *Ilíada* por parte dos pais. O ‘mecanismo’ a que obedece a escolha do nome é, como se sabe, extremamente complexo, ainda que possam rastrear-se tendências. No Brasil, os nomes ligados à mitologia clássica assumem, de um modo geral, o desejo de ostentar cultura e ligação às raízes clássicas (Encarnação, 2011, p. 301-312); na Roménia, a profusão de nomes próprios latinos constituiu forma de resistência à influência eslava...

Poderá considerar-se Homero um símbolo da cultura grega; proponho-me, por isso, referir-me à edição em língua portuguesa de uma das obras mais significativas de Pierre Carlier e apresentar breves apontamentos sobre o reflexo dos temas e da onomástica homéricos em mosaicos e na epigrafia, com especial incidência na Lusitânia ocidental.

2. A edição portuguesa de Homero (vd. Figura 1.)

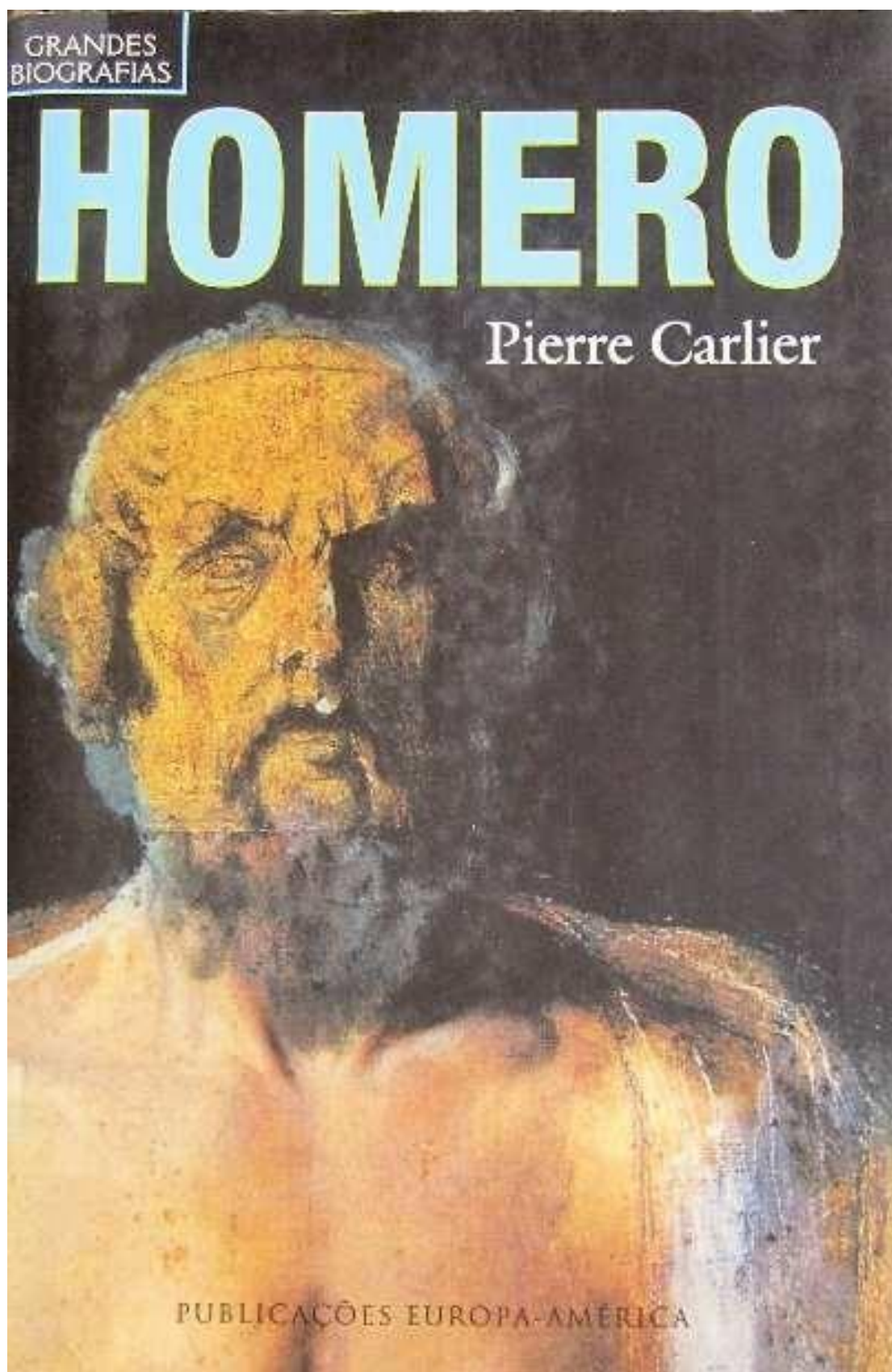


Figura 1. Capa da edição portuguesa de Homero. Fonte: José d'Encarnação.

Excelente apresentação gráfica, 302 páginas de muito fácil leitura, capa rígida, o livro mereceu a maior atenção por parte do editor.

Trata o I capítulo do enquadramento histórico, traçando uma panorâmica do que se conhece acerca do período que vai desde o mundo micénico às cidades arcaicas, com especial realce para as características da «Idade do Bronze no mundo egeu».

No II capítulo, «Génese e transmissão dos poemas», analisa-se a tradição da poesia oral e, consequentemente, como poderiam ter sido compostos os poemas homéricos, como foram passados a escrito e transmitidos, para, a terminar, se discutir a eterna questão: existiu Homero? Houve um poeta para a *Ilíada* e outro para a *Odisseia*? Conclui P. Carlier:

«A hipótese mais simples é, pois, atribuir as duas epopeias a dois aedos diferentes. O poeta da *Odisseia*, que conhece bem a *Ilíada*, procurou rivalizar com a arte do seu grande predecessor, mas também marcar a sua distância em relação às concepções políticas e religiosas deste último.» (p. 83).

Sintetiza-se, no III capítulo, o conteúdo dos 24 cantos da *Ilíada*. No capítulo IV, ao invés, P. Carlier demora-se numa análise mais pormenorizada, não apenas no que concerne à estrutura do poema mas também explicitando as errâncias de Ulisses, os dados geográficos que aí se podem colher, o significado mais profundo dos conflitos em Ítaca.

Servem esses capítulos, de certo modo, de introdução ao grande capítulo V, que se debruça sobre o que, na verdade, como historiadores, mais nos interessa saber: constituem os poemas fontes fidedignas para se traçar o retrato das «sociedades homéricas»? A casa, a vida quotidiana económica e política, o vocabulário, as manifestações religiosas pessoais ou ritualizadas, a guerra, a justiça, os conceitos ideológicos que a tudo estão subjacentes? ...

Finalmente, no capítulo VI, «Homero e a história», pergunta-se se, na verdade, houve mesmo uma «guerra de Tróia» e se, no fundo, algo há de comparável entre estes escritos e o que a Arqueologia vem dando a conhecer. Pierre Carlier pensa que sim:

«A *Ilíada* e a *Odisseia* são documentos excepcionais para reconstituir a história a curto prazo do alto arcaísmo, para recordar a evolução a longo prazo dos reinos micénicos para as cidades gregas clássicas e, mais geralmente, para estudar a civilização grega no seu todo.» (p. 250).

E conclui:

«Homero ensina ao mesmo tempo que encanta: os Gregos tinham razão para atribuírem ao poeta o lugar central na sua cultura e nós devemos mantê-lo no cerne da nossa.» (*ibidem*).

Interessantes anexos sobre os documentos minóicos, uma tábua de Micenas, os escribas, a classificação das tábuas em linear B, um exemplo de análise global que se centra nas operárias palacianas, as funções e os títulos micénicos, assim como uma bibliografia exaustiva, um índice onomástico, os mapas e as ilustrações complementam eficazmente um volume que é, sem dúvida, do maior interesse.

3. Os temas e a onomástica homéricos

3.1. Nos mosaicos

Assiste-se, no século IV, como Jean Gagé (1964, p. 250 e 262) bem o salientou, a uma espécie de primeiro renascimento clássico e pagão; daí que a cultura e as virtudes políticas sejam alvo de amplos

elogios (Neri, 1981). Haviam-se perdido, contudo, muitas informações e tornava-se, por isso, necessário identificar personagens mitológicos que já não fariam parte do quotidiano ou que, dele fazendo parte, poderiam ser de difícil figuração.

Na verdade, como muito bem explicitou Pierre Carlier (1999, p. 10-11), « (...) si la figure d'Homère restait assez floue pour les Anciens (en dépit des Vies romanesques auxquelles leurs auteurs mêmes ne croyaient pas vraiment), les deux grands poèmes homériques ont été dès le IV^e siècle av. J.-C. à coup sûr, et probablement dès le VIII^e siècle, au cœur de l'éducation et de la culture grecques. Au V^e siècle, les enfants athéniens apprenaient à lire sur des extraits d'Homère, et à jouer de la cithare en récitant des vers d'Homère (...) ».

Não admira, pois, que sejam frequentes, nos mosaicos de *villae* do século IV, cenas relativas a passagens dos poemas, sendo privilegiada a representação de Ulisses atado ao mastro do seu barco para fugir à sedução do canto das sereias, de que temos um exemplo, achado na *villa* de Santa Vitória do Ameixial (*Conventus Pacensis*) e que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa (Alarcão, 1983, p. 203).

Valerá a pena interrogarmo-nos, a este propósito, se a doutrina cristã já então corrente não haverá exercido nessa opção a sua influência. Não será ilegítimo pensar que, a exemplo do que fez Santo Agostinho em relação aos miliários romanos, servindo-se deles para os seus sermões (Salama, 1988), os Padres da Igreja hajam utilizado a cena de Ulisses e das sereias para incitarem os Cristãos a não sucumbirem às tentações. Aliás, Pierre Carlier o deixa entender quando escreve:

«Les Sirenes ressemblent au serpent de la *Génèse* puisqu'elles causent la perte des humains en leur promettant le savoir» (1999, p. 213).

Mais admirável ainda será o magnífico mosaico identificado na aldeia de Vichten, no Luxemburgo: um painel apresenta as nove Musas identificadas com legenda, em registos octogonais que envolvem o medalhão central onde estão representados Homero e Calíope (vd. **Figura 2.**), que, segundo uma lenda, seria sua mãe (Güntheroth, 1995).

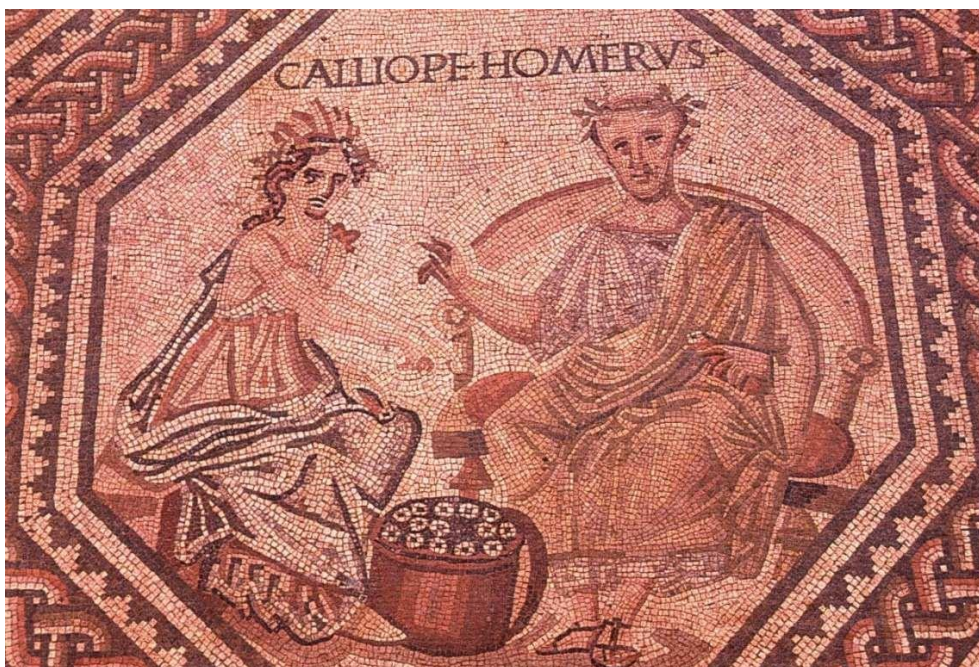


Figura 2. Pormenor do mosaico identificado no Luxemburgo (*in Stern*). **Fonte:** José d'Encarnação.

3.2. Na epigrafia do conventus Pacensis

É, contudo, nos monumentos epigráficos que os ecos dos poemas homéricos mais se fazem sentir.

Não é minha intenção fazer uma pesquisa sistemática acerca da atribuição, a pessoas, de nomes retirados dos poemas homéricos. Seria necessária, antes de mais, uma recolha exaustiva dos nomes consignados em ambos os poemas e, depois, cingindo-nos a um espaço geográfico determinado, tentar ver – mormente nos epitáfios – quem se identifica, e como, com esses nomes. Essa análise repetir-se-ia em variados pontos do antigo Império Romano, de modo a, no final, se ter uma ideia mais precisa do que foram, então, as correntes culturais.

Poder-se-ão, a título de exemplo, assinalar alguns testemunhos retirados das epígrafes do *Conventus Pacensis* (Encarnação, 1984).

– IRCP 41 (Quinta de Marim, Olhão): em cupa de calcário, *Patroclus* toma a iniciativa de mandar lavar o epitáfio de *Avintina*, falecida aos 35 anos (vd. **Figuras 3 e 3a**). Não há indicação de parentesco, o que deixa suspeitar tratar-se de um casal de escravos.



Figura 3. Cupa funerária em que se refere um *Patroclus*. **Fonte:** Guilherme Cardoso.

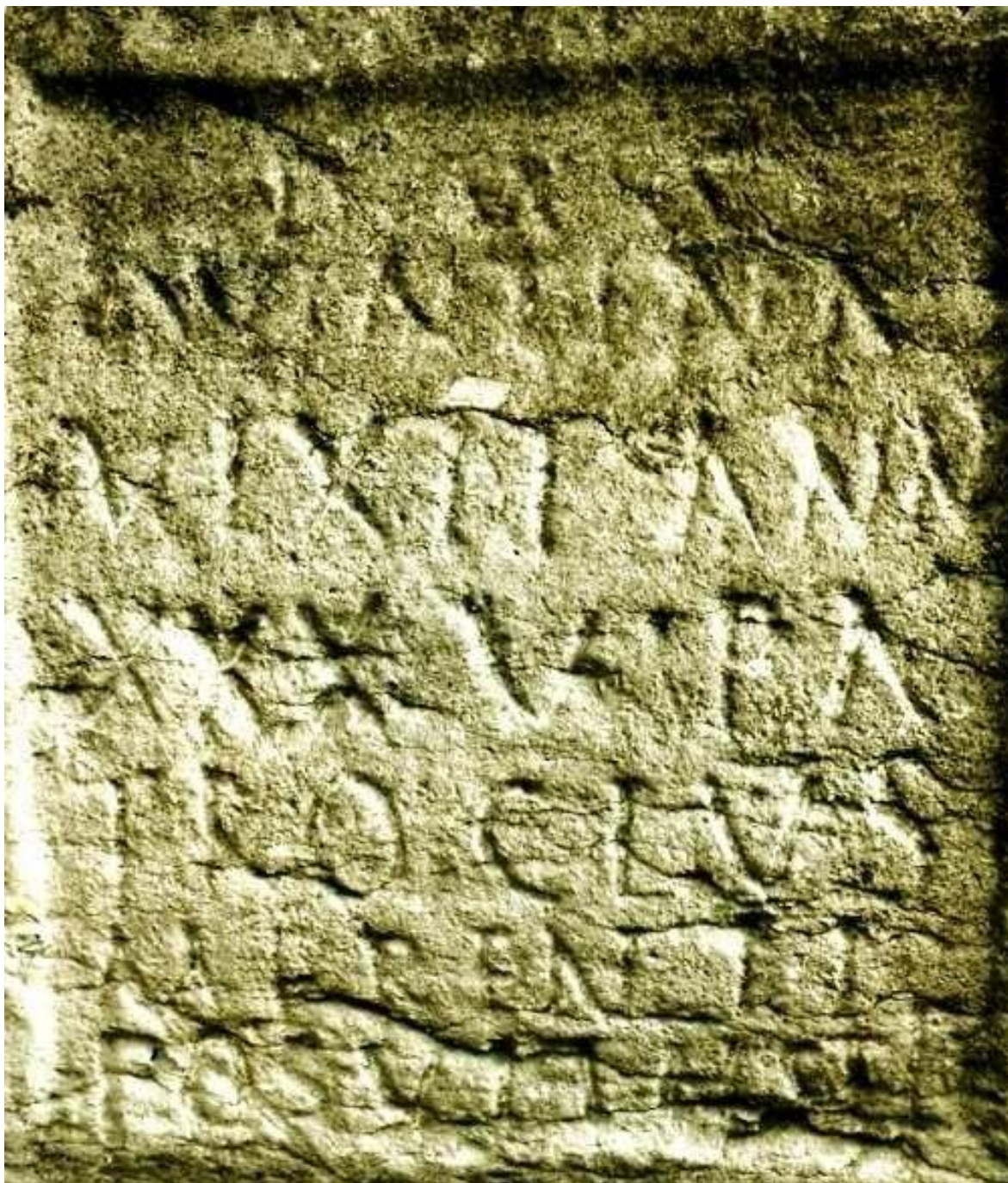


Figura 3a. Cupa funerária (inscrição) em que se refere um *Patroclus*. **Fonte:** Guilherme Cardoso.

– IRCP 53 (*ibidem*): em graciosa estela, que ostenta uma pinha (símbolo de eternidade ligado a Átis) a meio do frontão, foi gravado o epitáfio de *Troilus*, que apenas viveu 30 anos e 4 meses (**vd. Figura 4.**).

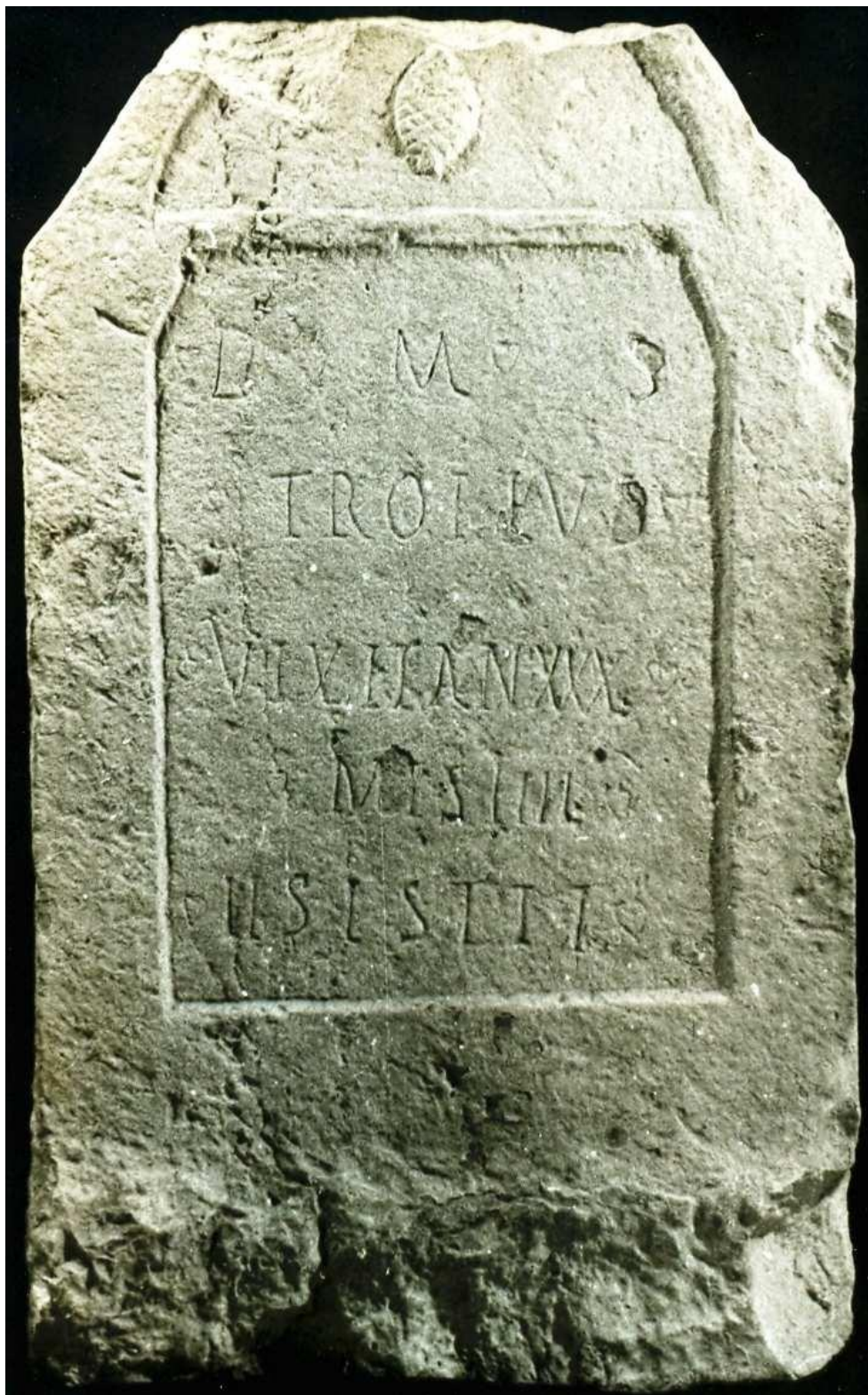


Figura 4. Estela funerária de *Troilus*. Fonte: Guilherme Cardoso.

Não há indicação de dedicante nem de estatuto, mas não admiraria que se tratasse também de um escravo. Em Cádis, regista-se, aliás, um *Troilus*, que se identifica como *retor graecus* (HEpOL 1370), actividade geralmente exercida por escravos.

– IRCP 190, de Alcácer do Sal (*Salacia*): numa placa, possivelmente funerária, identifica-se *Sextus Appuleius Priamus*. Dado que a epígrafe se encontra incompleta, não é possível saber o seu enquadramento textual (nem sequer o arqueológico). Recorde-se, porém, que *Salacia* deteve, desde muito cedo, amplas relações com o Mediterrâneo oriental (Mantas, 1996).

– IRCP 429, de Coruche, em terrenos adjacentes ao rio Tejo: a *M. Menelaus*, que viveu 50 anos, coloca *Victorina* epitáfio, declarando-o *maritus merentissimus*. O facto de o *nomen* se ocultar sob uma sigla (quer por ser aí bem conhecida a família a que *Menelaus* estava adscrito, decerto pela sua dependência como liberto, quer porque a esposa preferiu recordá-lo com o primeiro nome, o de escravo) e, por outro lado, o uso de uma expressão de ternura não muito frequente – *maritus merentissimus* –, a recordar o que Georges Fabre bem assinalou a propósito das inscrições de libertos em Roma (1981, p. 191-195), são dois índices que me levam a considerar estarmos, na verdade, na presença de libertos.

– IRCP 465: desconhece-se o local de achado e o paradeiro desta inscrição, que um autor do século XVI inclui entre os muitos monumentos epigráficos dedicados, em importante santuário, a *Endovellicus* (Terena, Alandroal). Apesar de ser apenas essa a referência ao texto, não se pensa haver motivo para duvidar da sua autenticidade. Aí se escreve que *Laudice* [sic] mandou gravar o epitáfio do seu *maritus piissimus, Publius Petronius Cautin(us)* falecido com a provecta idade de 91 anos. Arriscado será elucubrar sobre o verdadeiro significado – e, até, a origem etimológica – do *cognomen Cautin*, que sempre se completou como *Cautinus*, relacionando-se com o adjectivo *cautus*, «cuidadoso», «prudente», soando-nos ao ouvido o advérbio latino *cautim*, «cautelosamente»; mas, se optarmos por uma etimologia grega? «Cautós» significa, em grego, «escaldante», «ardente», adjectivo que, em linguagem metafórica, facilmente se pode situar no campo das relações amorosas e, por essa via, no mundo dos escravos e libertos. Sendo assim, não apenas *Laudice* seria escrava ou liberta, também o marido o poderia ser.

3.3. O caso de Helene na Península Ibérica

Por na epigrafia de *Olisipo* sempre me ter chamado a atenção a elegante e singela de uma placa funerária de mármore, patente no Museu Nacional de Arqueologia, em que surge o nome *Helene* (HEpOL, registo nº 25 083), pareceu-me que poderia ensaiar-se, aqui, como estudo de caso, a ocorrência desse nome e as circunstâncias em que ele se documenta, até porque, se a bravura de um Heitor ou de Aquiles constituem tópicos da literatura universal, a beleza escultural de Helena foi e será sempre celebrada, inclusive em filmes célebres: recorde-se *Helen of Troy*, de 1955 (Itália, EUA), dirigido por Robert Wise, tendo como protagonistas Rossana Podestà, Jacques Sernas, Cedric Hardwicke e Stanley Baker. Ou, também com o mesmo título, essoutro filme realizado por John Kent Harrison (2003 – Grécia, Malta, EUA), com os actores Sienna Guillory (Helena), Matthew Marsden (Páris), Rufus Sewell (Agamémnon), John Rhys-Davies (Príamo) e James Callis (Menelau).

Sem molduração (vd. **Figura 5.**), foi achada, em Agosto de 1903, no que eram, então, subúrbios da cidade de Lisboa, por ocasião de trabalhos urbanísticos (Campos, 1904). Lê-se perfeitamente: *D(is) M(anibus) / Licinia / Helene / ann(or)um XL h(ic) s(ita) e(st)*.

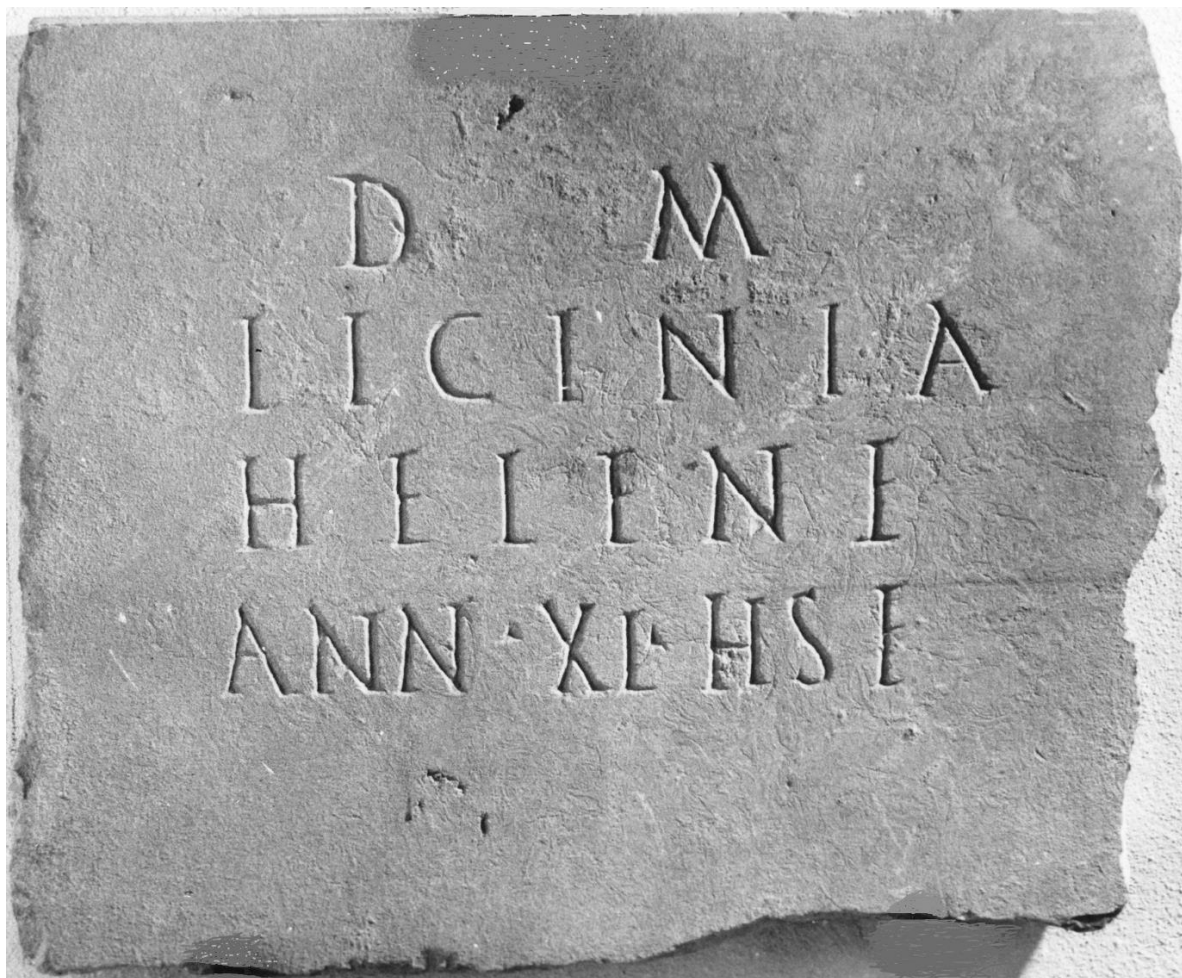


Figura 5. Placa funerária de Licinia Helene, de Olisipo. Fonte: Guilherme Cardoso.

Não querendo voltar ao significado, para mim simbólico, da idade com que faleceu (Encarnação, 2000), importa sublinhar que a defunta, pertencente a uma das famílias mais representadas na epigrafia olisiponense, vem mencionada com o *cognomen* escrito à grega, a indiciar, portanto, que será, mui provavelmente, liberta dessa família, pois que também se não menciona dedicante. Estaria a sua sepultura integrada no *ager funerarius* familiar? Creio bem que sim! Cheguei a pensar – dadas, inclusive, as suas dimensões (55 x 45 x 3 cm) – que poderia tratar-se de placa de *columbarium*; contudo, segundo as informações dadas ao autor do artigo, a placa, ainda que «à profundidade de 1,5 m, tinha a inscrição voltada para baixo»; e à mesma profundidade apareceu um crânio, à distância aproximada de dois metros (p. 60), o que levou logo a considerar que seria tampa de sepultura de inumação.

Uma breve pesquisa na base de dados epigráficos da Hispânia romana HEpOL fornece-nos os seguintes dados:

– Registo nº 1196 (*Hispalis*, Sevilha): epitáfio de *Helena*, falecida aos 68 anos; embora não seja clara a palavra que ali foi escrita, regista o formulário não muito comum na epigrafia peninsular, em que se roga expressamente ao transeunte que diga «a terra te seja leve».

– Registo nº 3864 (Córdoba): *Annia Helena* é mencionada como liberta e *uxor* do centurião (?) *Titus Acclenus*. Duas singularidades apresenta esta epígrafe: a primeira é que vem mencionado no final *Decimus Vergilius Amarantus*, de 80 anos, o que pode fazer supor que dele partiu a iniciativa de mandar lavar o epitáfio numa sepultura onde ele próprio acabaria por vir a ser sepultado, ainda que nada se explicita acerca de eventual grau de parentesco com o casal; a segunda, a inusitada expressão

frugi summa cum probitate fide magna concordēs indigne morbo excruciatī morte obierunt, a louvar a solidez da sua vida conjugal (a frugalidade, a probidade, a fidelidade...) em contraste com a desgraça que os vitimou: «sucumbiram atormentados por indigna doença»... Ainda que de elevado teor poético, como que numa tentativa de doirar acontecimento tão infausto, o texto não é métrico, mas dele ressumbra, não há dúvida, um ambiente cultural invulgar.

– Registo nº 6604 (Postoloboso, Candeleda, Ávila): a dedicatória, incompleta, *Deo Velico*, mandada colocar por *Marcia Helene*, decerto em cumprimento de promessa feita a esta divindade indígena, passível de ser identificada com uma das divindades mais veneradas na Lusitânia, *Endovellicus* (IRCP, p. 800-805).

– Registo nº 8079 (Tarragona): Trata-se de um texto invulgar (ILS 8271), porque destinado a um jazigo de família, mandado erigir, em vida, por *Publius Rufius Flaus* a sua esposa *Antonia Clementina*, *in memoriam perpetuam*, acrescentando: *hortos coherentes sive suburbanum tradidit lib(ertis) libertabusq(ue) ex familia ux(or)is Marullo Antroclo Helenae Tertullinae excepitq(ue) ne quis eos venderet set(!) per genus ipsorum posses(s)io decurreret vel per atnatos vel manumissos*, ou seja, que os hortos e o terreno adjacente sejam reservados, intransmissíveis, para quatro libertos de sua mulher, entre os quais se cita uma Helena; mais uma vez, portanto, o nome dado a uma liberta. Este texto revela-se, aliás, de grande interesse até do ponto de vista jurídico; veja-se, a título de exemplo: Blanch Nogués, 2008, p. 84.

– Registo nº 12 011 (León): um epitáfio, seguramente em meio servil (sabidamente ocultado pelos formulários usados). A defunta, *Helene*, falecida com 23 anos, 8 meses e 8 dias – e logo esta especificação pormenorizada do seu tempo de vida deixa transparecer a dor dos familiares... – é lembrada por seus pais, *Hermodorus* e *Sextilia*, assim como por seu marido, *Martialis*.

– Registo nº 12 795 (Hellín, Albacete): No Museo Arqueológico Provincial de Albacete expõe-se a parte superior duma estela paralelepípedica trapezoidal, com frontão semicircular, onde apenas se lê *Hele(na) Graeca*. O adjetivo poderá, neste caso, referir expressamente a naturalidade, o que reforça, contudo, a possibilidade quase segura de estarmos perante a menção de uma escrava.

– Registo nº 13 376 (Sagunto): Uma placa dá conta de que, certamente por ocasião do infausto falecimento de sua filha, *Caecilia Helene*, com apenas 22 anos, os pais, *Quintus Caecilius Epagathio* e *Caecilia Aucta*, prepararam em vida o sepulcro. Comentando que o nome «Helene o Helena abunda pertot arreu, principalmente entre persones d'origen servil», acrescenta J. Corell (2002, nº 140, p. 238-240): «Es tracta sens dubte d'una família de lliberts, que formarien part de la poderosa gens saguntina dels Caecilii».

– Registo nº 18 947 (Conimbriga, Condeixa-a-Velha): *Sulpicia Phoebe* perpetua a memória de *Sulpicia Helene*, *filia piissima*, fenecida com 25 anos apenas.

– Registo nº 21 430 (Conimbriga, Condeixa-a-Velha): a desdita de *Arquia Helena* que tem de consagrar aos deuses Manes os seus três filhos, Heleno, de 33 anos, Festiva, de 18, e Augustina, de 15. Tanto neste caso como no anterior, o ambiente é seguramente servil e, depois, de libertos (Étienne et alii, 1976, inscrições nºs 54 e 66).

– Registo nº 21 557 (Mérida): a memória de *Attennia Helene*, falecida aos 75 anos, é perpetuada pelos seus libertos *Thetis*, *Rusticilla* e *Pamphilus*.

– Registo nº 25 632 (Alange, Badajoz): o epitáfio singelo, sem menção de dedicante, de *Albicia Helena*, identificada como *C(aii) lib(erta)*.

Creio bem que este exercício alargado a outros nomes das epopeias ‘homéricas’ daria idêntico resultado, não apenas no que concerne à Hispânia romana mas também a outras áreas do Império: a cultura literária dos *patroni* ou dos *domini* deliciosamente se reflectia na atribuição desses nomes àqueles que integravam o seu agregado familiar mais próximo. E uma análise mais aturada da distribuição geográfica e social dos testemunhos confirmaria a direcção em que este mui singelo excursus aponta desde já: um ambiente social e economicamente acima da média; o predomínio em contexto urbano e, dentro deste, em contexto litoral.

4. Conclusão

Não restam, pois, dúvidas de que os episódios dos «poemas homéricos» tiveram ampla repercussão desde sempre, porque, no fundo, eles acabam por retratar situações paradigmáticas da vida do Homem sobre a terra. Na *Ilíada*, a guerra, as suas contingências, os seus objectivos, os pontos fracos dos seus personagens, as astúcias matreiras, a luta sangrenta travada por uma paixão... Na *Odisseia*, todo o percurso acidentado da existência humana, num mar cheio de encantos e de perigos...

Não admira, pois, que eles constituam, em todos os tempos, ponto de referência inclusive na educação dos jovens, a quem os episódios eram comentados e por quem, amiúde, seriam aprendidos de cor...

Fruto, sem dúvida, de uma tradição oral, que colheu inspiração ao longo do tempo e do espaço e onde a acção dos aedos terá sido fundamental, os «poemas homéricos», designadamente a *Odisseia*, podem assumir-se como testemunho da vontade que o Homem sempre teve de ir mais além – de si próprio, do seu agregado familiar e social próximos, do seu território natal. Um estudioso desses poemas e dessa recuada época, como o foi Pierre Carlier, não poderia, pois, deixar de se imbuir desse espírito multiculturalista, dessa vontade de peregrinar levando aos mais diversos públicos o testemunho vivo de uma sociedade paradigmática, onde, ainda que em embrião, já estavam todos os conflitos, todos os amores, todos os heroísmos...

E evocando, de certo modo, os contactos de Pierre Carlier com a Hispânia, interrogámo-nos: será que das personagens ‘homéricas’ houve eco em tempos romanos? Patenteiam-se nas epígrafes do Alto Império aqui identificadas nomes que possam com elas directamente relacionar-se? Verificámos que sim, desde os primeiros tempos, de modo especial na onomástica de escravos e de libertos – o que é perfeitamente compreensível, pois desta sorte os senhores patenteavam a sua cultura. Demos alguns exemplos, como que a aliciar um estudo mais aprofundado sobre o tema e o testemunho da presença do antropónimo *Helene/Helena* entendemo-lo como um ‘estudo de caso’, eventual exemplo para outras pesquisas a fazer.

Neste âmbito da época romana, uma dúvida pode surgir: tiveram estes romanos conhecimento directo dos «poemas homéricos» ou viveram-nos mediante a leitura dos poetas latinos (Ovídio, Virgílio...)? A questão não é de resposta fácil e convincente, estou em crer; contudo, o mais plausível é que, nesta zona mais ocidental do Império, onde o latim era a língua dominante, os nomes ‘homéricos’ hajam chegado de preferência por essa via intermediária.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Alarcão, J. (1983). *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

Blanch Nougues, J. M. (2008). *Régimen jurídico de las fundaciones en derecho romano*. Dykinson.

- Campos, M. J. (1904). Nova lapide funeraria dos suburbios de Olisipo. *O Archeologo Portuguez*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 9, p. 59-60.
- Carlier, P. (1999). *Homère*. Paris: Fayard.
- Carlier, P. (2008). *Homero*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Corell, J. (2002). *Inscripcions Romanes del País Valencià*. IA – *Saguntum i el Seu Territori*. València, Universitat de València.
- Dessau, H. (1974). *Inscriptiones Latinae Selectae* (=ILS). Dublin/Zurique.
- Encarnação J. d' (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. [= IRCP].
- Encarnação, J. d' (2000). Morrer aos 40 anos na Lusitânia romana. *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana*. Mérida: Junta de Extremadura, p. 241-247.
- Étienne, R. et al. (1976). *Fouilles de Conimbriga, II – Épigraphie et Sculpture*. Paris : De Boccard.
- Fabre, G. (1981). *Libertus – Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de la République Romaine*. Roma : École Française de Rome.
- Gage, J. (1964). *Les classes sociales dans l'Empire romain*. Paris: Payot.
- Güntheroth, H. (1995). Kunstwerk vor dem Kuhstall, *Stern* 20, 11-05-1995, p. 214-215.
- Mantas, V. G. (1996). Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado, in Filipe, G. e Raposo, J. [coord.] – *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal, Câmara Municipal, Publicações Dom Quixote, p. 343-369.
- Salama, P. (1988). La parabole des milliaires chez Saint Augustin. *Africa romana*. Sassari Dipartimento di Storia dell'Università degli Studi. 6, p. 697-708.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

HEpOL. *Hispania Epigraphica online*. [Consultada a 15 junho de 2018]. Disponível na [www<URL: http://www.eda-bea.es/>](http://www.eda-bea.es/).

O MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NO LICENCIAMENTO DE PROJETOS DE GRANDE EXTENSÃO

ARCHAEOLOGICAL MONITORING IN TRANSNORDESTINE RAILROAD CONSTRUCTION: METHODOLOGICAL CHALLENGES IN LARGE LICENSING EXTENSION PROJECTS

Luciana Bozzo Alves

Mestra em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e
Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/ USP).
Arqueóloga na Zanettini Arqueologia, São Paulo/ SP, Brasil.
luciana.b.alves@uol.com.br

Luiz Antonio Pacheco de Queiroz

Mestre e doutorando em Arqueologia pela Universidade
Federal de Sergipe (UFS). Aracaju/ SE, Brasil
luizpachecoq@gmail.com

Catarina Menezes Ferreira

Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal
de Sergipe (UFS). Aracaju/ SE, Brasil
catarinamenezesf@gmail.com

O monitoramento arqueológico na construção da Ferrovia Transnordestina: desafios metodológicos no licenciamento de projetos de grande extensão

Luciana Bozzo Alves

Luiz Antonio Pacheco de Queiroz

Catarina Menezes Ferreira

Historial do artigo:

Recebido a 05 de maio de 2019

Revisto a 10 de junho de 2019

Aceite a 05 de julho de 2019

RESUMO

Neste artigo, apresentamos os desafios metodológicos surgidos durante o monitoramento arqueológico realizado no âmbito do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia Transnordestina, empreendimento de grande porte, que quando finalizado, interceptará três estados brasileiros: Piauí, Pernambuco e Ceará, todos localizados no nordeste do país. Os procedimentos desenvolvidos durante o planejamento das pesquisas e sua imbricação dentro das ações do monitoramento são discutidos com o fim de mostrar a importância da busca por meios adequados para a gestão arqueológica. Como estudo de caso, a fim de apresentar os caminhos percorridos e os resultados alcançados, destacamos a pesquisa finalizada do Trecho Salgueiro – Trindade/ PE em que parâmetros propostos para uma melhor qualidade da gestão do patrimônio arqueológico produziram resultados significativos. Tal etapa da modalidade da arqueologia preventiva é imprescindível em obras civis de grande porte, pois contribui de forma eficaz para a produção do conhecimento com a identificação de novas evidências e a possibilidade de refinamento dos contextos arqueológicos já trabalhados em etapa anterior do licenciamento.

Palavras-chave: Monitoramento Arqueológico; Metodologia; Gestão do Patrimônio Arqueológico

ABSTRACT

In this article, we present some methodological challenges that arose during the archaeological monitoring carried out under the Archaeological Heritage Management Program of the Transnordestina Railway, a large project that, when completed, will intercept three Brazilian states: Piauí, Pernambuco and Ceará, all located in the northeast region of the country. The procedures developed during the planning of the research and its imbrication within the actions of the monitoring are discussed in order to show the importance of searching for suitable means for archaeological

management. As a case study, in order to present the paths covered and the results achieved, we highlight the completed research of the Salgueiro - Trindade / PE railway stretch in which the proposed parameters for a better quality of the management of the archaeological heritage produced significant results. This stage of the preventive archaeology modality is essential in large civil works, since it contributes effectively to the production of knowledge with the identification of new evidences and the possibility of refinement of the archaeological contexts already worked in the previous licensing steps.

Key-words: Archaeological Monitoring; Methodology; Archaeological Heritage Management

1. Introdução

O licenciamento arqueológico da Ferrovia Transnordestina, empreendimento a ser implantado em três unidades da federação do nordeste brasileiro, esteve sob os auspícios da Portaria 230 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, foi realizado de maneira compartimentada, visando as demandas surgidas à época, que objetivavam segmentar o traçado a fim de atribuir maior agilidade ao processo visando a permissão de implantação. Dentro dessa compartimentação, considerada para fins de licenciamento, as propostas para preservar o patrimônio arqueológico do dano e alçá-lo à importância adequada para fins de documentação e socialização tiveram no monitoramento arqueológico campo pleno para sua execução. Como um empreendimento de grande porte, a ferrovia trará mudanças de ampla extensão, tendo um impacto, no mínimo, reordenador das realidades sociais dos territórios envolvidos (Alves e Moraes-Wichers, 2011).

Dar tal encaminhamento na etapa em epígrafe exigiu renovadas maneiras de tratamento na gestão do patrimônio arqueológico, dentro de critérios de valoração científica e histórica abrangendo 63 municípios e 1728 quilômetros de extensão. A Ferrovia Transnordestina será um novo elemento na paisagem da Região Nordeste do Brasil, representação material de uma nova lógica de circulação e organização espacial que chegará a essa porção do território brasileiro (Alves e Moraes-Wichers, 2011). Devido a magnitude do empreendimento que englobava partes do território de três estados (Pernambuco, Ceará e Piauí), os processos de licenciamento ambiental seguiram as divisões imputadas ao empreendimento visando, conforme exposto anteriormente, atribuir maior agilidade na construção e maior controle do andamento dos processos. Nesse sentido, são cinco segmentos que contemplam todo o traçado proposto para a Ferrovia Transnordestina, a saber: *Trecho Missão Velha/ CE – Salgueiro/ PE; Trecho Salgueiro – Trindade/ PE; Trecho Eliseu Martins/ PI – Trindade/ PE; Trecho Salgueiro – Porto Suape/ PE e; Trecho Missão Velha/ CE – Porto Pecém/ PE (vd. Figura 1. e 2.).*

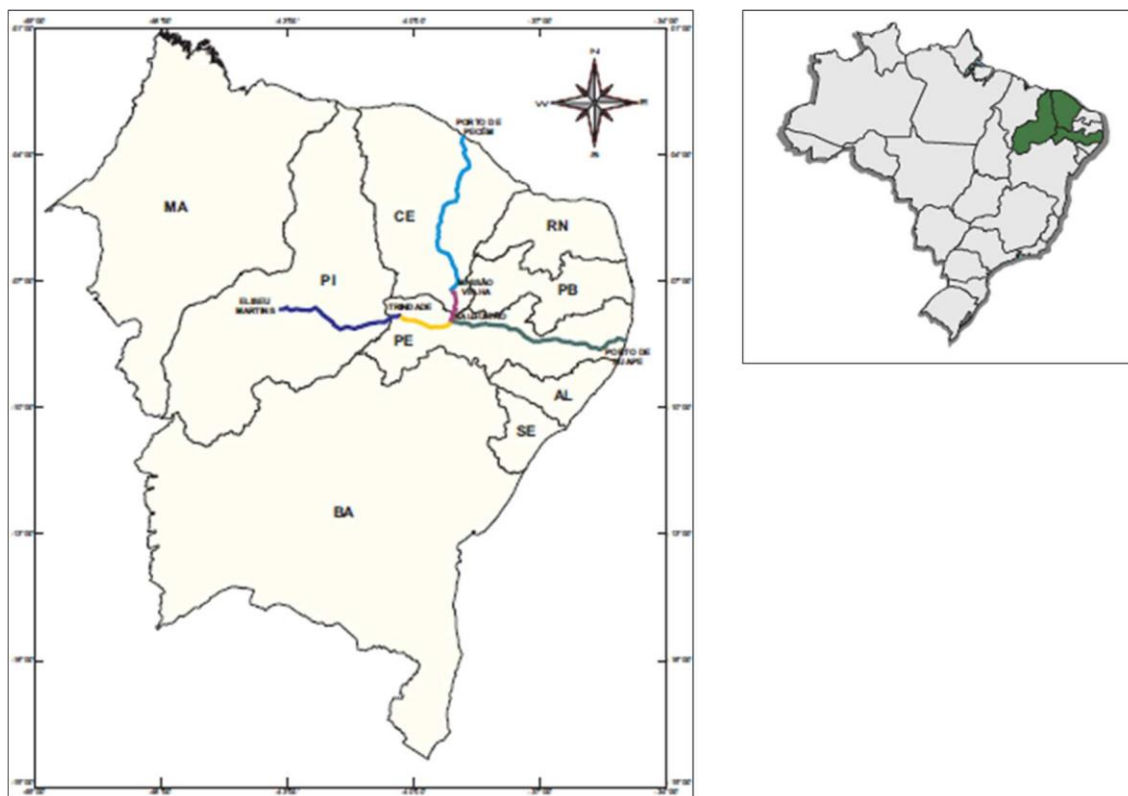


Figura 1. Compartmentação do traçado da Ferrovia Transnordestina, com os seguintes trechos: em roxo – Eliseu Martins – Trindade; em azul – Missão Velha – Porto Pecém; em verde – Salgueiro – Porto Suape; em amarelo – Salgueiro – Trindade e; em rosa – Missão Velha – Salgueiro. **Fonte:** Zanettini Arqueologia, 2009.

Ao longo de vários anos, muito foi produzido do ponto de vista técnico em relação a essa Região, devido principalmente à exatidão dos inúmeros produtos das pesquisas resultantes das etapas de campo, relacionadas ao diagnóstico, prospecção, resgate e monitoramento (Zanettini Arqueologia, 2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d, 2014a). Além disso, foi produzido dois relatórios específicos sobre o sítio arqueológico Fazendinha, local constituído pela Capela de São Luiz Gonzaga, contendo enterramentos dentro e no entorno da estrutura da ermida localizada em uma comunidade quilombola no município de Custódia, estado de Pernambuco (Zanettini Arqueologia, 2010a, 2010b). Uma alteração projetual de monta foi planejada para o Trecho Salgueiro – Porto Suape e resultou na produção de mais um relatório técnico relativo a etapa de diagnóstico arqueológico interventivo (Zanettini Arqueologia, 2014b).

As etapas de licenciamento arqueológico foram concluídas apenas em dois dos cinco trechos, a saber: Trecho Missão Velha – Salgueiro e Trecho Salgueiro – Trindade. Nos três trechos restantes, os trabalhos foram descontratados já quando era executada a etapa de monitoramento arqueológico.

Diante desse quadro optamos por discorrer genericamente sobre os desafios encontrados para a execução do monitoramento arqueológico e, em seguida, apresentaremos como estudo de caso os resultados obtidos com o monitoramento arqueológico no Trecho Salgueiro – Trindade.

A princípio, é necessário considerar em alta relevância a característica destrutiva, permanente e inescapável do cotidiano da construção de empreendimentos de grande porte. Por esse aspecto inexorável, as intervenções em subsuperfície realizadas por maquinários durante a execução das obras de instalação da infraestrutura da Ferrovia Transnordestina, poderiam ter provocado danos irreparáveis ao patrimônio arqueológico, por ventura não identificado nas fases anteriores de

licenciamento. Nesse sentido, o monitoramento arqueológico das obras surgiu como um assertivo instrumento de gestão, cuja execução transcendeu a obrigatoriedade legal das etapas necessárias ao licenciamento arqueológico.

Importante ressaltar que dentro das diretrizes da Portaria 230 - IPHAN, o monitoramento arqueológico sequer é mencionado. No entanto, essa atividade pode constar dos pareceres exarados pelo Iphan na avaliação dos relatórios técnicos produzidos ao final da etapa de resgate, advertindo quanto a necessidade de acompanhamento arqueológico das obras potencialmente impactantes na matriz arqueológica. E para os trabalhos desenvolvidos no empreendimento em epígrafe, a própria densidade de achados arqueológicos durante os trabalhos de prospecção que, ainda que preliminarmente, indicaram o alto potencial que as regiões interceptadas continham.

Durante o levantamento bibliográfico, observamos pouca ênfase dada ao monitoramento na escassa literatura arqueológica dedicada ao assunto. E isso é um problema em escala mundial. Na perspectiva de António Manuel Silva (2005, p. 460), sobre um exemplo de Portugal, há ainda uma recente atenção dada ao monitoramento arqueológico, o que repercute em alta diversidade de abordagens metodológicas, nem sempre adequadas ao que é necessário de ser documentado.

Diante dos desafios metodológicos enfrentados pela coordenação do projeto, os caminhos encontrados apontaram para abordagens de caráter eminentemente preventiva. Tal perspectiva é perceptível a partir da peculiaridade deste monitoramento ter atuado não apenas quando da execução da obra com as máquinas, pois já propunha um direcionamento diferenciado com vistas a um melhor resultado. No entanto, as repercussões tiveram um interessante desfecho por conta do enlace desta etapa com o adequado encaminhamento à valoração do patrimônio arqueológico proposto a partir do estabelecimento do projeto de pesquisa elaborada para fins da obtenção de permissão federal de implantação do empreendimento (Zanettini Arqueologia, 2009a).

O êxito alcançado não é apenas devido à grande quantidade de evidências arqueológicas identificadas, algo já esperado diante da magnitude dos impactos relativos à dimensão da implantação da linha férrea. Além disso, as pesquisas arqueológicas realizadas no nordeste brasileiro há tempos já apontam o alto potencial arqueológico que essa porção do território brasileiro apresenta, principalmente associadas a ocupação por grupos caçadores-coletores e ceramistas. Cabe creditar também os resultados ao planejamento para adequar as medidas de salvaguarda da memória por uma via que pleiteia difundir noções de uma arqueologia social preocupada com a valoração do patrimônio arqueológico, além de socializá-lo com a população local.

Se decidimos mostrar como as renovadas concepções de gestão arqueológica consolidaram procedimentos estabelecidos para evitar possíveis danos às evidências arqueológicas é porque compartilhamos a ideia de abranger o registro de informações de contextos sociológicos (Souza, 2017). A imprescindível etapa da pesquisa arqueológica que nos referimos tornou-se exemplar para a prática dessas estratégias, úteis para o incremento das possibilidades de salvaguarda dos bens arqueológicos.

O encaminhamento da pesquisa exigiu adequar um conjunto de ações suficientes para corresponder às tarefas de documentação antes dos serviços de implantação da linha férrea e pujantes para o registro da memória em vias de desaparecimento. É o que pretendemos apresentar, a título de estudo de caso, sobre a metodologia e desafios do monitoramento arqueológico ao refletir sobre os resultados alcançados no licenciamento do componente cultural da Ferrovia Transnordestina, notadamente aqueles do Trecho Salgueiro – Trindade.

2. A experiência anterior e formação da base da pesquisa

O início das pesquisas arqueológicas sob a responsabilidade da Zanettini Arqueologia relacionadas ao licenciamento arqueológico da Ferrovia Transnordestina se deu em 2007, a partir da etapa de resgate efetuada em um pequeno trecho da via férrea circunscrito entre os municípios de Missão Velha, no estado do Ceará e, Salgueiro no estado de Pernambuco. Desde então, a gestão arqueológica engajada com preocupações sociais promoveu o monitoramento das obras no trecho citado, bem como as prospecções, resgate e o monitoramento arqueológico no Trecho Salgueiro – Trindade, além do diagnóstico, prospecção e resgate dos Trechos Porto Suape – Salgueiro, Eliseu Martins – Trindade e Missão Velha – Porto Pecém. Em 2009 iniciou-se o monitoramento das obras no Trecho Salgueiro – Trindade, finalizado em agosto de 2010. Nesse mesmo ano, teve início o monitoramento dos Trechos Salgueiro – Porto Suape, Eliseu Martins – Trindade e Missão Velha – Porto Pecém, tendo perdurado até o desligamento da Zanettini Arqueologia em junho de 2015, ainda com esses três trechos com centenas de quilômetros a serem monitorados.

As etapas de diagnóstico, prospecção e resgate, além do monitoramento do Trecho Missão Velha – Salgueiro, foram realizadas em campanhas de campo com duração variada. Das equipes a cargo das prospecções as atividades diárias exigiram, por exemplo, percorrer grandes distâncias em um curto intervalo de tempo, tarefa ineficaz e inadequada até para uma amostra mínima de reconhecimento arqueológico. Além disso, em diversas porções do traçado proposto, a impossibilidade de acesso às áreas fez com que esses segmentos não alcançados fossem colocados como “pontos de atenção para o monitoramento” a fim de serem examinados na referida etapa de campo. As experiências resultantes do monitoramento arqueológico no Trecho de Missão Velha – Salgueiro, clarificaram a necessidade de maior permanência em campo dos arqueólogos a cargo do monitoramento.

Ainda que muitos esforços tenham sido empreendidos e que possibilitaram a identificação de dezenas de sítios arqueológicos, a oportunidade da permanência dos pesquisadores a cargo do monitoramento, poderia proporcionar melhores resultados. Por isso, a partir de 2009, com a permissão federal de pesquisa publicada, deu-se início ao *Programa de Gestão da Ferrovia Transnordestina*, que possibilitou maior abrangência dos trabalhos arqueológicos. Como consequência todas as etapas foram condicionadas a proposições renovadas, com maior atenção às faixas de terrenos que seriam atingidas pelas intervenções no meio biótico, social e econômico.

Mas como executar tamanha demanda se existia, no período, no Brasil, um número exíguo de profissionais habilitados provenientes da região alvo da pesquisa? A alternativa para suprir a necessidade de maior permanência dos arqueólogos em campo levou à adoção de critérios para a orientação de profissionais que passariam a residir nas regiões abordadas na pesquisa, aptos a atuar dentro dos parâmetros de documentação e interpretação.

O obstáculo interposto na execução dessa tarefa, a inexistência de pesquisadores treinados/capacitados para executar os serviços, exigiu a tomada de medidas alternativas. A solução encontrada naquele momento envolveu a contratação de pesquisadores de fora da região e já experientes na execução dos serviços elementares da arqueologia preventiva, além de promover o estabelecimento de moradias em cidades centrais para a realização dos trabalhos, visando reduzir o deslocamento até porções do traçado. Também foi necessária a criação de uma coordenação permanente em campo para realizar a frequente orientação dos profissionais envolvidos.

No encaminhamento das medidas de adequação das tarefas nas porções de terrenos suscetíveis de pesquisa, um importante parâmetro foi estabelecido: à ampliação das áreas alvos de impacto. Isso é devido à possibilidade da exacerbada interferência não somente da obra da Ferrovia, mas também de sua atração enquanto caminho que necessita de serviços de manutenção e agrega ocupações ao longo do tempo em que o traçado é utilizado.

A princípio é importante pontuar que a faixa de domínio do empreendimento conta com perímetro variado, tendo entre 40, 60 ou 80 metros, a depender do serviço destinado à implantação do eixo projetado da ferrovia (terraaplenagem, corte ou aterro). Mas é dentro da menor extensão, 40 metros, que o eixo da ferrovia está projetado.

Em um empreendimento com a extensão de mais de 1700 quilômetros, a execução da pesquisa arqueológica dentro apenas da faixa de terrenos diretamente atingida seria suficiente para cumprir as exigências legais do licenciamento ambiental, mas, reduzidos frente as oportunidades de constituir um olhar adequado da magnitude do patrimônio arqueológico em risco de dano.

É importante reconhecer que o estabelecimento de ferrovias gera modificações no uso e ocupação do espaço principalmente com as consequências conflitantes de adensamentos demográficos. Estudos sobre a criação de vias férreas são exemplares para admitir a dimensão da interferência e estímulo da instauração de linhas férreas no crescimento das cidades (Lanna, 2005, p. 26).

As ocupações em acelerado acontecimento não podem ser tomadas como neutras aos impactos gerados por influência da Ferrovia Transnordestina (Alves e Moraes-Wichers, 2011). Enfatizamos que foram os entraves citados para a preservação dos bens arqueológicos que motivaram a criação de uma alternativa para solucionar os problemas do dano ao patrimônio. Dessa forma, para estabelecer uma maneira eficaz de superar os problemas futuros comuns e advindos de ocupações atraídas pela existência de uma ferrovia, foi proposta a alteração da ADA (*Área Diretamente Afetada*) para além da faixa de domínio do empreendimento. Assim havia uma possibilidade de incrementar estudos e contribuir para a salvaguarda dos bens arqueológicos, já que também haveria campo pleno para o aumento da amostra de evidências na pesquisa arqueológica.

Nesse sentido, a partir do ano de 2009 e levando em conta a possibilidade de uso e ocupação dos terrenos nas áreas externas e adjacentes aos lugares onde a obra seria executada, foi proposta uma ampliação do perímetro das áreas alvos de impacto. Assim contávamos com 100 metros para cada lado do eixo projetado da ferrovia como extensão da ADA. Para parcelas adjacentes do território interceptado pelo traçado da ferrovia foram considerados como inseridos na AID (*Área de Interferência Direta*) todos os bens arqueológicos localizados até 2,5 quilômetros para cada lado do eixo projetado.

No que concerne ao patrimônio arqueológico, para a construção de cenários de ocupação com base na bibliografia arqueológica disponível, foram considerados os municípios interceptados pelo empreendimento. Há agregação de temas com a pontuação de informações existentes das demais porções do nordeste brasileiro onde as pesquisas arqueológicas possibilitaram resultados interessantes à discussão a respeito do patrimônio arqueológico ora identificado na ADA e AID do empreendimento. A ampliação da ADA também nos permitiu identificar, resgatar e avaliar com maior amplitude os sítios arqueológicos, o que possibilitou ainda um maior raio de ação da pesquisa.

3. Desafios metodológicos

As ações devotadas ao monitoramento arqueológico envolveram a adoção de estratégias direcionadas à detecção e recuperação de novas evidências, a ampliação da pesquisa desenvolvida em sítios arqueológicos trabalhados nas atividades de salvamento, com a concomitante documentação necessária visando o registro e o controle das atividades. Nesse sentido, a metodologia utilizada esteve focada em abordagens multiestágios, propiciando a cada etapa de trabalho, rever e equacionar os procedimentos inicialmente definidos.

Os avanços na pesquisa indicaram que a aplicação dos métodos de trabalho, com a adição de outros métodos em diferentes etapas, foi benéfica para o processo, com uma crescente adesão de novas

observações sobre os registros efetuados. O monitoramento arqueológico buscou identificar, registrar e catalogar possíveis materiais arqueológicos incididos nas áreas que seriam impactadas pela obra, com o intuito de arrolá-los juntamente às demais evidências arqueológicas possivelmente identificadas em etapas anteriores dos trabalhos de licenciamento. Nesse sentido, torna-se necessário expor a base do conceito de monitoramento arqueológico adotado no Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia Transnordestina (Zanettini Arqueologia, 2009a), que tem proximidade com a categorização elementar defendida por Wieberg:

"(...) a observação ativa da movimentação de terra ou trabalhos semelhantes que podem adversamente afetar o patrimônio cultural inserido na área de determinado empreendimento, garantido por ações como observação, registro dos dados, coleta de artefatos, escavações arqueológicas, fotografias, laboratório, análise, etc., conduzido por profissional qualificado (...)" (Wieberg, 2009).

Partimos desse conceito e agregamos métodos específicos para o contexto identificado no monitoramento da ferrovia, visando extrapolar a tarefa dedicada a observação do maquinário. Tal ação foi necessária visando a obtenção da maior qualidade nas leituras das paisagens e compartimentos geomorfológicos presentes na área, pois, concordamos que o monitoramento é encarado como um dos poucos instrumentos de gestão disponíveis para uso durante atividades de construção para localizar sítios, ou demais evidências arqueológicas, que não seriam detectados por outros métodos (Walton, 2003).

O principal papel do monitoramento arqueológico, a promoção do resgate do patrimônio arqueológico alvo de impactos advindos da implantação do empreendimento, não pode ser considerado como ação mecânica de baixa eficácia. Nesse sentido é apenas uma condição de partida a caracterização desta etapa por meio de observação visual das escavações feitas pelo maquinário. Porém sim, é um dos grandes intuitos evitar danos a possíveis evidências arqueológicas localizadas em superfície/ subsuperfície, não detectadas anteriormente pelos métodos amostrais prospectivos (Voss, 2008, p. 126).

Já o dia a dia do monitoramento das obras, apesar do êxito do pesado processo de planejamento das tarefas propostas, exigia uma necessária flexibilidade na metodologia da pesquisa. Por isso foram adotados procedimentos de adequação de acordo com o surgimento de demandas, o que nos levou a realizar a pesquisa dentro de uma abordagem multiestágios (Ferreira, Queiroz, 2011; Readman, 1973).

A ideia de assegurar a eficácia do monitoramento exigiu um criterioso planejamento envolvendo a criação de um sistema de coleta de informações capaz de abranger a diversidade de evidências arqueológicas existentes. Da mesma forma, foi possível assegurar a homogeneidade na coleta pelos diversos profissionais envolvidos, mas muitos foram os desafios.

Dentre as instigações surgidas frente a gestão arqueológica desta etapa específica do licenciamento, que nos provocava a trabalhar com os critérios de significância científica (onde cabe o fator de exclusividade) *versus* obrigatoriedade de resgatar todas as evidências inseridas na ADA, podemos citar três questões cruciais que demandaram atenção e ajustes visando o bom desenvolvimento dos trabalhos: 1) a constante ameaça a impactos de natureza diversa, total ou parcial às evidências arqueológicas de alta relevância científica; 2) o fomento aos métodos de documentação do passado recente; e 3) a capacitação dos profissionais.

3.1. A constante ameaça a impactos de natureza diversa, total ou parcial às evidências arqueológicas de alta relevância científica

Como medida para salvaguarda do conjunto dos bens arqueológicos impactados é inerente à gestão do patrimônio arqueológico os procedimentos voltados a recuperação e escavação das evidências identificadas. A obrigatoriedade legal (normas do IPHAN) outorga-nos e o tempo disponibilizado para o trabalho permitia-nos ações interventivas somente para o patrimônio identificado na ADA do empreendimento. Mas, para além das atividades na ADA existia a possibilidade de proceder com medidas para a proteção e preservação do patrimônio material submetido aos impactos diretos ou indiretos. Nesse sentido, ações de resgate também foram realizadas na AID, quando considerada a alta significância científica das evidências.

O monitoramento arqueológico teve três momentos chave para a identificação de evidências arqueológicas porventura não identificadas nos estágios anteriores da pesquisa (diagnóstico, prospecção e resgate):

3.1.1. Caminhamento nas novas áreas (canteiros industriais e administrativos, acessos, novas jazidas ou caixas de empréstimos, entre outros): isso ocorria com a varredura de superfície anteriormente à instalação das obras nessas áreas e demandava um esforço contínuo do monitor para obtenção das informações necessárias com a construtora;

3.1.2. Intensificação do caminhamento no eixo da ferrovia, anteriormente à supressão vegetal: essas áreas haviam sido caracterizadas por um baixo índice de detecção de sítios nas etapas anteriores, ou ainda nas porções do território interceptado cujo acesso não foi obtido durante a etapa de prospecção arqueológica. Ao detectar ocorrências nessa área, era feita a sinalização indicando o isolamento da área para posterior ação de resgate;

3.1.3. Caminhamento nas laterais da faixa de domínio: essa varredura ocorria após a supressão da vegetação, valendo-se do acesso promovido pela mesma, incidindo por uma faixa adicional de 60 metros para cada lado da faixa de domínio, resultando na abordagem integral da faixa de 200 metros definida pela pesquisa. A referida ação visou ampliar nossa amostra e ao mesmo tempo prevenir os futuros impactos gerados pelo adensamento da ocupação do espaço às margens da ferrovia. As tarefas aconteciam *nos intervalos das ações prioritários* (caminhamento no eixo, complementação de sítios anteriormente identificados e resgate de novos sítios), uma vez que nessas áreas não teríamos impactos imediatos.

Diante da magnitude do traçado proposto para a ferrovia, alguns pontos foram apenas brevemente avaliados na etapa de diagnóstico e posteriormente na prospecção, devido ao fato de que para alcançá-los era necessário atravessar quilômetros de densa vegetação até chegar a trechos inacessíveis por veículo motorizado. Somente durante as obras de implantação da ferrovia com a remoção da cobertura vegetal na faixa de domínio foi possível acessar algumas áreas, anteriormente inacessíveis, com potencial para a Arqueologia. O advento do monitoramento possibilitou, portanto, a varredura de porções suscetíveis à detecção de evidências arqueológicas, situadas à elevada distância para um dia de trabalho, ou antes, inexistentes no projeto executivo do empreendimento. É importante esclarecer que os novos espaços agregados ao perímetro do empreendimento são também aqueles surgidos com as necessidades de obtenção de materiais para a continuidade da construção. Esses seriam principalmente as caixas de empréstimos que eventualmente foram solicitadas em período posterior à realização das etapas de diagnóstico, prospecção e resgate.

3.2. O fomento aos métodos de documentação do passado recente

A comprovada ocupação por populações pretéritas na área que seria interceptada pela ferrovia é seguida por períodos de reocupação em que se instauraram dinâmicas de vida do período mais recente, caracterizadas por uma materialidade própria, desconhecida e negligenciada pela história oficial. Por isso, tornou-se necessário e urgente a documentação de um modo de vida em fase de desaparecimento, caracterizada principalmente pelas habitações construídas em pau a pique (**vd. Figura 2.**) e adobe (**vd. Figura 3.**).

Além dos sítios arqueológicos históricos, o programa de gestão arqueológica como um todo esteve preocupado em documentar evidências que compõem o cenário de ocupação mais recente, aqui denominadas de “Áreas de Ocupação Histórica – (AOHs)”. As AOHs constituem locais dotados de interferências, estruturas e/ ou vestígios móveis derivados da atividade antrópica desempenhada em períodos historicamente recentes, passíveis de intervenções, de acordo com metodologias e pressupostos teóricos da Arqueologia. Porém essas evidências não foram alçadas juridicamente a bens da União (sítios arqueológicos), visto que a legislação brasileira relativa ao patrimônio arqueológico não as contempla (Lei 3.924, de 26-07-1961) e em muitos casos, há à ocupação ou utilização no momento presente. A abordagem empreendida nas AOHs, encaminhada por um ponto de vista regional, é imprescindível para levar em conta tais manifestações (ocupações/ assentamentos), uma vez que revelam um modo de vida, por vezes, obscurecido ou parcamente documentado por outras disciplinas afins e que conhecendo profundas transformações ou até mesmo desaparecimento em virtude da modernização e transformação econômica que a região vem conhecendo (**vd. Figura 4.**).



Figura 2. Sítio Arqueológico Capela, ruínas de uma construção em pau a pique, no município de São José do Belmonte, estado de Pernambuco. **Fonte:** Zanettini Arqueologia, 2009.



Figura 3. Sítio Arqueológico Casa de Humaitá, ruínas de uma construção de adobe, no município de Parnamirim, estado de Pernambuco. **Fonte:** Zanettini Arqueologia, 2010.



Figura 4. Unidade de pouso e depósito de materiais e de insumos da lida com criação de gado e plantações de milho e sorgo, no município de Parnamirim, estado de Pernambuco. **Fonte:** Zanettini Arqueologia, 2010.

3. A capacitação dos profissionais

Ainda que a busca pela contratação de arqueólogos experientes tivesse êxito em algumas vezes, com as demandas e desafios impostos pelo trabalho de campo, demandou-se um investimento significativo de tempo para a capacitação dos arqueólogos a cargo do monitoramento. Conforme exposto anteriormente, os monitores precisaram estabelecer moradias em cidades polo para a realização dos trabalhos, visando otimizar o deslocamento até os segmentos do traçado da ferrovia, que tinham em média entre 50 e 60 quilômetros de extensão. A fim de maior controle sobre as ações devotadas ao monitoramento das obras, visitas frequentes e reuniões eram realizadas pela coordenação permanente de campo, visando a constante orientação dos profissionais envolvidos.

Uma grande quantidade de arqueólogos esteve envolvida no monitoramento das obras durante os seis anos em que as ações de implantação da ferrovia ficaram submetidas à metodologia que detalhamos. Alguns permaneceram anos, outros meses, mas, um dos resultados mais relevantes dessa permanência foi o estabelecimento de relações bastante próximas com os moradores locais, sejam nos núcleos urbanos ou nas zonas rurais. No relacionamento com os habitantes dos municípios e povoados foram obtidos importantes conhecimentos do contexto sociológico, algo muito útil para a documentação de aspectos do passado recente que foram contemplados pela metodologia adotada no programa de pesquisa.

É importante refletirmos sobre a formação dos profissionais envolvidos. Para tanto é preciso voltar a atenção à importante medida que somou rendimentos à qualidade esperada das ações desenvolvidas, o estabelecimento dos pesquisadores enquanto moradores da região em que atuaram no monitoramento. A proposta, ao tornar pesquisadores residentes em um dos municípios interceptados pelo eixo da ferrovia, foi exitosa não apenas pela facilitação de deixá-los próximo da localização das obras de construção, mas também pelas condições de fazê-los bons conhecedores da região.

Isso levou a abrir precedentes para os imprescindíveis levantamentos culturais, tão necessários à realização da etapa de educação patrimonial, intentada dentro dos parâmetros da socialização do conhecimento do programa de pesquisa e que também foi parte de uma notável tese de doutorado em museologia (Moras-Wichers, 2010). No tocante à disseminação dos resultados da pesquisa junto às comunidades deve ser considerada da mais alta relevância a importância das fontes locais, do contexto de atuação das pessoas que vivem na região pesquisada. Mas essa é uma consideração nem sempre recorrente entre os pesquisadores.

Muitas atribuições foram se acumulando aos pesquisadores. No entanto, é importante reconhecer a diversidade da formação e problemas curriculares da trajetória acadêmica e profissional deles.

O quadro de profissionais aptos a desenvolver os trabalhos do monitoramento era formado não apenas por arqueólogos diplomados. Nos trabalhos iniciais a maioria dos pesquisadores era proveniente de cursos de história. Mas existiam também aqueles formados nas ciências sociais, oceanografia e geografia. No decorrer do programa de pesquisas os cursos de arqueologia lançaram no mercado uma quantidade razoável de profissionais, logo incorporados nas atividades do monitoramento da ferrovia.

Para alguns o fato de nunca ter atuado no reconhecimento do território para levantamentos de informações cabíveis a um programa de socialização do conhecimento causava apatia, desconfiança do seu papel de pesquisador e até repulsa em atender às demandas esperadas. Essas são também algumas feições diagnósticas de profissionais que não aceitavam documentar as evidências arqueológicas do passado recente, que foi uma das grandes metas de estudos desenvolvidos dentro do programa de pesquisa arqueológica da Ferrovia Transnordestina.

A maioria das discordâncias de agregar, entre as próprias responsabilidades funcionais, as tarefas voltadas ao reconhecimento cultural do território e documentar os expressivos aspectos do passado recente foram disseminadas por pesquisadores graduados em arqueologia. Para os pesquisadores formados no Brasil, a maioria deles provenientes da Região Nordeste, isso é decorrente das recentes, pouco experimentadas e incoerentes grades curriculares dos cursos de arqueologia do país (Zanettini e Moraes-Wichers, 2014).

A mesma instância negativa ao patrimônio arqueológico elencado para a documentação também é característica do único pesquisador vindo de Portugal. Parte da desconsideração daquele pesquisador é devido à herança da prática de uma arqueologia tradicional voltada ao estudo de evidências somente de um passado longínquo e/ ou conectado até o período da ocupação romana. Soma-se seu descaso com as comunidades atingidas pelos eventos sociais dos empreendimentos.

As considerações acima discutidas sobre o caráter das atribuições dos pesquisadores são cruciais para refletir sobre um dos ganhos do monitoramento enquanto etapa que permitiu não apenas fomentar a adequação da detecção de evidências, mas também livrar do dano o patrimônio arqueológico. É possível dizer que com o estímulo à inserção da pesquisa dos bens culturais dentre as atribuições dos pesquisadores, houve sim: 1) importante ampliação da pesquisa de aspectos culturais relevantes; e 2) incremento de fontes não exploradas devido ao tempo curto de presença da equipe em outras etapas (diagnóstico, prospecção e resgate, conforme ocorria no período de vigência da portaria 230 – IPHAN).

Frente ao exposto, cabe esclarecer que as atividades do monitoramento voltadas para a salvaguarda do patrimônio arqueológico foram conduzidas por uma perspectiva comparativa. O quadro regional envolvido tornou imperioso, do ponto de vista científico, o incremento do conhecimento disponível sobre a ocupação humana da Região Nordeste do Brasil.

3.1. Estudo de Caso: o Trecho Salgueiro – Trindade, no estado de Pernambuco

O atendimento à abrangência do quadro regional levou os trabalhos arqueológicos dispendidos no Trecho Salgueiro – Trindade a uma adequada produção do conhecimento arqueológico. A enorme dimensão desse segmento com 163 quilômetros, fora do padrão dos demais, e dentro de uma porção específica do semiárido brasileiro propôs desafios à plenitude da metodologia dotada.

A princípio é inevitável mostrar que com o cronograma das obras estabelecido, locais não acessados durante as etapas de diagnóstico e prospecção foram alvo de caminhamentos sistemáticos antes do avanço das máquinas encarregadas de promover a supressão da vegetação e revolvimento de camadas sedimentares. Essa situação possibilitou aos pesquisadores identificar alguns sítios arqueológicos em superfície, gerando um aumento no número de sítios até então identificados. Além do acesso aos locais que não haviam sido avaliados nas etapas anteriores do licenciamento, os pesquisadores tiveram a possibilidade de avaliar de maneira mais detalhada, diversas porções do traçado previsto para a implantação da ferrovia, se valendo principalmente de abordagens oportunísticas em locais com visibilidade de superfície.

A partir das atividades de monitoramento houve um incremento importante no número total de sítios. A quantidade de sítios identificados antes da etapa de monitoramento, em 2008, era de 36 e no decorrer do monitoramento, entre 2009 e 2010, totalizou 83 sítios. Diversos sítios foram identificados em condição de palimpsesto, assim caracterizados: 3 rupestres, 6 históricos, 5 lito-cerâmicos e históricos, 48 líticos, 13 líticos e históricos e 8 lito-cerâmicos.

No entanto, devemos ressaltar que tanto o diagnóstico quanto a prospecção têm caráter amostral e, durante os levantamentos de campo os arqueólogos se preocuparam em avaliar os diversos

compartimentos ambientais, sempre considerando as condições mínimas necessárias para o estabelecimento de assentamentos humanos. O gráfico abaixo, exibe os sítios arqueológicos identificados nos seis municípios interceptados pelo traçado proposto do Trecho Salgueiro - Trindade (vd. Gráfico 1.).

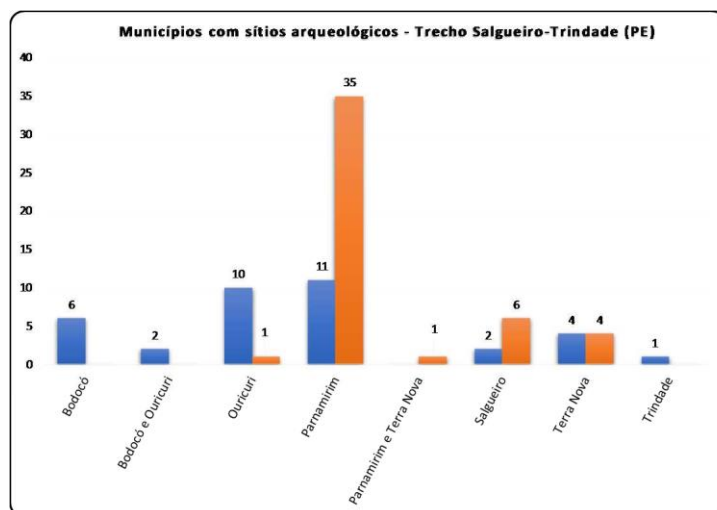


Gráfico 1. Total de sítios identificados durante o licenciamento ambiental da Ferrovia Transnordestina no Trecho Salgueiro-Trindade. Barras em Azul são os totais resultantes das etapas de diagnóstico, prospecção e resgate. Barras em Laranja, são os totais de sítios identificados na etapa de monitoramento arqueológico. **Fonte:** Os Autores.

A continuidade da gestão dos recursos arqueológicos durante a etapa de monitoramento consorciou as ações de varredura e de resgate de novas evidências além da observação dos locais onde houve a identificação de ocorrências isoladas, AOHs e sítios arqueológicos sujeitos aos impactos com os serviços da obra de infraestrutura da Ferrovia Transnordestina. Os resultados da pesquisa com a aplicação dessa metodologia mostraram que é possível adquirir através do monitoramento arqueológico uma significativa contribuição à produção do conhecimento do modo de vida dos grupos humanos. Para o exemplo da região em questão isso é relevante, ao conhecimento dos grupos humanos que povoaram o nordeste brasileiro. Na tabela abaixo (vd. Tabela 1.) são exibidos detalhes dos 47 sítios arqueológicos identificados na etapa de monitoramento, sendo que desse total, 25 foram identificados na ADA, 20 na AID e 2 na AII (*Área de Interferência Indireta*).

Tabela 1. Sítios arqueológicos identificados durante a etapa de monitoramento arqueológico no Trecho Salgueiro – Trindade. **Fonte:** os Autores

Sítio	Inserção no empreendimento	Categoria	Município/ UF	Status
Abóboras II	Área diretamente afetada - ADA	Lítico e Histórico	Parnamirim/ PE	Resgatado

Sítio	Inserção no empreendimento	Categoria	Município/ UF	Status
Abóboras III	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Alexandria I	Área de interferência direta - AID	Histórico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Alexandria II	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Cacimba de Cima	Área de interferência indireta - AII	Arte Rupestre	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Casa do Humaitá	Área de interferência direta - AID	Lítico e Histórico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Casa dos Caboclos	Área de interferência direta - AID	Histórico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Dom Feio I	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Dom Feio II	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Fazenda Belmonte I	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Fazenda Belmonte II	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Fazenda Belmonte III	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Fazenda Estoque	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Fazenda Juazeiro	Área de interferência indireta - AII	Arte rupestre	Parnamirim/ PE	Cadastrado

Sítio	Inserção no empreendimento	Categoria	Município/ UF	Status
Fazenda Olinda III	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Fazenda Olinda IV	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Fazenda Santa Rita	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Terra Nova/ PE	Resgatado
Fazenda Simoa II	Área de interferência direta - AID	Lítico	Salgueiro/ PE	Resgatado
Fazenda Simoa III	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Salgueiro/ PE	Resgatado
Fazenda Simoa IV	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Salgueiro/ PE	Resgatado
Fazenda Trincheira	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Terra Nova/ PE	Resgatado
Fazenda Veado IV	Área diretamente afetada - ADA	Lítico e Histórico	Parnamirim e Terra Nova/ PE	Resgatado
Fazenda Veado V	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Fazenda Veado VI	Área de interferência direta - AID	Lítico	Terra Nova/ PE	Cadastrado
Fazenda Veado VII	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Fortaleza I	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Fortaleza II	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Fortaleza III	Área diretamente afetada - ADA	Lítico e Histórico	Parnamirim/ PE	Resgatado

Sítio	Inserção no empreendimento	Categoria	Município/ UF	Status
Fortaleza IV	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Fortaleza V	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Fortaleza VI	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Gravatá X	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Ouricuri/ PE	Resgatado
Guarani	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Terra Nova/ PE	Resgatado
Piomonte III	Área diretamente afetada - ADA	Lítico e Histórico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Piomonte IV	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Piomonte IX	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Piomonte V	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Piomonte VI	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Piomonte VII	Área de interferência direta - AID	Lítico e Histórico	Parnamirim/ PE	Cadastrado
Piomonte VIII	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Quixaba IV	Área diretamente afetada - ADA	Histórico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Serra Linda I	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Salgueiro/ PE	Resgatado
Serra Linda II	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Salgueiro/ PE	Resgatado

Sítio	Inserção no empreendimento	Categoria	Município/ UF	Status
Serra Linda III	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Salgueiro/ PE	Resgatado
Solimões	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Tamburi I	Área de interferência direta - AID	Lítico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Tamburi II	Área de interferência direta - AID	Lítico e Histórico	Parnamirim/ PE	Cadastrado

Coube também ampliações de atividades de resgate com o refinamento das escavações em sítios arqueológicos apontados como de alta significância científica. Na oportunidade as ações de refinamento possibilitaram o aprofundamento das pesquisas, permitindo identificar aspectos antes desconhecidos em uma evidência ou no cenário regional. Por exemplo, é notória a alta relevância da identificação da cadeia operatória da indústria lítica no sítio arqueológico Pedra da Ema 1 e também a descoberta do componente cerâmico não recorrente em todo o semiárido. A tabela abaixo exibe a relação dos sítios arqueológicos que foram retrabalhados na etapa de monitoramento (**vd. Tabela 2.**).

Tabela 2. Sítios arqueológicos submetidos a refinamento das escavações na etapa de monitoramento arqueológico, em contextos já trabalhados na etapa voltada ao resgate arqueológico. **Fonte:** Os Autores

Sítio	Inserção no empreendimento	Categoria	Município/ UF	Status
Barra de São Pedro I	Área diretamente afetada - ADA	Lítico	Ouricuri/ PE	Resgatado
Fazenda Favela	Área diretamente afetada - ADA	Lito-cerâmico e Histórico	Parnamirim/ PE	Resgatado
Fazenda Veado III	Área diretamente afetada - ADA	Lito-cerâmico e histórico	Terra Nova/ PE	Resgatado
Gravatá III e IV	Área diretamente afetada - ADA	Lito-cerâmico e Histórico	Bodocó e Ouricuri/ PE	Resgatado
Gravatá IX	Área diretamente afetada - ADA	Lítico e Histórico	Bodocó/ PE	Resgatado
Gravatá VIII	Área diretamente afetada - ADA	Lito-cerâmico	Bodocó e Ouricuri/ PE	Resgatado
Pedra da Ema I	Área diretamente afetada - ADA	Lito-cerâmico e Histórico	Parnamirim/ PE	Resgatado

Sítio	Inserção no empreendimento	Categoria	Município/ UF	Status
Piomonte I	Área diretamente afetada - ADA	Lito-cerâmico e Histórico	Parnamirim/ PE	Resgatado

Uma ênfase nos caminhamentos sistemáticos foi importante para promover um adequado caminho de detecção das evidências, dada às ocorrências que se acumularam ao longo dos trabalhos desenvolvidos, principalmente no semiárido. Mas não havia um relaxamento na observação dos cortes propostos pelo projeto executivo que deixaram expostos grandes extensões de taludes.

Nos espaços mais propícios à ocupação havia a indicação para a realização de varreduras de superfície. Essas áreas reuniam indicares ambientais e/ ou antrópicos característicos de assentamentos devido a algum motivo ou passagem de grupos humanos. Dentre elas estão as áreas de acúmulo, mananciais e cursos d'água, bem como clareiras em meio à mata nativa e porções da topografia em que há ou poderia ter havido recursos minerais úteis ao uso cotidiano.

Nos serviços executados para a obra do eixo da ferrovia a atenção aos procedimentos de averiguação das evidências arqueológicas permanecia não apenas para a ADA, mas também nos espaços que se conjugavam de forma direta. Conforme apontado na tabela acima (**vd. Tabela 1.**), foi possível localizar 20 sítios arqueológicos na AID, que, apesar de não terem sido identificados na ADA, ajudaram a compor um quadro arqueológico regional digno de ser reconhecido, conforme é notável com os levantamentos das evidências arqueológicas que compõem importantes aprofundamentos dos estudos desenvolvidos. A relevância de contribuições para tais medidas tomadas como importantíssimas estão nas pesquisas acadêmicas em diversos níveis. Dentre essas deve ser considerada a importância aos trabalhos de pós-graduação oriundos de objetos de estudo gerados no encaminhamento das mais diversas etapas da pesquisa arqueológica da Ferrovia Transnordestina (Moraes-Wichers, 2010; Hattori, 2015; Queiroz, 2015; Souza, 2017; Ferreira, 2018).

Escolhemos refletir sobre os resultados do Trecho Salgueiro – Trindade porque com esse segmento foram praticadas em sua plenitude as tarefas da metodologia discutida no texto. Não obstante, os resultados mostraram que o caminho adotado na pesquisa propiciou um êxito considerado exemplar para todos os outros trechos do empreendimento.

Das experiências obtidas no andamento do monitoramento dessa porção do traçado da Ferrovia Transnordestina partiram medidas de aprofundamento das tarefas diárias dos pesquisadores que marcaram a capacitação de grande número de profissionais. E isso é válido não apenas para as atividades estritas à obra de implantação da via férrea, mas também para a adequada documentação das evidências arqueológicas, sejam elas do período pré-colonial, histórico ou do passado recente. E se levarmos em conta a experiência com os contextos sociológicos fica evidente que a importância dada à arqueologia contemporânea foi muito frutífera. Inclusive a sensibilização dos contextos do passado recente levou vários pesquisadores a estabelecerem seus objetos de estudo acerca de diversos temas contemporâneos, conforme citado acima para as 05 pesquisas acadêmicas concluídas em vários programas de pós-graduação dentro e fora do país. Salientamos que uma delas (Ferreira, 2018), é fruto de um tema surgido da adequada execução da metodologia aqui discutida e consorciada à abordagem etnográfica de documentação de um contexto sociológico congênere em que foi registrado aspectos singulares da materialidade identificada no eixo projetado da ferrovia.

Enfatizamos que o monitoramento arqueológico do Trecho Salgueiro – Trindade garantiu a eficácia de livrar do dano o patrimônio arqueológico. O volume de ações deu amplas possibilidades de substanciar uma base para os estudos futuros em que seria reproduzido o encaminhamento dos outros trechos

através dos mesmos métodos, dignos de serem mantidos devido, principalmente, aos bons resultados alcançados.

No período de execução do monitoramento do referido Trecho aconteceu a troca de conhecimentos junto às comunidades locais, em conversas informais e registro etnográficos mais profundos, reunidos dentro do intenso e amplo programa de socialização do conhecimento (Zanettini Arqueologia, 2014d) em que foi crucial o envolvimento dos arqueólogos nas ações para o reconhecimento do território por meio de registro de testemunhos orais. A disseminação das atividades, nada próximas daquelas vinculadas à realização das obras do empreendimento, permitiram reunir informações sobre as expectativas dos habitantes locais quanto à sua herança patrimonial.

No período de documentação e durante a realização das ações educativas voltadas ao patrimônio, a equipe envolvida participou de uma extensa aplicação de divulgação do conhecimento produzido que permitiu aprofundar questões essenciais vinculadas às abordagens etnográficas e somaram uma grande profundidade de informações do modo de vida contemporâneo recente, pouco estudado ou marginalizado por diversas disciplinas voltadas aos temas das humanidades. Houve discordâncias na equipe quanto à aplicação dos conhecimentos dos habitantes locais e no tocante à participação de arqueólogos na reprodução das temáticas da arqueologia para a comunidade.

4. Considerações finais

O quadro apresentado no decorrer no artigo expôs aspectos metodológicos profícuos para o monitoramento arqueológico em obras de grande extensão. Ainda que a grande maioria do traçado proposto para a instalação da Ferrovia Transnordestina não tenha sido alvo de monitoramento, os métodos aplicados em campo mostraram-se eficazes e proporcionaram um incremento significativo no total de achados arqueológicos. Vale lembrar que, ainda que a portaria Iphan 230 não determine o monitoramento das obras, as recomendações exaradas pelo Iphan durante o processo de licenciamento podem conter indicação para que o monitoramento acompanhe as obras.

Vale abrir um parêntese sobre a legislação arqueológica voltada ao licenciamento ambiental no Brasil, que sofreu uma brusca alteração em primeiro de março de 2015. Nessa data foi extinta a Portaria IPHAN 230 e exarada a Instrução Normativa IPHAN n. 01, que estabelece os procedimentos administrativos a serem observados nos processos de licenciamento ambiental.

De uma maneira geral, pouca importância é dada pela legislação ao monitoramento arqueológico. A firmeza da atuação da totalidade de profissionais envolvidos, adequada aos critérios adotados pela gestão arqueológica aqui enfatizada, é necessária enquanto meio fundamental para a execução de tal instante da pesquisa. Por outro lado, não há como esperar do empreendedor o respeito pelas situações da pesquisa arqueológica, dada é a forma como os empreendimentos são executados diante dos objetivos de implantação associados aos ditames da economia mundial.

Com o advento da referida Instrução Normativa 01, ainda que carecendo de ajustes, os caminhos a serem seguidos nos processos de licenciamento apresentam-se mais detalhados. Além disso, é importante salientar que a instrução normativa orienta que determinadas categorias de empreendimentos financiem uma avaliação de impacto aos bens culturais tombados, valorados e registrados. Mencionamos o tema para enfatizar que esse aspecto foi considerado nas pesquisas realizadas durante a etapa de monitoramento, pois entendemos que a percepção de que a dissociação entre o patrimônio material e imaterial somente ocorre por conceituação, devendo-se levar em conta que os modos de fazer (saberes) têm ampla difusão com a oralidade (práticas permanentes), indubitavelmente necessários à abordagem arqueológica e no que é tocante à disseminação do conhecimento, ambas dimensões são retroalimentadas pela interpretação do passado no presente.

Entendemos que é justamente nesse entrelaçamento, dos ganhos para a produção do conhecimento com associação entre a materialidade descoberta/produzida, a documentação dos contextos sociológicos e a mediação dos habitantes locais, que habita parte dos resultados obtidos durante o monitoramento arqueológico. O fato da permanência dos arqueólogos responsáveis pelo monitoramento nas subdivisões do traçado, possibilitou uma aproximação com as comunidades do entorno muito mais estreita, permitindo a troca de informações e um insumo de novos olhares para as coisas que ultrapassavam o “conceito de materialidade”.

Um dos grandes ganhos da permanência dos arqueólogos por longos períodos em uma mesma cidade, foi o fato de estabelecerem laços com diversos moradores das comunidades abarcadas pelo traçado da ferrovia. Essa situação foi fulcral para que a percepção da materialidade, das paisagens e das apropriações materiais ganhassem novos contornos. Como resultado dessas interações, as peças que compuseram a exposição itinerante que percorreu diversas comunidades rurais, escolas, associações, entre outros, ganharam novos significados. Para tanto, o Programa de Educação Patrimonial foi cuidadosamente delineado para esse projeto, pois, acreditamos que é apenas a partir da socialização do conhecimento que o patrimônio passa a realmente fazer sentido.

Nessa reflexão fica posto que o acréscimo proposto para a pesquisa arqueológica substanciou com ampla demanda as ações na faixa de domínio do empreendimento, que não se resumiriam apenas à monótona e pouco produtiva, mas necessária observação da movimentação das máquinas. As tarefas da equipe que passaram a contar também com a intensificação de caminhamentos sistemáticos e varreduras de superfície em áreas potenciais foram então um meio muito eficaz também nas avaliações nas áreas laterais do empreendimento. E nesse espaço os resultados também foram muito satisfatórios.

Para a gestão do patrimônio arqueológico é um expediente que possibilitou o incremento da avaliação arqueológica na área de estudo. Os desafios intensificaram-se diante do tempo exequível das tarefas, em que estiveram sempre presentes as medidas básicas da organização das informações e dinâmica de decisões para executar as operações de registro, documentação, resgate e/ ou proteção dos bens arqueológicos. Para o quadro geral do conhecimento arqueológico os procedimentos praticados tornaram-se eficazes para o aumento da amostragem de sítios arqueológicos e também com relação à sua diversidade cultural dentro do quadro arqueológico regional.

Concluímos que as consequências da negligência do monitoramento arqueológico são danosas à preservação memória. Conforme mostra Silva (2005, p. 459 e 460), o enorme crescimento do número de pesquisas arqueológicas em Portugal não possibilitou incrementos significativos para adequar as exigências legais da realização do monitoramento arqueológico. As oportunidades de obter insumos à história e cultura nacional é por si só um meio que deveria atrair a sociedade civil para dar o devido espaço ao monitoramento dentro das atividades de construção. O conjunto de atitudes que desconsideram a relevância do monitoramento em obras de construção civil é, portanto, uma forma contraproducente de proteção e disseminação do patrimônio arqueológico.

Por fim, queremos ressaltar que o projeto de arqueologia preventiva dedicado a gestão do patrimônio arqueológico da Ferrovia Transnordestina resultou em inúmeras publicações, trabalhos acadêmicos, além de diversas apresentações em congressos científicos em todo o território nacional. Reiteramos essa questão, visto que uma das críticas a arqueologia realizada no âmbito do licenciamento ambiental é justamente o fato de os resultados serem inconsistentes, muitas vezes rasos e não contribuem cientificamente ao desenvolvimento da arqueologia como um todo. Sem dúvida, esse projeto desenvolvido sob a responsabilidade da Zanettini Arqueologia durante quase uma década mostra que é possível agregar conhecimento com trabalhos comprometidos e resultados consistentes e, que o monitoramento arqueológico pode e deve ser muito mais do que “apenas” acompanhar o trabalho das máquinas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à coordenação geral do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia Transnordestina, em especial aos arqueólogos Paulo Zanettini e Camila Moraes. Agradecemos também a todos os colegas que compartilharam conosco os desafios de morar no sertão nordestino para o desenvolvimento de uma arqueologia comprometida com as comunidades rurais e com o patrimônio arqueológico do semiárido. Sem dúvida, a produção desse artigo não seria possível sem nossa permanência por anos, juntos a diversas comunidades abarcadas pelo traçado da ferrovia. Sem essa vivência e sem o acolhimento que tivemos durante toda a nossa jornada, os resultados certamente seriam outros, no entanto, a responsabilidade pelas ideias restringe-se a nós.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Alves, Luciana Bozzo; Moraes-Wichers, Camila Azevedo de (2011). O desafio da gestão da informação arqueológica em grandes projetos de licenciamento: o caso da Ferrovia Transnordestina. *Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 16º, Congresso da Union International des Sciences Pré-Historic and Proto-Historic, 16º*. Florianópolis: SAB/ UISPP.

Ferreira, Catarina Menezes (2018). *Arqueologia da Paisagem Caieirista no município de Parnamirim/ PE* [Documento policopiado]. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe. Dissertação de Mestrado em Arqueologia.

Ferreira, Catarina Menezes; Queiroz, Luiz Antonio Pacheco de (2011). Monitoramento arqueológico em obras de grande extensão: reflexões e questionamentos. *Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 16º, Congresso da Union International des Sciences Pré-Historic and Proto-Historic, 16º*. Florianópolis: SAB/ UISPP.

Hattori, Márcia Lika (2015). *Arqueologia em Áreas de Conflito: cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades* [Documento policopiado]. São Paulo, Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Arqueologia.

Moraes-Wichers, Camila de Azevedo (2010). *Museu e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira* [Documento policopiado]. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Tese de Doutorado em Museologia.

Queiroz, Luiz Antonio Pacheco de (2015). *Água Fria é no Pote do Cariri Cearense* [Documento policopiado]. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. Dissertação de Mestrado em Arqueologia.

Souza, Rafael de Abreu e (2017). *Um Lugar na Caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do nordeste brasileiro* [Documento policopiado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado em Ambiente e Sociedade.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Lanna, Ana Lúcia Duarte. [Em linha, 2005]. Ferrovias no Brasil 1870-1920. *História Econômica e História de Empresas*, Vol. 8, nº 1, p. 7-40. [Consultado em 22 de dez. de 2018]. Disponível na [www:<URL: file:///C:/Users/lucia/Downloads/179-Texto%20do%20artigo-480-1-10-201207_23.pdf>](http://www.file:///C:/Users/lucia/Downloads/179-Texto%20do%20artigo-480-1-10-201207_23.pdf). ISSN: 1519-3314.

Machado, Rafael Amorim. [Em linha, 2016]. Condicionantes institucionais à execução do investimento em infraestrutura no Brasil: estudo de caso sobre a implementação da ferrovia Transnordestina. *Texto para Discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Vol. 2251, p. 9-84. [Consultado em 21 de dez. de 2018]. Disponível na [www:<URL: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/14112016td_2251.pdf>](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/14112016td_2251.pdf). ISSN: 1415-4765.

Reaman, Charles L. [Em linha, 1973]. Multistage Fieldwork and Analytical Techniques. *American Antiquity*, Vol. 38, nº 1, p. 61-79. [Consultado em 18 de dez. de 2018]. Disponível na [www:<URL: https://doi.org/10.2307/279311>](https://doi.org/10.2307/279311). ISSN: 2325-5064.

Silva, António Manuel S. P. [Em linha, 2005]. O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 8, nº 1, p. 459-469. [Consultado em 27 de dez. de 2018]. Disponível na [www:<URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/8_1/5/19.pdf>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/8_1/5/19.pdf). ISBN: 0874-278.

Voss, Barbara. [Em linha, 2008]. Poor people in silk shirts. Dress and ethnogenesis in Spanish-colonial San Francisco. *Journal of Social Archaeology*, Vol. 8, nº 3, p. 404-432. [Consultado em 31 de dez. de 2018]. Disponível na [www:<URL: https://doi.org/10.1177/1469605308095011>](https://doi.org/10.1177/1469605308095011). ISSN: 1741-2951.

Walton, Tony [Em linha, 2003]. Methods for monitoring the condition of historic places. Department of Conservation Technical Series 27. New Zealand: Department of Conservation. [Consultado em 20 de dez. de 2018]. Disponível na [www:<URL: https://www.doc.govt.nz/documents/science-and-technical/docts27.pdf>](https://www.doc.govt.nz/documents/science-and-technical/docts27.pdf). ISSN: 1172-6873.

Wiberg, Randy S. [Em linha, 2009]. Archaeological Monitoring Plan: Magnolia Place Project (APNS 032-311-120 and 032-311-130) 106-110 & 120 Tilton Avenue. San Mateo: HOLMAN & ASSOCIATES Archaeological Consultants. [Consultado em 02 de jan. de 2019]. Disponível na [www:<URL: https://www.cityofsanmateo.org/DocumentCenter/View/6052/Item-1-Attachment_8c_Archaeological-Monitoring-Pln?bidId=>](https://www.cityofsanmateo.org/DocumentCenter/View/6052/Item-1-Attachment_8c_Archaeological-Monitoring-Pln?bidId=>).

Zanettini, Paulo Eduardo; MORAES-WICHES, Camila Azevedo. [Em linha, 2014]. Arqueologia Preventiva e o Ensino de Arqueologia no Brasil. *Revista Habitus*, v. v.12, p. 239-255, 2014. [Consultado em 22 de jan. de 2019]. Disponível na [www:<URL: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4079/2330>](http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4079/2330). e-ISSN 1983-7798.

RELATÓRIOS TÉCNICOS PRODUZIDOS PELA ZANETTINI ARQUEOLOGIA COM OS RESULTADOS DO LICENCIAMENTO DO COMPONENTE CULTURAL DA FERROVIA TRANSNORDESTINA

Zanettini Arqueologia, (2007a). Programa de Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico e Histórico e Cultural – EF Cia Ferroviária do Nordeste – CFN Trecho 3 – Cabo (PE) a Propriá (AL). Relatório Final de Diagnóstico.

Zanettini Arqueologia, (2007b). Programa de Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico e Histórico e Cultural – EF Cia Ferroviária do Nordeste – CFN Trecho 3 – Cabo (PE) a Propriá (AL). Relatório Final de Prospecção.

Zanettini Arqueologia, (2008a). Programa de Diagnóstico, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico Ferrovia Transnordestina – Trecho Missão Velha – Porto de Pecém, Estado do Ceará. Relatório Final de Diagnóstico.

Zanettini Arqueologia, (2008b). Programa de Diagnóstico, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico – Ferrovia Transnordestina. Trecho Missão Velha – Porto de Pecém, Estado do Ceará. Relatório Final da Etapa de Prospecções Extensivas e Interventivas.

Zanettini Arqueologia, (2008c). Programa de Diagnóstico, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico Ferrovia Transnordestina. Trecho Porto Suape – Salgueiro, Estado do Pernambuco. Relatório Final da Etapa de Prospecções Extensivas e Interventivas.

Zanettini Arqueologia, (2008d). Programa de Diagnóstico, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico Ferrovia Transnordestina. Trecho Eliseu Martins – Trindade, Estados do Pernambuco e Piauí. Relatório Final da Etapa de Prospecções Extensivas e Interventivas.

Zanettini Arqueologia, (2009a). Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia Transnordestina. Projeto de Pesquisa apresentado ao Iphan para fins de obtenção de permissão de pesquisa.

Zanettini Arqueologia, (2009b). Programa de Diagnóstico, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico Ferrovia Transnordestina. Trechos: Porto Suape – Salgueiro (Estado do Pernambuco), Eliseu Martins - Trindade (Estados do Pernambuco e Piauí) e Missão Velha – Porto de Pecém (Estado do Ceará). Relatório Final da Etapa de Prospecções Extensivas e Interventivas.

Zanettini Arqueologia, (2009c). Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural Ferrovia Transnordestina – Trecho Missão Velha (CE) – Salgueiro (PE). Relatório Final de Monitoramento.

Zanettini Arqueologia, (2009d). Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural Ferrovia Transnordestina Trecho Missão Velha (CE) – Salgueiro (PE). Relatório Final. 3 Volumes.

Zanettini Arqueologia, (2010a). Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia Transnordestina. Resgate Arqueológico do Sítio Arqueológico Fazendinha. Município de Custódia, Estado do Pernambuco. Intervenções Arqueológicas na Capela de São Luiz Gonzaga: Estudo das Deposições Funerárias e Remanescentes Humanos Esparsos em Estruturas de Entulho e Aterro. Termo de Conclusão de Campo.

Zanettini Arqueologia, (2010b). Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia Transnordestina – Sítio Arqueológico Fazendinha - Município de Custódia, Estado do Pernambuco. Relatório Final – Atividades 2009/2010.

Zanettini Arqueologia, (2014a). Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia Transnordestina Programa de Resgate Arqueológico. Trechos: Eliseu Martins/ PI – Trindade/ PE, Porto Suape/ PE – Salgueiro/ PE e Missão Velha/ CE – Porto Pecém/ CE. Relatório Final de Resgate, Trecho Eliseu Martins Trindade (PI) – Trindade (PE).

Zanettini Arqueologia, (2014b). Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Levantamento do Patrimônio Cultural da Ferrovia Transnordestina - Lotes 8 e 9, Trecho Salgueiro – Porto Suape, Estado de Pernambuco. Relatório Final de Diagnóstico Arqueológico.

OS DOCUMENTOS ARQUEOLÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DE JOGOS

THE ARCHAEOLOGICAL DOCUMENTS IN THE TEACHING OF HISTORY: AN EXPERIENCE THROUGH GAMES

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Doutorado em História com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Pós-Doutorado em História pela Faculdade de Letras do Porto - PT / FLUP (2016)
ananascimentoufrpe@gmail.com

Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior

Graduando de Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Bolsista de Iniciação à Docência pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES)
clevisonjonas@gmail.com

Os documentos arqueológicos no ensino de história: uma experiência através de jogos

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior

Historial do artigo:

Recebido a 20 de abril de 2019

Revisto a 15 de junho de 2019

Aceite a 06 de julho de 2019

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre o uso dos documentos arqueológicos no ensino de história através da experiência com os jogos: “Perfil – Trilha Arqueológica” e o “Uno Arqueológico”, aplicados durante as atividades de Educação Patrimonial do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado “O papel do Patrimônio Arqueológico para a construção de materiais didáticos e sua utilização para o ensino da História”. Os jogos construídos tiveram como objetivos pedagógicos discutir a história de Pernambuco através dos objetos da Cultura Material, encontrados em escavações arqueológicas realizadas no estado de Pernambuco - Brasil, com a finalidade de refletir sobre a utilização desses vestígios, entendendo as relações simbólicas e sociais por trás de seus usos, além da necessidade de sua preservação. Com essa proposta buscamos esboçar as dificuldades e possibilidades de abordagens dos documentos arqueológicos no ensino de história.

Palavras-chave: Documentos Arqueológicos; Ensino de história; Jogos; Patrimônio Arqueológico.

ABSTRACT

The aim of this article is to present a reflection on the use of archaeological documents in the teaching of history through the experience with the games: "Profile - Archaeological Track" and the "Archaeological Uno", applied during the Heritage Education activities of the Scientific Initiation Project (PIBIC) entitled "The role of Archaeological Heritage for the construction of teaching materials and their use for the teaching of History". The objectives of the games were to discuss the history of Pernambuco through the objects of Material Culture found in archaeological excavations in this state, with the purpose of reflecting on the use of these traces, understanding the symbolic and social relations behind its uses, besides the need for its preservation. With this proposal we try to outline the difficulties and possibilities of approaches of archaeological documents in the teaching of history.

Key-words: Archaeological Documents; History teaching; Games; Archaeological Heritage.

1. Introdução

Na discussão sobre o patrimônio histórico e cultural, um dos grandes desafios que se impõe na atualidade, é a possibilidade de mobilizar comunidades e diferentes instituições sociais em direção ao (re)conhecimento dos patrimônios locais e ao entendimento de como esses patrimônios refletem a memória e a identidade de um povo. O patrimônio arqueológico, por sua vez, integrando esse patrimônio histórico e cultural, é composto pelos mais variados vestígios materiais que foram deixados pelos grupos humanos que viveram no passado, constituindo-se como uma produção da cultura, revelando através de seus aspectos materiais e simbólicos, os processos e conflitos nos quais os grupos que os produziram estiveram envolvidos.

Embora consagrados como bens culturais e protegidos por lei, esses vestígios, e os dados adquiridos durante as pesquisas arqueológicas e históricas, são na maioria dos casos desconhecidos pela comunidade acadêmica e pelas comunidades locais, o que mostra a necessidade de ações de Educação Patrimonial que permitam o contato com esse patrimônio, considerado uma importante fonte de informação para o saber histórico.

Assim, as Leis e Decretos lançados nos últimos anos, sobre a defesa, proteção e divulgação do patrimônio arqueológico, nos levou a pensar sobre o tema e a direcionar nossas pesquisas para a divulgação e utilização desse patrimônio evidenciado em escavações arqueológicas. Nossa expectativa, portanto, é a de refletir sobre as possibilidades de democratização do acesso ao patrimônio arqueológico, buscando repassar às comunidades o conhecimento de seus patrimônios, com o objetivo de que se crie um sentimento de pertencimento que possibilite sua valorização e preservação. A maneira que encontramos de proporcionar essa divulgação ocorreu no campo da educação, e mais precisamente do ensino de história, através de ações de Educação Patrimonial que discutiram o lugar dos vestígios arqueológicos na construção do conhecimento histórico.

Baseados nesta percepção, mostraremos neste artigo, a necessidade de se entender como os documentos arqueológicos podem ser utilizados no ensino de história, e para isso apresentamos a experiência de Educação Patrimonial realizada na Escola Estadual Frei Caneca, localizada no Município de Camaragibe-PE. Nessa experiência foram aplicados os jogos: Uno Arqueológico e Perfil - Trilha Arqueológica, que tiveram em sua construção a utilização de vestígios arqueológicos encontrados em escavações realizadas em diferentes locais do Estado de Pernambuco.

2. Os vestígios arqueológicos: documentos históricos no ensino de história

No século XIX, a premissa que acompanhou o trabalho dos historiadores positivistas, foi a de que a história se fazia com documentos, o que de fato, estava correto, uma vez que para a construção da narrativa histórica, as informações provenientes dos documentos são essenciais. Entretanto, os documentos considerados por esses historiadores eram aqueles nos quais a escrita se fazia presente, e que eram entendidos como fontes de informações que relatavam o que de fato aconteceu. Este pensamento, que esteve em alta durante todo o século XIX, e que promoveu a valorização dos textos escritos, marcou um momento no qual a história buscava se firmar enquanto ciência, trazendo para o centro da questão dos documentos a serem considerados na escrita da narrativa histórica, o papel hegemônico dos textos.

Por outro lado, como apresenta Funari (2008), a expansão da preocupação com o que poderia ser considerado como documento histórico e as primeiras iniciativas arqueológicas de coleta de vestígios, ainda no século XVIII, com a descoberta da cidade de Pompeia, possibilitaram o desenvolvimento de novos debates. Ainda segundo o autor, desde o Renascimento obras gregas e romanas, como

esculturas e pinturas, eram coletadas e expostas em coleções privadas, criando os primeiros antiquariatos, cuja prática se manteve até o início do século XX.

Através da expansão de iniciativas arqueológicas, como mencionado, e de estudos realizados nos campos da filologia e da história ainda no século XIX, como pontua o autor, a Cultura Material passou a ser compreendida de maneira diferente, não apenas como um conjunto de objetos a serem colecionados, mas como fontes históricas, que ao serem compreendidos como produto da cultura, passaram a integrar a Cultura Material, *“entendida como tudo o que é feito ou utilizado pelo homem”* (Funari, 2008, p. 85), e que como pontua Azevedo Netto e Souza (2010), é constituída por expressões culturais que possuem *“um conjunto de elementos que representam condutas, gestos e ideias, tanto no sentido material como no simbólico, inseridas nas relações cotidianas.”* (Azevedo Netto e Souza, 2010, p. 74).

Entretanto, mesmo com a valorização da Cultura Material, o pensamento que imperava na época, que valorizava os documentos escritos em detrimento dos demais, colocou os objetos arqueológicos, e demais produtos da Cultura Material, em segundo plano, sempre como complemento dos dados adquiridos nos documentos escritos, desconsiderando assim, a possibilidade que os vestígios da Cultura Material possuem, como destaca Funari (2008), de revelar dados não visíveis nos documentos escritos. Foi então, que a partir das primeiras décadas do século XX, com o desenvolvimento da escola dos Annales, que passou a desenvolver uma história, ligada não exclusivamente aos agentes políticos e as questões de estado, mas também aos aspectos do cotidiano e das mentalidades, que os objetos que integram a Cultura Material, voltaram a ser discutidos e passaram a ser largamente estudados pela história. As mudanças assinaladas pela nova corrente historiográfica dos Annales, bem como as mudanças metodológicas no próprio campo da arqueologia, trouxeram então autonomia aos vestígios arqueológicos diante dos textos escritos, o que influenciou os debates sobre como escrever a história e os documentos a serem considerados nessa nova escrita.

Esses debates, que passaram a promover críticas à essência dos textos e ao seu entendimento como espelhos da realidade, se expandiram em termos teóricos e metodológicos a partir da década de 1970 com a terceira geração dos Annales, que desenvolveu uma nova corrente historiográfica denominada Nova História, que possibilitou uma revisão da compreensão de documento histórico, e que como pontua Le Goff (1998): *“(...) substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais et. (p. 28)”*.

A abordagem proposta inicialmente pela escola dos Annales, e que teve expansão com a Nova História, fez com que os diferentes produtos da ação humana passassem a compor o conjunto de documentos a serem considerados na escrita da história, colocando em discussão a exclusividade que os positivistas deram aos textos escritos e a possibilidade de trabalhar com esses diferentes produtos na construção da narrativa histórica, sempre atentos ao papel das representações na construção dessas narrativas.

No campo do ensino de história, o uso dos diferentes documentos históricos em sala de aula tem sido bastante discutido, se constituindo como uma possibilidade para o desenvolvimento de reflexões que levem os alunos a problematizarem os diferentes momentos históricos mediante o uso desses suportes de informação, que são fundamentais na pesquisa histórica. Através da análise desses documentos, os alunos podem de forma crítica entender quais os processos que estiveram envolvidos na sua produção, como os sujeitos históricos e os próprios historiadores operaram com esses suportes, e o que esses documentos podem revelar sobre o momento histórico a ser discutido.

As questões que fazem parte do ofício do historiador, portanto, ganham espaço na construção do conhecimento histórico escolar e devem ser abordadas no processo de ensino-aprendizagem, sendo

importante ressaltar, que as situações que envolvam a análise desse ofício, bem como dos diferentes tipos de documentos históricos, como pontua os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), não tem como intenção *"(...) fazer do aluno um pequeno historiador, mas propiciar reflexões sobre a relação presente-passado e criar situações didáticas para que conheça e domine procedimentos de como interrogar obras humanas do seu tempo e de outras épocas (BRASIL, 1998, p. 85) (...)"*.

O contato com os diferentes tipos de documentos históricos na sala de aula permite tornar esse ambiente não apenas um lugar de reprodução do conhecimento histórico, como pensou a história tradicional, mas um lugar de produção do saber histórico, que leve o aluno a questionar os diferentes documentos históricos e a entender como os historiadores interrogam esses documentos, e partir de suas interrogações constroem o conhecimento histórico. Ao propor o uso dos documentos históricos no ensino de história, cabe ao professor selecionar e pensar a melhor forma de trabalhar com essas fontes de informações, buscando desenvolver atividades que levem o aluno a uma posição mais crítica, na qual a investigação perpassasse as diferentes maneiras de abordar esses documentos históricos.

No que diz respeito ao uso dos vestígios arqueológicos no ensino de história, tema central deste trabalho, é importante que o professor antes de operar com esses suportes de informação, esteja atento à como ocorreu o processo de transformação desses vestígios em documentos históricos, entendendo, como mencionado, que a valorização desses documentos só foi possível graças à ampliação do conceito de documento histórico, quando passaram a ser coletados, e em seguida protegidos por leis. Uma vez reconhecido esse processo, é importante compreender que ao serem reconhecidos e valorizados, enquanto bens culturais e fontes de informação para o conhecimento histórico, esses vestígios passaram a integrar um conceito maior, o de patrimônio arqueológico, que nas palavras de Moraes e Mourão (2005), podem ser entendidos como o:

"(...) conjunto de expressões materiais da cultura dos povos indígenas pré-coloniais e dos vários seguimentos dos diversos setores da sociedade nacional (inclusive as situações de contato inter-étnico). Potencialmente incorporáveis a memória local, regional ou nacional, o patrimônio arqueológico compõe parte da herança cultural legada pelas gerações passadas às gerações futuras (p. 335)".

Essa definição, que ressalta os aspectos materiais e simbólicos presente nesse patrimônio, uma vez que o considera como produto da cultura, evidencia seu caráter de transpor informações sobre a memória das gerações passadas, possibilitando ao professor, que irá operar com esses suportes de informação, trabalhar com a construção de representações de determinadas culturas, fornecendo ao aluno subsídios para entender a importância desse patrimônio em termos culturais e científicos. Portanto, ao abordar no ensino de história os objetos encontrados em escavações arqueológicas, e que são expostos em museus ou salvaguardados nas reservas técnicas de instituições públicas, estará apresentando ao aluno possibilidades de reflexões sobre o papel desses documentos, como veículos de informações sobre costumes, técnicas, relações econômicas e sociais de nossos antepassados.

Através de reflexões como essas, o olhar do aluno será direcionado para a questão do que são documentos históricos e de como reconstituem manifestações culturais e sociais, cuja interpretação possibilitará a construção de uma consciência histórica. Assim, no ensino de história, os objetos expostos em museus, entre eles os vestígios arqueológicos, se constituem como um recurso a ser considerado no trato com os documentos históricos e com os conteúdos que mobilizem esse tipo de documento, pois como analisa Bittencourt (2005), sobre a importância do objeto material, as informações adquiridas no contato com esses objetos, ocorrem através de uma leitura mais crítica, que acarreta sua transformação em documentos, assim:

"Mesas, vasos de cerâmica, vidro ou metal, roupas, tapetes, cadeiras, automóveis ou locomotivas, armas e moedas podem ser transformados de simples objetos da vida cotidiana, que apenas despertam

interesse pelo “viver de antigamente”, em documentos ou em material didático que servirão como fonte de análise, de interpretação e de crítica por parte dos alunos (p. 355)”.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999), ao destacar o lugar do objeto material, apontam sua importância enquanto fonte de informação, uma vez que possibilita o entendimento da “[...] rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou (p. 9)”, pois como ressaltam as autoras, a habilidade de interpretar o que os objetos e os fenômenos culturais têm a dizer, permite a ampliação da capacidade de compreensão do mundo, uma vez que cada produto da criação humana possui sentidos e significados, que são representados das mais variadas formas possíveis, e que são desenvolvidos no cotidiano, através dos processos de interação social, entre o sujeito e o produto de sua cultura, cujo conteúdo e expressão deve-se aprender a ler.

Portanto, objetos que foram produzidos, comercializados e utilizados por determinados grupos, a partir do que ressaltam as autoras, representa a materialização de práticas sociais, que na construção do conhecimento histórico, passaram a ser considerados importantes, no momento em que o cotidiano, e suas múltiplas interpretações, tornaram-se objetos de estudo dos historiadores. Ao desenvolver uma história do cotidiano, os historiadores passaram a olhar para os objetos, como pontua Guarinello (2004), como uma produção cultural, pertencentes ao mundo material e entendidos como instrumentos significativos e simbólicos, que unem e diferem os diferentes grupos e classes sociais, e que como as demais estruturas, se constituem como trabalho acumulado, constituindo-se como o limite da ação, mas por outro lado, como campo de possibilidades e espaço de negociação.

Portanto, como avalia Bittencourt (2011), sobre o conhecimento da cultura material de modo geral, é importante que o aluno compreenda que o objeto é integrante de uma organização social, que parte da vida cotidiana, marcada por rituais e crenças pertencentes a determinados grupos sociais, e que também é importante saber explorar historicamente qualquer lugar, direcionando o olhar do aluno, para que entenda o que são fontes históricas não escritas, cujas marcas do passado se transformam em material de estudo. Os vestígios arqueológicos, ao integrarem a cultura material, tornam-se objeto de análise por parte dos alunos, que devem refletir e entender sua ligação com as diferentes formas como o homem pensa e produz cultura.

3. Um espaço para jogar com os documentos arqueológicos em sala de aula

Uma vez discutida a importância e a possibilidade do uso dos documentos arqueológicos no ensino de história, é necessário pensar em propostas que promovam essa utilização, e que levem em consideração três pontos, que podem representar um desafio para o professor que se propõe a trabalhar com esses suportes de informação no contexto da sala de aula.

O primeiro ponto consiste em entender que os objetos arqueológicos, ao serem abordados no contexto escolar, devem ser operados de forma sistemática, através de atividades que levem o aluno a refletir não apenas sobre o objeto em si, mas o que sua materialização e a sua idealização representa. Na maioria dos casos a falta de uma formação adequada, por parte dos professores, para lidar com os diferentes tipos de documentos históricos, acaba comprometendo uma utilização adequada desses documentos durante o processo de construção do conhecimento histórico escolar.

Um segundo ponto, diz respeito às possibilidades de acesso aos documentos arqueológicos, por parte da comunidade escolar, sendo importante destacar que em alguns casos não há a possibilidade de contato com o objeto real, já que na maioria das experiências esse contato ocorre em espaços museais, o que requer um planejamento para além da rotina escolar e o deslocamento dos alunos até esses espaços. Quando não há a possibilidade de visita a espaços museais, comprometendo o contato com

o objeto real, o trabalho com os documentos arqueológicos pode ocorrer mediante o uso de imagens, vídeos ou ilustrações, sendo importante entender que nesse caso um elemento importante desse documento é compormetido, sua materialidade, e que a análise desses documentos ocorrerão através de representações visuais, o que não implica dizer que mesmo com os alunos tendo contato com os documentos arqueológicos, representações visuais não sejam construídas sobre o objeto observado.

O terceiro ponto, diz respeito às dificuldades que o professor de história pode encontrar ao propor atividades que abordem os documentos arqueológicos, pois muitas vezes acabam esbarrando em uma questão recorrente no ensino de história, e que representa um desafio para professores e alunos, consistindo, por parte dos professores, em conseguir desenvolver atividades que aliem conteúdo, ensino e aprendizagem, despertando nos alunos, cada um com suas necessidades e especificidades, o interesse em aprender história. Um dos principais fatores que contribuem para essa dicotomia são os currículos escolares, que apresentam uma expressiva carga de conteúdos a serem trabalhados, e com os quais os professores têm que lidar na prática docente, tornando-se reféns de métodos considerados tradicionais, que visam repassar uma grande quantidade de conteúdos em menos tempo (1). Entretanto, é importante ressaltar que os currículos escolares não podem ditar a prática docente, e como pontua Silva (2010), entender que os currículos escolares encontram-se em um campo de disputa de poder, permite a compreensão desses currículos como construções culturais, que são marcados por relações de poder, demarcação de diferenças e hierarquias, e que devem ser pensados como territórios a serem contestados, para que seja possível desconstruir uma proposta de conhecimento hegemônico, determinada a partir de uma única história, trazendo assim abordagens que ultrapassem as propostas nos currículos escolares.

Pensando nos pontos mencionados, buscamos propor a elaboração de jogos que trouxessem em sua construção uma reflexão sobre a importância dos vestígios arqueológicos enquanto documentos históricos. A proposta de elaborar jogos partiu do interesse de se opor a prática corriqueira de abordagens tradicionais para tratar os conteúdos de história, buscando abrir espaço para a transformação dos documentos arqueológicos em materiais didáticos a serem utilizados no ensino de história, despertando nos alunos, através de abordagens lúdicas presente nos jogos, o interesse e o prazer em aprender história.

Para pensar os jogos como recursos didáticos a serem usados no contexto da sala de aula devem ser levados em consideração os pressupostos teóricos que o definem enquanto produto da cultura e facilitador dos processos de ensino-aprendizagem. Assim ao serem abordados no processo de ensino-aprendizagem, os jogos devem ser produzidos com metodologias bem definidas e amparadas pelo princípio da ludicidade. Luckesi (2006 *Apud* Leal e D'ávila, 2013), ao problematizar essa ludicidade, a entende como um estado de consciência no qual ocorre uma experiência plena, não exclusivamente ligada ao lazer inerente às experiências externas, mas em um estado interno do sujeito que vivencia a experiência lúdica, através da partilha e da convivência. Embora sejam frutos da experiência externa, a partilha e a convivência, segundo o autor, ainda sim representam uma sensação interna, da qual o sujeito é quem sente, através da sensação de prazer por essa convivência, que embora se desenvolva de forma coletiva, antes de se tornar um sentimento comum, passa pela esfera individual de cada sujeito. O conceito do que vem a ser o lúdico, nas palavras do autor, reside no prazer daquilo que se faz como algo que está presente em cada indivíduo, e como este se relaciona com o outro, destacando o papel das subjetividades dos sujeitos.

Fortuna (2013), analisando o papel da ludicidade nos processos de ensino-aprendizagem, pontua que:

“(...) a questão central da abordagem lúdica dos processos de ensino-aprendizagem não é ensinar como agir, como ser, pela imitação e pelo ensaio através do jogo, tampouco obnubilar o ensino e os conteúdos escolares, manipulando o aluno-jogador, mas, sim, a possibilidade de desenvolver a imaginação, o raciocínio, a expressão, a relação com o outro e consigo mesmo (...), (p. 81)”

Deste modo, o jogo, ao adquirir as características inerentes a ludicidade, possibilita o exercício das capacidades mentais, levando o aluno-jogador a refletir, cruzar ideias e pensar estratégias que o permita chegar ao objetivo proposto; da criatividade, ao despertar as esferas da imaginação e da fantasia; e da socialização, através de um processo de interação, que permita a troca de conhecimentos.

Huizinga (2010), pensando o jogo como um fenômeno que antecede a cultura, o definiu como:

“(...) uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida quotidiana” (...), (p. 33)”.

Ao pensar o jogo enquanto atividade voluntária, o autor propõe uma reflexão sobre o espaço que a liberdade e o caráter de não seriedade ocupam no jogo, ressaltando o seu aspecto de divertimento, mesmo diante de regras bem definidas, que se sustentam através de uma concessão livre e voluntária. Essa concepção do jogo, também ressalta seu caráter social, na medida em que entendido como uma atividade voluntária que acontece dentro de determinados limites de espaço e tempo, mostra que o jogo está presente em diferentes sociedades, sofrendo mudanças na medida em que essas sociedades mudam, mantendo apenas os seus aspectos básicos de regras e divertimento.

No contexto dos processos de ensino-aprendizagem, o caráter de liberdade e não seriedade expressas na definição do autor, nas palavras de Fortuna (2000), em muitos casos acaba por vitimar o jogo, diante de outras atividades tipicamente escolares, rebaixando por vezes seu status perante essas atividades, uma vez que esse caráter de não seriedade e de liberdade é associado à improdutividade. Entretanto, como afirma a autora, o ato de jogar, leva a uma posição ativa, criando a necessidade por parte de quem joga em ser sujeito da experiência, buscando dominá-la, pois o jogo, como pontua Kishimoto (2008): *“Para a criança e o adulto é o espaço para usar a inteligência, um banco de provas, viveiro para experimentar formas de combinar o pensamento, linguagem e fantasia (p. 149)”*.

Meinerz (2013) compreende o jogo como uma prática cultural, que possibilita a interação social, explora a temática do ensino de história através de jogos, reconhecendo o potencial presente na apropriação do lúdico, através de experimentações pedagógicas de construção do conhecimento histórico, que possibilitem a criação de vínculos entre os alunos, entre os alunos e os professores, e entre ambos e os conhecimentos que estão presentes dentro e fora da sala de aula. Assim, como analisa Friedmann (1996): *“Os jogos lúdicos permitem uma situação educativa cooperacional e interacional, ou seja, quando alguém está jogando está executando regras do jogo e ao mesmo tempo, desenvolvendo ações de cooperação e interação que estimulam a convivência em grupo (p. 41)”*.

Podemos observar, diante dos pressupostos teóricos, que os jogos se constituem como uma possibilidade no ensino de história, rompendo com os saberes e fazeres escolares tradicionais, presentes no cotidiano de professores e alunos, possibilitando outro olhar sobre os processos de ensino-aprendizagem, permitindo a liberdade de expressão e interação entre os sujeitos participantes do processo de construção de conhecimentos. O jogo, portanto, pode ser utilizado como uma linguagem alternativa para se trabalhar determinados conteúdos pedagógicos, permitindo uma aproximação entre a realidade dos alunos e as demandas escolares.

Os usos dos vestígios arqueológicos, na construção desses jogos, pode representar uma possibilidade de se trabalhar com esse tipo de linguagem e com o uso de documentos históricos, que integram a Cultura Material. Abud, Silva e Alvez (2010), ressaltando alguns pontos que podem ser explorados na construção de atividades que abordem os objetos dessa Cultura material, nos dá um caminho para pensar no uso desses vestígios para a construção dos jogos. Esses pontos são:

3.1. Relacionar a biografia dos vestígios (como, quando, onde e para quem foi produzido) com a biografia de pessoas ou da sociedade que os produziu;

3.2. Identificar as diferentes formas de apropriação e uso desses vestígios pela sociedade que os criou em diferentes épocas e espaços sociais.

3.3. Identificar as diferentes formas de utilização ideológica desses vestígios, buscando entender o objetivo de sua aquisição e a relação desses vestígios com a ordem política, econômica, ou cultural da sociedade que os criou;

3.4. Identificar a relação desses vestígios com conflitos existentes entre os diferentes grupos sociais;

O uso dos documentos arqueológicos na construção de jogos para ensinar determinados conteúdos de história, se pensado através dos pressupostos teóricos apresentados e se articulados com os pontos ressaltados, podem promover o interesse dos alunos pelos diferentes processos históricos que envolvem esses documentos e que expande o campo de possibilidades de interpretação da história. Abud, Silva e Alvez (2010) avaliam ainda que, a Cultura material – da qual faz parte os vestígios arqueológicos –, *“(...) proporciona aos alunos de história a possibilidade de entendimento dos agentes históricos em sociedade à medida que percebem sua própria relação (e identificação) com o que criam, produzem e consomem cotidianamente (...)”*, (p.121).

Portanto, trabalhar com jogos que discutam a natureza dos documentos arqueológicos nos diferentes processos históricos, possibilita o desenvolvimento de reflexões que levam o aluno a operar com as informações presentes nesses documentos, fazendo com que reconheçam sua importância, enquanto fonte de informação, assumindo uma posição de investigador, e entendendo as diferentes formas de trabalhar com as fontes materiais e com a dinâmica das relações sociais, presente nos diferentes momentos históricos.

4. Jogos produzidos

Buscando construir um material didático que aliasse de forma prática e lúdica os aspectos teóricos discutidos sobre o uso dos documentos arqueológicos e sobre a elaboração de jogos para o ensino de história, partimos das seguintes problemáticas: Qual a importância dos documentos arqueológicos? Como podemos contar uma história através desses documentos? Por que (ou para quem) preservá-los?

O material didático produzido foram os jogos Uno Arqueológico e o Perfil – Trilha Arqueológica, que seguiram a metodologia proposta no livro *Jogos e Ensino de História*, organizado por Marcello Paniz Giacomoni e Nilton Mullet Pereira (2), e tiveram em sua elaboração a presença de um conjunto de vestígios arqueológicos que fazem parte do acervo do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) (3).

4.1. Uno Arqueológico

Este jogo é baseado no jogo Uno, no qual os jogadores recebem cartas, cujo objetivo consiste em combinar números ou cores iguais, até que joguem todas as cartas que estiverem à mão. No jogo original a numeração presente nas cartas varia de 0 a 9, e as cores são vermelha, azul, amarela e verde. O jogo original apresenta as seguintes cartas especiais que promovem uma maior dinâmica no jogo:

reverter (que reverte o sentido do jogo), bloqueio (que faz com que o jogador seguinte seja bloqueado, passando a vez para o próximo), coringa (que permite ao jogador escolher a cor que se seguirá o jogo), +4 e +2 (que faz com que o próximo jogador pegue mais duas ou quatro cartas). O jogo produzido durante o projeto apresenta as seguintes características:

4.1.1. **Temática:** Objetos da história de Pernambuco;

4.1.2. **Objetivos:** O objetivo do jogo consiste em jogar todas as cartas que estiver à mão, e os objetivos pedagógicos discutir a história de Pernambuco através dos objetos de sua cultura material, refletindo sobre a utilização desses objetos, buscando entender as relações simbólicas e sociais por trás de seus usos, e a necessidade de serem preservados;

4.1.3. **Superfície:** 48 cartas;

4.1.4. **Dinâmica:** Uma rodada por vez, podendo jogar até seis pessoas, que terão em mãos cartas que apresentam numeração e cores, além das cartas especiais, que possuem a mesma dinâmica do jogo original;

4.1.5. **Regras:** Cada jogador recebe três cartas e o restante do baralho é deixado na mesa, com o verso virado para baixo. Em seguida deve ser colocada uma das cartas do monte sobre a mesa, servindo como base para o início do jogo. Cada jogador deve jogar uma carta que contenha o mesmo número ou cor, mostrar a imagem do objeto e ler as informações presente na carta, caso não tenha em mão, deve ser puxada uma nova carta do monte, e se ainda não tiver, passa a vez. Ao jogar a penúltima carta o jogador deve gritar PATRIMÔNIO, caso contrário, se os demais jogadores gritarem primeiro, o jogador pegará mais uma carta. A rodada termina quando o primeiro jogador lança todas as cartas que estava à mão. Após o fim da partida os objetos apresentados devem ser discutidos, buscando promover uma reflexão sobre a natureza desses objetos, a forma como foram produzidos, comercializados e utilizados, e por que devem ser preservados.

4.1.6. **Layout:** Cartas apresentando numeração de 1 a 4 e as cores azul, vermelho, amarelo e verde. Cada carta possui a imagem de um objeto arqueológico e informações sobre esses objetos, exceto as cartas especiais (**vd. Figuras 1. 2. e 3.**).



Figuras 1. 2. e 3. Cartas do jogo Uno Arqueológico. Fonte: Arte produzida por Jaime Guimarães, 2018.

4.2. Perfil – Trilha Arqueológica

Este jogo é baseado no jogo perfil, no qual os jogadores precisam acertar o conteúdo das cartas, através de 20 dicas que devem ser expostas por rodada. No jogo original as cartas são referentes a quatro categorias, são elas: Pessoas (no qual é abordada a biografia de personalidades famosas), Lugares (locais, pontos turísticos, cidades, países), Ano (data de nascimento de pessoas famosas, eventos históricos) e Coisas (objetos). No jogo produzido a categoria selecionada para a elaboração das cartas foi Objetos da Cultura Material de Pernambuco, que dizem respeito ao conjunto de vestígios materiais que eram usados no cotidiano na história de Pernambuco. O jogo produzido durante o projeto apresenta as seguintes características:

4.2.1. Temática: Objetos da história de Pernambuco;

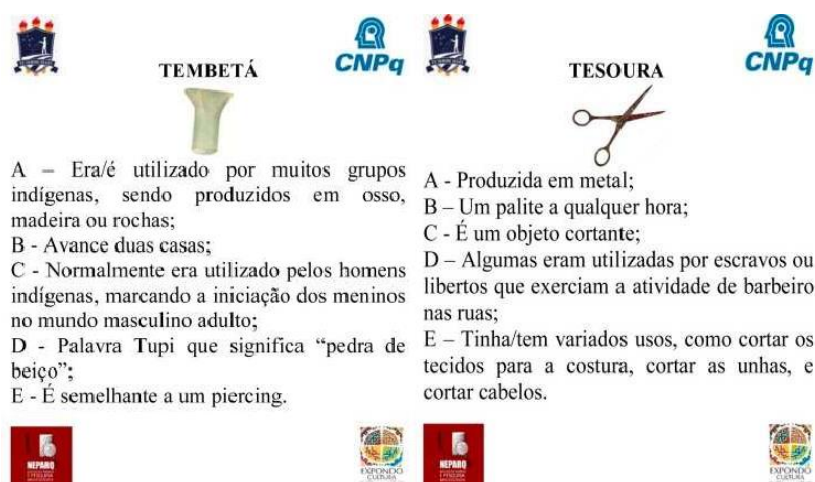
4.2.2. Objetivos: O objetivo do jogo consiste em avançar o máximo de casas possíveis, e os objetivos pedagógicos discutir a história de Pernambuco através dos objetos de sua cultura material, refletindo sobre a utilização desses objetos, buscando entender as relações simbólicas e sociais por trás de seus usos, e a necessidade de serem preservados;

4.2.13. Superfície: 1 tabuleiro de mesa e 30 cartas;

4.2.4. Dinâmica: Uma rodada por vez, com o tabuleiro apresentando casas e cartas com dicas, que influenciam na sequência avança-recua, podendo jogar em grupos ou individualmente, com até quatro jogadores.

4.2.5. Regras: Um grupo/jogador inicia puxando uma carta, o grupo/jogador seguinte escolhe uma letra entre A e E, que terá a dica a ser apresentada. Os jogadores vão recebendo dica após dica, até o momento em que acertam de qual objeto se trata, quanto menos dicas solicitarem, mais casas o grupo/jogador irão andar. Se todas as dicas forem solicitadas e o grupo não acertar passa a vez para o próximo grupo, que terá apenas uma chance, e caso acerte anda cinco casas, sempre o grupo anterior puxando a carta para o seguinte. A rodada termina quando o primeiro grupo chega à última casa, ou todas as cartas são apresentadas, vencendo o que mais avançou. Após o fim da partida os objetos apresentados devem ser discutidos, buscando promover uma reflexão sobre a natureza desses objetos, a forma como foram produzidos, comercializados e utilizados, e por que devem ser preservados.

4.2.6. Layout: Cartas com imagens dos vestígios arqueológicos e dicas sobre eles (vd. Figuras 4. e 5.) e Tabuleiro representando uma escavação arqueológica (vd. Figura 6.).



Figuras 4. e 5. Cartas do Jogo Perfil – Trilha Arqueológica. Fonte: Arte produzida por Jaime Guimarães, 2018.

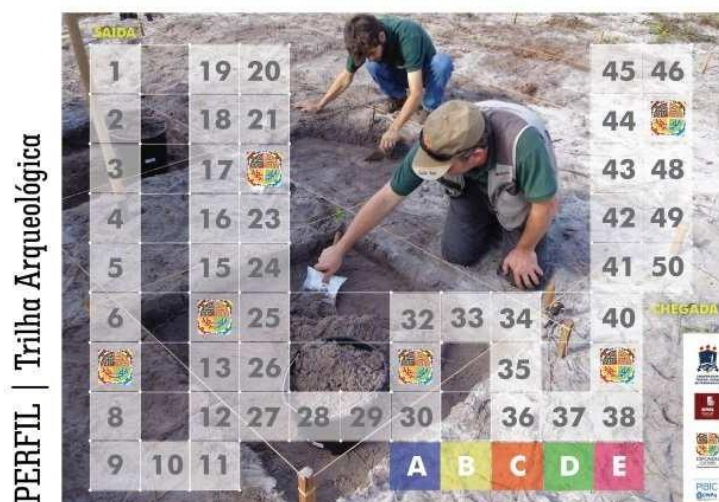


Figura 6. Tabuleiro do jogo Perfil - Trilha Arqueológica. Fonte: Arte produzida por Jaime Guimarães, 2018.

5. Jongando com os documentos arqueológicos

Os jogos elaborados foram aplicados durante uma atividade que fez parte de um conjunto de ações de Educação Patrimonial que aconteceram na escola estadual Frei Caneca, localizada no centro do Município de Camaragibe-PE (4), como resultado do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado “O papel do Patrimônio Arqueológico para a construção de materiais didáticos e sua utilização para o ensino da História”, financiado através de bolsa concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Iniciamos as atividades com uma apresentação do projeto (vd. **Figuras 7. e 8.**) e com dinâmicas nas quais discutimos e trabalhamos com os conceitos de Patrimônio Histórico e Cultural, Patrimônio Arqueológico, Patrimônio Coletivo e Individual, Cultura material e Imaterial, Memória, História e Arqueologia.





Figuras 7. e 8. Apresentação da proposta de Educação Patrimonial aos estudantes. Fonte: Arquivos NEPARQ, 2018.

A primeira dinâmica consistiu em um debate sobre a ideia de patrimônio individual e coletivo, na qual os alunos apresentaram exemplos de patrimônios coletivos e individuais presentes no seu cotidiano, o resultado mostrou uma boa apreensão dos conceitos, com os alunos utilizando como exemplos hospitais, praças, escolas, para a questão do patrimônio coletivo, e objetos de uso pessoal, como óculos, roupas, celulares, para a questão do patrimônio individual.

A segunda dinâmica consistiu em um questionamento sobre quais os objetos que os alunos costumam usar no cotidiano e qual a importância que esses objetos possuem, os alunos responderam com exemplos como celular, livro, roupas, sapatos, cama, óculos, explicando que são objetos que são de uso essencial no cotidiano, o que abriu espaço para uma discussão sobre como os objetos (referentes ao mundo material), exercem influência no cotidiano, seja nas relações sociais, econômicas ou culturais, fazendo parte do patrimônio individual de cada indivíduo.

A terceira dinâmica consistiu em analisar o quadro histórico, *Um jantar brasileiro*, produzido por Jean Baptiste Debret, em 1827, na qual os alunos foram questionados sobre quais objetos de uso cotidiano que estão representados no quadro. A ideia da dinâmica foi possibilitar uma investigação através do cruzamento de informações presente em dois tipos de documentos histórico. Os alunos citaram pratos, copos, colheres, jarras, mesa, cadeiras, como objetos presentes na cena retratada, e em seguida foi apresentado quais os objetos arqueológicos que já foram encontrados em escavações, e que estão retratados na cena que Debret pintou (vd. **Figura 9.**). Nessa dinâmica foi discutido a biografia dos objetos, e como esta se relaciona com a dos personagens retratados na cena, o que levou a reflexão sobre os diferentes grupos sociais presentes e do acesso desses grupos aos bens retratados.



Figura 9. Objetos encontrados em escavações arqueológicas e identificados pelos alunos no quadro um jantar brasileiro, pintado por Debret em 1827. **Fonte:** Jonas Clevison, 2018.

Após as dinâmicas houve uma visita dos alunos ao museu itinerante Expondo Cultura – Patrimônio Arqueológico de Pernambuco, projeto desenvolvido pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que expõe objetos da Cultura Material de Pernambuco, recuperados em sítios arqueológicos (vd. **Figura 10.**).

Antes da visita os alunos foram avisados que precisariam prestar atenção nas informações apresentadas, por que seriam utilizadas nas atividades com os jogos. Os alunos receberam um roteiro de observação contendo três pontos: 1 – Escolher um objeto em exposição e explicar por que esse objeto chamou sua atenção; 2 – Descrever o objeto através da observação visual; e 3 – Descrever as características do objeto após a explicação (material utilizado na sua produção; como, quando e onde foi produzido; e qual grupo social tinha acesso a esse objeto).

Durante a visita foi apresentado os aspectos materiais e sociais dos objetos em exposição, demonstrando quais as suas procedências e seu lugar nas relações sociais e culturais da história de Pernambuco (vd. **Figuras 10. e 11.**). No momento final da visita houve uma discussão sobre qual a necessidade de preservar o patrimônio arqueológico, na qual os alunos apresentaram respostas como: “por que faz parte da história”, “por que representa uma manifestação cultural”, “por que faz parte da memória e da identidade de um povo”, “por que permite conhecer o passado”.



Figura 10. Alunos conhecendo o museu itinerante Expondo Cultura – Patrimônio Arqueológico de Pernambuco. **Fonte:** Arquivos NEPARQ, 2018.



Figura 11. Apresentação da história dos objetos em exposição no museu. **Fonte:** Arquivos NEPARQ, 2018.

Após a visita ao museu os alunos retornaram à sala de aula e houve um momento de socialização das observações feitas no roteiro de observação. Em seguida foram divididos em grupos e receberam os jogos produzidos. Os alunos se mostraram participativos, interessados e atentos às discussões promovidas, possibilitando uma execução organizada e divertida da atividade, com questionamentos e discussões sobre os objetos apresentados.

Durante o momento de jogar, o Uno Arqueológico mobilizou as informações apresentadas no museu e foi o momento de rever as características dos objetos em exposição, além de curiosidades sobre esses objetos (vd. **Figuras 12. e 13.**), já o Perfil – Trilha Arqueológica mobilizou o senso investigativo e os conhecimentos adquiridos, uma vez que os alunos precisaram lembrar as características dos objetos e seu contexto social, para acertar as dicas e avançar o máximo de casas possíveis (vd. **Figuras 14. e 15.**).



Figuras 12. e 13. Alunos jogando com o Uno Arqueológico. Fonte: Arquivos NEPARQ.





Figuras 14. e 15. Alunos jogando com o Perfil – Trilha Arqueológica. Fonte: NEPARQ.

Os alunos se mostraram surpresos como alguns dos objetos que hoje são de uso comum, eram de acesso exclusivo de algumas classes ou tinha outros usos no passado, mostraram certa dificuldade em interpretar ou lembrar as informações referentes aos objetos da Cultura Material de grupos indígenas apresentados no museu, o que revela uma carência em relação à história de como as populações indígenas de Pernambuco se organizavam. Os objetos ligados às relações econômicas e a vida nos engenhos foram mais bem interpretados e discutidos pelos alunos, que demonstraram maior propriedade sobre o assunto, demonstrando um repertório de conteúdos discutidos em outros momentos, ao longo da vida escolar, e também a partir de leituras em revistas, e nos próprios livros didáticos. Essa divergência de conhecimento entre os dois assuntos revela a maneira como determinados conteúdos são priorizados em detrimento de outros, pois os currículos escolares muitas vezes, por se constituírem como projetos políticos, são marcados por relações de poder, como pontuado por Silva (2010), citado anteriormente, que ressalta a importância de se entender os conteúdos escolares como territórios a serem contestados.

Os jogos tiveram um efeito positivo na discussão promovida e mobilizaram os conhecimentos que os alunos já haviam adquirido durante as aulas de história e as informações apresentadas durante as atividades, e buscaram levar a reflexão sobre as diferentes formas de abordar um objeto proveniente de escavações arqueológicas, que possuem ligação com momentos históricos específicos.

O professor da escola na qual foram realizadas as atividades se mostrou bem interessado em entender como os jogos foram construídos e como operar com os vestígios arqueológicos no ensino de história, pontuando que os alunos se mostraram bastante participativos, atentos e interessados na discussão proposta, o que permite entender como atividades que tragam o aluno para o centro da discussão (e no caso dos jogos da investigação), faz com que eles aprendam de forma mais expressiva, tornando-se sujeitos participantes do processo de construção do conhecimento histórico escolar.

Após a atividade com os jogos, os alunos receberam um questionário com perguntas sobre os aspectos e conteúdos apresentados e desenvolvidos durante as atividades, para podermos avaliar se os objetivos das atividades e dos jogos propostos foram alcançados. Os dados recolhidos foram organizados numa tabela, contendo as respostas das duas turmas trabalhadas, totalizando um número de 48 alunos que participaram das atividades (vd. Tabela 1.).

Tabela 1. Dados recolhidos com a aplicação do questionário. **Fonte:** Jonas Melo, 2018.

Perguntas e Respostas				
1	Antes da experiência com o projeto, você já havia tido contato com o patrimônio arqueológico?			
	SIM 17		NÃO 31	
1.1	Caso a resposta seja sim, onde aconteceu esse contato?			
	Escola 2	Museu 12	UFRPE 1	Não declararam 2
2	Durante sua participação no projeto, você considera que conheceu a importância do patrimônio arqueológico?			
	SIM 48		NÃO 0	
3	Você considera o patrimônio arqueológico importante para entender a história?			
	SIM 48		NÃO 0	
4	Você considera que a utilização dos jogos facilitou o processo de aprendizagem sobre o patrimônio arqueológico e sua importância?			
	SIM 47		NÃO 1	
5	Diante do que foi discutido, você considera importante preservar o patrimônio arqueológico?			
	SIM 47		NÃO 1	
5.1	Caso a resposta seja sim, por quê?			
	As respostas apresentadas pelos alunos, ao considerarem importante preservar o patrimônio arqueológico, apresentaram as seguintes justificativas: por que permite conhecer as práticas culturais e sociais de nossos antepassados; por que fazem parte da história e da memória de um povo; por que são fontes históricas importantes para o trabalho do historiador; e para que as gerações futuras possam conhecer esse patrimônio.			
6	Você considera que as atividades realizadas pelo projeto contribuíram para a divulgação do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico e sua relação com a história?			
	SIM 48		NÃO 0	

Nos resultados obtidos, dos 48 alunos que responderam o questionário, 17 declararam que já haviam tido contato com o patrimônio arqueológico, e destes, 12 alegam ter sido através de aulas extraescolares, realizadas em museus, o que mostra que a discussão acerca do patrimônio arqueológico, no contexto dos alunos pesquisados, aconteceu, na maioria dos casos, em instituições que promovem uma discussão sobre esse patrimônio.

Sobre a utilização dos jogos para discutir o tema proposto, dos 48 alunos que responderam o questionário, apenas 1 respondeu que não contribuíram no processo de aprendizagem, o que mostra, que na maioria dos casos, o jogo ajudou nesse processo, se constituindo como uma possibilidade de se trabalhar conteúdos de uma maneira mais lúdica, na qual o aluno participe de forma mais participativa e prazerosa.

Os resultados obtidos com o questionário mostraram que os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que os 48 alunos responderam que reconhecem a importância do patrimônio arqueológico para entender a história, e que a participação nas atividades contribuiu para que conhecessem essa

importância, considerando que as atividades realizadas pelo projeto contribuem para a divulgação do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico e sua relação com a história.

Sobre a importância de se preservar o patrimônio arqueológico, dos 48 alunos que participaram das atividades, apenas um respondeu que não considera importante essa preservação, o que mostra que os outros 47 alunos se apropriaram do discurso, entendendo a importância de se preservar esse patrimônio a partir de quatro concepções: 1 – “Por que permite conhecer as práticas culturais e sociais de nossos antepassados”, o que mostra que os alunos compreenderam a capacidade de transpor informações que esse patrimônio possui; 2 – “Por que fazem parte da história e da memória de um povo”, ressaltando os aspectos culturais e compreendendo que esse patrimônio possibilita conhecer a história de um povo, valorizando assim sua memória; 3 – “Por que são fontes históricas importantes para o trabalho do historiador”, mostrando que reconhecem a importância desse patrimônio em termos científicos, uma vez que possibilita através de sua análise a construção de conhecimentos históricos; e 4 – “Para que as gerações futuras possam conhecer esse patrimônio”, ressaltando que através da preservação do patrimônio arqueológico as próximas gerações poderão conhecer a história das gerações passadas.

6. Considerações finais

As discussões e resultados apresentados neste artigo revelam que o patrimônio arqueológico ainda é pouco abordado no ambiente escolar, chegando ao conhecimento dos alunos, na maioria dos casos, através de espaços como museus, o que mostra a necessidade de se desenvolver atividades dentro dos espaços escolares, que permitam a reflexão dos documentos arqueológicos enquanto fontes para o conhecimento histórico, aproximando os aspectos materiais da produção cultural aos processos históricos, e permitindo aos alunos o contato com uma dimensão mais material das relações humanas do passado.

As atividades demonstraram a necessidade de trazer para o ensino de história outras abordagens, que promova uma maior dinâmica no trabalho com os temas de história que são propostos pelos currículos escolares. Assim, a experiência com os jogos demonstrou que trazer os vestígios arqueológicos, que são analisados através das pesquisas arqueológicas e históricas, para a sala de aula, através de atividades mais lúdicas, que mobilizem os conteúdos propostos pelos currículos escolares, mas que também questionem a forma como esses conteúdos são propostos e pensados, pode despertar nos alunos o interesse e a compreensão pelas diferentes manifestações culturais, possibilitando uma maior reflexão sobre como a história também é feita dos aspectos do cotidiano, daquilo que um determinado grupo criou e utilizou, permitindo que o aluno reflita sobre os processos históricos e sociais, presentes inclusive no seu cotidiano.

Diante dos resultados obtidos, é possível perceber como os dados adquiridos com as pesquisas arqueológicas e históricas são de extrema importância, devendo sempre dialogar com o campo do ensino de história, através de atividades que abordem os objetos da cultura material e os diferentes processos históricos presentes na produção humana.

NOTAS

(1) Bittencourt (2011) analisando esses métodos tradicionais pontua que são associados a materiais pedagógicos, como lousa ou livros didáticos, e aulas expositivas, que tornam o aluno, durante o processo de aprendizagem, um banco de informações repetidas oralmente e de forma mecânica.

(2) A metodologia apresentada pelos autores define como critérios para a construção de jogos: a temática, onde é pensado o conteúdo que o jogo abordará; os objetivos, que consiste nos objetivos específicos do jogo e os objetivos pedagógicos que se pretende alcançar; a superfície, onde a ação do jogo se desenvolverá (cartas, tabuleiros); a dinâmica, referente ao tempo (por rodadas, escolha do professor, sequência livre) e o funcionamento (tabuleiro com cartas, cartas com perguntas); as regras, que determina as diretrizes a serem obedecidas no ato de jogar; e o layout, que consiste na qualidade visual do jogo, aspectos gráficos e o designer do jogo.

(3) Esses vestígios consistem em um conjunto de objetos encontrados em escavações arqueológicas realizadas em diferentes áreas do estado de Pernambuco, e que contempla objetos que fazem parte da Cultura Material desse estado. Entre esses objetos estão instrumentos produzidos com rochas, vasos em cerâmica, cachimbos e adornos corporais, utilizados por grupos indígenas, que habitavam o território antes da chegada dos Europeus, e também em contexto de contato inter-étnico, e pratos e xícaras de louça, talheres, garrafas de vidro, peças de jogos, brinquedos, jarras em cerâmica, utilizados a partir da chegada dos Europeus.

(4) Por se tratar de uma atividade experimental, mas com base nas informações e direcionamento do professor de História da escola e com anuência da diretoria, o trabalho com os jogos foram direcionados para as turmas do segundo ano do ensino médio, e os dados que serão apresentados foram coletados durante a atividade referentes às duas turmas onde foram aplicadas essas atividades.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Abud, Kátia Maria; Silva, André Chaves de Melo e Alvez, Ronaldo Cardoso (2011). Ensino de História. São Paulo: Cengage Learning, 2010. ISBN 978-85-221-0712-4.

Bitencourt, Circe Maria Fernandes (s/d). Ensino de História: fundamentos e métodos. 4ª Ed. São Paulo: Corte. ISBN 978-85-249-1069-2.

Fortuna, Tânia Ramos (2013). Brincar é aprender. In Giacomoni, Marcello Paniz; Pereira, Nilton Mullet (orgs.) - Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Evangraf, p. 63-98. ISBN 978-85-7727-583-0.

Fortuna, Tânia Ramos (2000). Sala de aula é lugar de brincar?. In Xavier, Maria Luiza Merino; Dalla ZEN, Maria Isabel H. (orgs.) - Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, p. 147-164. ISBN 85-87063-37-5.

Friedmann, A. (1996). Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil. São Paulo. Moderna. ISBN 9788516015756.

Funari, Pedro Paulo (2008). Os historiadores e a cultura material. In Pinsky. Carla Bassanezi. (Org.) - Fontes Históricas. 2ªed. São Paulo: Contexto, p. 81-110. ISBN 978-85-7244-297-8.

Giacomoni, Marcello Paniz (2013). Construindo jogos para o Ensino de História. In Giacomoni, Marcello Paniz; Pereira, Nilton Mullet (orgs.) - Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Evangraf, p. 117-146. ISBN 978-85-7727-583-0.

Horta, Maria de Lourdes Parreiras; Grunberg, Evelina e Monteiro, Adriana Queiroz (1999). Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial. ISBN 978-85-872-2201-5.

Huizinga, J. (2010). Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva. ISBN: 978-85-273-0075-9.

Kishimoto, Tizuko Morchida (2008). Bruner e a brincadeira. In Kishimoto, Tizuko Morchida (org.) - O brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, p. 139-153. ISBN 978-85-221-1171-8.

Le Goff, J. (1998). A história nova. In Le Goff, J. (org.) - A história nova. 4ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, p. 25-64. ISBN 85-336-0883-7.

Meinerz, Carla Beatriz (2013). Jogar com a história na sala de aula. In Giacomoni, Marcello Paniz; Pereira, Nilton Mullet (orgs.) - Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Evangraf, p. 99-116. ISBN 978-85-7727-583-0.

Morais, José Luiz; Mourão Henrique A. (2005). Inserções do direito na esfera do patrimônio arqueológico e histórico cultural. In Werneck, Mário et al. (coord.) - Direito Ambiental: visto por nós advogados. Belo horizonte: Del Rey, p. 341-393. ISBN 85-7308-821-4.

Silva, Tomaz Tadeu (2010). Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. ISBN 978-85-86583-44-5.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Azevedo Netto, Carlos Xavier de; Souza, Amilton Justo de - A importância da cultura material e a arqueologia na construção da história. História Unisinos. [Em linha]. n. 14, v. 1, 2010, p. 62-76. [Consult. 02 Mar. 2018]. Disponível na [www:<URL: http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4707>](http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4707). ISSN 2236-1782.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: História. [Em linha]. Brasília: MEC /SEF, 1998. [Consult. 15 Abr. 2018]. Disponível em [www:<URL: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf>](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf).

GUARINELLO, N. L. - História científica, história contemporânea e história cotidiana. In Revista Brasileira de História. [Em linha]. v. 24, n. 48, 2004, p. 13-38. [Consult. 12 Fev. 2018]. Disponível na [www:<URL: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a02v24n48.pdf>](http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a02v24n48.pdf). ISSN 0102-0188.

Leal, Luiz A. B.; D'ÁVILA, Cristina M. - A ludicidade como princípio formativo. In Interfaces científicas – Educação [Em linha]. Vol. 1, nº 2 (2013), p. 41-52. [Consult. 28 Mar.2018]. Disponível na [www:<URL: https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/395/236>](https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/395/236). ISSN 2316-3828.

FORTES E FORTALEZAS COMO “LUGARES DE MEMÓRIA”: O CASO BRASILEIRO

STRENGTHS AND STRENGTHS AS "MEMORY PLACES": THE BRAZILIAN CASE

Edgley Pereira de Paula

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Departamento de História
3000-336, Coimbra, Portugal
edgleydepaula@hotmail.com

Fortes e Fortalezas como “Lugares de Memória”: o Caso Brasileiro

Edgley Pereira de Paula

Historial do artigo:

Recebido a 04 de abril de 2019

Revisto a 02 de maio de 2019

Aceite a 09 de junho de 2019

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma reflexão sobre as apropriações e ressignificações evidenciadas atualmente na percepção que se faz sobre as fortificações militares, apresentando como hipótese de explicação teórica para esse fenômeno o conceito de “lugares de memória”, trabalhado por pierre nora. nessa perspectiva, apresento alguns exemplos de fortes e fortalezas existentes no território brasileiro e que efetivamente são apropriadas pelo entorno social ao gerar um sentimento de identidade e de pertença, articulado com o sentido de nacionalidade, tendo esses equipamentos culturais a destinação de ancoragem real e monumental para a ligação entre a população e sua história.

Palavras-chave: fortificações, lugares de memória.

ABSTRACT

The present article has a main objective to present a reflection on the appropriations and resignations provided today in the perception that is made on military fortifications, presenting as the hypothesis of theoretical explanation for this phenomenon the concept of "lieux de mémoire", worked by pierre daughter in law. in that perspective, i present some examples of strengths and strengths existing in the brazilian territory and that are effectively appropriate by the social environment by generating a feeling of identity and membership, with the sense of nationality, with those cultural equipment the destination of real and monumental anchorage for the connection between the population and its history.

Key-words: fortification, lieux de mémoire.

A extensão e a soberania do Estado Brasileiro tem em suas bases o nosso antigo sistema de fortificações de origem portuguesa espalhados não só pelas costas litorâneas como também pelo interior do país.

Tudo teve início quando, inseridos no contexto geopolítico da expansão ibérica, os lusitanos decidiram defender e guardar o imenso território do que viria a ser o Brasil. Num trabalho altamente dispendioso para a Coroa Portuguesa, foram erigidas pela engenharia militar da época, inúmeras fortificações, em locais estratégicos, muitas vezes longínquos e desprovidos de quaisquer meios de subsistência.

E assim se fez a defesa do Brasil, luso-brasileiros ergueram, ao longo de cinco séculos, mais de 350 fortificações, chamadas de fortalezas, fortes, fortins, redutos, redentes, presídios, vigias, baterias, feitorias, portões, trincheiras, tranqueiras e casas fortes. Construções essas que tiveram como seus “autores” não só portugueses, como italianos, espanhóis, holandeses, entre outras nacionalidades.

A partir da construção desses primeiros baluartes que mantiveram a integridade territorial da colônia, nasceram as principais cidades brasileiras, localizadas ou à beira mar ou em importantes confluências de rios e “fechos” de morros no interior, todos estrategicamente postados aproveitando-se do terreno e dos meios disponíveis à época.

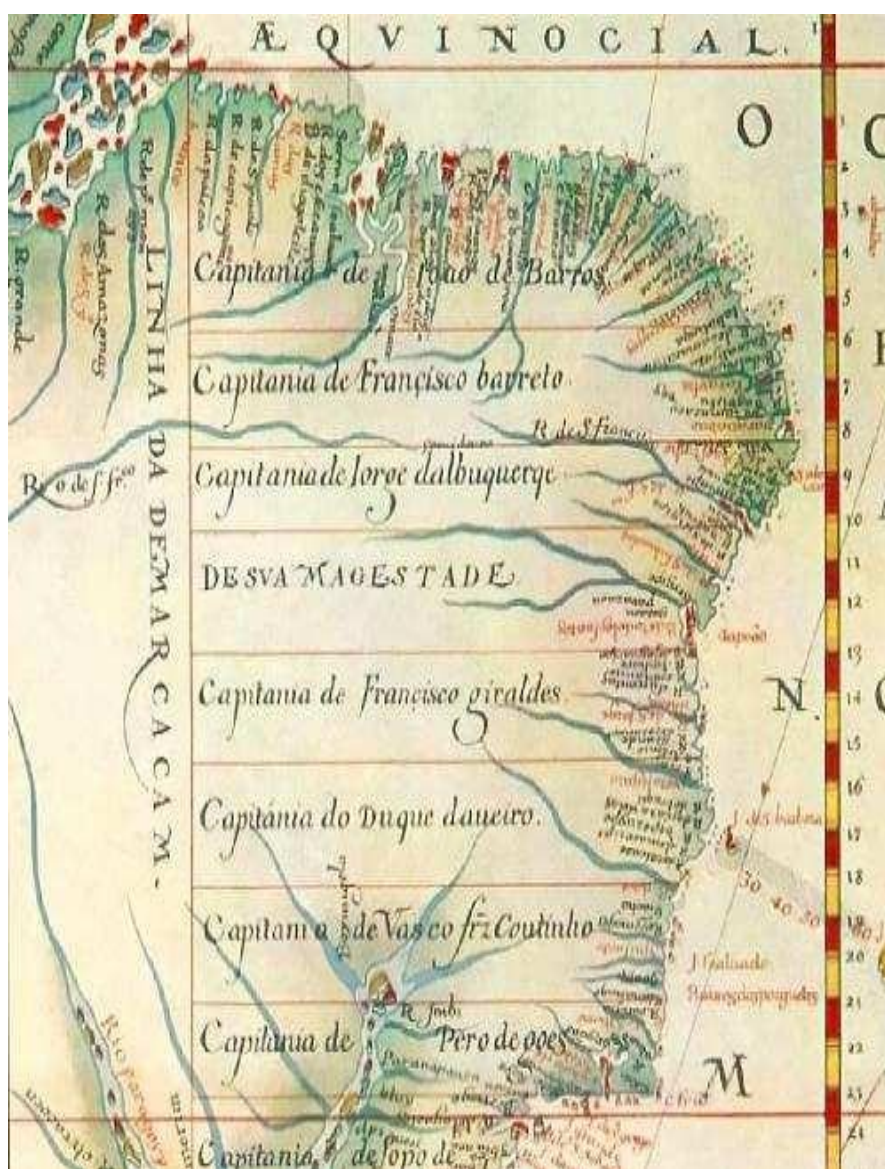


Figura 1. Mapa do Brasil Colonial com a indicação da linha do Tratado de Tordesilhas.

Em estreita ligação às questões econômicas, naturalmente, a maior concentração de fortificações ocorreu nas regiões das cidades mais importantes: Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Santos. Citaremos algumas:

O Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém, foi o primeiro a ser construído em 1616 na Amazônia, testemunhando, pois, a presença portuguesa naquela cobiçada região.



Figura 2. Forte do Presépio – Belém, PA. **Fonte:** O Autor

O mais antigo dos fortes não desaparecidos, com o passar dos tempos, é o Forte dos Reis Magos, construído na cidade de Natal, no ano de 1598.

A Bahia é o estado que mais fortificações oferece à visitação, merecendo ser citados os fortes de São João da Barra, Santa Maria e do Barbalho, São Pedro, Monte Serrat, entre outros.



Figura 3. Forte Monte Serrat, Salvador, BA. **Fonte:** O Autor

O Rio de Janeiro é cenário de um belíssimo complexo histórico-turístico. As fortalezas de Santa Cruz junto com os fortes de Rio Branco, São Luiz, Pico e Imbuí, localizados em Niterói, são constantemente visitados por significativo número de pessoas. Do outro lado da Baía de Guanabara temos o Forte do Vigia e o Forte de Copacabana, onde se sedia o Museu Histórico do Exército, referência de centro de história militar, cultura e turismo.

O Sul do Brasil também foi aquinhado com a construção de várias fortificações, destacando-se o sistema triangular de defesa da cidade de Florianópolis, Capital do estado de Santa Catarina, formado pelas fortalezas de São José da Ponta Grossa, Santa Cruz do Anhatomirim e Santo Antônio de Ratones. Citamos ainda, por seu inestimável valor histórico, o sítio do Forte Jesus, Maria e José, construído em 1737, marco de fundação do atual estado do Rio Grande do Sul.

Para finalizar esses poucos exemplos, por assumir singular relevo, cumpre-nos falar também do Forte Príncipe da Beira, no estado de Rondônia, construído durante sete anos, no século XVIII, em região inóspita e de difícil acesso, até hoje em dia, cuja edificação constituiu-se em uma verdadeira epopéia.



Figura 4. O Real Forte Príncipe da Beira, na margem direita do rio Guaporé, fronteira natural entre o Brasil e a Bolívia, é o mais antigo monumento histórico de Rondônia. **Fonte:** O Autor

Atualmente, a maioria desse interessante relicário da história-pátria é aberta ao público. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão federal do governo brasileiro, Secretarias de Cultura dos Estados e Municípios, a Marinha, o Exército, algumas Universidades, entre outras instituições, que possuem alguma ingerência na administração desses bens históricos, vem desenvolvendo junto à população brasileira, ações de alto valor pedagógico e cívico, com vistas à preservação dessa memória, de nosso legado histórico, de nossas tradições, de nossos valores paradigmáticos e imateriais, enfim de nossa identidade.

Centrada no objeto cultural, a “Educação Patrimonial” é uma expressão cada vez mais freqüente na rotina dos elementos envolvidos com a preservação do Patrimônio Cultural no Brasil.

Hoje, alguns historiadores e profissionais que lidam com a dimensão da memória vêm propondo no âmbito de suas instituições culturais, sobretudo em museus, bibliotecas e arquivos públicos, a elaboração de programas de educação patrimonial.

A origem dessa expressão é inglesa (Heritage Education) e pode ser traduzida, conforme a museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta (1999), como *um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido*. Segundo ela, a educação patrimonial possibilita o reforço da auto-estima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade.

Em termos teórico-metodológicos, a educação patrimonial se utilizaria dos lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo de formação da área afetiva na população, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência coletiva para a importância da preservação desses equipamentos culturais.

Logo, a educação patrimonial nada mais seria do que uma proposta interdisciplinar de educar, voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural, seria um *“conhecer para preservar”*.

E o que seriam esses lugares de memória? *“lugar de memória”* é um conceito fundamental para todos os profissionais que lidam de alguma maneira com o patrimônio cultural. Pensemos: onde se encontra no presente os vestígios de uma identidade nacional, onde as pessoas comuns podem se *“ver”*, ter um sentimento de pertencimento com àquilo que já passou ou às pessoas que os antecederam? Em festas? Em Arquivos Públicos? Em monumentos? Sim, todos esses exemplos revestem-se desse conceito de *“lugares de memória”*, ancoradouros de um passado comum que marca uma certa nacionalidade.

Nessa categoria de *“lugares de memória”* desponta inevitavelmente os sítios históricos que por si só, por sua natureza estritamente conceitual, já se apresenta como uma referência do passado ao presente. Desses sítios históricos, as fortificações tem um lugar privilegiado, por sua própria peculiar arquitetura, por sua singular localização em locais estratégicos e por seu alto valor sentimental, de um último bastião, de um repositório de vida, de um derradeiro lugar onde as pessoas de outras épocas se encastelavam e se defendiam, por suas vidas, talvez por seus interesses particulares ou também por grandes ideais...

Todos nós, que vivemos em cidades que possuem fortes, temos neles pontos de ancoragem da memória: *“lugares”* em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiarizados ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado.

Estes espaços públicos, sítios históricos, dotados de significado fazem, de cada cidade fortificada, um território urbano qualificado, ao integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social. Mas, sobretudo, são lugares, dotados de carga simbólica que os diferencia e identifica. E, se tais sentidos estão referidos no passado, fazendo evocar ações, personagens e tramas que se realizaram em um tempo já escoado, eles são *“lugares de memória”*, ou ainda espaços que contêm um tempo.

Talvez por isso, num mundo cada vez mais globalizado, essa busca por nossos fortes, esse revisitar, essa autoafirmação de um passado comum. Porque é num forte que a imaginação se reveste de uma

aura simbólica, de um certo ritualismo... Quem não entra numa sociedade urbana ocidentalizada que se utiliza da história para organizar seu passado, havendo por fim uma ruptura da memória e da história.

Na verdade, o “*lugar de memória*” existe onde o simples registro acaba. Ele é o registro e aquilo que o transcende, é o sentido simbólico inscrito no próprio registro. Esses lugares são os espaços onde a memória se fixou e servem como uma nova forma de apreender a memória que não nos é natural, um verdadeiro suporte memorialístico, pois não vivemos mais o que eles representam e que são apropriados pela história como fonte.

São, portanto, locais materiais e imateriais onde se cristalizaram a memória de uma sociedade, de uma nação, locais onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir um sentimento de formação da identidade e de pertencimento.

Interessante notar que as fortificações podem e devem cumprir esse papel, e felizmente, mesmo que empiricamente, muitos profissionais de diversas áreas já trabalham com esse conceito e dele criam circuitos a pé em sítios históricos, passeios marítimos por fortificações de baía, lançamentos de obras culturais dentro de fortes, entre outras ações.

No entanto, creio, que um passo à frente nessa educação patrimonial, que envolva o poder público nas três esferas, as instituições que tem sob sua guarda esse rico patrimônio e profissionais das áreas e aqui citaria principalmente o setor de turismo, que só tem a ganhar agregando esse saber histórico e cultural ao seu ofício, é justamente dar densidade e profundidade às discussões que envolvam esse sofisticado patrimônio cultural, legado de nossos antepassados onde o conceito de “*lugares de memória*” deve ser necessariamente pensado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Le Goff, Jacques. (1996). Memória. In Le Goff, Jacques. História e Memória. 4º ed. Campinas: Unicamp,
- Horta, Maria de Lourdes Parreira; Grunberg, Evelina; Monteiro, Adriane Queiroz (1999). *Guia de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial.
- Nora, Pierra. (1993). Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10.

**ANÁLISE ESTÁVEL DE ISÓTOPOS APLICADA À
ZOOARQUEOLOGIA
- CONCEITOS, EXEMPLOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO
PASSADO -**

**STABLE ISOTOPE ANALYSIS APPLIED TO ZOOARQUEOLOGY
- CONCEPTS, EXAMPLES AND CONTRIBUTION TO THE STUDY OF
THE PAST –**

Cátia Sofia Machado Teixeira

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Artes e Humanidades
Núcleo de Alunos em Arqueologia e Paleoecologia
Campus Gambelas, 8005-139, Faro
catia.teixeira90@gmail.com

Análise Estável de Isótopos Aplicada à Zooarqueologia - conceitos, exemplos e contribuição para o estudo do passado -

Cátia Sofia Machado Teixeira

Historial do artigo:

Recebido a 15 de abril de 2019

Revisto a 20 de junho de 2019

Aceite a 07 de julho de 2019

RESUMO

A análise estável de isótopos representa uma das inovações fundamentais que mais impacto teve na Arqueologia Ambiental nos últimos 30 anos. Atualmente, a análise estável de isótopos constitui uma ferramenta crucial nos estudos da paleoclimatologia, no estudo da osteologia humana, e sobretudo, nas diferentes áreas que englobam a Arqueologia, como por exemplo, na Zooarqueologia. Esta nova ferramenta laboratorial permite responder a questões paleoambientais de forma mais concreta, estando constantemente a ser refinada e a desenvolver técnicas inovadoras. A importância dos isótopos é bastante clara, uma vez que estão presentes em todo o ambiente. Os isótopos são incorporados nas plantas através do solo e água, e em animais através da sua alimentação e respiração.

Em suma, as inúmeras questões que são abordadas no campo da Arqueologia poderão ser respondidas pela análise estável de isótopos feita através de laboratórios de bioquímica, mais precisamente relacionadas com o estudo das paleodietas, no estudo de questões paleoambientais e no estudo de mobilidade.

Palavras-chave: Análise estável de isótopos, Arqueologia Ambiental, Zooarqueologia.

ABSTRACT

The stable isotope analysis is an essential innovation that represents one of the most crucial advances in the study of Environmental Archaeology during the last 30 years. Currently, the stable isotope analysis is a crucial tool for the studies of paleoclimate, human osteology, and mainly, through the different disciplines that encompasses Archaeology, for example, in Zooarchaeology. This new laboratorial tool allows us to answer paleoenvironmental issues in a more tangible way. It continues to be constantly developed and thus emerging with innovative techniques. The significance of isotopes is quite clear, as they are existent throughout the environment. The isotopes are incorporated on plants through soil and water, and into animals through their feeding and breathing.

Summing up, the numerous questions that are addressed in the Archeological field can be answered by the stable isotope analysis studied in biochemical laboratories. More precisely, related to the study of paleodiets, the study of paleoenvironmental problems and the study of mobility.

Key-words: Stable isotope analysis, Environmental Archaeology, Zooarchaeology.

1. Introdução

A aplicação da análise isotópica na Arqueologia e, sobretudo, na Zooarqueologia, progrediu substancialmente nos últimos anos, utilizando técnicas químicas inovadoras em análise laboratorial.

Quando a análise estável de isótopos é usada para discutir tópicos em Zooarqueologia, esta poderá fornecer dados fundamentais para compreender a ecologia, a fisiologia e o desenvolvimento osteológico de taxa amostrados (Makarewicz, 2016). A recolha de amostras de informações paleoambientais tornou-se uma prática bem estabelecida. Por exemplo, alguns estudos de isótopos estáveis em arqueologia centram-se no fracionamento isotópico de oxigénio ($\delta^{18}\text{O}$) em conchas para reconstruir a estação de recolha e, por extensão, a estação de utilização do local (Cramp e Evershed, 2014). Por outro lado, a análise de fracionamento isotópico de carbono ($\delta^{13}\text{C}$) e azoto ($\delta^{15}\text{N}$) do colagénio ósseo permite estabelecer diferenças entre as dietas de origem vegetal C_3 e/ou C_4 de origem animal (Bocherens e Drucker, 2003). Relativamente ao estrôncio ($^{87}\text{Sr} / ^{86}\text{Sr}$), este permite investigar questões sobre a dieta humana e animal, bem como estratégias de pastoreio sazonal, redes de intercâmbio económico, entre muitos outros (Bentley, 2006).

O objetivo principal deste estudo consiste na obtenção de informação sobre a análise estável de isótopos aplicada à Zooarqueologia. Os objetivos específicos a abordar ao longo da realização deste estudo constam de:

- 1.1. Estabelecimento e definição dos isótopos e dos respetivos fracionamentos;
- 1.2. Explicação das metodologias analíticas;
- 1.3. Contributo e limitações da aplicação isotópica em Zooarqueologia.

Pretende-se com este estudo responder aos objetivos específicos referidos anteriormente. Sobretudo, na compreensão sobre a importância da análise isotópica na Arqueologia, especialmente na Zooarqueologia. A importância da análise isotópica no estudo das sociedades humanas do passado será abordada com frequência ao longo deste estudo. Particularmente, na sua representação como uma ferramenta indispensável na relação do Homem com a fauna existente. Outros aspectos como o estudo das paleodietas, a reconstrução paleoambiental, e mobilidade serão, de igual forma, abrangidos nesta análise, correspondendo sempre com via em questões faunísticas.

2. Análise Estável de Isótopos

2.1. Terminologia e Definições

Originalmente introduzido pelo químico Frederick Soddy e pela escocesa Margaret Todd em 1913, o termo isótopo só veio a ser diferenciado por J. J. Thomson no mesmo ano, descobrindo que nem todos

os isótopos são radioativos, mas que alguns são estáveis (Brown e Brown, 2011). A terminologia para “Isótopo” provém do grego *Ísos* (mesmo) e *tópos* (lugar) (Saragoça, 2014).

A descoberta da existência de formas alternadas de um mesmo elemento veio a definir a seguinte definição para “Isótopo”: os isótopos são átomos de um dado elemento que têm o mesmo número atômico de prótons e diferente número de massa ou de neutrões (Umbelino, 2006; Brown e Brown, 2011; Saragoça, 2014) (vd. **Figura 1.**).

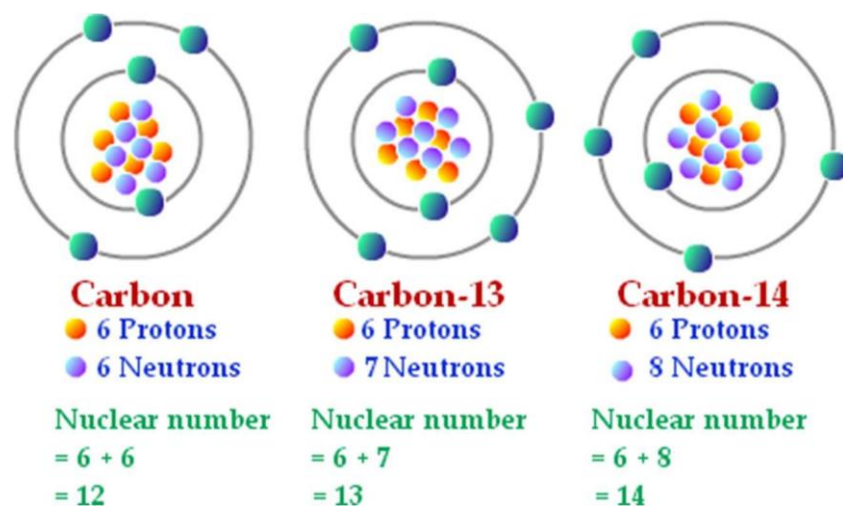


Figura 1. Diagrama com as diferentes representações do Isótopo de Carbono. **Fonte:** Tutor Circle, 2017.

Tal como J. J. Thomson haveria afirmado, os isótopos poderão ser classificados em dois grupos: radioativos ou estáveis. Os isótopos radioativos, por exemplo, Carbono-14 ou ^{14}C , tratam-se de elementos capazes de emitir radiação uma vez que os átomos são bastante instáveis. Esse processo recebe o nome de decaimento radioativo e são utilizados para calcular com precisão a idade dos fósseis encontrados (Bicho, 2012). Este elemento se tornou fundamental para o processo de datação de ossos e de outros tipos de matéria viva. Ao contrário dos isótopos radioativos, os isótopos estáveis não sofrem decaimento ou não se decompõem, permanecendo energeticamente estáveis e presentes na natureza (Saragoça, 2014). Ainda que os isótopos de um dado elemento tenham propriedades atômicas semelhantes, a diferença de massa leva a que não se comportem da mesma forma a nível químico, sendo denominada de “*variação nas razões de abundância dos isótopos*” (Umbelino, 2006; Saragoça, 2014). Junto a esta definição vamos encontrar duas formas principais de fracionamento isotópico: fracionamento de equilíbrio e fracionamento cinético (Brown e Brown, 2011; Saragoça, 2014). O fracionamento de equilíbrio denomina o contraste entre duas fases físicas que estão em equilíbrio uma com a outra a nível químico, por exemplo, a condensação da água da chuva nas nuvens (Saragoça, 2014, p. 2). O fracionamento cinético consiste em taxas diferentes de reação para os diferentes isótopos de um mesmo elemento numa mesma reação química, tornando nessa reação o enriquecimento dos isótopos mais leves e, por conseguinte, resultando em processos físicos e/ou químicos irreversíveis, como por exemplo, a evaporação da água (*idem*).

Para a investigação de fracionamentos isotópicos têm sido utilizadas técnicas laboratoriais especializadas, entre elas e a mais recorrente, a espectrometria de massa de razões isotópicas (*Isotope Ratio Mass Spectrometry*) (*idem*). Com este procedimento são medidas as razões isotópicas através da comparação entre a razão isotópica R do elemento considerado na amostra e a razão isotópica R do mesmo elemento num padrão de referência. Para o efeito, as razões isotópicas são apresentadas como

a diferença relativa delta (δ). Os valores de delta são expressos em diferenças por mil (‰) (Umbelino, 2006; Saragoça, 2014). Para tal, é efetuada a seguinte fórmula:

$$\delta(\text{‰}) = [R_{\text{amostra}} / R_{\text{padrão}} - 1] \times 1000$$

Um exemplo prático seria, por exemplo, o fracionamento isotópico de carbono, através dessa mesma fórmula:

$$\delta^{13}\text{C} (\text{‰}) = [(^{13}\text{C}/^{12}\text{C})_{\text{amostra}} / (^{13}\text{C}/^{12}\text{C})_{\text{padrão}} - 1] \times 1000$$

Segundo Saragoça (2014, p. 3), “(...) um valor de $\delta^{13}\text{C}$ positivo significa que o teor de ^{13}C na amostra é enriquecido em comparação com o padrão, ou, pelo contrário, o teor de ^{12}C na amostra é empobrecido relativamente ao padrão utilizado. Um valor de $\delta^{13}\text{C}$ negativo indica um empobrecimento em ^{13}C e um enriquecimento em ^{12}C (...)”.

2.2. Carbono, Azoto, Oxigénio e Estrôncio

Os isótopos de carbono ($\delta^{13}\text{C}$), azoto ($\delta^{15}\text{N}$), oxigénio ($\delta^{18}\text{O}$) e estrôncio ($^{87}\text{Sr} / ^{86}\text{Sr}$) são os isótopos mais utilizados pela arqueologia biomolecular, por outras palavras, são os isótopos que foram submetidos a uma maior pesquisa laboratorial que visa responder a questões arqueológicas, tais como, na análise de restos humanos e animais, e também pela Arqueobotânica (Brown e Brown, 2011; Saragoça, 2014).

A análise isotópica de carbono ($\delta^{13}\text{C}$) visa responder a questões de reconstrução das paleodietas em populações humanas e animais do passado. O carbono é, de facto, importante pois permite indicar que tipos de alimentos foram ingeridos pelos humanos e/ou animais no passado uma vez que o valor da composição isotópica de carbono permanece nos tecidos do indivíduo. O carbono está presente na atmosfera, na água e no solo e é absorvido pelas plantas durante a fotossíntese (Caxito e Silva, 2015). É através deste processo natural que todas as plantas terrestres vão ter como fonte de carbono o dióxido de carbono atmosférico (CO_2). As plantas assimilam CO_2 através dos ciclos fotossintéticos C_3 (ciclo de Calvin), C_4 (ciclo de Hatch-Slack) ou CAM (Metabolismo Ácido das Crassuláceas ou *Crassulacean Acid Metabolism*) (*idem*).

Cada planta absorve o carbono em taxas diferentes dependendo do tipo de espécie e do clima que vive. Nas plantas C_3 (vd. **Figura 2.**) “(...) correspondem à maioria das plantas das regiões temperadas, tais como Europa, Ásia e América do Norte, e incluem trigo, cevada, arroz, centeio, a maioria das frutas e legumes, ervas, árvores e arbustos (...)” (Saragoça, 2014, p. 5).

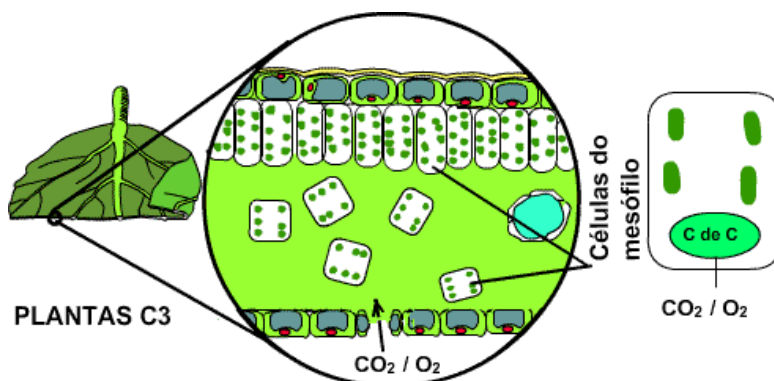


Figura 2. As células das plantas C_3 podem absorver CO_2 bem como O_2 , permitindo exercer a fotorrespiração (processo pelo qual consome O_2 e liberta CO_2 em presença de luz). **Fonte:** iesjavirtual.es., 2017.

As plantas C_4 (vd. **Figura 3.**) são aquelas “(...) plantas que crescem nas regiões tropicais e subtropicais, tais como milho, milho painço, cana-de-açúcar e sorgo, e assimilam o CO_2 através do ciclo de Hatch-Slack (...)” (Saragoça, 2014, p. 7).

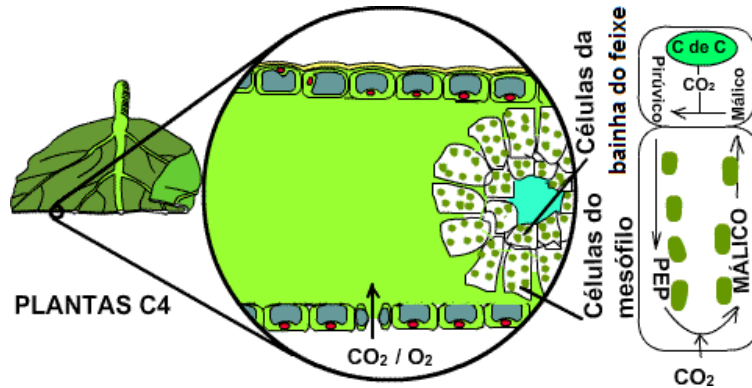


Figura 3. As células da bainha do feixe têm um fornecimento contínuo de CO_2 e poucas possibilidades de chegar O_2 , não fazendo a fotorrespiração. As células do mesófilo não têm o ciclo de Calvin e, portanto, não podem assimilar o O_2 . **Fonte:** iesjavirtual.es., 2017.

No caso das plantas CAM (vd. **Figura 4.**), como os catos, ananás, baunilha e orquídea, que são nativas de ambientes muito quentes e secos, são caracterizadas por recolher o CO_2 durante a noite (Saragoça, 2014).

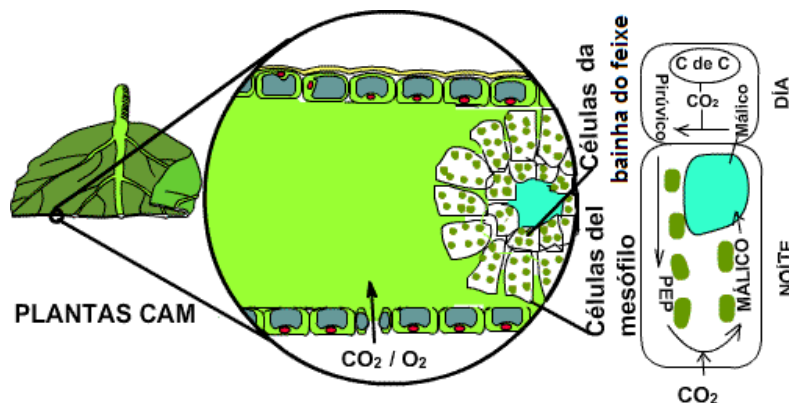


Figura 4. As plantas CAM têm estômatos (comunicação do meio interno com a atmosfera) fechados durante o dia para não se desidratarem. Durante a noite, abrem os estômatos para recolher CO_2 . **Fonte:** iesjavirtual.es., 2017.

Com base nas diferenças químicas existentes entre os três processos anteriormente referidos, são observados diferentes graus de fracionamento isotópico entre as plantas dos tipos C_3 , C_4 e CAM. Como consequência, as diferenças entre o fracionamento isotópico nas plantas dos tipos C_3 e C_4 permitem inferir os tipos de alimentos ingeridos pelos humanos e animais no passado.

A composição isotópica do azoto (N) nas plantas depende do modo de fixação deste elemento (Brown e Brown, 2011). Nas plantas leguminosas, como o feijão, as favas, os trevos, as ervilhas, a acácia, as sojas, entre outras, fixam diretamente o N_2 , apresentando valores semelhantes ao da atmosfera

(próximo de 0‰). Por sua vez, as plantas não-leguminosas, que englobam a maior parte das plantas, apresentam valores mais positivos do que as plantas leguminosas (por volta de +3‰), uma vez que aproveitam o azoto produzido no solo (Umbelino, 2006; Saragoça, 2014). Em suma, o principal fator controlador da composição isotópica do azoto nas plantas é a “assinatura isotópica original do solo”, que por sua vez é influenciada por fatores diversos tais como as práticas de agricultura, como também pelas condições climáticas e geográficas existentes (Caxito e Silva, 2015, p. 15).

À medida que os animais comem plantas e outros animais comem esses animais, a proporção de isótopos de azoto muda. Por exemplo, os “(...) *carnívoros apresentam valores de $\delta^{15}\text{N}$ +3‰ mais positivos do que os herbívoros por eles consumidos, que por sua vez, apresentam valores de $\delta^{15}\text{N}$ +3‰ mais positivos do que as plantas que consomem, o que significa que ao longo da cadeia alimentar ocorre um incremento de +3‰ por cada nível trófico (...)*” (Saragoça, 2014, p. 11) (vd. Figura 5.).

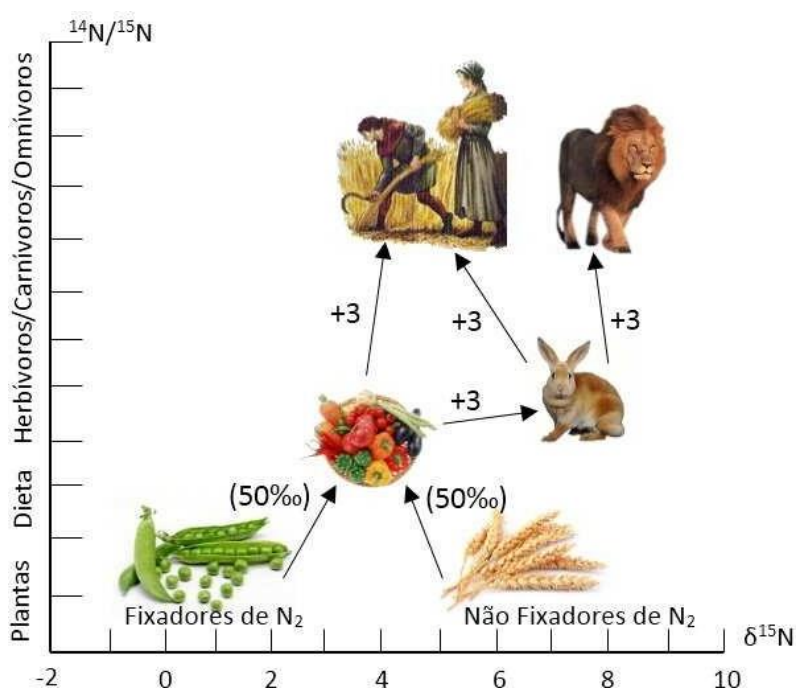


Figura 5. Efeito do nível trófico. Fonte: Adaptado de Saragoça, 2014, fig.6.

Como resultado, os isótopos estáveis de azoto podem ser usados para determinar o nível da cadeia alimentar em que um organismo estava e se eram herbívoros, carnívoros ou omnívoros. Poderá nos levar a informações fundamentais sobre uma dieta à base de plantas ou de animais marinhos e terrestres.

O oxigénio (O) é um componente básico da água e, de igual forma, importante nas análises isotópicas do oxigénio para responder a questões ambientais (Blyth, 2001). Este componente encontra-se presente em todo o ambiente em múltiplas formas. A proporção do seu isótopo varia com a temperatura e o clima, e a sua análise poderá determinar se um indivíduo se mudou para diferentes áreas geográficas durante a sua vida ou até mesmo no estabelecimento de uma relação com as mudanças atmosféricas. Por exemplo, o valor $\delta^{18}\text{O}$ constitui um “(...) *indicador da temperatura de condensação e, indiretamente, da temperatura à superfície do globo terrestre. Em meios geográficos em que se verifica uma importante evaporação, como por exemplo nas regiões secas, a composição da solução na qual se dá a precipitação é sobretudo condicionada pela relação entre a afluência de água (a qual, na ausência de contribuições subterrâneas, é devida a chuva) e a evaporação. Esta conduz a*

um aumento de $\delta^{18}\text{O}$ na água enquanto a chuva conduz a uma diminuição (...)” (Cruz, 1993, p. 28). Em suma, $\delta^{18}\text{O}$ poderá definir e explicar fenómenos atmosféricos fundamentais na compreensão paleoambiental, sobretudo, na relação entre a chuva e a evaporação.

Embora o oxigénio tenha um potencial bastante útil para estudos isotópicos, as técnicas ainda estão sendo desenvolvidas e os resultados devem ser interpretados cuidadosamente.

O estrôncio (Sr) é um metal puro com muitos isótopos estáveis e instáveis. É abundante na natureza e é encontrado principalmente nas rochas vulcânicas e solos. À medida que os solos corroem e se filtram em fontes de água e alimentos, o estrôncio é levado ao corpo onde é incorporado nos tecidos ósseos da mesma forma que o cálcio (Bentley, 2006). A proporção dos isótopos de estrôncio ($^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$) também varia de uma localização geográfica para outra. Desse modo, as análises isotópicas de estrôncio são uma das mais eficazes na caracterização da mobilidade pré-histórica humana e animal.

Poderemos concluir que os isótopos de estrôncio servem como assinaturas geoquímicas que podem servir como uma “fonte” de esclarecimento de mobilidade de um humano ou animal através das análises ósseas desse mesmo indivíduo e é, de igual forma, um isótopo bastante fundamental para períodos mais remotos como a pré-história (Makarewicz, 2014).

2.3. Outros Fracionamentos Isotópicos

Para além dos isótopos de carbono ($\delta^{13}\text{C}$), azoto ($\delta^{15}\text{N}$), oxigénio ($\delta^{18}\text{O}$) e estrôncio ($^{87}\text{Sr} / ^{86}\text{Sr}$), existe outros fracionamentos isotópicos que, apesar de não serem constantemente utilizados, têm vindo a demonstrar resultados significativos na arqueologia biomolecular, entre eles, o enxofre ($\delta^{34}\text{S}$), o hidrogénio ($\delta^2\text{H}$) e o zinco ($\delta^6\text{Zn}$).

A utilização da análise do isótopo de enxofre em colagénio ósseo tem vindo a fornecer indicações extremamente relevantes, desde dietas marinhas e/ou de água doce e, sobretudo, no fornecimento de informação do substrato geológico. Através do enxofre é possível obter resultados sobre diferenças significativas entre solos de diferentes naturezas ou clima (Richards et al., 2001). No hidrogénio, tal como no oxigénio, “(...) os produtos alimentícios dependem da composição isotópica da água (H_2O) ingerida pelos animais, que por sua vez é influenciada primordialmente por fatores geográficos tais como altitude, latitude e distância do mar (...)” (Caxito e Silva, 2015, p. 15). Para a análise isotópica de hidrogénio, a altitude demonstra ser um fator essencial na composição isotópica da água. Através do hidrogénio é possível determinar variações climáticas ou sazonais (Kirsanow et al., 2008). O isótopo de zinco é um dos “novos” fracionamentos isotópicos utilizados recentemente para responder a questões arqueológicas. As razões de isótopos estáveis de carbono e azoto do colagénio ósseo são um método estabelecido para a reconstrução das paleodietas, mas este método é limitado pela preservação da proteína. Por sua vez, o zinco permanece presente na apatita (mineral produzido e utilizado por sistemas biológicos), fazendo com que as composições isotópicas deste elemento sejam um indicador das paleodietas muito promissor (Jaouen et al., 2016).

Com o desenvolvimento constante da ciência e de novas técnicas laboratoriais, muitos outros isótopos poderão vir a fornecer informações relevantes na investigação em Zooarqueologia e ciências a fins.

3. Análise de Materiais

3.1. Ossos e Conchas

Os ossos são uns dos materiais biológicos mais frequentemente analisados, porque são duros e duradouros e são regularmente preservados em contextos arqueológicos (Brown e Brown, 2011).

O osso é composto por dois componentes: uma matriz orgânica composta principalmente de colagénio e um componente mineral inorgânico feito em grande parte de fosfato de cálcio (Brown e Brown, 2011; Saragoça, 2014). Os dentes também consistem em materiais orgânicos e inorgânicos, mas ao contrário do osso, uma vez formado, o esmalte dental não remodela (*idem*). Consequentemente, os dentes são muito úteis para determinar o ambiente e as condições da vida precoce de um indivíduo, enquanto os ossos permitem averiguar os últimos anos da vida desse indivíduo (Frémonteau et al., 2012; Makarewicz, 2014).

As conchas, que se preservam ao longo do tempo devido às suas propriedades, são formadas pela deposição de cristais de carbonato de cálcio em uma matriz orgânica (Cramp e Evershed, 2014). Enquanto os ossos permitem definir com maior regularidade as paleodietas, as conchas, por sua vez, são bons indicadores de reconstrução paleoambiental e climática, por exemplo, é possível determinar qual a temperatura da água em que elas se encontravam durante a sua vida (Stevens et al., 2012).

3.2. Esmalte e Dentição

Assim como a durabilidade óssea, os dentes são constituídos como o outro material biológico mais frequentemente utilizado na análise arqueológica. A dentição quer humana ou animal, é um importante material orgânico e inorgânico, mas ao contrário do osso, uma vez formado, o esmalte dental não remodela (Brown e Brown, 2011).

Consequentemente, os dentes são muito úteis para determinar o ambiente e as condições da vida precoce de um indivíduo. Assim, como períodos de stresses físico constante, como doença ou fome (Frémonteau et al., 2012). Ao contrário dos dentes, os ossos permitem averiguar os últimos anos da vida desse indivíduo (Makarewicz, 2014). Desse modo, é importante interligar os estudos ósseos com o estudo da dentição de forma a obter dados mais concretos e completos sobre o historial da vida do indivíduo.

4. Análise Laboratorial

Como exemplo prático, para investigar os isótopos estáveis de ossos humanos e animais, uma amostra pequena de osso é suficiente para a análise. Devido aos avanços na espectrometria de massa (IRMS – *Isotope Ratio Mass Spectrometer*) uma pequena amostra que pode variar entre os 200 miligramas e um 1 grama (Caxito e Silva, 2015). Quando o material ósseo recolhido em sítios arqueológicos encontra-se mal preservado pode não haver material biológico sobrevivente para a análise ser confiável (Umbelino, 2006; Saragoça, 2014).

A pequena amostra de osso é tratada através de um conjunto de procedimentos químicos, dependendo da análise a que se pretende efetuar. Por exemplo, para a análise de isótopos estáveis em carbono e azoto, o osso é lavado em ácido clorídrico (0,25 de HCl) passando por posterior filtração após a primeira fase que consistiu na desmineralização do osso (previamente reduzido a pó) (Umbelino, 2006). Este processo químico é efetuado durante um período de tempo adequado até a amostra de osso estar pronta para os passos químicos seguintes. O resíduo é depois tratado em

processos de evaporação e é congelado em vácuo. De seguida, o resíduo é de novo evaporado, aquecido em água (90 °C) durante 20 horas (*idem*). Estes processos são levados a cabo para extrair o colagénio ósseo "puro" de componentes adicionais que compõem o osso, tais como lípidos e proteínas.

Uma vez extraído o colagénio, este é preparado e pesado para análise no espectrómetro de massa (**vd. Figura 6.**). O espectrómetro de massa funciona através da “(...) medição da abundância e da massa dos isótopos estáveis sob a forma de iões, que compreende, basicamente, três partes principais: a fonte de iões, na qual o gás é ionizado e os iões são acelerados; o analisador de massas, onde os iões acelerados são separados de acordo com a sua massa através de um campo magnético; e um detetor onde são contados os iões separados (...)” (Katzenberg, 1992 *Apud* Umbelino, 2006, p. 208-209).

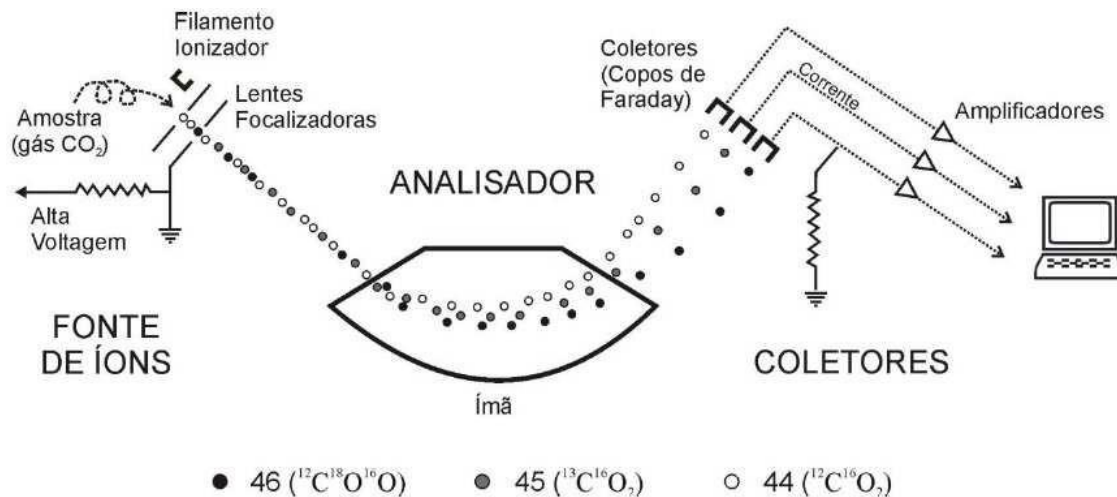


Figura 6. Esquema de funcionamento de um espectrómetro de massa de razão isotópica (IRMS). Fonte: CAXITO e SILVA, 2015, fig.2.

Os resultados da análise são comparados utilizando padrões de referência que são definidos pela *International Atomic Energy Agency* (IAEA), em Viena, Áustria (Caxito e Silva, 2015).

5. Interpretação

Tal como foi referido no subcapítulo 2.1. “Terminologia e Definições”, através da espectrometria de massa são medidas as razões isotópicas através da comparação entre a razão isotópica R do elemento considerado na amostra e a razão isotópica R do mesmo elemento num padrão de referência (Umbelino, 2006; Saragoça, 2014).

Na essência, significa que, para obter a quantidade relativa de um determinado isótopo em uma amostra, esta é representada pela razão entre este isótopo e outro isótopo estável do mesmo elemento (Caxito e Silva, 2015). Assim, para as análises em questão, é formulada uma equação em que representa a razão entre o isótopo pesado (amostra) e o isótopo leve (padrão), uma vez que o isótopo leve (com menos massa) é o isótopo mais abundante do elemento em questão e predomina amplamente em proporção natural (**vd. Quadro 1.**).

Elemento	Isótopo		Abundância relativa (%)	natural
Hidrogênio	¹ H	² H	99,985	0,015
Carbono	¹² C		98,89	1,11
	¹³ C			
Azoto	¹⁴ N	¹⁵ N	99,63	0,37
Oxigênio	¹⁶ O	¹⁷ O	99,76	0,04
	¹⁸ O		0,20	
Enxofre	³² S		95,00	0,76
	³³ S	³⁴ S	4,22	0,01
	³⁶ S			
Estrôncio	⁸⁴ Sr	⁸⁶ Sr	0,56	9,86
	⁸⁷ Sr	⁸⁸ Sr	7,02	82,56

Quadro 1. Abundâncias naturais relativas dos principais isótopos. **Fonte:** GHIDINI *et al.*, 2006 *Apud* CAXITO e SILVA, 2015.

Através da fórmula representada no subcapítulo 2.1. poderemos chegar a interpretações mais eficazes na análise das amostras. Como?

$$\delta(\text{‰}) = [R_{\text{amostra}} / R_{\text{padrão}} - 1] \times 1000$$

Na fórmula apresentada anteriormente, o “R amostra” será, como já foi mencionado, a razão isotópica medida na amostra. Por sua vez, o “R padrão” será a mesma razão de um padrão. Este padrão será geralmente um material de referência do laboratório em que as análises são efetuadas, que por sua vez, é calibrado contra um padrão internacional. Poderemos dizer que os valores δ são ponderados em comparação a um padrão internacionalmente reconhecido, que é arbitrariamente fixado em 0‰ (Saragoça, 2014; Caxita e Silva, 2015). O **Quadro 2.** representado neste texto indica os Padrões Internacionais de Razão Isotópica reconhecidos internacionalmente juntamente com as respectivas referências.

Razão Isotópica	Padrão Internacional	Valor do Padrão
$^2\text{H}/^1\text{H}$ ou D/H	Vienna Standard Mean Ocean Water (VSMOW)	0,00015575
$^{13}\text{C}/^{12}\text{C}$	Vienna Pee Dee Belemnite (VPDB)	0,0111802
$^{15}\text{N}/^{14}\text{N}$	Ar atmosférico (AIR)	0,0036782
$^{18}\text{O}/^{16}\text{O}$	VSMOW ou VPDB	VSMOW = 0,0020052 VPDB = 0,0020672
$^{34}\text{S}/^{32}\text{S}$	Vienna Canyon Diablo Troilite (VCDT)	0,0451509

Quadro 2. Padrões Internacionais de Razão Isotópica e respetivas referências. **Fonte:** WERNER e BRAND, 2001 *Apud* CAXITO e SILVA, 2015.

No procedimento da análise e na respetiva interpretação, os efeitos de fracionamento isotópico (processos químicos/físicos pelas quais causam mudanças nas abundâncias relativas dos isótopos entre reagentes e produtos) podem ser determinantes para interpretar os processos de manufatura pelos quais os produtos foram submetidos e até mesmo delimitar a sua origem (Caxito e Silva, 2015).

Segundo Caxito e Silva (2015, p. 12), no “(...) *fracionamento que ocorre dentro do organismo animal, cada passo na cadeia alimentar é acompanhado por um enriquecimento nos isótopos pesados na biomassa, enquanto os isótopos leves são preferencialmente catabolizados (...)*”. Por exemplo, se observarmos um enriquecimento por volta de 3 a 4‰ nos tecidos animais relativamente à dieta pode ocorrer tanto para $\delta^{13}\text{C}$ (dieta proveniente de alimentos vegetais) como para $\delta^{15}\text{N}$ (dieta proveniente em alimentos ricos em proteína) (*idem*). Referente aos valores de $\delta^{18}\text{O}$, se a comparação dos valores isotópicos da água ingerida e da água do leite produzido vierem a indicar um enriquecimento entre 2 e 6‰ no organismo animal (Kornexl et al., 1997; Schmidt et al., 2001; Renou et al., 2004 *Apud* Caxita e Silva, 2015), esse “(...) *enriquecimento se deve ao fato de que, no organismo animal, à água ingerida adicionam-se os átomos de hidrogênio e oxigênio provenientes dos alimentos, da água alimentar e do O_2 molecular (...)*” (Ritz et al., 1996 *Apud* Caxita e Silva, 2015, p. 12). Caxita e Silva (2015, p. 12) acaba por afirmar que “(...) *os valores de $\delta^{18}\text{O}$ e $\delta^2\text{H}$ da celulose das plantas ingeridas pelos animais são tipicamente enriquecidos, assim como o oxigênio atmosférico inalado. Dessa forma, a composição isotópica da água produzida no metabolismo animal é tipicamente enriquecida em relação à da água ingerida (...)*”.

Poderemos dar dois exemplos práticos. Nas ilustrações seguintes, vamos ter duas representações de utilização de isótopos estáveis como indicativo de origem geográfica através da alimentação animal e o que produzem. Na **Figura 7.**, o gado é criado numa região montanhosa com baixos valores de $\delta^{18}\text{O}$ e $\delta^2\text{H}$. A alimentação desse gado vai ser exclusivamente de gramíneas temperadas. Os produtos lácteos que os animais desse gado irão produzir evidenciam valores negativos, que tal como Caxita e Silva (2015, p. 12) referem, terão um teor de $\delta^2\text{H} = -10\text{‰}$, $\delta^{18}\text{O} = -6\text{‰}$ e $\delta^{13}\text{C} = -24\text{‰}$.

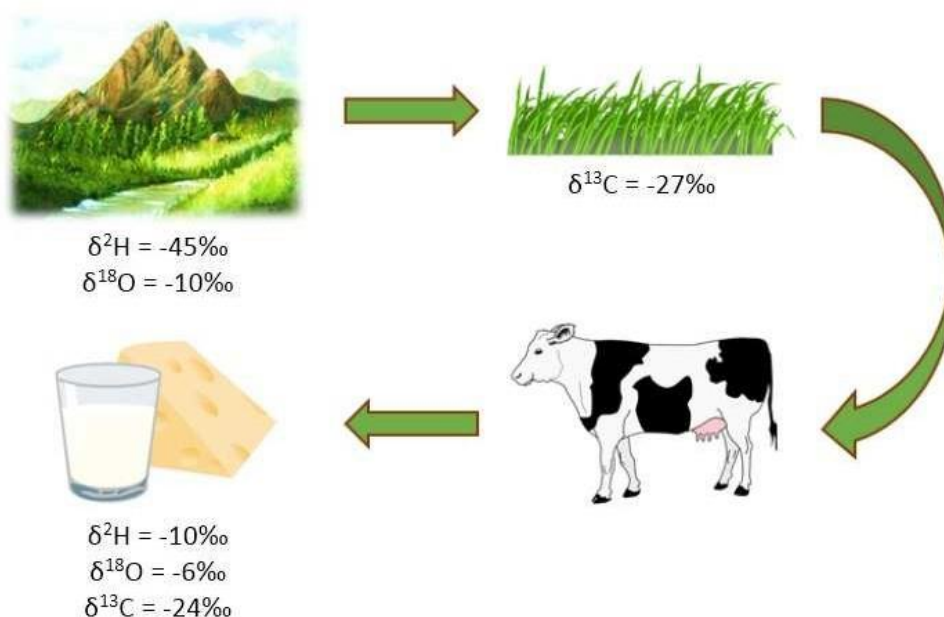


Figura 7. Origem geográfica montanhosa e alimentação em gramíneas temperadas. **Fonte:** adaptado de CAXITO e SILVA, 2015, fig.1.

Na **Figura 8.**, o gado é criado numa região plana. A alimentação desse gado vai ser, não de gramíneas temperadas, mas sim de silagem de milho. Os produtos lácteos que os animais desse gado irão produzir evidenciam na sua maior parte valores positivos, que tal como Caxita e Silva (2015, p. 12) referem, terão um teor de $\delta^2\text{H} = +10\text{‰}$, $\delta^{18}\text{O} = +2\text{‰}$ e $\delta^{13}\text{C} = -10\text{‰}$.

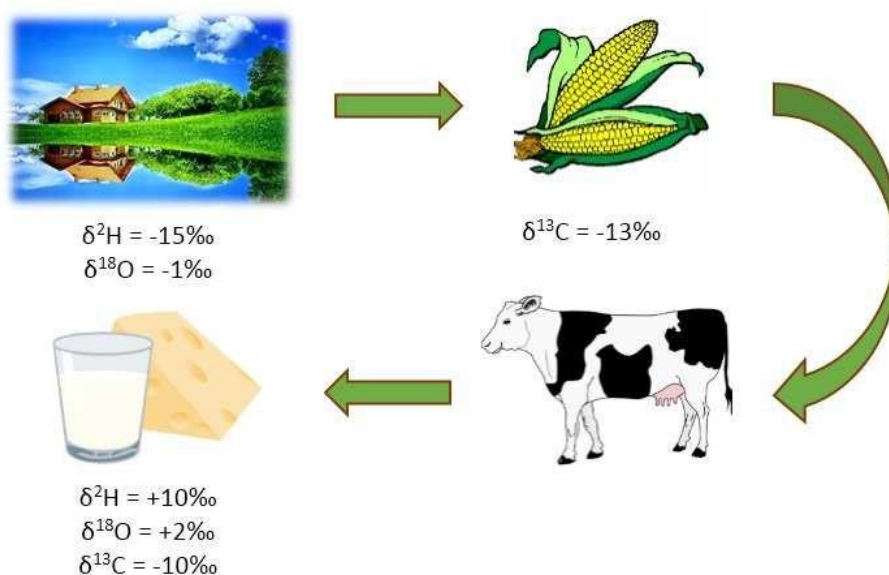


Figura 8. Origem geográfica plana e alimentação em silagem de milho. **Fonte:** adaptado de CAXITO e SILVA, 2015, fig.2.

“Apesar do fracionamento isotópico que ocorre no metabolismo animal e que tende a enriquecer os elementos em isótopos pesados, a análise isotópica dos produtos lácteos originados de cada animal permite reconhecer a sua origem” (idem).

6. Limitações, Implicações e Direção Futura da análise isotópica em Zooarqueologia

A Zooarqueologia tem vindo a abordar temas que vão desde a alimentação, tanto de seres humanos e animais, economia, domesticação, pastorícia, ambiente, clima e formação de sítios, entre muitos outros. Esta grande variedade de questões de pesquisa reflete as relações universais e íntimas que os animais tiveram com os humanos durante a pré e proto-história e história e revela a natureza multidisciplinar e interdisciplinar da Zooarqueologia e da sua herança intelectual diversificada (Steele, 2015).

Recentemente, a emergência da pesquisa arqueológica com o auxílio das ciências naturais tem vindo a ajudar na investigação zooarqueológica. Entre as várias ciências naturais, o auxílio da bioquímica tem possibilitado responder a questões zooarqueológicas pertinentes, entre elas, a análise estável de isótopos (Makarewicz, 2016). A análise estável de isótopos teve uma abordagem dentro da arqueologia relativamente tardia devido em grande parte ao ritmo lento dos desenvolvimentos metodológicos dentro da bioquímica de isótopos estáveis, e também devido aos desenvolvimentos teóricos mais recentes dentro da arqueologia que expandiram os modos de investigação arqueológica que antes se encontravam indetetáveis (Matás, 2014; Makarewicz, 2016).

Apesar da crescente utilização das análises isotópicas na Zooarqueologia, esta área ainda tem que se afirmar dentro da comunidade arqueológica. Por outras palavras, a união das análises isotópicas na Zooarqueologia e, no geral, na arqueologia, ainda carece de coesão (*idem*). A adoção de abordagens isotópicas pela Zooarqueologia poderá revelar lacunas na interpretação dos dados se faltar um domínio preciso da bioquímica nas análises que se pretendem realizar. Atualmente existem relativamente poucos indivíduos que são treinados tanto na Zooarqueologia como nas análises bioquímicas de isótopos estáveis. Um dos principais problemas consiste nos vários estudos académicos que acaba por se tornar em tempo demasiado extenso (*idem*). Os zooarqueólogos que desejam integrar a análise estável de isótopos nos seus quadros de pesquisa arqueológica não só precisam acompanhar os novos desenvolvimentos na bioquímica em isótopos, mas também entender as limitações da abordagem. Sem um aprofundamento na bioquímica de isótopos estáveis, é muito fácil produzir interpretações com lacunas evidentes que acabam por retirar a credibilidade da análise de estável de isótopos na Zooarqueologia. Por outro lado, os praticantes de análise estável de isótopos precisam entender não apenas as questões de pesquisa em que a Zooarqueologia aborda, mas também estar informado de debates ativos sobre a utilização de abordagens analíticas específicas usadas para responder a questões faunísticas.

Uma limitação a considerar é o estado de conservação do material que pretendemos analisar (Matás, 2014; Makarewicz, 2016). O estado do material e a sua exposição a diferentes condições podem afetar a determinação dos isótopos presentes, ou seja, diferentes isótopos são afetados de maneiras diferentes e tais mudanças podem influenciar as assinaturas isotópicas resultantes. A contaminação também é uma preocupação para os estudos isotópicos (Makarewicz, 2016). Como os isótopos estão presentes em todo o ambiente, há sempre a possibilidade de que a assinatura capturada em um tecido provenha de outra fonte que não o corpo, seja por lixiviação com água, pela exposição a solos locais ou no laboratório. Embora existam técnicas disponíveis para minimizar estes efeitos, a contaminação continua a ser um problema desafiador na sua análise. De igual forma, os ratios isotópicos podem nem sempre fornecer resultados claros e nem sempre são fáceis de ler e interpretar uma vez que são

apresentados em valores numéricos. Por exemplo, para os padrões alimentares, os valores de carbono e azoto podem não conseguir determinar ou distinguir duas populações que viveram em climas semelhantes ou que se alimentaram com os mesmos tipos de alimentos (Bogaard e Outram, 2013; Makarewicz, 2016). Apesar de culturalmente distintos e, por vezes, geograficamente afastados, as assinaturas isotópicas serão muito semelhantes entre si.

Contudo, mesmo com a existência desses desafios, as análises isotópicas na Zooarqueologia têm feito progressos fundamentais para entender as populações do passado, tanto humanas como animais. A incorporação de novas abordagens teóricas e tecnologias analíticas tem vindo a facilitar este constante crescimento (Steele, 2015). No futuro, os zooarqueólogos devem continuar a pensar de forma crítica sobre os seus dados, bem como promover o compartilhamento mútuo com outras ciências e análises, e lutar pelo acesso global. Ao seguir estes princípios, a Zooarqueologia bem como a análise estável de isótopos prosperarão em conjunto através do século XXI e além.

BIBLIOGRAFIA

Bentley, Alexander (2006). Strontium isotopes from the Earth to the archaeological skeleton: a review. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 13 (3), p. 135-187. ISSN 1072-5369.

Bicho, Nuno (2012). *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Edições 70, Lisboa. ISBN 9789724416397.

Blyth, Lisa (2001). Oxygen Isotope Analysis and Tooth Enamel Phosphate and Its Application to Archaeology. *The University of Western Ontario Journal of Anthropology*, Vol. 9, Iss. 1, Art. 2.

Bocherens, Hervé; Drucker, Dorothée (2003). Trophic Level Isotopic Enrichment of Carbon and Nitrogen in Bone Collagen: Case Studies from Recent and Ancient Terrestrial Ecosystems. *International Journal of Osteoarchaeology*, 13, p. 46–53.

Bogaard, Amy; Outram, Alan (2013). Palaeodiet and beyond: stable isotopes in bioarchaeology. *World Archaeology*, 45:3, p. 333-337. ISSN 0043-8243.

Brown, Terry; BROWN, Keri (2011). *Biomolecular Archaeology - An Introduction*. Wiley-Blackwell, Reino Unido. ISBN 9781444392449.

Caxito, Fabrício de Andrade; Silva, Almir - Isótopos Estáveis: Fundamentos e Técnicas Aplicadas à Caracterização e Proveniência Geográfica de Produtos Alimentícios. *Geonomos*, 23 (1), 2015, p. 10-17. ISSN 2446-6964.

Cramp, Lucy; Evershed, Richard (2014). Reconstructing Aquatic Resource Exploitation in Human Prehistory using Lipid Biomarkers and Stable Isotopes. In. *Treatise on Geochemistry: Archaeology and Anthropology*. Elsevier, Oxford, p. 319-339. ISBN 008095975X, 9780080959757.

Cruz, António João (1993). Química e Arqueologia: Os isótopos de oxigénio e a reconstituição do clima. *Química*, 50, p. 25-28.

Frémonteau, Delphine et al. (2012). Seasonality of birth and diet of pigs from stable isotope analyses of tooth enamel ($\delta^{18}\text{O}$, $\delta^{13}\text{C}$): a modern reference data set from Corsica, France. *Journal of Archaeological Science*, 39, p. 2023-2035.

Jaouen, Klervia; Szpak, Paul; Richards, Michael (2016). Zinc Isotope Ratios as Indicators of Diet and Trophic Level in Arctic Marine Mammals. *PLoS ONE*, 11(3): e0152299, p. 1-13.

Kirsanow, Karola; Makarewicz, Cheryl; Tuross Noreen (2008). Stable oxygen ($\delta^{18}\text{O}$) and hydrogen (δD) isotopes in ovicaprid dentinal collagen record seasonal variation. *Journal of Archaeological Science*, 35, p. 3159–3167. ISSN 0305-4403.

Makarewicz, Cheryl (2014). Winter pasturing practices and variable fodder provisioning detected in nitrogen ($\delta^{15}\text{N}$) and carbon ($\delta^{13}\text{C}$) isotopes in sheep dentinal collagen. *Journal of Archaeological Science*, 41, p. 502-510.

Makarewicz, Cheryl (2016). Toward an Integrated Isotope Zooarchaeology. In: *Isotopic Landscapes in Bioarchaeology*. Springer-Verlag, Berlin Heidelberg, p. 189-209. ISBN 978-3-662-48339-8.

Matás, Gonzalo Linares (2014). *New Perspectives in Zooarchaeology. Researching Animals Beyond diet*. Trowel, Vol. XV, 2014, p. 81-90.

Richards, Michael; Fuller, Benjamin; Hedges, Robert (2001). Sulphur isotopic variation in ancient bone collagen from Europe: implications for human palaeodiet, residence mobility, and modern pollutant studies. *Earth and Planetary Science Letters*, 191, p. 185-190.

Saragoça, Patrícia (2014). *Análise isotópica de material osteológico – uma contribuição para o conhecimento da dieta romana na região de Pax Julia (Beja)*. Tese de Mestrado. Évora: Universidade de Évora, Escola de Ciências e Tecnologia, Departamento de Química.

Steele, Teresa (2015). The contributions of animal bones from archaeological sites: the past and future of zooarchaeology. *Journal of Archaeological Science*, 56, p. 168-176. ISSN 0305-4403.

Stevens, Rhiannon et al. (2012). Reconstruction of late Pleistocene climate in the Valsequillo Basin (Central Mexico) through isotopic analysis of terrestrial and freshwater snails. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 319-320, p. 16–27. ISSN 0031-0182.

Umbelino, Cláudia (2006). *Outros Sabores do Passado: As análises de oligoelementos e de isótopos estáveis na reconstituição da dieta das comunidades humanas do Mesolítico Final e do Neolítico Final/Calcolítico do território português*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Antropologia.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

IES Josefina Aldecoa - Fisiología Celular: La Fotosíntesis. 2016. Disponível na [www:<URL: http://www.iesjavirtual.es/iesja15/sitiobiob/principal/fotosintesisPpal.htm>](http://www.iesjavirtual.es/iesja15/sitiobiob/principal/fotosintesisPpal.htm) [Consultado a 8 de Dez de 2017]. *Website* atualmente indisponível.

S.A. - Isotopes. 2014. Disponível na [www:<URL: http://chemistry.tutorcircle.com/inorganic-chemistry/isotopes.html.>](http://chemistry.tutorcircle.com/inorganic-chemistry/isotopes.html)

ARQUIVO E FUNDO ARQUIVÍSTICO – CONCEITOS, LEGISLAÇÃO, NORMALIZAÇÃO

ARCHIVES AND ARCHIVISTIC BACKGROUND - CONCEPTS, LEGISLATION, STANDARDIZATION

Joaquim Pombo Gonçalves

Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa,
Portugal

jgoncalves@letras.ulisboa.pt

Arquivo e Fundo Arquivístico – Conceitos, Legislação, Normalização

Joaquim Pombo Gonçalves

Historial do artigo:

Recebido a 30 de abril de 2019

Revisto a 15 de junho de 2019

Aceite a 06 de julho de 2019

RESUMO

O presente trabalho aborda os conceitos de *Arquivo* e *Fundo Arquivístico*, procurando, através de breves apontamentos, enquadrá-los na legislação nacional e nas regras de normalização nacionais e internacionais.

Neste contexto, afloramos alguns apontamentos históricos referentes ao conceito de *Arquivo*, assim como referenciamos uma proposta de classificação de *Arquivo* (adaptada de Rafael António e Carlos Guardado), entre diversas existentes na literatura.

No que respeita ao conceito de *Fundo*, apresentamos as definições dos *Princípios dos Fundos*, conforme definido na Norma Portuguesa 4041-2005, procurando enquadrá-los na Arquivística.

No entanto, a definição destes *Princípios* originam dificuldades de cariz teórico pertinentes. Neste trabalho, apresentamos uma relação (adaptada de Michel Duchein) de dificuldades teóricas que se coloca aos cientistas da informação e documentação. Paralelamente são propostas diversas soluções práticas.

Concluímos o trabalho referindo, e descrevendo sumariamente, alguma regulamentação nacional, assim como diversas normativas gerais internacionais, posteriormente adaptadas para normas nacionais, que consideramos mais relevantes para a temática.

Palavras-chave: Arquivo, Fundo Arquivístico, Legislação, Normalização.

ABSTRACT

This paper deals with the concepts of Archive and Archival Fund, seeking, through brief notes, to fit them into national legislation and national and international standardization rules.

In this context, some historical notes regarding the concept of Archive are presented, as well as a proposal for the classification of Archive (adapted by Rafael António and Carlos Guardado), among several in the literature.

With regard to the concept of the Fund, we present the definitions of the Fund Principles, as defined in the Portuguese Standard 4041-2005, seeking to fit them into the Archives.

However, the definition of these Principles gives rise to relevant theoretical difficulties. In this work, we present a relation (adapted from Michel Duchein) of theoretical difficulties that are presented to information and documentation scientists. At the same time several practical solutions are proposed.

We conclude the work referring to, and briefly describing, some national regulations, as well as several general international regulations, later adapted to national standards, which we consider to be more relevant to the theme.

Key-words: Archive, Archival Fund, Legislation, Standardization

1. Arquivo

Segundo a lei portuguesa *um arquivo é um conjunto de documentos produzidos por pessoas ou instituições no exercício da sua actividade, seja em suporte papel, seja digital ou outro (...) faz prova de factos (...) tem também um carácter informativo de interesse para o estado e a sociedade (...)* (1).

As organizações públicas e privadas, bem como os indivíduos singulares, enfrentam desafios significativos quando confrontados com a necessidade de gerir a informação que produzem, ou que recebem, no exercício das suas atividades, variando a forma como o fazem em função dos meios (recursos, técnicas e métodos) que dispõem.

A Arquivística, enquanto ciência, só começou a ser encarada como tal a partir da Revolução Francesa com o surgimento dos conceitos do Estado de Direito e de Soberania Nacional.

A consciencialização destes conceitos encontrou-se intimamente associada à consequente receção, nos arquivos públicos, de uma quantidade elevada de documentação que se encontrava, maioritariamente, à guarda de instituições religiosas e à qual as instituições públicas atribuíram importância patrimonial e valor historiográfico, característica que se revestia de profundo interesse para o mundo académico.

A recolha desta documentação nos arquivos públicos teve como natural consequência a abertura desses arquivos aos cidadãos, procurando implementar procedimentos que permitissem fazê-lo num contexto de eficácia e justiça das administrações central e local perante o indivíduo, originando uma valorização dos arquivos na sua função de recolha da documentação, na sua gestão e na disponibilização da informação.

De acordo com diversos autores, 24 de abril de 1841 é considerada a data do surgimento da Arquivística, enquanto resultado da aplicação das normas propostas por Natalis de Wally para a organização dos fundos reunidos nos Archives Nationales de Paris (fundados por decreto de 12 de dezembro de 1790) (2).

Outro marco importante na história da Arquivística ocorre com a publicação, em 1898, do *Manual dos Arquivistas Holandeses* (Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin), abordando a necessidade de elaboração de regras, procedimentos e modelos de intervenção, e propondo critérios e conceitos que permitiram que a Arquivística surgisse como disciplina autonomizada e independente.

Considerando que um sistema arquivístico é a componente principal da gestão documental no ciclo de vida de um documento desde o momento da sua produção até ao arquivo definitivo, ou à sua eliminação, a classificação do Arquivo está afeta aos serviços do mesmo, os quais devem definir a política de gestão documental. Neste contexto, é possível apresentar várias classificações de Arquivo que resultam dos critérios utilizados.

No presente trabalho, apresentamos a tipologia dos arquivos proposta por Rafael António e Carlos Guardado (3), a qual consideramos como suficientemente abrangente:

Tabela 1. Fonte: António, Júlio Rafael; Silva, Carlos Guardado da *Organização de Arquivos Definitivos: Manual ARQBASE* (adaptado).

CRITÉRIO	CLASSIFICAÇÃO
Propriedade	Públicos Privados
Âmbito	Gerais Parciais ou Especiais
Idade	Correntes ou de Gestão Intermédios Definitivos ou Históricos
Valor legal	Administrativos Históricos
Classe	Tradicionais Especiais
Sistemas de Organização	Centralizados Descentralizados Mistos

São diversas as etapas ou funções que os serviços de Arquivo devem controlar e desenvolver no tratamento documental, como sejam: produção (quando possível), avaliação, preservação, tratamento, descrição, indexação, difusão, valorização, seleção e eliminação.

O desenvolvimento destas etapas, associado à classificação, à ordenação, à cotação e à instalação, conduzem à organização arquivística, a qual, em resultado dos progressos teóricos, técnicos e tecnológicos verificados nesta área, otimizam o acesso à informação por parte dos investigadores.

1.1. Respeito pelos Princípios dos Fundos

Fundo – Conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa coletiva, no exercício das suas atividades e funções. É a mais ampla unidade arquivística (4).

A Arquivística tem por objetivo a formação, organização e conservação dos documentos, aplicando uma metodologia própria, desenvolvendo procedimentos e instrumentos de trabalho para o arquivista conservar, gerir e difundir esses documentos (5). Esta metodologia, expressa na Normas Portuguesa NP 4041-2005, assenta no caráter orgânico do arquivo e na aplicação do:

1.1.1. *Princípio do respeito da ordem original dos documentos* – princípio básico segundo o qual os documentos de um mesmo arquivo devem conservar a organização estabelecida pela entidade, produtora, a fim de preservar as relações entre eles e, conseqüentemente, a sua autenticidade, integridade e valor probatório;

1.1.2. *Princípio de proveniência* – princípio básico da organização, segundo o qual deve ser respeitada de cada arquivo, não misturando os seus documentos com os de outros;

1.1.3. *Princípio de respeito pela estrutura dos Fundos* – conceito segundo o qual um arquivo de que se perdeu a ordem original pode, se possível, receber uma organização correspondente à estrutura interna do organismo que o criou.

Após a fundação dos Archives Nationales, os arquivistas franceses apresentaram em 1841 a sua definição de *Respeito pelos Fundos*, conforme referido por Armando Malheiro da Silva et al (6), e que, resumidamente, determinava o reajustamento ordenado por Fundo dos documentos que proviessem de uma corporação, de uma instituição, de uma família ou de um indivíduo, classificando-os por uma ordem particular segundo as matérias e coordenando os assuntos por ordem cronológica, topográfica ou alfabética.

Até esta definição, nos Archives Nationales os *Fundos* eram organizados tematicamente: legislativos, administrativos, de propriedade, históricos e/ou judiciais, procedimento que implicava o agrupamento dos documentos de proveniências diversificadas num mesmo conjunto.

Segundo o proposto por Natalis de Wally, “*A classificação geral por fundos é a única verdadeiramente capaz de assegurar o pronto cumprimento de uma ordem regular e uniforme (...) se propõe uma ordenação teórica ..., os arquivos cairão em desordem (...) outro tipo de classificação que não seja por fundos corre-se o grande risco de não se saber onde encontrar um document (...)*” (7).

Este *Princípio* foi adaptado na maioria dos países da Europa e, mais tardiamente, nos Estados Unidos: Alemanha - *Provenienz-prinzip*; Inglaterra - *Archive group*; França - *Fonds d’archives*; Itália e Espanha - *Fondo*; Estados Unidos - *Record group*.

A aplicação dos diversos *Princípios arquivísticos* tem por base o documento enquanto elemento inserido num conjunto de documentos reunidos intelectualmente de um mesmo produtor, que se vai constituindo por si próprio e nunca como uma peça isolada (8).

A apreciação e classificação de um documento de arquivo implica o conhecimento exato, por parte do arquivista, dos diversos dados que o caracterizam como um documento único: quem o produziu, em que circunstâncias, com que objetivo, a quem se destinava, como e quando foi recebido pelo destinatário e em que circunstâncias foi rececionado pelo arquivo. Este processamento documental só é exequível pelo arquivista se o conjunto documental, no qual o documento se insere, se mantiver intacto e sem absorver documentação de outras proveniências, viabilizando procedimentos que, em caso contrário, seriam arbitrários e sem rigor.

3. Dificuldades teóricas e soluções práticas

Tabela 2. Fonte: Duchein, Michel, *O respeito aos fundos em arquivística: Princípios teóricos e problemas práticos* (adaptado)

DIFICULDADES TEÓRICAS	SOLUÇÕES PRÁTICAS
Definição de <i>fundos</i> em relação à hierarquia dos organismos produtores de arquivos – complexidade da organização funcional e de subordinação entre os diversos níveis, que se subdivide em: <i>Maximalista</i> – Define o <i>fundo</i> pelo seu nível mais alto, pois a unidade funcional situa-se no topo hierárquico; <i>Minimalista</i> – Define o <i>fundo</i> pelo nível da menor partícula funcional, da qual deriva o conjunto orgânico.	Para produzir um <i>fundo</i> de arquivo, o organismo deve assumir denominação e existência jurídica; Possuir atribuições legitimadas por um texto dotado de valor legal ou regulamentar; Definição da posição na hierarquia administrativa; Possuir chefia com correspondente nível hierárquico; Possuir uma organização interna fixada num organograma.
Reflexos das variações de competências dos organismos produtores na composição dos <i>fundos</i> – resultam da modificação de estrutura e da organização de serviço, violando o <i>respeito aos fundos</i>: Supressão de competências; Criação de competências; Misto: Transferência de competências; Competências temporárias.	Documentos transferidos entre organismos ativos, pertencerão ao fundo do organismo que os recolheu; Documentos transferidos entre um organismo extinto e outro ativo, deverão formar um fundo distinto no organismo que os recolheu; Mistura de documentos entre um organismo extinto e outro ativo, deverá ser assinalada no instrumento de pesquisa deste último organismo.
Definição da noção de <i>proveniência</i> dos <i>fundos</i> – <i>fundo</i> é definido como o conjunto de arquivos cuja proveniência é a mesma.	Quando um <i>fundo</i> conserva a sua identidade, deve ser considerado como proveniente do organismo que o produziu – <i>proveniência da produção</i>; Quando um <i>fundo</i> perdeu a sua identidade (integrado ou desmembrado), é considerado como proveniente do organismo que o produziu – <i>proveniência de recolhimento</i>.
Definição da noção de <i>fundos fechados</i> (quando um organismo é extinto, o <i>fundo</i> de arquivos fica encerrado) e de <i>fundos abertos</i> (<i>fundo</i> de arquivos ainda ativo) que culmina com os problemas decorrentes da classificação de <i>fundos abertos</i> – um <i>fundo</i> não está completo senão quando está encerrado.	Quando existe uma continuidade de competência entre um organismo extinto e um ativo, o <i>fundo</i> não está <i>fechado</i> mas muda de nome; Se há transferência de competência entre um organismo extinto e um ativo já existente, o <i>fundo</i> está <i>fechado</i> sendo a continuidade assegurada pelo <i>fundo</i> do organismo que o recebeu embora permaneça distinto; Se um organismo novo é criado para exercer as competências de um outro extinto, o <i>fundo</i> deste está <i>fechado</i> e o <i>fundo</i> do novo sucede-o mas é distinto; Se um <i>fundo</i> permanece <i>aberto</i> por longo período, o arquivista deve aplicar-lhe tratamento dinâmico.
Extensão do respeito <i>externo</i> aos <i>fundos</i> (respeito à integridade dos <i>fundos</i>) e ao respeito <i>interno</i> (respeito às classificações estabelecidas pelos organismos produtores e respeito às divisões internas dos <i>fundos</i>) – transmite o	Organismo de estrutura simples – o arquivista deve adotar a classificação que o organismo usa no arquivo corrente, não existe <i>respeito à estrutura do fundo</i>;

princípio do respeito à estrutura dos <i>fundos</i> à reconstituição dessa estrutura, procurando manter a integridade interna e externa do <i>fundo</i>.	Organismo de estrutura complexa – o arquivista deve dividir o <i>fundo</i> por períodos e classificar os documentos de cada um desses períodos como um todo, existindo <i>respeito à estrutura do fundo</i>; Respeitar a classificação dada aos <i>fundos</i> pelos organismos que os produzem, mas tendo atenção à classificação aplicada porque pode ser descuidada, por curto prazo, omitida, descontinuada, etc.; Classificação dos <i>fundos</i> por seriações cronológicas deve ter períodos superiores a 10 anos, apresentar períodos bem definidos, tratamento simultâneo de todos os documentos da seriação; Definição da terminologia de classificação e notação dos <i>fundos</i>, pois apresenta disparidades quando traduzidos.
---	--

O conceito de *fundo* só surge como elemento essencial da Arquivística a partir da segunda metade do séc. XIX, mantendo-se, no entanto, até à atualidade a dificuldade de defini-lo e implementá-lo, sendo propostas interpretações diversas que resultam das variadas correntes arquivísticas existentes.

Michel Duchein apresenta cinco pontos de dificuldades de cariz teórico que requerem a implementação de soluções de aplicação prática, as quais surgem expressas na Tabela 2. Estes cinco pontos encontram-se inseridos numa problemática mais ampla que assenta em diferentes modos de entendimento em função das perspetivas das *escolas francesa* e *anglo-saxónica* do conceito de *arquivo* e da relação dos *arquivos correntes* (*records*) com os *arquivos definitivos* (*archives*).

A *escola francesa* considera que os *arquivos correntes* não devem ser dissociados dos *arquivos definitivos* pois pertencem ao mesmo *fundo*, posição que a *escola anglo-saxónica* não apoia, residindo nisso a diferença fundamental entre o *record management* e o *pré-archivage*.

Mas também as terminologias, quando traduzidas, não correspondem à mesma tipologia de divisão dos *fundos*, implicando dificuldades de correspondência aquando da elaboração e identificação das Tabelas de Classificação.

4. Instrumentos de Pesquisa

As dificuldades resultantes da aplicação do *princípio do respeito aos fundos* advêm da contradição entre a natureza do *fundo*, produto orgânico da atividade do organismo que gerou a documentação, e as necessidades de pesquisa, a qual se deve caracterizar como metódica e sistemática.

Qualquer tratamento arquivístico carece de uma análise das atribuições, e respetivas variações, dos organismos produtores de *fundos* de arquivo, sendo necessário assegurar um histórico de competências.

Após a conclusão das notações resultantes da análise documental, compete ao arquivista elaborar os instrumentos de pesquisa correspondentes ao *fundo* ou a uma sua divisão.

Aquando da construção de um instrumento de pesquisa, o arquivista deve considerar que o mesmo não se deve resumir a uma mera descrição dos documentos de um *fundo* mas possuir uma estrutura que englobe a elaboração de uma introdução sobre o organismo produtor do *fundo*, apresentando a

história desse organismo assim como as atribuições e as variações ocorridas. Paralelamente deve incluir a história, a formação, a classificação e o inventário do *fundo*.

A solução prática a implementar assenta, utilizando os instrumentos de pesquisa, na reconstrução das seriações documentais que tenham sido sujeitas a alterações pelas variações de estrutura e pela competência dos organismos.

Como?

- 4.1. Elaborando um guia que conduza ao *fundo* pretendido, para representar uma sucessão documental;
- 4.2. Redigindo um inventário inter-*fundos*, para representar a integridade dos *fundos*;
- 4.3. Elaborando um catálogo que permita aos interessados a identificação dos documentos que poderão possibilitar a recuperação da informação pretendida;
- 4.4. Aplicando notas de rodapé no instrumento de pesquisa de um *fundo*, ou seriação, indicando os documentos precedentes ou subsequentes aos ali descritos;
- 4.5. Elaborando índices alfabéticos ou, em alternativa, quadros metódicos que visem reagrupar os documentos dispersos em diversos *fundos*, ou em divisões de um *fundo*, relativos a um mesmo facto;
- 4.6. Reagrupando *fundos* vinculados uns aos outros, demonstrando o paralelismo entre dossiers (*parallelismus membrorum*) de organismos similares.

5. Legislação

O legislador nacional tem procurado definir regulamentação que possibilite uma uniformização legislativa abrangente e que se vá adaptando à dinâmica que os arquivos têm apresentado, na definição de uma política arquivística e na garantir da valorização, inventariação e preservação do património arquivístico.

5.1. Em Portugal várias foram as tentativas de normalização nos arquivos (9):

- 5.1.1. Decreto n.º 19 952 de 27 de junho de 1931 – Valorização dos recheios pelo inventário e catalogação das espécies;
- 5.1.2. Decreto-Lei nº 46.350 de 22 de maio de 1955 – Plano de trabalhos para a inventariação e catalogação;
- 5.1.3. Portaria n.º 481/73 de 13 de julho – Manda publicar o guia de cada um dos arquivos distritais do País com definição de princípios e normas;
- 5.1.4. Decreto n.º 34/80 de 2 de agosto – Aprova a Lei Orgânica do Instituto Português do Património Cultural e a aplicação de técnicas de normalização para os documentos;
- 5.1.5. Decreto-Lei n.º 149/83 de 5 de abril – Define o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas;
- 5.1.6. Decreto-Lei n.º 152/88 de 29 de abril – Cria o Instituto Português de Arquivos (IPA);

5.1.7. Decreto-Lei n.º 447/88 de 10 de dezembro – Regula a pré-arquivagem de documentação.

Apresentamos alguma da legislação, mais recente, que consideramos como mais relevante para a temática:

5.2. Decreto-Lei 121/92 de 2 de julho

Este Decreto-Lei estabelece os princípios de gestão de documentos no que se refere aos recursos humanos, financeiros e patrimoniais dos serviços da administração que se encontram direta ou indiretamente dependentes do Estado.

Salientamos o definido no artigo 3.º no que se refere à eliminação de documentação, impondo que a mesma *deve obedecer a critérios de confidencialidade e racionalidade* (ponto 2), *deve ser acompanhada de um auto de eliminação* (ponto 3), *sendo vedada a eliminação de documentos de arquivo que não estejam devidamente previstos na tabela de avaliação, selecção e eliminação sem o parecer favorável do organismo incumbido de promover a coordenação da política arquivística nacional* (ponto 4).

5.3. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro

O ponto de viragem da política arquivística nacional seria alcançado através do Decreto-Lei nº 16/93 que no seu artigo 2.º define que: *1 - É direito e dever de todos os cidadãos, do Estado e das demais entidades públicas e privadas preservar, defender e valorizar o património arquivístico. 2 – Compete ao Estado promover a inventariação do património arquivístico e apoiar a organização dos arquivos, qualquer que seja a sua natureza, bem como garantir, facilitar e promover o acesso à documentação detida por entidades públicas.*

Também no seu artigo 3.º, alínea d) encontra referido que o Estado deve *Promover uma correta aplicação das normas de organização documental, nomeadamente quanto à classificação e à ordenação.*

No seu artigo 4.º, este Decreto-Lei caracteriza o arquivo como (...) *conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data ou suporte material, reunidos no exercício da sua actividade por uma entidade pública ou privada, e conservados, respeitando a organização original (...)*, o que nos remete para o conceito de fundo, expresso na alínea a) do artigo 5.º (...) *o conjunto de documentos de uma única proveniência;*) e relativamente ao qual se encontra assegurado o dever de conservação, através do artigo 20.º que define que *Os detentores de fundos, de coleções ou de documentos classificados estão obrigados a conservá-los, de acordo com as regras arquivísticas nacionais.*

Os arquivos encontram-se, de acordo com o definido neste Decreto-Lei, divididos em várias categorias:

5.3.1. Quanto ao âmbito territorial

5.3.1.1. Arquivo nacional – documentação predominantemente da administração central ou de organismos de âmbito nacional;

5.3.1.2. Arquivo regional – documentação predominantemente de uma área superior ao âmbito municipal e inferior ao de âmbito nacional;

5.3.1.3. Arquivo municipal – documentação predominantemente de um município ou de organismos administrativos do mesmo âmbito;

5.3.2. Quanto à titularidade

5.3.2.1. Arquivo público – reunido por uma entidade pública;

5.3.2.2. Arquivo privado – reunido por uma entidade privada.

Saliente-se que no Decreto-Lei em causa está identificado o órgão de gestão nacional dos arquivos: os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, a quem compete a execução da política arquivística nacional.

5.4. Lei 107/2001 de 8 de setembro

A Lei n.º 107/2001, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, considera na alínea 3 do artigo 55.º as espécies arquivísticas como bens móveis.

No artigo 72.º da Lei está assegurado o regime especial de proteção e valorização de bens culturais, incluindo nos pontos 3 e 4 os elementos arquivísticos como se encontrando abrangidos por essa proteção legal enquanto património arquivístico.

O capítulo III da referida Lei debruça-se exclusivamente sobre o conceito e âmbito do património arquivístico, definido no artigo 81.º que os arquivos devem (...) *ser distinguidos, com base na respetiva proveniência, em arquivos públicos e arquivos privados.*

5.4.1. Decreto-Lei 93/2007 de 29 de março

O Decreto-Lei 93/2007 aprova a orgânica da Direcção-Geral de Arquivos, antecessora da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

No artigo 2.º, ponto 1, é definido que *a DGARQ é a entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos, independentemente da forma e suporte de registo e tem por missão estruturar, promover e acompanhar de forma dinâmica e sistemática a intervenção do Estado no âmbito da política arquivística, administrar as medidas adequadas à concretização da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, promover a salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e fruição do património arquivístico e garantir os direitos do Estado e dos cidadãos nele consubstanciados, a sua utilização como recurso da actividade administrativa e fundamento da memória colectiva e individual.*

Também salientamos o definido no ponto 3, alínea a), que atribui à DGARQ a responsabilidade de *Assegurar a execução da política arquivística nacional e o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do património arquivístico e da gestão de arquivos, em qualquer forma ou suporte e em todo o território nacional.*

6. Decreto-Lei 103/2012 de 16 de maio

Após o Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, referente aos serviços e organismos da área da cultura, foi publicado o Decreto-Lei n.º 103/2012 que estabelece a orgânica da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

De acordo com o artigo 2.º *“A DGLAB tem por missão assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura, e por atribuições na área dos arquivos, entre outras, Assegurar a execução e o desenvolvimento da política arquivística nacional (...) Assegurar, em articulação com as entidades competentes, a cooperação internacional no domínio arquivístico (...)”.*

7. Portaria 192/2012 de 19 de junho

A Portaria n.º 192/2012 identifica as unidades orgânicas nucleares da estrutura da DGLAB, das quais salientamos a Direção de Serviços de Arquivística e Normalização (DSAN) a quem compete, segundo o exposto no artigo 3.º:

7.1. Elaborar e propor políticas e planos nacionais de proteção, valorização e promoção do património arquivístico;

7.2. Elaborar normas e orientações técnicas para o tratamento arquivístico e promover a sua aplicação;

7.3. Prestar serviço de consultadoria e apoio técnico no âmbito da gestão de arquivos, independentemente do formato, suporte ou idade dos documentos;

7.4. Emitir parecer sobre qualidade de serviços e sistemas de arquivo;

7.5. Emitir parecer sobre a criação de serviços de arquivo público, de âmbito nacional, regional e local.

8. Lei n.º 26/2016 de 22 de agosto

A Lei 26/2016 aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a [Diretiva 2003/4/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho e a [Diretiva 2003/98/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, definindo os prazos de comunicabilidade dos documentos de arquivo, o direito de acesso e as restrições ao direito de acesso.

9. Normalização

A normalização da descrição arquivística tem sido objeto de importantes desenvolvimentos que procuram minimizar problemas com os quais os arquivistas se confrontam habitualmente, assentando em recomendações que possuem carácter vinculativo (aplicadas por força de lei) e outras não vinculativas, como sejam as normas internacionais (International Organization for Standardization – ISO) e nacionais (Normas Portuguesa – NP) (10).

Segundo o ponto 4 da Lei n.º 107/2001, publicado em Diário da República nº 209, 1ª Série I-A, de 8 de setembro, a inventariação de um arquivo deve ser descrito de acordo com as Normas Gerais Internacionais de Descrição Arquivística (no caso dos arquivos públicos, segundo esta Lei, compete ao Estado a elaboração e a coordenação dos instrumentos de descrição normalizada).

A NP 4438-1:2005, transposição para português da norma internacional ISO 15489, por sua vez desenvolvida da Norma Australiana AS 4390, apresenta a normalização dos procedimentos de gestão de documentos de arquivo em qualquer formato ou suporte, fornecendo:

9.1. Indicações sobre a atribuição de responsabilidades das organizações nos procedimentos, políticas e sistemas de arquivo (atribui aos arquivistas a responsabilidade pela conceção, desenho, implementação, manutenção e funcionamento do sistema de gestão do respetivo arquivo, remetendo aos órgãos superiores hierárquicos a implementação do suporte para aplicação do sistema de gestão documental da organização);

9.1.1. Recomendações para o processo de qualidade, de acordo com a ISO 9001 (gestão de qualidade) e a ISO 14001 (gestão ambiental);

9.1.2. Recomendações para a conceção e implementação de sistemas de arquivo.

Esta Norma não incide sobre o valor secundário dos documentos quando passam a integrar o arquivo definitivo mas o ICA - International Council on Archives (Conselho Internacional de Arquivos) tem dedicado publicação normativa sobre o assunto, através das normas:

9.1.3. ISAD(G) - General International Standard Archival Description (Norma Internacional de Descrição Arquivística);

9.1.4. ISAAR(CPF) - International Standard Archival Authority Records for Corporate Bodies, Persons and Families (Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias);

9.1.5. ISDF - International Standard for Describing Functions (Norma Internacional para Descrição de Funções).

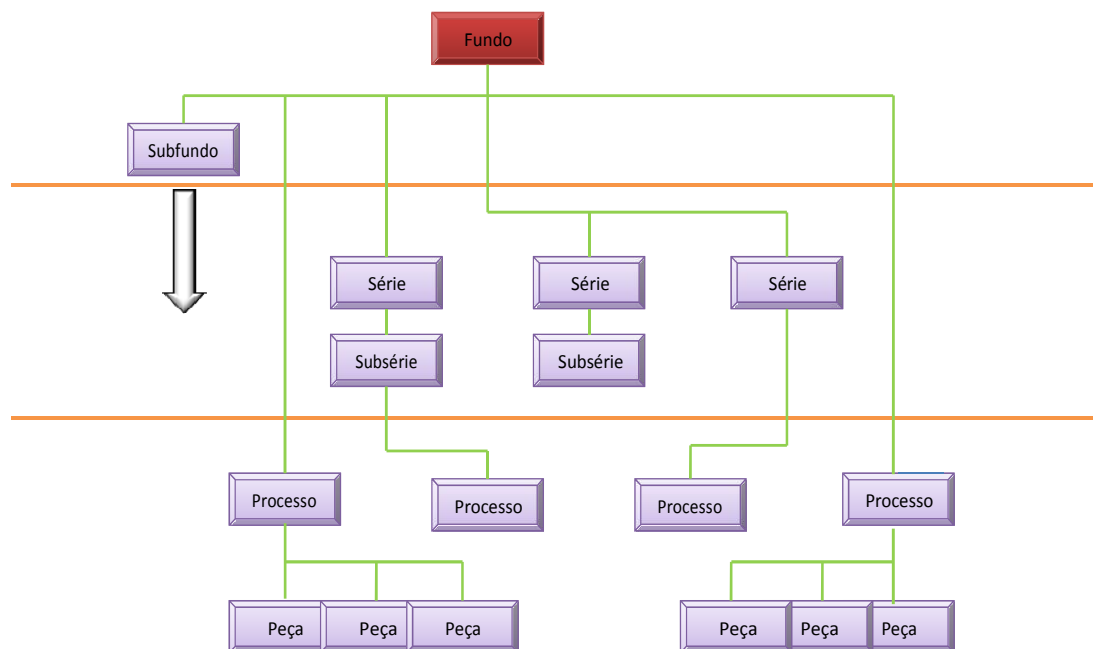
Em Portugal, o Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo da Direção-Geral de Arquivos (D GARQ) tem desenvolvido trabalhos na área da normalização, surgindo um documento normalizador para a descrição, publicado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), denominado *As orientações para a descrição em arquivos*.

A adesão dos arquivistas portugueses à ISAD(G), surgida em 1989 e que se flexibilizou com a 2ª versão apresentada no Congresso de Sevilha em setembro de 2000, permitiu procurar implementar uma uniformização e sistematização de procedimentos e de terminologia.

No entanto, não é fácil essa uniformidade e, prova disso, é o facto do termo *fundo* surgir como sinónimo de “núcleo”, de “arquivo” ou de “sistema de arquivo”(11), originando dificuldades na aplicação da ISAD(G) que se apresenta como uma norma para a descrição arquivística e que tem por objetivo uniformizar descrições consistentes e apropriadas, facilitar a recuperação e troca de informações, viabilizar a integração de descrições provenientes de diferentes entidades, possibilitar a partilha de dados de autoridade.

Apresentamos o modelo hierárquico típico da ISAD(G), sendo possível a inclusão de níveis intermédios em qualquer dos níveis apresentados:

Modelo hierárquico típico da ISAD(G):



Fonte - ANTÔNIO, Júlio Rafael; SILVA, Carlos Guardado da, *Organização de Arquivos Definitivos: Manual ARQBASE*, Edições Colibri, 2006, Lisboa, p.48 (adaptado)

10. Considerações Finais

Este trabalho procurou apresentar algumas características dos conceitos *Arquivo* e *Fundo Arquivístico*, assim como um breve enquadramento teórico normativo e legislativo, procurando valorizar a importância dos arquivos, sejam institucionais, empresariais ou individuais, para a sociedade em geral e dos investigadores em particular.

A estrutura de um sistema de gestão de documentos de arquivo assenta em determinados *princípios* que devem considerar como pressuposto fundamentais que os documentos nele existente são inalteráveis, exemplares únicos, sujeitos a prazos de conservação e destino final perfeitamente definidos, inseridos num Plano de Classificação e tendo por objetivo principal evidenciar atos e decisões. Um sistema de arquivo deve possuir como características fundamentais a “(...) *fidedignidade*, a *integridade*, a *conformidade*, a *inteligibilidade* e a *sistematização* (...)”. Por sua vez, o documento de arquivo deve ser localizado, recuperado, apresentado, interpretado, e diretamente relacionado com a atividade que o produziu, devendo manter a *autenticidade*, a *integridade* e ser *fidedigno* (12).

A fim de assegurar estes pressupostos, apresenta-se como fundamental manter a coesão dos grupos enquanto unidades integrais para que os documentos sejam conservados juntos sem se misturarem

aos mesmos documentos de outros grupos (este princípio só deverá ser alterado em caso de necessidade de tratamento especial ou por estarem classificados como segurança).

Assim a existência de um *fundo* justifica-se porque permite, para além de proteger a integridade dos conjuntos documentais refletindo as origens dos documentos e os respetivos processos que os fundamentaram, expor a natureza e o significado dos documentos enquadrados no seu contexto e apresentando as circunstâncias da sua criação.

Também consideramos que a normalização deverá procurar impor um critério que se deve caracterizar por ser o mais universal possível, no que se refere à uniformidade da descrição e à interoperacionalidade entre as bases de dados das redes nacionais de arquivos, permitindo, desse modo, permutas de informação entre instituições e organismos.

NOTAS

(1) Carvalho, Rita Almeida de – Arquite-se, uma viagem pelos arquivos nacionais, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa: 2019, p.11.

(2) Em 14 de agosto de 1838 foi criado o arquivo central inglês, o *Public Record Office* e, em 19 de junho de 1934, surge o arquivo nacional americano, o *United States National Archives*, in Schellenberg, T. R. – Arquivos Modernos – Princípios e Técnicas, 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas, 1974, pp.4-8.

(3) António, Júlio Rafael; Silva, Carlos Guardado da (2006). Organização de Arquivos Definitivos: Manual ARQBASE. Lisboa: Edições Colibri, p. 18.

(4) António, Júlio Rafael; Silva, Carlos Guardado da – Organização de Arquivos Definitivos: Manual ARQBASE, Edições Colibri, Lisboa: 2006, p.110.

(4) NP 4041: 2005 (2005). Norma Portuguesa: Informação e documentação. Terminologia arquivística. Conceitos básicos, Instituto Português de Qualidade, Monte da Caparica.

(5) Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda; Ramos, Júlio; Real, Manuel Luís (2002). Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Porto: Edições Afrontamento, p. 107.

(6) Duchein, Michel (1986). O respeito aos fundos em arquivística: Princípios teóricos e problemas práticos. In Arquivo & Administração, v. 10-14, n. 1, abril de 1982 a agosto de 1986; Rio de Janeiro, p. 16.

(7) No caso de transferência de arquivos de Estado para Estado ou do surgimento de um Estado independente, existe a hipótese de ser evocado o *Princípio de Territorialidade*.

(8) António, Júlio Rafael; Silva, Carlos Guardado da (2006). Organização de Arquivos Definitivos: Manual ARQBASE, Lisboa: Edições Colibri, p. 37-42.

(9) Carvalho, Rita Almeida de (2019). Arquite-se, uma viagem pelos arquivos nacionais. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, p. 34.

(10) António, Júlio Rafael; Silva, Carlos Guardado da (2006). Organização de Arquivos Definitivos: Manual ARQBASE. Lisboa: Edições Colibri, p. 44.

(11) António, Júlio Rafael (2009). Desafios profissionais da gestão documental. Lisboa: Edições Colibri, p. 30-31.

BIBLIOGRAFIA

António, Júlio Rafael (2009). Desafios profissionais da gestão documental. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 978-972-772-941-8.

António, Júlio Rafael; Silva, Carlos Guardado da (2006). Organização de Arquivos Definitivos: Manual ARQBASE. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 972-772-672-0.

Carvalho, Rita Almeida de (2019). Arquite-se, uma viagem pelos arquivos nacionais. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN 978-989-8943-65-1.

NP 4041:2005 – Norma Portuguesa: Informação e documentação. Terminologia arquivística. Conceitos básicos, Instituto Português de Qualidade, Monte da Caparica: 2005.

Schellenberg, T. R. (1974). Arquivos Modernos – Princípios e Técnicas, 2ª tiragem. Fundação Getúlio Vargas. ISBN 978-85-225-1006-1.

Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda; Ramos, Júlio; Real, Manuel Luís (2002). Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0483-3.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

Diário da República nº 117, 1ª Série I, 19 Jun. 2012. [Consult. 17 Abr. 2019]. Disponível na [www:<URL: https://data.dre.pt/eli/diario/1/117/2012/0/pt/html>](https://data.dre.pt/eli/diario/1/117/2012/0/pt/html).

Diário da República, nº 19, 1ª Série I - A, 23 Jan. 1993. [Consult. 17 Abr. 2019]. Disponível na [www:<URL: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/19/1993/01/23/p/dre/pt/html>](https://data.dre.pt/eli/dec-lei/19/1993/01/23/p/dre/pt/html).

Diário da República, nº 209, 1ª Série I - A, 08 Set. 2001. [Consult. 17 Abr. 2019]. Disponível na [www:<URL: https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>](https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html).

Diário da República, nº 95, 1ª Série I, 16 Mai. 2012. [Consult. 17 Abr. 2019]. Disponível na [www:<URL: https://data.dre.pt/eli/diario/1/95/2012/0/pt/html>](https://data.dre.pt/eli/diario/1/95/2012/0/pt/html).

Duchain, Michel – O respeito aos fundos em arquivística: Princípios teóricos e problemas práticos, in Arquivo & Administração, v. 10-14, n. 1, abril de 1982 a agosto de 1986; Rio de Janeiro: 1986. [Consult. 17 Abr. 2019]. Disponível na [www:<URL: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83163/83163_394.pdf>](http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83163/83163_394.pdf).

Rodrigues, Ana Márcia Lutterbach – Uma análise da teoria dos arquivos, Dissertação do Curso de Pós-Graduação, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte: 2004. [Consult. 17 Abr. 2019]. Disponível na [www:<URL: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LHLS-69UR3J/mestrado_ana_marcia_lutterbach_rodrigues.pdf?sequence=1>](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LHLS-69UR3J/mestrado_ana_marcia_lutterbach_rodrigues.pdf?sequence=1).

**O ENTALHADOR JOSÉ MANUEL MACHADO:
BREVES NOTAS DE INVESTIGAÇÃO**

**JOSÉ MANUEL MACHADO, THE WOODCARVER:
BRIEF RESEARCH NOTES**

Miguel Portela

Investigador Independente,
3260-406 Figueiró dos Vinhos, Portugal
magelo2001@gmail.com

O Entalhador José Manuel Machado: Breves Notas de Investigação

Miguel Portela

Historial do artigo:

Recebido a 01 de janeiro de 2019

Revisto a 06 de julho de 2019

Aceite a 06 de julho de 2019

RESUMO

Pretendemos dar a conhecer alguns elementos genealógicos da família do entalhador José Manuel Machado, natural de Salsas, freguesia de Bragança o qual desenvolveu a sua atividade em Arcas, freguesia do Souto, concelho de Penedono.

Estes elementos permitem documentar o período de vida deste entalhador, assim como delimitar o período de atividade artística que desenvolveu sobretudo na segunda metade do século XVIII.

De igual modo, os elementos apresentados contribuem para um conhecimento mais alargado de uma das muitas famílias que viveram em Arcas.

Palavras-Chave: José Manuel Machado, Entalhador, Arcas, Souto, Penedono, Século XVIII.

ABSTRACT

We intend to make known some genealogical elements of the family of the woodcarver José Manuel Machado, native of Salsas, Bragança parish, which developed its activity in Arcas, parish of Souto, municipality of Penedono.

These elements make it possible to document the period of life of this woodcarver, as well as to delimit the period of artistic activity that he developed especially in the second half of the eighteenth century.

Likewise, the elements presented contribute to a wider knowledge of one of the many families that lived in Arcas.

Key-Words: José Manuel Machado, woodcarver, Arcas, Souto, Penedono, XVIII century.

1. O Entalhador José Manuel Machado: a Obra da Tribuna da Igreja de S. Pedro na Freguesia do Souto

A obra de José Manuel Machado, ainda pouco conhecida, encontra-se comprovada apenas no que respeita à execução do retábulo principal da igreja paroquial de S. Pedro, freguesia do Souto, concelho de Penedono. Ainda que não haja quaisquer referências sobre a sua profissão, José Manuel Machado têm sido assinalado como entalhador por diversos autores.

Sabemos que em 19 de abril de 1786, foi lavrado em Lamego um contrato entre o reverendo Manuel de Paiva Castro, cônego prebendado da Sé de Lamego e provisor do bispado de Lamego e José Manuel Machado tendo este afirmado que “(...) *havia rematado, perante ele dito Reverendo Dr. Provisor, a obra da tribuna e mais talha que se pretende fazer na igreja vaga de Soito de Penedono, na forma dos apontamentos que lhe foram mostrados (...)*”, pela quantia de 193 000 réis (1).

Para além deste ajuste, pouco ou nada se sabe sobre a figura de José Manuel Machado que, nessa época, vivia no lugar de Arcas, freguesia do Souto, concelho de Penedono.

2. Os Registos Paroquiais como Fonte de Investigação

As paróquias portuguesas produziram, ao longo de vários séculos, um conjunto importantíssimo de registos sobre a vida das suas comunidades muito em particular no que concerne aos registos de batismos, casamentos e óbitos.

Estes registos são uma das mais importantes fontes de investigação para o estudo da história da sociedade portuguesa nas mais variadas matérias.

A sua utilização como resposta a múltiplas questões historiográficas, culturais, sociais e económicas tem sido por vezes descurada, não tendo merecido a atenção devida por parte de muitos investigadores e historiadores.

Partindo de um dos muitos exemplos de aplicação desta inesgotável fonte de informação, e tendo por base os registos paroquiais da paróquia do Souto, concelho de Penedono, damos a conhecer os elementos genealógicos da família do entalhador José Manuel Machado, natural de Salsas, freguesia de Bragança o qual desenvolveu a sua atividade em Arcas, freguesia do Souto, concelho de Penedono.

3. José Manuel Machado: Dados Genealógicos

José Manuel Machado filho de Inácio Machado e de sua esposa Maria da Assunção nasceu na antiga freguesia de S. Nicolau de Salsas, concelho de Bragança, tendo contraído matrimónio na paróquia do Souto, concelho de Penedono, em 13 de setembro de 1775 com Maria Leonor filha de Manuel de Aguiar e de sua mulher Bernarda da Fonseca (2) natural do lugar de Arcas, freguesia do Souto (3).

Sua esposa Maria Leonor foi batizada na igreja de S. Pedro do Souto em 2 de maio de 1756, sendo filha de Manuel de Aguiar e de sua esposa Bernarda da Fonseca, moradores em Arcas. Maria Leonor era neta paterna de José Martins e de Ana de Aguiar e neta materna de Teodósio da Fonseca e de Maria Fernandes (4).

Do casamento de José Manuel Machado com Maria Leonor nasceram os seguintes filhos: Luísa Angélica (5), a qual foi batizada em 19 de janeiro de 1777, tendo assistido como padrinhos João

António e sua tia Josefa da Costa da Quinta da Retorta, freguesia da Póvoa de Penela; Maria da Conceição (6), a qual foi batizada em 15 de abril de 1779, tendo como padrinhos seus tios maternos Diogo e Angélica; Manuel José (7), que foi batizado em 1 de abril de 1782, tendo como padrinhos Manuel José e Angélica Maria, ambos filhos do avô materno. Chamou-se mais tarde Manuel Machado tendo falecido solteiro, em 21 de janeiro de 1830 (8); João (9), o qual foi batizado em 20 de abril de 1784; Diogo (10), que foi batizado em 13 de dezembro de 1786; Antónia (11), que foi batizada em 14 de janeiro de 1794; e Miguel (12), o qual foi batizado em 8 de março de 1797 (vd. **Figura 1.**).

José Manuel Machado veio a falecer em Arcas, no dia 8 de maio de 1805, sem testamento, tendo sido sepultado na igreja do Souto (13). Sua esposa Maria Leonor, viúva, veio a falecer em 25 de setembro de 1829 (14).

Salientamos o facto de que por vezes o nome de José Manuel Machado surge arrolado, em diversa documentação, como Manuel José Machado. Todavia, trata-se da mesma pessoa conforme se pode asseverar nos vários registos que se apresentam no apêndice documental.

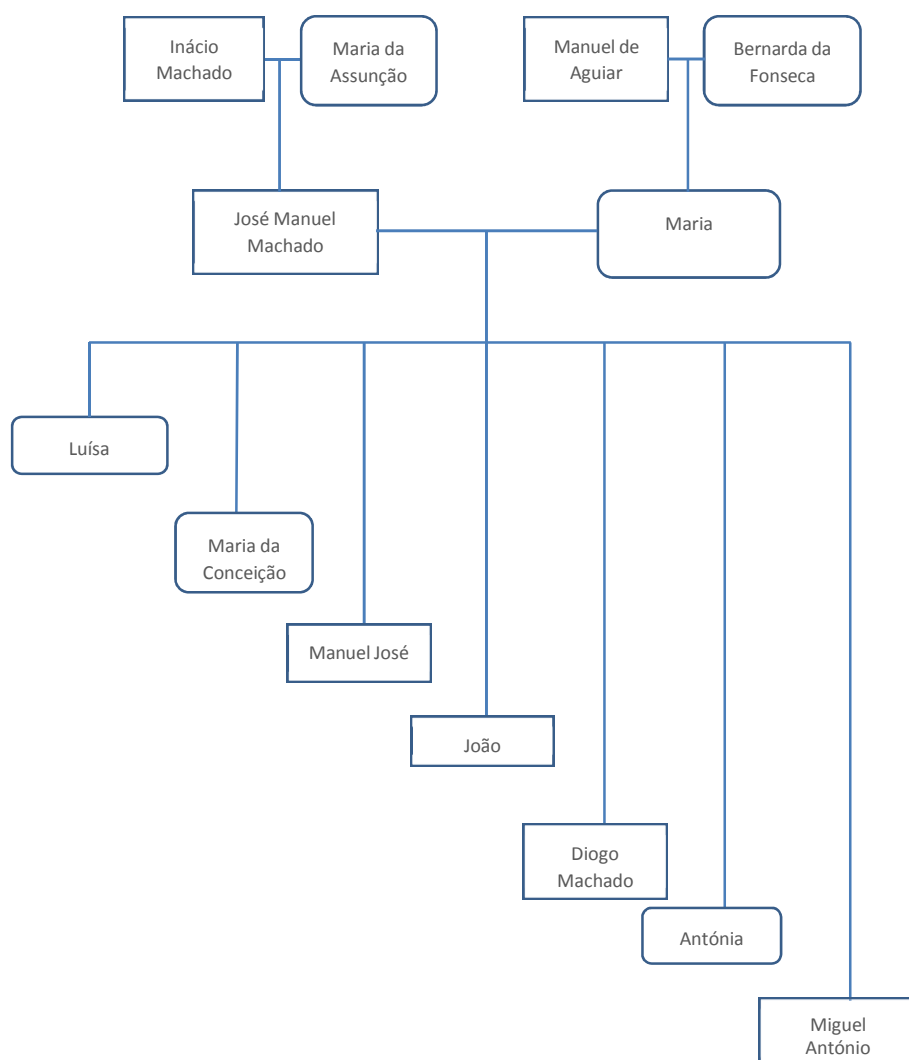


Figura 1. Esquema resumo da família de José Manuel Machado. **Fonte:** Miguel Portela.

3.1. Luísa Angélica: Dados Genealógicos

Luísa Angélica foi chamada mais tarde de Luísa Maria, nome pela qual ficou mais conhecida, surgindo por vezes referenciada como Luísa de Aguiar. Filha de José Manuel Machado e de Maria Leonor foi batizada em 19 de janeiro de 1777, tendo contraído matrimónio em 6 de outubro de 1800 com Manuel Bernardo filho de António Abrunhosa e de Josefa dos Santos (15).

Manuel Bernardo marido de Luísa Maria veio a falecer em 25 de maio de 1811 (21). Pouco tempo depois, em 13 de fevereiro de 1813, Luísa Maria contraiu matrimónio com José António Domingues de Sequeira filho de João António Henriques e de Ana Maria (22). Deste casamento nasceu Joaquim que foi batizado em 18 de dezembro de 1813 (23), o qual veio a falecer em 13 de dezembro de 1823 (24).

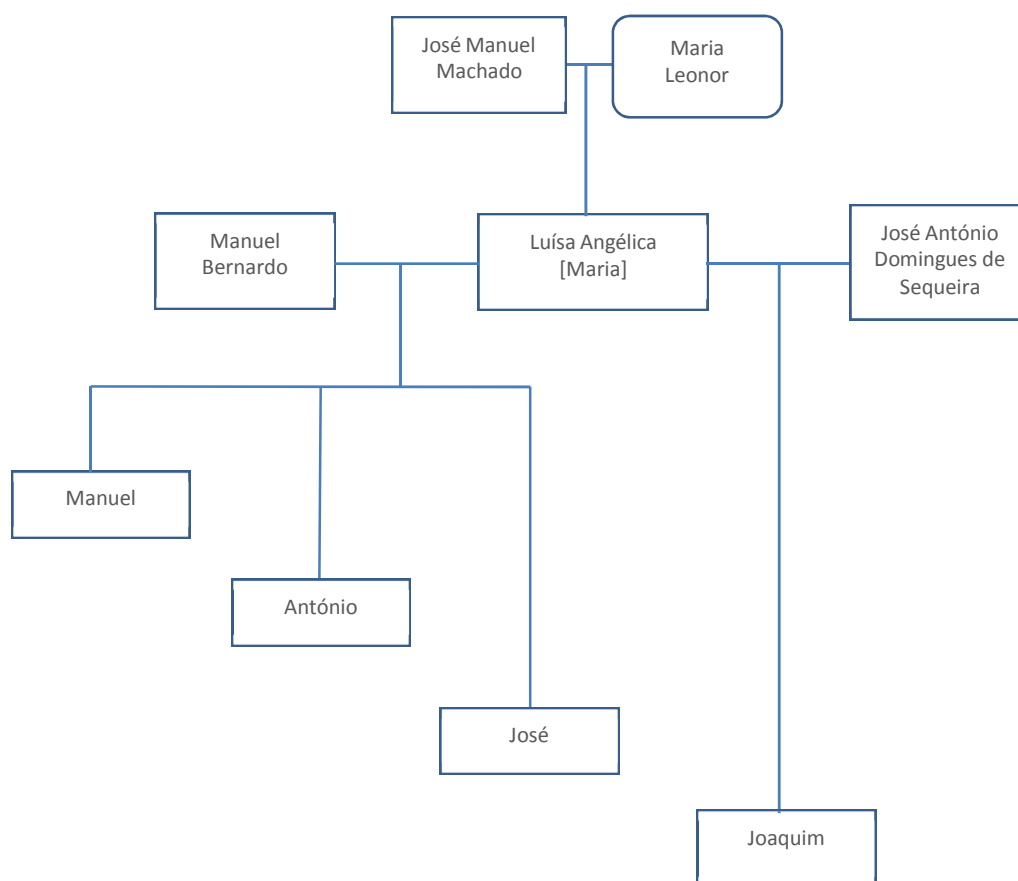


Figura 2. Esquema resumo da família de Luísa Angélica. **Fonte:** Miguel Portela.

3.2. Maria da Conceição: Dados Genealógicos

Maria da Conceição filha de José Manuel Machado e de Maria Leonor foi batizada em 15 de abril de 1779, tendo contraído matrimónio em 27 de janeiro de 1808 com Manuel dos Santos filho de Manuel do Amaral e de sua mulher Maria da Fonseca (25).

Deste casamento nasceram os seguintes filhos: Bernarda que foi batizada em 14 de maio de 1808 (26), a qual faleceu em 28 de setembro de 1809 (27); Feliciano que foi batizado em 24 de setembro de 1809 (28); e João, que foi batizado em 21 de julho de 1812 (29), o qual veio a falecer em 13 de outubro de 1814 (30) (vd. **Figura 3.**).

Manuel dos Santos marido de Maria da Conceição faleceu em 23 de abril de 1813 (31). Maria da Conceição teve anos mais tarde um filho de Manuel da Costa filho de Sebastião da Costa e de Eufémia Maria o qual se chamou Manuel, tendo sido batizado em 5 de abril de 1817 (32).

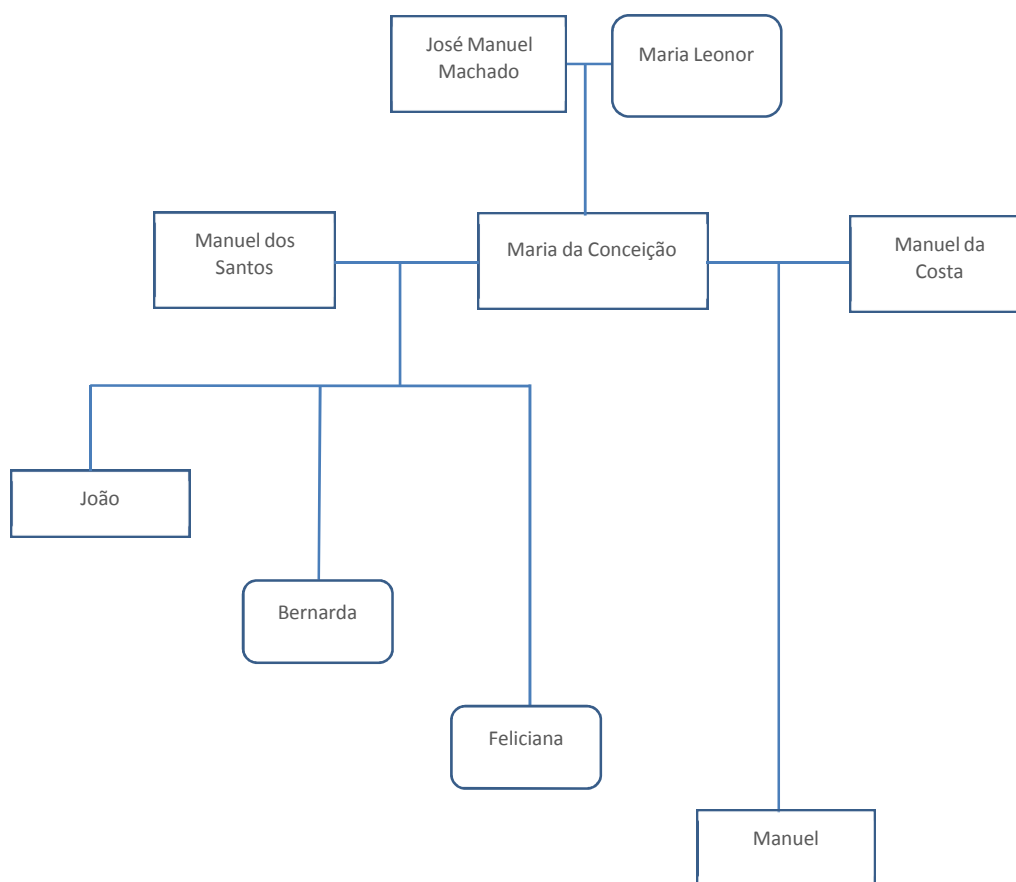


Figura 3. Esquema resumo da família de Maria da Conceição filha de José Manuel Machado. **Fonte:** Miguel Portela.

3.3. Diogo Machado: Dados Genealógicos

Diogo Machado filho de José Manuel Machado e de Maria Leonor foi batizado em 13 de dezembro de 1786 tendo sido casado com Ana Jacinta por vezes chamada de Ana Maria filha de João da Costa e de Maria Correia.

Deste casamento nasceram os seguintes filhos: Manuel, que faleceu em 13 de setembro de 1824 (33); João, que foi batizado em 30 de setembro de 1829 (34); Francisco, que foi batizado em 29 de agosto de 1832 (35); Francisco, que foi batizado em 18 de setembro de 1835 (36); Carlota, que foi batizada em 23 de abril de 1838 (37); e António, que foi batizado em 15 de março de 1842 (38) (vd. **Figura 4.**).

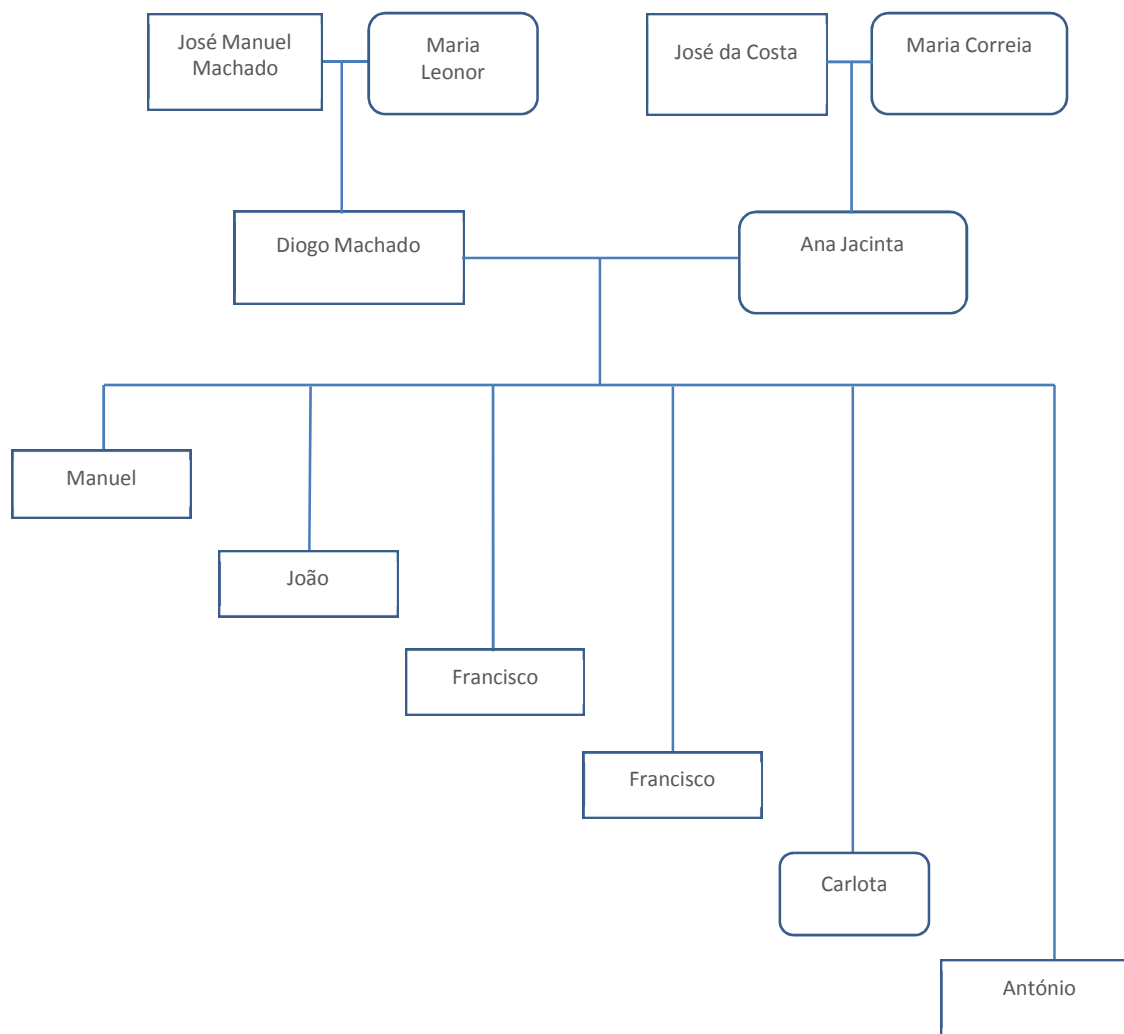


Figura 4. Esquema resumo da família de Diogo Machado filho de José Manuel Machado. **Fonte:** Miguel Portela.

3.4. Miguel António Machado: Dados Genealógicos

Miguel António Machado filho de José Manuel Machado e de Maria Leonor foi batizado em 8 de março de 1797, tendo contraído matrimónio em 14 de abril de 1828 com Ana Teresa Vaz chamada após este ato matrimonial de Ana Maria filha de José Vaz e de Joana Maria (39).

Do casamento de Miguel António Machado com Ana Maria nasceram os seguintes filhos: Maria, que foi batizada em 2 de fevereiro de 1829 (40), a qual faleceu em 12 de janeiro de 1832 (41); Antónia, que foi batizada em 24 de abril de 1831 (42); Maria, que foi batizada em 21 de junho de 1833 (43); Luís, que foi batizado em 12 de abril de 1835 (44); Maria, que foi batizada em 6 de setembro de 1837 (45); Maria, que foi batizada em 11 de julho de 1840 (46); e Manuel, que foi batizado em 29 de outubro de 1840 (47) (vd. **Figura 5.**).

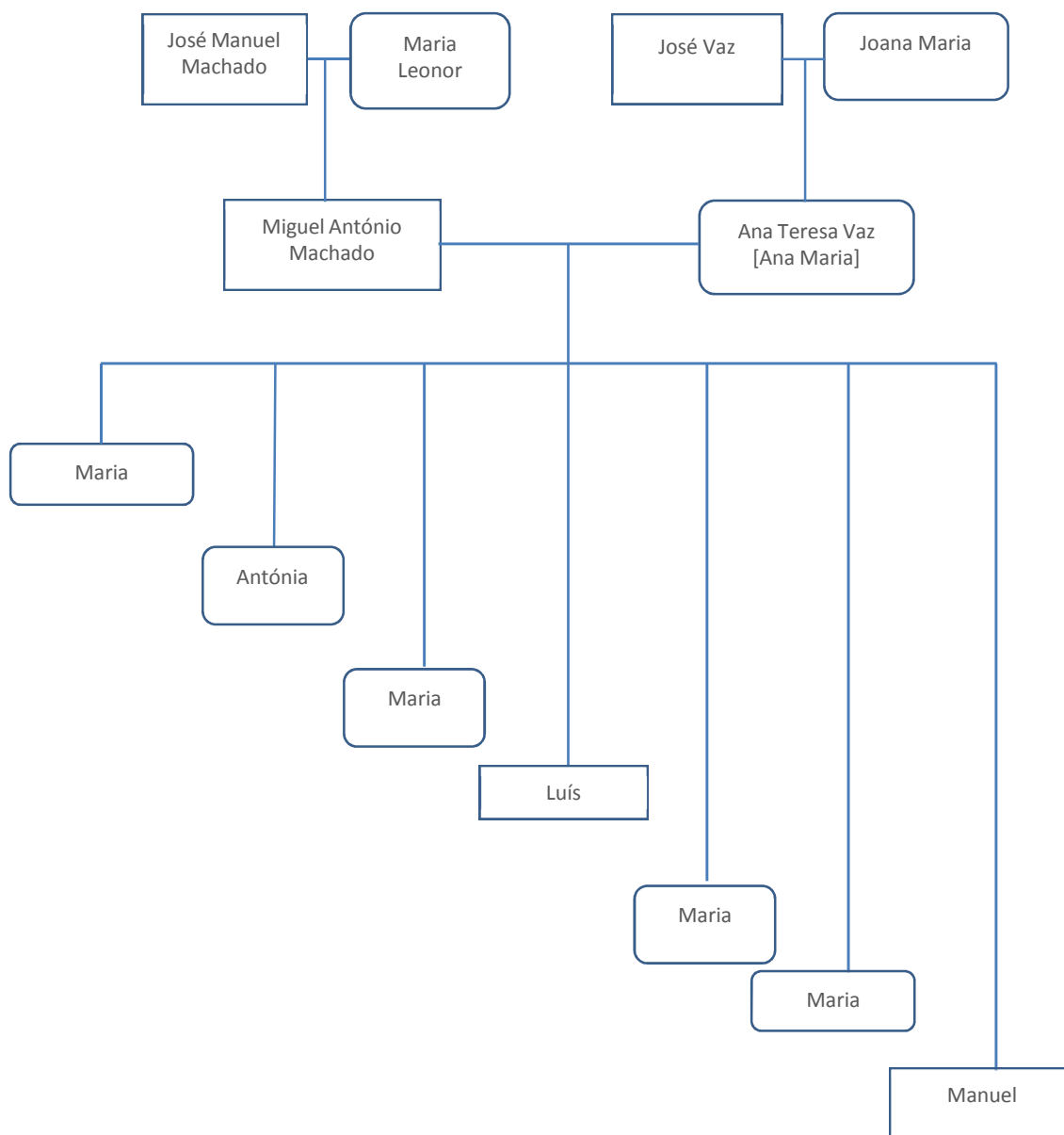


Figura 5. Esquema resumo da família de Miguel Manuel Machado filho de José Manuel Machado. **Fonte:** Miguel Portela.

4. Em Síntese

Com estes elementos inéditos aprofundámos o conhecimento sobre a família do entalhador José Manuel Machado que viveu no século XVIII e desenvolveu a sua arte na localidade de Arcas, freguesia do Souto do concelho de Penedono.

NOTAS

(1) Este contrato encontra-se lavrado no cartório notarial de Lamego. Arquivo Distrital de Viseu, Livro de Notas de Lamego, n.º 631/112, fls. 106v-107v, vd. ALVES, 1983: 263-268, QUEIRÓS, 2006: 199 (Vol. 1), 324 e 336 (Vol. 2). Lameira, Francisco; Cardoso et al., 2017, p. 44-45.

(2) Apêndice documental – documento 1. Constatamos que a mãe de Maria Leonor surge neste documento referenciada como Ana da Fonseca o que se entende como um erro de registo do padre António da Costa Paiva pois que no assento de batismo de Maria Leonor o nome de sua mãe ficou arrolado como Bernarda da Fonseca.

(3) Apêndice documental – documento 1.

(4) Apêndice documental – documento 2.

(5) Apêndice documental – documento 3.

(6) Apêndice documental – documento 4.

(7) Apêndice documental – documento 5.

(8) Apêndice documental – documento 32.

(9) Apêndice documental – documento 6.

(10) Apêndice documental – documento 7.

(11) Apêndice documental – documento 8.

(12) Apêndice documental – documento 9.

(13) Apêndice documental – documento 13.

(14) Apêndice documental – documento 29.

(15) Apêndice documental – documento 10.

(16) Apêndice documental – documento 11.

(17) Apêndice documental – documento 12.

(18) Apêndice documental – documento 33.

(19) Apêndice documental – documento 14.

(20) Apêndice documental – documento 35.

(21) Apêndice documental – documento 19.

(22) Apêndice documental – documento 21.

(23) Apêndice documental – documento 23.

(24) Apêndice documental – documento 26.

(25) Apêndice documental – documento 15.

(26) Apêndice documental – documento 16. Neste registo o nome dos avós maternos são dados como Manuel de Aguiar e Bernarda da Fonseca, o que se trata de um erro de registo, dado que os mesmos são bisavós por parte da avó materna.

(27) Apêndice documental – documento 18.

- (28) Apêndice documental – documento 17.
- (29) Apêndice documental – documento 20.
- (30) Apêndice documental – documento 24.
- (31) Apêndice documental – documento 22.
- (32) Apêndice documental – documento 25.
- (33) Apêndice documental – documento 27.
- (34) Apêndice documental – documento 31.
- (35) Apêndice documental – documento 37.
- (36) Apêndice documental – documento 40.
- (37) Apêndice documental – documento 42. Neste registo o nome do pai surge como Diogo Aguiar Machado e o da mãe como Ana Maria da Costa.
- (38) Apêndice documental – documento 45. Neste registo o nome da mãe surge como Ana Maria da Costa.
- (39) Apêndice documental – documento 28.
- (40) Apêndice documental – documento 29.
- (41) Apêndice documental – documento 36.
- (42) Apêndice documental – documento 34.
- (43) Apêndice documental – documento 38.
- (44) Apêndice documental – documento 39.
- (45) Apêndice documental – documento 41.
- (46) Apêndice documental – documento 43.
- (47) Apêndice documental – documento 44.

APÊNDICE DOCUMENTAL

DOCUMENTO 1

Registo de casamento de José Manuel Machado com Maria Leonor – [Manuscrito]. 1775. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Casamento da Paróquia de Souto [Penedono] [1742-1828]. Caixa 9, n.º 1, assento n.º 1, fl. 45v.

< Joze Manoel Machado e Maria Leonor >

Aos treze dias do mes de setembro de mil, e setecentos, e seitenta, e sinco annos se receberam em face da Igreja na forma do Sagrado Concilio Tridentino e Constituição na minha presença Joze Manoel Machado, filho de Ignacio Machado, já defuncto, e de Maria de Asunçam do lugar de Salssas, freguezia

de S. Nicolao, Bispado de Bragança, e Maria Leonor filha legitima de Manoel de Aguiar, e de Anna [sic] da Fonseca do lugar de Arcas desta freguezia de S. Pedro, Bispado de Lamego. Foram testemunhas Manoel Ferreira e Manoel da Fonseca Sarzeda, e Miguel António todos do dito lugar de Arcas, de que fis este assento, que assignei; dia, mes, ut supra.

(a) De Manoel + da Fonseca

(a) Miguel António

(a) António da Costa Payva

(a) Manoel Ferreira

DOCUMENTO 2

Registo de batismo de Maria Leonor filha de Manuel de Aguiar e de Maria Leonor – [Manuscrito]. 1756. Acessível no Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal. Livro de Registos Mistos da Paróquia de Souto [Penedono] [1748-1774]. Caixa 4, n.º 4, assento n.º 3, fls. 79-79v.

< Arcas – Maria Leonor >

Aos dois dias do mes de mayo de mil, e setecentos, e sincoenta, e seis annos baptizei solemnemente, e pôs os Sanctos // [fl. 79v] Os Sanctos Oleos a Maria Leonor filha de Manoel de Aguiar e de sua molher Bernarda da Fonseca do Quintão de Arcas. Nepta pela parte paterna de Jozé Martyns, e de sua primeira molher Anna de Aguiar e pela materna de Theodosio da Fonseca já defuncto, e de Maria Fernandes todos do mesmo Quintão. Forão padrinhos Diogo de Figueiredo, solteiro e sua sobrinha Maria Leonor do mesmo Quintão. Foram padrinhos, digo testemunhas Manoel Ribeyro, e Luis Bernardo de Figueiredo da mesma freguezia de S. Pedro do Soutto de que fis este assento era ut supra.

(a) António da Costa Payva

(a) De Manoel + Ribeiro

(a) Luis Bernado de Figueiredo

DOCUMENTO 3

Registo de batismo de Luísa Angélica filha de José Manuel Machado e de Maria Leonor – [Manuscrito]. 1777. Acessível no Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1774-1786]. Caixa 1, n.º 3, assento n.º 1, fl. 13v.

< Arcas – Luiza Angelica >

Em os dezanove de janeyro da era de mil e settecentos settenta e sette baptizey solemnemente e pus os Santos Oleos a Luiza Angelica filha legitima de Joze Manoel Machado e sua molher Maria Leonor do lugar de Arcas desta freguesia. Nepta por parte paterna de Ignacio Machado, já defunto e sua molher Maria da Assunçam do luguar de Salssas, Arcebispado de Bragua, Comarqua de Barguança, e pela materna de Manoel de Aguiar e sua molher Bernarda de Afonsequa do mesmo lugar de Arcas. Foram testemunhas Manoel Fernandez Grelo e Joze Bento de que fis este assento dia, mes, era ut supra.

(a) O Coadjutor Manoel Caietano

(a) De Joze + Bento

(a) Manoel Fernandez Grelo

Declaro que foram padrinhos Joam António e sua Thia Jozepha da Costa da Quinta da Retorta freguezia da Povia de Penella.

DOCUMENTO 4

Registo de batismo de Maria da Conceição filha de José Manuel Machado e de Maria Leonor – [Manuscrito]. 1779. Acessível no Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1774-1786]. Caixa 1, n.º 3, assento n.º 1, fl. 23v.

< Arcas – Maria da Conceição >

Aos quinze dias de abril de mil setesentos setenta e nove annos baptizei solenemente e pus os Sanctos Olios a Maria da Conceiçam filha legitima de Joze Manoel < Machado > e de sua molher Maria Leonor da Quinta de Arcas desta desta [sic] freguezia de Souto, nepta paterna de Ignacio Machado e de sua molher Maria de Asunçam da freguezia de Salças, Bispado de Bragança e materna de Manoel de Aguiar e de sua molher Bernarda da Fonseca da sobredita Quinta. Foram padrinhos Diogo, solteiro e Angelica, solteira, filhos do sobredito avo Manoel de Aguiar. Foram testemunhas Jacinto da Fonseca e Manoel Joze da Costa e para constar fis este asento dia, mes, era ut supra.

(a) O Emcomendado João Gomes Nobre

(a) Manoel Joze da Costa

(a) Jacinto da Fonseca

DOCUMENTO 5

Registo de batismo de Manuel José filho de José Manuel Machado e de Maria Leonor – [Manuscrito]. 1782. Acessível no Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1774-1786]. Caixa 1, n.º 3, assento n.º 1, fl. 36v.

< Arcas – Manoel Joze >

Em o dia primeyro de abril de 1782 baptizei solenemente e pus os Sanctos Oleos a Manoel Joze filho de legitimo de Joze Manoel Machado, da Quinta de Arcas desta freguezia do Souto e de sua molher Maria Leonor da mesma Quinta e freguezia. Nepto paterno de Ignacio Machado e de sua molher Maria de Asunçam da freguezia de Salças, Bispado de Braguança e materna de Manoel de Aguiar e de sua molher Bernarda da Fonseca da sobredita Quinta. Forão padrinhos Manoel Joze, solteyro e Angelica Maria, solteyra filhos do sobredito avo e testemunhas Manoel Caetano e Joze de Almeida desta freguezia e para constar fis este asento dia, mes, era ut supra.

(a) O Emcomendado João Gomes Nobre

(a) Joze de Almeida

(a) Manoel Caetano

DOCUMENTO 6

Registo de batismo de João filho de José Manuel Machado e de Maria Leonor – [Manuscrito]. 1784. Acessível no Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1774-1786]. Caixa 1, n.º 3, assento n.º 1, fl. 43v.

< Arcas – João filho de Joze Manoel Machado >

Em os 20 dias de abril de 1784 baptizei solenemente e pus os Sanctos Oleos a Joam filho legitimo de Joze Manoel Machado e de Maria Leonor da Quinta de Arcas desta freguezia do Souto. Nepto paterno de Ignacio Machado e de sua mulher Maria de Asunçam da freguezia de Salças do Bispado de Bragança e materno de Manoel de Aguear e de sua mulher Bernarda da Fonseca da Quinta de Arcas. Foram padrinhos Miguel António e sua mulher Maria Leonor de Moraes da sobredita Quinta e testemunhas Joze de Almeida e Manoel Caetano desta freguezia, e para constar fis este asento dia, mes, era ut supra.

(a) O Emcomendado João Gomes Nobre

(a) Joze de Almeida

(a) Manoel Caetano

DOCUMENTO 7

Registo de batismo de Diogo filho de José Manuel Machado e de Maria Leonor – [Manuscrito]. 1786. Acessível no Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1774-1786]. Caixa 1, n.º 3, assento n.º 1, fl. 50v.

< Arcas – Diogo filho de Joze Manoel Machado >

No dia 13 de 1786 digo de dezembro freguezia de S. João do Souto baptizei solemnemente e pos os Santos Oleos a Diogo filho legitimo de Joze Manoel Machado de sua mulher Maria Leonor moradores no lugar de Arcas desta freguezia de Salsas, Bispado de Bragança, e nepto materno de Manoel de Aguiar, e de sua mulher Bernarda da Fonseca do dito lugar de Arcas desta freguezia. Forão padrinhos Manoel Joze da Costa desta freguezia, e Anna, solteira, thia do baptizado moradores neste lugar. Forão testemunhas Miguel António, e Manoel da Fonseca do mesmo lugar de que fis este asento asinei.

(a) O Padre Domingos Silva Pimentel

(a) Miguel António Lopes

(a) De + Manoel da Fonseca

DOCUMENTO 8

Registo de batismo de Antónia filha de José Manuel Machado e Maria Leonor – [Manuscrito]. 1794. Acessível no Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1786-1807]. Caixa 1, n.º 4, assento n.º 1, fl. 41.

< Arcas – Antónia filha de Joze Manoel >

Em os catorze dias do mes de janeiro de mil e setecentos e noventa e quatro batizei solenemente a Antónia no outavo dia do seu nascimento he filha de Joze Manoel Machado e de sua mulher Maria Leonor do lugar de Arcas desta freguezia de S. Pedro do Souto. Neta paterna de Ignacio Machado e de sua mulher Maria de Assunção naturaes da freguezia de S. Niculau de Salsas, Bispado de Bragança, e materno de Manoel de Aguiar e de sua mulher Bernarda da Fonseca do dito lugar de Arcas, forão padrinhos Joze da Fonseca e sua irmam Maria da Foncêca filhos de Manoel da Foncêca e de sua mulher Joana de Almeida do dito lugar de Arcas e testemunhas Miguel António Lopes e Manoel Joze da Costa do dito lugar.

(a) Miguel António Lopes

(a) Manoel Joze da Costa

(a) O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 9

Registo de batismo de Miguel filho de José Manuel Machado e de Maria Leonor – [Manuscrito]. 1797. Acessível no Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1786-1807]. Caixa 1, n.º 4, assento n.º 1, fl. 56v.

< Arcas – Miguel filho de Joze Manoel >

Em os doze dias do mez de março de mil e setecentos e noventa e sete batizei solenemente a Miguel no outavo dia do seo nascimento de filho do Joze Manoel Machado e de sua mulher Maria Leonor do lugar de Arcas desta freguezia de S. Pedro do Souto. Neto paterno de Ignacio Machado e de sua mulher Maria de Assunção naturaes da freguezia de S. Niculau de Salsas, Bispado de Bragança e materna de Manoel de Aguiar e de sua mulher Bernarda da Foncêca do dito lugar de Arcas. Forão padrinhos Miguel António e sua mulher Antónia da Fonseca deste dito lugar e testemunhas Jerardo da Foncêca e Joaquim Lopes ambos desta villa do Souto.

(a) De Jerardo + da Fonceca

(a) Joaquim Lopes

(a) O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 10

Registo de casamento de Luísa Maria filha de José Manuel Machado com Manuel Bernardo – [Manuscrito]. 1800. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Casamento da Paróquia de Souto [Penedono] [1742-1828]. Caixa 9, n.º 1, assento n.º 1, fl. 65v.

< Arcas – Manoel Bernardo, e Luiza Maria >

Em os seis dias do mez de outubro de mil e outocentos celebrarão na minha prezença e das testemunhas abaxo asinadas guardando em tudo as detreminações do Santo Concilio Tredentino e Constituçam deste Bispado, Manoel Bernardo filho de António de Abrunhoza e de sua mulher Jozefa dos Santos: e Luiza Maria filha de Joze Manoel Machado e de sua molher Maria Leonor do lugar de Arcas desta freguezia do Souto: e forão testemunhas Joze Pereira e seu primo Manoel Pereira ambos desta villa.

(a) Joze + Pereira

(a) De Manoel + Pereira

(a) O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 11

Registo de batismo de Manuel filho de Manuel Bernardo e de Luiza de Aguiar – [Manuscrito]. 1801. Acessível no Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1786-1807]. Caixa 1, n.º 4, assento n.º 3, fls. 75-75v.

< Arcas – Manuel filho de Manoel Bernardo >

Em os desanove dias do mes de julho de mil outocentos e hum batizei solenemente a Manoel no outavo // [fl. 75v] Dia de seo nascimento he filho de Manoel Bernardo e de sua mulher Luiza de Aguiar do lugar de Arcas desta freguezia, neto paterno de António de Abrunhosa e de sua mulher Jozefa dos Santos, e materno de Joze Manoel Machado e de sua mulher Maria Leonor todos do dito lugar. Forão padrinhos Diogo de Aguiar e sua irmãa Engelica de Aguiar Thios maternos do batizado e testemunhas Manoel Rodrigues do lugar da Risca e Joze Pereira desta villa.

(a) De Manoel + Rodrigues

(a) De Joze + Pereira

(a) O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 12

Registo de batismo de António filho de Manuel Bernardo e de Luiza de Aguiar – [Manuscrito]. 1804. Acessível no Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1786-1807]. Caixa 1, n.º 4, assento n.º 2, fl. 87.

< Arcas – António filho de Manoel Bernardo >

Em os vinte e dois dias do mes de fevereiro de mil e outocentos e coatro batizei solenemente a António no sexto dia de seu nascimento de filho de Manoel Bernardo e de sua mulher Luiza de Aguiar, neto paterno de António de Abrunhoza e de sua mulher Jozefa dos Santos, e materno de Joze Manoel Machado e de sua mulher Maria Leonor. Forão padrinhos António Lopes e sua mulher Maria da Foncêca thios maternos do batizado, e testemunhas Diogo Luis e Joze Luis todos do lugar de Arcas desta freguezia do Souto.

(a) De Diogo + Luis

(a) De Joze + Luis

(a) O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 13

Registo de óbito de José Manuel Machado – [Manuscrito]. 1805. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 1, fl. 58v.

< Arcas - Joze Manoel Machado – Sem testamento >

Em os outo dias do mez de maio de mil outocentos e sinco foi sepultado nesta Igreja Joze Manoel Machado sem receber Sacramento algum porque infelizmente morreo de huma apoplexia e por isso sem testamento.

(a) O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 14

Registo de batismo de José filho de Manuel Bernardo e de Luísa Maria – [Manuscrito]. 1807. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1807-1830]. Caixa 9, n.º 2, assento n.º 2, fls. 3v-4.

< Arcas – Joze filho de Manoel Bernardo >

Em os onse dias do mez de agosto de mil e outocentos e sete batisei solenemente a Joze no sexto dia do seo nascimento de filho de Manoel Bernardo e de sua mulher Luiza Maria, neto paterno de António Abrunhoza e de sua mulher Jozefa dos Santos, e materno de Manoel Joze Machado e de sua mulher Maria // [fl. 4] Leonor todos do lugar de Arcas desta freguezia do Souto. Forão padrinhos Joze de Sequeira e sua mulher Maria Joze do lugar e freguezia da Granja e testemunhas António Bernardes e seu irmão Manoel Bernardes desta villa.

(a) António Bernardes

(a) Manoel Bernardes

DOCUMENTO 15

Registo de casamento de Maria da Conceição filha de José Manuel Machado com Manuel dos Santos – [Manuscrito]. 1808. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Casamento da Paróquia de Souto [Penedono] [1742-1828]. Caixa 9, n.º 1, assento n.º 2, fl. 72.

< Arcas – Manoel dos Santos e Maria da Conceição >

Em os vinte e sete dias do mez de janeiro de mil e outocentos e oito celebrarão na minha prezença e das testemunhas abaxo asinadas guardando em tudo as determinaçoens do Santo Concilio de Trento e Constituiçam deste Bispado Manoel dos Santos filho de Manoel do Amaral e de sua mulher Mariana da Foncêca do Posso do Canto; E Maria da Conceição filha de Joze Manuel Machado e de sua mulher Maria Leonor do lugar de Arcas desta freguezia. Forão testemunhas Manoel António e Sebastiam António ambos desta villa.

(a) De Manoel + António

(a) De Sebastiam + António

(a) O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 16

Registo de batismo de Bernarda filha de Manuel dos Santos e de Maria da Conceição – [Manuscrito]. 1808. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1807-1830]. Caixa 9, n.º 2, assento n.º 2, fl. 4v.

< Arcas – Bernarda filha de Manoel dos Santos >

Em os catorze dias do mez de maio de mil e outocentos e oito batizei solenemente a Bernarda no decimo dia do seu nascimento he filha de Manoel dos Santos e de sua mulher Maria da Conceição do lugar de Arcas desta freguezia, neta paterna de Manoel do Amaral e de sua mulher Mariana da Foncêca do lugar de Val de Porco freguezia do Posso do Canto, e materna de Manoel de Aguiar e de sua mulher Bernarda da Foncêca. Forão padrinhos Diogo de Aguiar e sua irmã Ingelica da Foncêca thios maternos da batizada, e testemunhas Manoel da Foncêca e Manoel Joze Machado huns e outros do dito lugar de Arcas desta freguezia do Souto.

(a) De Ma + noel da Foncêca

(a) De Ma + noel Joze Machado

(a) O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 17

Registo de batismo de Feliciano filha de Manuel dos Santos e de Maria da Conceição – [Manuscrito]. 1809. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1807-1830]. Caixa 9, n.º 2, assento n.º 1, fl. 11.

< Arcas – Feliciano filha de Manoel dos Santos >

Em vinte e quatro do mes de setembro de mil e outocentos e nove batizei solenemente a Feliciano no outavo dia do seu nascimento he filha de Manoel dos Santos e de sua mulher Maria da Conceição, do lugar de Arcas desta freguezia do Souto, neta paterna de Manoel do Amaral e de sua mulher Mariana da Fonceca do lugar de Val de Porco freguezia do Posso do Canto e materna de Joze Manoel Machado e de sua mulher Maria Leonor do lugar de Arcas. Forão padrinhos Lourenço Joze e sua filha Maria Thomazia do dito lugar de Val de Porco e testemunhas Joze de Almeida Pacheco e Manoel Joze ambos desta villa.

(a) Joze de Almeida Pacheco

(a) De + Manoel Joze

(a) O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 18

Registo de óbito de Bernarda filha de Manuel dos Santos e de Maria da Conceição – [Manuscrito]. 1809. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 6, fl. 13.

< Arcas – Bernarda - menor >

Em os os [sic] vinte e outo do mes de setembro de mil e outocentos e nove foi sepultada nesta Igreja Bernarda de menor idade era filha de Manoel dos Santos e de sua mulher Maria de Aguiar do lugar de Arcas desta freguezia.

O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 19

Registo de óbito de Manuel Bernardo marido de Luísa Maria – [Manuscrito]. 1811. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 2, fl. 15.

< Arcas – Manoel Bernardo – Sem testamento >

Em os vinte e cinco do mez de maio de mil outocentos e onze foi sepultado nesta Igreja Manoel Bernardo sem Sacramentos por que amanhesse morto na sua cama, era casado com Luiza Maria e não fes testamento.

(a) O Abbade João Niculau Villela

* Foi tirado para a Provedoria em julho deste dito mez.

DOCUMENTO 20

Registo de batismo de João filho de Manuel dos Santos e de Maria da Conceição – [Manuscrito]. 1812. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1807-1830]. Caixa 9, n.º 2, assento n.º 2, fl. 17v.

< Arcas – João filho de Manoel dos Santos >

Em os vinte e hum dias do mes de julho de mil e outocentos e doze batizei solenemente a João no decimo dia de seo nascimento he filho de Manoel dos Santos e de sua mulher Maria da Conceição, neto paterno paterno [sic] de Manoel de Amaral e de sua mulher Mariana da Fonceca naturais de Val de Porco e materno de Joze Manoel Machado e de sua mulher Maria Leonor do lugar de Arcas desta freguezia. Forão padrinhos Diogo de Aguiar e sua Irmã Angelica Maria Thios do batizado e testemunhas Manoel Joze de Arcas e Francisco Joze desta villa.

(a) Manoel Joze da Costa

(a) De Francisco + Joze

(a) O Abbade João Niculau Villela

DOCUMENTO 21

Registo de casamento de José António Domingues de Sequeira com Luísa Angélica – [Manuscrito]. 1813. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Casamento da Paróquia de Souto [Penedono] [1742-1828]. Caixa 9, n.º 1, assento n.º 1, fl. 72v.

< Arcas – Joze António Domingues e Luiza Angelica >

Aos trez dias do mes de fevereiro de mil outocentos e treze annos se receberam por marido e molher nesta Igreja do Souto na presença do Reverendo Abbade João Niculau Villela antam Parocho Joze António Domingues de Siqueira filho legitimo de Joam António Anriques e Anna Maria já defuntos da freguezia da Prova com Luiza Angelica viuva que tinha ficado de Manoel Bernardo da Quintam de Arcas desta freguezia. Foram testemunhas Joaquim Joze e o Padre Joze Joaquim de Proença desta freguezia e para constar fis este termo por se achar por fazer na morte do dito Reverendo Abbade Juão por ordem de Sua Excelencia Reverendissima.

(a) O Encomendado Joaquim António de Andrade Coutinho

(a) Joaquim Joze

DOCUMENTO 22

Registo de óbito de Manuel dos Santos marido de Maria da Conceição – [Manuscrito]. 1813. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 2, fl. 16.

< Arcas – Manoel dos Santos – Sem testamento >

Manoel dos Santos em vinte de abril de mil outocentos e treze foi sepultado nesta Igreja depois de ter recebido os percizos Sacramentos e não fes testamento e para constar emendei eu este termo por se achar por findar, e por Licença de Sua Excelencia Reverendissima em 16 de agosto de 1813.

(a) O Encomendado Joaquim António de Andrade Coutinho

DOCUMENTO 23

Registo de batismo de Joaquim filho de José António Domingues de Sequeira e de Luísa Angélica – [Manuscrito]. 1813. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1807-1830]. Caixa 9, n.º 2, assento n.º 1, fl. 30.

< Arcas – Joaquim Joze de Joze António Domingues >

Aos dezoito dias do mes de dezembro de mil oitocentos e treze baptizei solenemente e pus os Santos Olios no setimo dia de seu nascimento á Joaquim Joze filho legitimo do segundo matrimonio de Joze António Domingues natural do lugar da Prova, e de Luiza Angelica natural da Quintám de Arcas desta freguezia, nepto paterno de Joam António Henriques e Anna Maria naturais da dita freguezia da Prova, e materno de Manoel Joze Machado e de sua molher Maria Leonor naturais da dita Quintam de Arcas, desta freguezia. Forão padrinhos Manoel António de Proença e sua molher Anna de Aguiar e testemunhas Francisco Joze e Joze João todos desta villa, e para constar fis este termo dia, mes, e era ut supra.

(a) O Encomendado Joaquim António de Andrade Coutinho

(a) De Joze + João

(a) De Francisco + Joze

DOCUMENTO 24

Registo de óbito de João filho de Manuel dos Santos e de sua mulher Maria da Conceição – [Manuscrito]. 1814. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 2, fl. 19.

< Arcas – João = Criança filho de Manoel dos Santos >

Aos treze dias do mes de outubro de mil outocentos e catorze foi sepultado dentro da Igreja Matris desta freguezia João filho legitimo de Manoel dos Santos e de sua molher da Quintám de Arcas; e para constar fis este termo dia, mes, era ut supra.

(a) O Encomendado Joaquim António de Andrade Coutinho

DOCUMENTO 25

Registo de batismo de Manuel José filho de Manuel da Costa e de Maria da Conceição – [Manuscrito]. 1817. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1807-1830]. Caixa 9, n.º 2, assento n.º 2, fl. 49.

< Arcas – Manuel Joze filho de Manoel da Costa >

Em os sinco de abril de mil e oitocentos, e dezasete baptizei em esta Igreja de Sam Pedro do Souto de Penedono, em o setimo dia de seo nascimento a Manoel Joze filho natural de Manoel da Costa, e de Maria da Conceicam, ambos da Quinta de Arcas, desta freguezia // Nepto paterno de Sebastiam da Costa, e de sua mulher Eufémia Maria // e materno de Joze Manoel Machado, e Antónia Lianor, ambos da sobredita Quinta // e testemunhas Manoel Joze, e Joze António desta villa, e para constar fis o prezente termo, que asinei era ut supra.

(a) Manoel + Joze

(a) Joze + António

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 26

Registo de óbito de Joaquim filho de Manuel Bernardo e de Luísa de Aguiar – [Manuscrito]. 1823. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 2, fl. 31.

< Arcas – Joaquim filho de Luiza de Aguiar – menor >

Em os treze do mes de dezembro de mil oitocentos e vinte e tres foi sepultado dentro desta Igreja de Sam Pedro do Souto Joaquim filho de Luiza de Aguiar. Só recebeo o Sacramento da Extrema Unção por dar tempo demais a morte e para constar fis este termo que asinei, era ut supra.

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 27

Registo de óbito de Manuel filho de Diogo Machado e de sua mulher Ana Jacinta – [Manuscrito]. 1824. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 5, fl. 32.

< Arcas – Manoel filho de Diogo Machado - menor >

Em os treze dias do mes de setembro de mil oitocentos e vinte, e quatro foi sepultado dentro desta Igreja de Sam Pedro do Souto a Manoel criança filho legitimo de Diogo Machado, e de sua mulher Anna Jacinta do lugar de Arcas desta freguezia, e para constar fis este termo que asinei era ut supra.

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 28

Registo de casamento de Miguel António Machado filho de José Manuel Machado com Ana Teresa Vaz – [Manuscrito]. 1828. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Casamento da Paróquia de Souto [Penedono] [1742-1828]. Caixa 9, n.º 1, assento n.º 1, fl. 90v.

< Arcas – Miguel Machado e Anna Vaz >

Em os catorze dias do mes de abril de mil oitocentos e vinte oito nesta Igreja de Sam Pedro do Souto se receberam na minha presença, e das testemunhas abaixo asinadas, Miguel António Machado filho legitimo de Joze Manoel Machado, e de sua mulher Maria Lianor; e Anna Thereza Vas filha legitima de Joze Vas do dito lugar, e de Joana Maria natural da freguezia do Rialvo, Bispado de Pinhel; em tudo guardando o que manda o Sacro Consilio Tridentino e Constituições e Pastorais do Bispado. Foram testemunhas Joze Miguel, e António de Afonseca do lugar de Arcas desta freguezia e para constar fis este termo que asinei era ut supra.

(a) Joze + Miguel

(a) António + de Afonseca

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 29

Registo de batismo de Maria filha de Miguel António Machado e de Ana Maria – [Manuscrito]. 1829. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 1, fl. 2.

< Arcas – Maria de Miguel António >

Em os tres dias do mes de fevereiro de mil oitocentos e vinte e nove nesta Igreja de Sam Pedro do Souto baptizei solemnemente e pus os Santos Olios em o oitavo dia de seo nascimento a Maria filha legitima de Miguel António, e de Anna Maria do lugar de Arcas desta freguezia. Nepta paterna de Joze Manoel Machado, e de sua mulher Maria Lianor do dito lugar // e materna de Joze Vas, e de Joana Maria do lugar, e freguezia do Rio Seco, Bispado de Pinhel // Foram padrinhos // Joaquim Gonçalves, e Antónia Maria desta villa, e testemunhas Maria de Almeida, e António Joze do lugar de Arcas, e para constar fis o prezente termo, que asinei era ut supra.

(a) Manoel + de Almeida

(a) António + Joze

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 30

Registo de óbito de Maria Leanor mulher de José Manuel Machado – [Manuscrito]. 1829. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 3, fl. 40v.

< Arcas – Maria Lianor >

Em os vinte e sinco dias do mes de setembro de mil oitocentos e vinte e nove foi sepultada dentro desta Igreja de Sam Pedro do Souto Maria Lianor, viuva, que ficou de Joze Manoel Machado, ambos do lugar de Arcas desta freguezia // Recebeo os necesarios Sacramentos, e para constar fis este termo, que asinei era ut supra.

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 31

Registo de batismo de João filho de Diogo Machado e de Ana Maria (Jacinta) – [Manuscrito]. 1829. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 2, fl. 4v.

< Arcas – João filho de Diogo Machado >

Em trinta do mes de setembro de mil oitocentos e vinte e nove nesta Igreja de Sam Pedro do Souto, baptizei solemnemente e pus os Santos Oleos em o quinto dia de seo nascimento, a João filho legitimo de Diogo Machado, e de sua mulher Anna Maria do lugar de Arcas desta freguesia. Nepto paterno, de Joze Manoel Machado, e de Maria Lianor do dito lugar // e materna de João da Costa do mesmo lugar de Arcas, e de Maria de Jezus da freguesia de Santa Margarida da Povia // Foram padrinhos Manoel Machado e Antónia Maria, e testemunhas Manoel de Almeida, e Joze Ramos todos do lugar de Arcas desta freguezia, e para constar fis este termo que asinei, era ut supra.

(a) Manoel + de Almeida

(a) Joze + Ramos

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 32

Registo de óbito de Manuel Machado filho de José Manuel Machado e de Maria Leonor – [Manuscrito]. 1830. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 2, fl. 41.

< Arcas – Manoel Machado filho [sic] de Joze Manoel Machado >

Em os vinte e hum dias do mes de janeiro de mil oitocentos e trinta foi sepultado dentro nesta Igreja de Sam Pedro do Souto Manoel Machado, solteiro, filho legitimo de Joze Manoel Machado, e de Maria Lianor do lugar de Arcas desta freguezia: Recebeo os necearios Sacramentos, e para constar fis este termo, que asino era ut supra.

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 33

Registo de óbito de António filho de Manuel Bernardo e de Luísa Maria – [Manuscrito]. 1830. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 4, fl. 41.

< Arcas – António filho de Manoel Bernardo >

Em os quatro dias do mes de fevereiro de mil oitocentos e trinta foi sepultado dentro desta Igreja de Sam Pedro do Souto, /depois de ter recebido os necearios Sacramentos / António de Aguiar filho ligitimo de Manoel Bernardo, e de Luiza de Aguiar do lugar de Arcas desta freguezia; e para constar fis este termo, que asino era ut supra.

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 34

Registo de batismo de Antónia filha de Miguel António Machado e de Ana Maria – [Manuscrito]. 1831. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 1, fl. 11v.

< Arcas – Antónia filha de Miguel António >

Em os vinte e quatro dias do mes de abril de mil oitocentos e trinta e hum nesta Igreja de Sam Pedro do Souto em o setimo dia de seo nascimento baptizei solemnemente e pus os Santos Oleos a Antónia filha legitima de Miguel António e de sua mulher Anna Anna [sic] Maria do lugar de Arcas. Nepta paterna de Joze Manoel Machado, e de Maria Lianor do lugar de Arcas desta freguezia, e materna de Joze Vas do dito lugar de Arcas e de Joana Maria do lugar, e freguezia do Rido Seco, Bispado de Pinhel. Foram padrinhos Joaquim Gonçalves e Antónia Maria, e testemunhas Joam Manoel e Joze Joaquim todos desta villa e para constar fis este termo, que asinei era ut supra.

(a) Joze Joaquim da Costa Proença

(a) João Manuel de Andrade

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 35

Registo de óbito de José filho de Manuel Bernardo e de sua mulher Luísa de Aguiar – [Manuscrito]. 1831. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 2, fl. 45.

< Arcas – Jozeph filho de Manoel Bernardo >

Em os quatro dias do mes de setembro de mil oitocentos e trinta e hum faleceo da presente vida Jozé filho ligitimo de Luiza de Aguiar, e de Manoel Bernardo do lugar de Arcas desta freguezia; recebeo os necearios Sacramentos e para constar fis o presente termo, que asino era ut supra.

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 36

Registo de óbito de Maria filha de Miguel António – [Manuscrito]. 1832. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal. Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24, assento n.º 6, fl. 46.

< Arcas – Maria filha de Miguel António - menor >

Em os doze dias do mes de janeiro de mil oitocentos, e trinta e dois, faleceo da presente vida Maria menor filha legitima de Miguel António e de Anna Maria do lugar de Arcas desta freguezia, e para constar fis este termo, que asino era ut supra.

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 37

Registo de batismo de Francisco filho de Diogo Machado e de Ana Maria [Jacinta] – [Manuscrito]. 1832. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 3, fl. 16.

< Arcas – Francisco filho de Diogo Machado >

Em os vinte e nove dias do mes de agosto de mil oitocentos e trinta, e dois nesta Igreja de Sam Pedro do Souto // baptizei solemnemente, e pos os Santos Oleos a Francisco filho legitimo de Diogo Machado, e de Anna Maria do lugar de Arcas desta freguezia // Nepto paterno de Jozé Manoel Machado, e de Maria Lianor de Arcas desta freguezia, e materno de João da Costa do dito lugar de Arcas, e de Maria Curreia do lugar de Bubezes, freguezia da Povia. Foram padrinhos Francisco de Almeida, e Maria Correia do mesmo lugar de Bubezes, e testemunhas o Padre João António e Bernardino Plácido desta villa e para constar fis este termo, que asino era ut supra.

(a) Bernardino Plácido da Fonseca Pereira

(a) Padre João António de Andrade

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 38

Registo de batismo de Maria filha de Miguel António Machado e de Ana Maria – [Manuscrito]. 1833. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 3, fl. 19.

< Arcas – Maria filha de Miguel Machado >

Em os vinte e hum dias do mez de junho de mil oitocentos e trinta e tres, nesta Igreja de Sam Pedro do Souto em oitavo dia de seo nascimento baptizei e pos os Santos Oleos a Maria filha legitima de Miguel António Machado, e de Anna Maria do lugar de Arcas desta freguezia // Nepta paterna de Joze Manoel Machado e de Maria Lianor, e materno de Joze Vas do lugar de Arcas, e de Joana Maria do lugar e freguezia do Rio Seco, Bispado de Pinhel // Foram padrinhos Manoel do Nascimento e Maria Antónia do dito lugar de Arcas e testemunhas João Manoel e Bernardino Plácido desta villa, e para constar fis este termo, que asino era ut supra.

(a) João Manoel de Andrade

(a) Bernardidno Plácido da Fonseca Pereira

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 39

Registo de batismo de Luís filho de Miguel António Machado e de Ana Maria – [Manuscrito]. 1835. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 1, fl. 27.

< Arcas >

Em os doze dias do mes de abril de mil oitocentos e trinta e sinco nesta Igreja de Sam Pedro do Souto baptizei solemnemente e pus os Santos Oleos a Luis filho legitimo de Miguel António Machado, e de Ana Maria Vas do lugar de Arcas. Nepto paterno de Joze Manoel Machado, e Maria Lianor do lugar de Arcas, e materno de Joze Vas do dito lugar, e de Joana Maria Vas do lugar e freguezia do Rio Seco, Bispado de Pinhel // Forma padrinhos Manoel Maria, e Maria Vas, e testemunhas Joaquim de Afonseca, e Francisco António todos de Arcas desta freguezia.

(a) Francisco + António

(a) Joaquim + de Afonseca

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 40

Registo de batismo de Francisco filho de Diogo Machado e de Ana Jacinta – [Manuscrito]. 1835. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 2, fl. 29v.

< Arcas – Francisco filho de Diogo Machado >

Em os dezoito dias do mes de setembro de mil, e oitocentos, e trinta e cinco nesta Parochial Igreja de Sam Pedro do Souto, com licença do Reverendo Abbade desta freguezia, baptizei solemnemente e pus os Santos Oleos a Francisco filho ligitimo de Diogo Machado e de Anna Jacinta do lugar de Arcas desta freguezia. Nepto paterno de Joze Manoel Machado e de Maria Lionor de Arcas desta freguezia, e

materno de João da Costa do dito lugar de Arcas e de Maria Correia do lugar de Bebez, freguesia de Santa Margarida da villa da Pova. Forão padrinhos Manoel Joze de Proença, e Anna Antónia, e testemunhas o Padre João António e João Manoel de Andrade todos desta villa, e para constar fis este termo, que asigno era ut supra.

(a) O Padre João António de Andrade

(a) O Padre Joze de Figueiredo

(a) João Manoel de Andrade

DOCUMENTO 41

Registo de batismo de Maria filha de Miguel António Machado e de Ana Maria – [Manuscrito]. 1837. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 1, fl. 39.

< Arcas – Maria filha de Miguel Machado >

Em os seis dias do mes de setembro de mil oitocentos e trinta e sete // baptizei solememente, e pus os Santos Oleeos a Maria // filha legitima de Miguel Machado, e de Anna Maria do lugar de Arcas desta freguesia // Nepto materno de Joze Vas do dito lugar, e de Joana Maria do lugar, e freguesia do Rio Seco, Bispado de Pinhel, e paterna de Joze Manoel Machado, e Maria Lianor, de Arcas, desta freguesia // Foram padrinhos Manoel Maria, e Maria Vas do mesmo lugar, e testemunhas Francisco António, e António Pereira e para constar fis este termo, que asino era ut supra.

(a) Francisco + António

(a) António + Pereira

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 42

Registo de batismo de Carlota filha de Diogo [Aguiar] Machado e de Ana Jacinta [Maria da Costa] – [Manuscrito]. 1838. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 2, fl. 42.

< Arcas – Carlota de Diogo de Aguiar [...] Machado >

Em os vinte e tres dias do mes de abril de mil oitocentos e trinta e oito nesta Igreja de Sam Pedro do Souto baptizei solmemente, e pus os Santos Olios a Carlota filha legitima de Diogo de Aguiar, e de sua mulher Anna Maria da Costa do lugar de Arcas desta freguesia // Nepta paterna de Joze Manoel Machado, e de Maria Leonor, de Arcas, e materna de João da Costa do dito lugar, e de Maria Correia do lugar de Bububezes freguesia da Pova // Foram padrinhos Francisco de Almeida e Manoel Joze da villa, e para constar fis este termo, que asino era ut supra.

(a) Manoel + Lameiras

(a) Manoel + Joze

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 43

Registo de batismo de Maria filha de Miguel António Machado e de Ana Maria – [Manuscrito]. 1840. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 3, fls. 31v-32.

< Arcas – Maria filha de Miguel Machado >

Em os onze dias do mes de julho de mil oitocentos e quarenta nesta Parochial Igreja de Sam Pedro do Souto = baptizei solememente, e pus os Santos Oleos a Maria filha legitima de Miguel Machado, e de sua mulher Anna Maria do Logar de Arcas desta freguezia = Nepta paterna de Joze Vás, e de Joana Maria do dito lugar alias Sam avós materno o dito Joze Vás, e Joana Maria, e pela parte // [fl. 32] Parte paterna he neta de Joze Manoel Machado, e Maria Lionor digo dito logar de Arcas desta freguezia = Forão padrinhos Manoel do forno, solteiro, e Maria do Espirito Santo do mesmo logar, e testemunhas João Bispo, e António de Carvalho desta freguezia, e para constar fis este termo com licença do Reverendo Paroco era ut supra.

(a) António Joaquim de Carvalho

(a) João António

(a) O Padre Joze de Figueiredo

DOCUMENTO 44

Registo de batismo de Manuel filho de Miguel António Machado e de Ana Maria – [Manuscrito]. 1840. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 1, fl. 34.

< Arcas – Manoel filho de Miguel Machado >

Em os vinte e nove dias do mes de outubro de mil oitocentos, e quarenta nesta Igreja de Sam Pedro do Souto baptizou o Coadjutor Joze de Figueiredo a Manoel // filho legitimo de Miguel Machado, e de sua mulher Anna Maria do lugar de Arcas desta freguezia // Neto paterno de Joze Manoel Machado e de Maria Lianor do dito lugar // e materno de Joze Vas do mesmo lugar e do sua mulher Joana Maria do lugar, freguezia do Rio Seco, Bispado de Pinhel // Foram padrinhos João Manoel, e António Joze e Joze Bernardo do dito lugar, e para constar faço o prezente termo, que asino era ut supra.

(a) António + Joze

(a) Joze + Bernardo

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

DOCUMENTO 45

Registo de batismo de António filho de Diogo Machado e de Ana [Jacinta] Maria da Costa – [Manuscrito]. 1842. Acessível no Arquivo Distrital de Viseu, Viseu Portugal. Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3, assento n.º 2, fl. 61.

< Arcas – António filho de Diogo Machado >

Em os quinze de março de mil oitocento e quarenta e dois // nesta Igreja de Sam Pedro do Souto // Batizei a António, filho legitimo de Diogo Machado, e de sua mulher Anna Maria da Costa do lugar de Arcas desta freguezia. Neto paterno de Joze Manoel Machado, e de Manoel Correia do lugar de

Bubezes freguezia da Povia. Foram padrinho Francisco de Almeida e Maria Correia, e teste / in quam paterno de Joze Manoel Machado e Maria Lianor do lugar de Arcas desta freguezia, e materno de João da Costa a sua mulher Maria Correia do lugar de Bubezes da freguezia da Povia // Foram padrinhos Francisco de Almeida e Maria Correia do dito lugar de Bubezes, e testemunhas Miguel António e Joaquim Afonseca desta villa e para constar fis este termo que asino era ut supra.

(a) Miguel + António

(a) Joaquim de Afonseca

(a) O Abbade Manoel de Figueiredo

BIBLIOGRAFIA

MANUSCRITOS

Arquivo Distrital de Lamego, Lamego, Portugal.

Livro de Registos Mistos da Paróquia de Souto [Penedono] [1748-1774]. Caixa 4, n.º 4.

Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1774-1786]. Caixa 1, n.º 3.

Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1786-1807]. Caixa 1, n.º 4.

Arquivo Distrital de Viseu, Viseu, Portugal.

Livro de Registos de Casamento da Paróquia de Souto [Penedono] [1742-1828]. Caixa 9, n.º 1.

Livro de Registos de Óbitos da Paróquia de Souto [Penedono] [1799-1859]. Caixa 9-B, n.º 24.

Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1807-1830]. Caixa 9, n.º 2.

Livro de Registos de Batismos da Paróquia de Souto [Penedono] [1828-1848]. Caixa 9, n.º 3.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Alves, Alexandre (1983). *Artistas e Artífices*. Beira Alta. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu. Vol. 42 Edição 1-2, p. 263-268.

Lameira, Francisco; Cardoso, Pedro Vasconcelos; Loureiro, José João (2017). *Retábulos na Diocese de Lamego*. Promontoria Monográfica. História da Arte 14. 1.ª ed. S.l.: Departamento de Artes e Humanidades da Universidade do Algarve e Diocese de Lamego.

Queirós, Carla (2006). *A importância da sede do bispado de Lamego na difusão estética retabular: tipologias e gramática decorativa nos séculos XVII-XVIII*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte em Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

L'ARCHÉOTOURISME DANS LE SUD MAROCAIN, VERS UNE DURABILITÉ DES SITES RUPESTRES

ARCHEOTOURISM IN SOUTH MOROCCO, TOWARDS SUSTAINABLE ROCK SITES

Naima Oulmakki

Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine, Rabat,
Maroc

naimaoulmakki1964@gmail.com

Faysal Lemjidi

LIMPACT-FLSH, Université Cadi Ayyad, Marrakech,
Maroc

lemjidi@gmail.com

Mustapha El Hamri

FLSH, Université Hassan II, Mohamedia, Maroc

mustapha.elhamri15@gmail.com

L'Archéotourisme dans le Sud Marocain, vers une Durabilité des Sites Rupestres

Naima Oulmakki

Faysal Lemjidi

Mustapha El Hamri

Historial do artigo:

Recebido a 15 de abril de 2019

Revisto a 10 de junho de 2019

Aceite a 02 de julho de 2019

RÉSUMÉ

Dans les provinces du Sud marocain, l'art rupestre représente d'abord un intérêt scientifique, mais n'exclut pas les différents aspects économiques et patrimoniaux. Le but de notre travail est de chercher à comprendre les perspectives de développement et l'éventuelle utilisation des sites archéologiques. Ainsi, l'archéotourisme prend tout son sens, en introduisant la gestion durable du patrimoine à travers l'association du développement économique régional, la protection des sites rupestres ainsi que l'éducation au patrimoine. Les termes de patrimoine et de tourisme sont marqués par l'extension de leurs domaines d'application et se nourrissent d'un jeu de réciprocité. Le patrimoine se présente comme un ressort touristique et le tourisme comme facteur de conservation du patrimoine.

Mots clés: Archéotourisme, Conservation, Art Rupestre, Sahara, Maroc

RESUMO

Nas províncias do Sul de Marrocos, a Arte Rupestre é basicamente de interesse científico, mas, não exclui os diferentes aspectos económicos e patrimoniais. O objetivo do nosso trabalho é procurar entender as perspectivas de desenvolvimento e a possível utilização de sítios arqueológicos. Assim, o arqueoturismo faz sentido, introduzindo a gestão sustentável do património através da associação do desenvolvimento económico regional, a proteção de locais de rocha e educação patrimonial. Os termos património e turismo são marcados pela extensão de suas áreas de aplicação e alimentam-se de um jogo de reciprocidade. O Património apresenta-se como uma estância turística e o Turismo como fator de conservação do património.

Palavras-Chave: Arqueoturismo, Conservação, Arte Rupestre, Sahara, Marrocos

ABSTRACT

In the southern provinces of Morocco, rock art is primarily of scientific interest, but does not exclude the different economic and heritage aspects. The purpose of our work is to seek and understand the prospects for development and possible use of archaeological sites. Thus, the archeotourism makes sense, introducing sustainable management of heritage through the association of regional economic development, protection of rock sites and education heritage. The terms heritage and tourism are marked by the extension of their fields of applications. Feeding on a game of reciprocity. Heritage being presented as a tourist resort and tourism as a factor of heritage conservation.

Key-words: Archaeotourism, Conservation, Rock Art, Sahara, Morocco

1. Introduction

Bien que les lois et les stratégies de protection des sites rupestres dans les différentes régions du pays aient à faire face aux mêmes menaces, et que les buts, les objectifs et les méthodes soient généralement semblables, l'éventail d'informations requises pour résoudre les problèmes continue de s'élargir, en particulier en raison de la spécialisation croissante et des demandes des touristes de niche. Les chercheurs en art rupestre doivent être conscients non seulement des effets que le tourisme continuera d'avoir sur les sites d'art rupestre, mais aussi des moyens par lesquels cela peut être contrôlé, notamment par la communication avec l'industrie du tourisme. Dans un premier temps, nous devons nous rencontrer au niveau local, national et international. Nous devons ensuite former la future génération et encourager les départements universitaires à développer une approche interdisciplinaire pour, entre autres, mettre sur pied un tourisme d'art rupestre durable comprenant des compétences normalement abordées dans les cours de tourisme, comme la capacité de charge touristique, les études muséales, la médiation environnementale, l'administration hospitalière et le développement de projets.

À la suite de l'analyse des différentes composantes et de leurs enchaînements, il est possible de synthétiser et d'illustrer les principaux facteurs de la mise en place d'activités archéotouristiques. Dans ce sens, nous avons retenu trois types de facteurs: favorables, défavorables ou variables. Partagés en catégories (écologique, sociale et économique), ils permettent de cerner les moteurs et les freins de ce type d'activités. Avant cela, précisons que les principales fonctions des outils d'interprétation sont généralement les suivantes : i) informer les visiteurs sur le statut de protection d'un site, ii) contrôler ou gérer le flux de visiteurs, iii) satisfaire la demande des visiteurs en informations, iv) améliorer la qualité et l'intérêt de la visite, v) sensibiliser le public et lui faire prendre conscience de la nécessité de protéger le site mis en valeur.

Les expériences internationales en matière de mise en valeur de l'art rupestre peuvent être expérimentées sur les sites par l'intégration du patrimoine naturel et culturel. L'intégration du patrimoine rupestre dans le paysage culturel est une exigence constante en tant qu'atout culturel, social et économique. La protection juridique des sites contribue à leur mise en valeur ; nous proposons ainsi l'établissement de partenariats entre les autorités de tutelles, les acteurs en tourisme et les communes locales afin de trouver un consensus qui faciliterait le classement et la gestion des sites.

2. L'archéotourisme au service du patrimoine et de sa protection

«Quand on pense au nord de l'Afrique, ce qui vient à l'esprit, c'est l'Égypte qui a laissé une architecture massive. Mais chez d'autres, tout a disparu, parce que les matériaux étaient en bois, en cuir, etc. Il ne reste plus rien matériellement, sauf des images » (1). Ainsi, lorsqu'on parle d'archéologie, les profanes pensent spontanément à des images empreintes d'exotisme comme les tombes pharaoniques, les vestiges aztèques et les cités englouties. L'archéologie a souvent été liée à un imaginaire très riche, parfois spectaculaire. Ce constat est dû probablement au cinéma plus qu'à l'histoire de la recherche, qui a donné naissance à un certain fantasme concernant l'archéologie et les archéologues. L'archéotourisme a connu un nouvel essor à la suite de l'intérêt croissant accordé au patrimoine. Les sites archéologiques sont depuis lors une destination touristique assez problématique, car les préjugés peuvent affecter l'interprétation, et parce que ce sont des milieux physiques fragiles et très vulnérables. L'archéotourisme offre toutefois une occasion pour les scientifiques d'appréhender le grand public, en suscitant son intérêt scientifique et en lui apportant une connaissance.

À la suite des travaux d'inventaire, d'évaluation et de protection, le patrimoine rupestre peut rester confidentiel, et sera ainsi visité occasionnellement par les chercheurs lors des travaux académiques. Ce qui est certainement une des mesures de protection. Mais limiter l'accès au site n'exclut pas sa destruction. Une autre alternative s'offre à nous et consiste dans une mise en valeur qui permettrait le développement local. Cette dernière option n'est envisageable que sous un certain nombre de conditions (Deacon, 2006):

Les scientifiques ayant étudié le site souhaitent transmettre leur connaissance et partager le savoir, mettre en évidence l'importance du site et susciter de nouvelles vocations.

Les médiateurs culturels ont pour rôle de rendre l'interprétation scientifique de l'objet archéologique accessible à tous.

Les habitants sont conscients de la dimension patrimoniale de leur territoire et soucieux du développement d'activités économiques valorisantes pour mieux faire connaître celui-ci, le démarquer et assurer une survie économique pour eux-mêmes et les générations futures.

2.1. L'archéotourisme et la conservation du patrimoine

L'intérêt public pour le tourisme dans les aires rupestres a augmenté au cours des dernières années, parallèlement à l'augmentation mondiale du tourisme culturel qui est estimé à plus de 240 millions de voyageurs par an (Mckercher et Du Cros, 2002).

Au Maroc, la visite de monuments et musées totalise 40% des activités pratiquées par les touristes étrangers au titre de 2014 et 42% en 2015 (2). Si ces chiffres montrent une évolution de l'intérêt des touristes et des taux de fréquentations, il paraît évident que cette hausse est indépendante du tourisme culturel en tant que résultat de la gestion des biens culturels: il existe peu de preuves réelles de véritable partenariat entre tourisme et culture. Cette division est également apparente dans le tourisme rupestre. Cela signifie que les questions de la théorie, des méthodes de conservation, de l'éthique et de la propriété dans le développement du tourisme rupestre sont abordées principalement par les services de la direction du patrimoine (Ministère de la culture), alors que ceux qui développent des produits touristiques se sont concentrés sur la marchandisation et les facteurs générant des revenus. Le tourisme rupestre, et l'archéotourisme de façon plus générale sont influencés par des intérêts et des agendas allant de l'idéologie politique au pragmatisme bureaucratique et n'ont pas été sur la liste des priorités académiques ou commerciales. Il y a néanmoins des chances pour que cette

situation change si les chercheurs en art rupestre (principalement les services de l'état et les universités) et les acteurs de tourisme travaillent ensemble efficacement.

L'intérêt que peut représenter le tourisme culturel pour le développement économique réside dans son emploi dans le circuit régional, en estimant que « *les pouvoirs publics prennent conscience que la fréquentation touristique liée à l'attrait du patrimoine culturel constitue une manne financière conséquente à la fois pour les collectivités, mais aussi en termes d'emplois induits ou de développement économique local* » (3). Ainsi, le patrimoine devient une locomotive pour le développement du secteur touristique, surtout que l'activité de tourisme met en valeur les dimensions patrimoniales et culturelles des territoires. Le patrimoine culturel apparaît comme l'élément principal du tourisme alternatif (tourisme culturel) créateur d'emplois. Il mobilise les forces de travail et développe les activités en relation avec la création patrimoniale.

Toutefois, on doit s'interroger sur la manière dont le patrimoine archéologique peut participer à l'attractivité touristique d'un territoire, par ailleurs historiquement élaboré autour de la mise en valeur de la richesse culturelle et naturelle. Quelles raisons pousseraient les acteurs à diversifier leur offre touristique et patrimoniale? À quelles finalités répondent les projets de développement touristique de biens archéologiques? Et dans quelle mesure et sous quelles conditions les projets de valorisation trouvent-ils leur place dans des territoires tournés depuis toujours vers des pratiques de pleine nature?

La notion d'attractivité territoriale a été développée dans ce contexte pour exprimer et évaluer le pouvoir d'attraction d'une région sur le plan économique, social et culturel. Elle a été vivement marquée dans les travaux élaborés sur le tourisme et l'attractivité touristique dans les villes.

La réussite d'un projet touristique en milieu rupestre dépend du degré d'implication des différents acteurs en s'accordant sur les grandes valeurs et sur des principes de conservation qui doivent être satisfaits. Dans ce domaine, les archéologues et les conservateurs préféreraient limiter le nombre de personnes sur les sites pour réduire les éventuels dégâts et donner à tous la possibilité de voir et apprécier l'art rupestre, tandis que l'acteur de tourisme, d'autre part, exigera un nombre minimum de visiteurs par mois pour gagner suffisamment afin de payer les salaires du personnel. Ce sont donc les tensions qui existent dans la conservation de l'art rupestre et le tourisme qui doivent être abordées.

Des principes généraux de gestion du tourisme culturel ont été développés dès 1976 à la suite de l'accord international sur les Orientations devant guider la mise en œuvre de la Convention du patrimoine mondial. La Charte de Burra en Australie, lancée en 1979 et qui en est actuellement à sa troisième révision, a fourni des principes complémentaires qui ont été largement acceptés comme « bonnes pratiques pour les lieux patrimoniaux ». La Charte souligne l'importance de suivre une série d'étapes dans le bon ordre et d'appliquer des principes liés à des aspects tels que l'établissement et la participation, la coexistence de valeurs culturelles, la gestion des changements, l'intervention, l'interprétation, la documentation et la surveillance. Il existe un accord tout aussi important sur les principes établis par le Conseil international des monuments et des sites (ICOMOS) basé à Paris et qui travaille en étroite collaboration avec le Centre du patrimoine mondial de l'UNESCO. La Charte internationale du tourisme culturel (ICTC) de l'ICOMOS, notamment, fournit de larges lignes directrices pour la conservation applicables au développement du tourisme culturel. L'objectif principal de l'ICOMOS (ICTC) est la communication de l'importance de la ressource patrimoniale à sa communauté d'accueil et aux visiteurs, et la nécessité de sa conservation. L'accès au patrimoine est donc à la fois un droit et un privilège, et apporte avec lui un devoir de respect des valeurs, des intérêts et de l'équité du patrimoine dans la communauté locale. Les chercheurs en art rupestre s'accordent sur le fait que l'une des fonctions les plus importantes de la gestion et de la conservation dans le tourisme rupestre est l'éducation du public.

La conservation, par sa nature même, est supposée être «bonne», car elle réagit contre ce qui est perçu comme un impact préjudiciable ou une mauvaise pratique. Les conservateurs s'inspirent du fait que les personnes qui ont peint et gravé des images ont choisi les roches comme support ont eu beaucoup de problèmes pour développer une peinture qui dure. Comme l'art rupestre a été conçu pour durer, nous estimons qu'il est de notre devoir de le conserver. Les archéologues sont conscients que la modification de l'état physique des peintures et gravures rupestres est acceptable tant qu'elle ne menace pas l'œuvre en empêchant l'interprétation de sa signification et de son sens possible.

Les mécanismes qui peuvent favoriser le développement et la valorisation du patrimoine rupestre sont nombreux: ils peuvent être organisationnels, législatifs et financiers dans l'optique d'installer une économie basée sur la réhabilitation de ce patrimoine par la mise en valeur des savoirs et savoir-faire des activités touristiques et patrimoniales.

L'art rupestre constitue un musée à ciel ouvert qui illustre bien le passé lointain du territoire; il se trouve au Maroc dans des abris et surtout en plein air. Ce fonds documentaire de la préhistoire subit une dégradation croissante, à la fois naturelle et anthropique. Chaque site est exposé aux actes de vandalisme à des échelles différentes, et de chaque région du Maroc, parviennent des échos alarmants sur la dégradation de ce patrimoine dont l'accentuation résulte de plusieurs facteurs.

En l'état actuel, il est évident qu'une bonne partie de l'art rupestre marocain sera détruite dans les prochaines décennies. Il s'agit d'un patrimoine vulnérable et en péril. Ce constat est relatif, certes, et le danger diffère d'une région à une autre, suivant l'emplacement du site, la proximité des villages et des sentiers touristiques et selon sa densité. Parfois, certains sites sont classés et bénéficient ainsi d'une protection légale. Toutefois, la quasi-totalité ne le sont pas. Dans la province de Tata, deux sites seulement figurent sur la liste du patrimoine national classé. À Es-smara, l'activisme de l'association Mirane a porté fruit. Ainsi, la protection de l'art rupestre pourra être efficace et donner des fruits, seulement si elle est perçue comme une nécessité absolue, et non portée au second rang par rapport aux objectifs économiques ou touristiques.

2.2. Facteurs naturels

Les éléments du patrimoine archéologique, notamment les gravures, sont altérés et exposés à une dégradation au fil du temps. L'altération regroupe les processus physique, chimique et biologique qui conduisent à la décomposition de la surface gravée ou de la roche entière. Un certain nombre d'agents engendrent la dégradation mécanique des roches, et par conséquent, la modification de la surface gravée.

Les zones arides sont connues pour leurs variations de température qui entraînent la dilatation et la contraction des roches soumises à de grandes variations. Ainsi, les fortes amplitudes thermiques entraînent l'éclatement et l'écroulement des roches.

Les eaux qui pénètrent dans les fissures en période de pluie gèlent parfois, et les cristaux de glace s'accroissent à la surface rendant les fissures encore plus grandes. Sous l'effet de la pression exercée, la roche finit par éclater et s'écrouler.

Les crues des oueds provoquent le décapage de la surface de la roche, et le processus de l'érosion se manifestant sous la forme de multiples cavités de dimensions variables. La perte des matériaux se produit sous forme de poussière ou de petits granulés.

L'effondrement, à savoir la chute de blocs massifs, provoque des enlèvements abondants, ce qui ne peut être identifié qu'après l'effondrement effectif. Par conséquent, ce sera un terme à utiliser pour

caractériser les phénomènes passés. Néanmoins, il pourrait également être utilisé pour décrire des situations à venir. En termes cartographiques, il peut être admis comme un effondrement.

Les dépôts compacts au niveau de la surface, ayant une superficie limitée et d'une épaisseur inférieure à un millimètre, sont généralement présents dans une surface offrant de nombreuses petites cavités localisées dans des zones d'écoulement de l'eau.

La diaclase est une fracture qui traverse les roches où il n'y a pas de mouvement significatif visible entre les deux côtés de la fracture. Certains types de fractures qui, de manière persistante et continue, affectent généralement les zones où les gravures sont présentes: des éléments singuliers où des groupes de blocs se disloquent par rapport aux zones ou éléments proches et risquent de s'effondrer.

La déconnexion des blocs survient lorsque les affleurements sont constitués de blocs; ces derniers peuvent avoir des dimensions différentes et présentent des signes de cohésion déficiente ou de dislocation relative entre eux. C'est l'une des situations les plus inquiétantes susceptible d'endommager les gravures. Toutes les situations ne montrent pas la même gravité et urgence. Il est donc possible de prévoir avec certitude qu'il y aura un besoin croissant d'entreprendre des interventions au fil du temps.

L'érosion différentielle endommage le niveau de la surface du bloc et se manifeste par la morphologie contrastée entre les zones voisines (zones plus ou moins érodées). Cette forme peut être associée à des situations relativement stables, où la dégradation peut être très lente, ou au contraire, associée à une évolution assez rapide.

Les fissures sont un cas particulier de fracturation dans lequel au moins une des extrémités n'atteint pas la bordure de la surface où elle se trouve. Ils constituent un facteur de faiblesse dans la roche et, par conséquent, pour les gravures, mais leur évolution peut être suffisamment lente pour permettre un certain temps d'observation avant de prendre toute décision d'intervenir.

La fragmentation mécanique dans le pré-Sahara est forte, et la décomposition chimique est active après les rares pluies, entraînant une désagrégation de la roche qui subit des variations importantes de température et d'humidité. Cependant, l'environnement aride limite l'effet des pluies sur les surfaces gravées. Ainsi, l'approvisionnement en eau relativement limité détermine que les procédés chimiques à base d'eau ont un impact diminué lors des intempéries dans la zone. Néanmoins, il convient de rappeler que les facteurs physiques et les mécanismes d'altération résultent également des altérations chimiques de la roche elle-même.

De façon plus générale, les organismes vivants contribuent aussi à l'érosion des roches gravées par différents moyens, comme la pression physique et l'excrétion des substances organiques acides.

2.3. Facteurs anthropiques

L'action anthropique est la plus dévastatrice. Elle consiste surtout en la tentative d'enlèvement de panneaux gravés et en l'ajout de nombreux graffitis par incision, piquetage ou peinture, toute chose qui modifie la patine et conduit à une pollution du site. L'expansion urbaine des villages avoisinant les sites et la construction des routes ont, par ailleurs, accru la demande de matériaux de construction et ont engendré une destruction systématique des sites archéologiques.



Figure 1. Destruction à l'Asli Boukerch. **Source:** Association Mirane



Figure 2. Exploitation du site archéologique de l'Asli Rich. **Source:** Association Mirane

Les régions sahariennes, dont une bonne partie des régions sud du Maroc, renferment de nombreux sites et monuments archéologiques spectaculaires. En raison du milieu physique et de l'expansion de l'urbanisation, beaucoup de sites archéologiques ont été alors pillés, dégradés ou recyclés comme matière première de construction. Et si ces vestiges sont difficiles à déchiffrer pour un public novice, elles ont été à l'origine du développement des méthodes et de techniques de recherche en archéologies. Dans cette optique, la direction du patrimoine a procédé à l'installation d'une structure destinée à la protection et à la vulgarisation du patrimoine rupestre, notamment dans les régions sahariennes.

2.4. Valorisation des sites rupestres

Sur le plan théorique, les idées sur la façon dont les choses fonctionnent sont généralement développées en identifiant les facteurs ou les processus qui contribuent à la formation d'un système, puis en établissant des liens entre eux afin de mieux comprendre et prévoir comment le système fonctionne. À ce stade, toute théorie expliquant comment les facteurs liés à la conservation de l'art rupestre et au tourisme interagissent en tant que système atteindrait un haut niveau d'abstraction, en partie à cause du manque de recherche appliquée et en partie à cause de la grande diversité des sites d'art rupestre. Au début, nous pouvons identifier trois facteurs principaux - environnementaux, sociaux et économiques - qui contribuent au système qui lie le tourisme d'art rupestre et la conservation dans une relation dynamique (Deacon, 2006).

Les facteurs environnementaux qui affectent l'art rupestre doivent être gérés par des spécialistes de la conservation de l'art rupestre afin de soutenir les vestiges et de les conserver pour l'avenir. Les facteurs sociaux doivent être gérés par les responsables de sites lorsqu'ils proposent des sites d'art rupestre aux touristes. Les facteurs économiques doivent être gérés par les entrepreneurs touristiques pour assurer la durabilité du tourisme d'art rupestre.

Les liens croisés entre le tourisme et l'archéologie datent d'il y a longtemps, toutefois une ambivalence règne sur leurs rapports. Il faudrait alors que ces deux disciplines se penchent sur un projet de collaboration mutuelle (Caeser, 2013). Comme ce type de recherche prend beaucoup de temps, nous avons tendance à appliquer une théorie basée sur des principes uniformes développés pour des disciplines telles que la géologie, la sociologie et l'économie du tourisme et, par conséquent, nos prédictions sont souvent brutes (Deacon, 2006). La mise en valeur d'un site rupestre sous-entend sa contribution au développement économique, culturel et social du territoire où il se trouve. Il s'agit donc de dresser un plan d'action qui prend en compte le développement touristique des sites d'art rupestre dans une perspective de durabilité. L'action de mise en valeur ne peut pas être perçue comme ponctuelle; elle doit être plutôt continue afin d'assurer le suivi de veille sur la durabilité de son application et maintenir le site en bon état. En effet, l'exploitation intensive peut provoquer sa détérioration.

2.5. Éléments physiques

En l'absence d'un processus de conservation et d'aménagement des sites rupestres, le tourisme et les conditions physiques du milieu peuvent engendrer une dégradation de la ressource patrimoniale sans qu'elle puisse générer de revenus. Le développement du tourisme que connaissent les régions sahariennes pourrait contribuer à la gestion du patrimoine rupestre si une police du patrimoine existait qui pourrait alors dresser la feuille de route d'un archéotourisme bien pensé.

Les processus physico-chimiques conduisant à la dégradation de l'art rupestre fonctionnent à des vitesses différentes (Deacon, 2006). Il revient ainsi aux gestionnaires et aux chercheurs d'identifier ces processus, de mesurer ou d'estimer leur impact pour mettre en œuvre des stratégies qui ralentissent, dans la mesure du possible, cette dégradation puisqu'il n'est pas possible d'inverser les effets de la détérioration physique une fois qu'ils se sont produits (Ferrier et al., 2010).

Un cas de gestion a été développé à Foz Côa au Portugal (4), où le projet d'un parc a su sauvegarder l'héritage archéologique tout en valorisant une activité touristique qui s'avère très rentable en terme économique. Sa canalisation vers un tourisme bien contrôlé s'est faite via l'installation d'infrastructures, comme l'aménagement des routes, la réhabilitation de monuments historiques et la rénovation du musée local. En France, la grotte de Lascaux est contrôlée et surveillée en permanence après avoir constaté que des micro-organismes introduits par les touristes avaient colonisé les parois. Une copie de la grotte a été ouverte au public en 1983 afin de limiter l'accès à la grotte originale (Houillon, 2016).

Nous pouvons donc tirer plusieurs conclusions des deux exemples cités. Sur les sites de Foz Côa, le volet éducatif est omniprésent dans les circuits de visite et dans les outils didactiques des locaux du parc. Dans le cas de Lascaux, les répliques n'éloignent pas les touristes, mais offrent une expérience beaucoup plus riche avec une plus grande variété d'outils éducatifs. Ceux qui sont vraiment préoccupés par la conservation sont alors fiers de ne pas visiter les sites d'origine. Et si le moulage est actuellement interdit, la technologie numérique apporte encore plus d'avantages; des copies plus précises et plus détaillées peuvent être apportées, fournissant de nouvelles perspectives aux techniques originales des artistes, et il n'est plus même nécessaire de visiter la réplique pour expérimenter la réalité virtuelle du site.

Les sites rupestres dans les régions sud du Maroc sont beaucoup plus exposés aux facteurs environnementaux et nécessitent une approche quelque peu différente. Les moulages ne sont pas convenables et le nombre de stations permet de sélectionner quelques sites et d'éviter l'intervention sur la majorité.

D'un point de vue éthique, il est largement admis que les méthodes et produits de conservation de l'art rupestre conçus pour retarder l'érosion naturelle sont soumis aux principes et aux bonnes pratiques de la Charte Burra et doivent être documentés. La conservation des surfaces gravées devrait se limiter à la protection, à l'entretien et si nécessaire, à la stabilisation du tissu déjà existant (ICOMOS, 1999).

Avec un bon plan et un investissement adéquat qui peut, à première vue, sembler énorme, il est possible de contribuer à la création d'unité archéologique au sein du Geopark du Jbel Bani, dont le but principal serait d'encadrer les touristes d'une façon plus stricte qu'actuellement.

2.6. Implication sociale

Une question sociale importante qui contribue au débat autour des initiatives de tourisme d'art rupestre se pose de la façon suivante : *«L'analyse des politiques et processus de patrimonialisation de l'art rupestre actuellement mis en œuvre et des jeux d'acteurs qu'ils suscitent révèle le fossé qui existe au niveau des représentations et des perceptions autour des images et des paysages rupestres, entre les experts et décideurs d'un côté, et les populations locales de l'autre. La prise en compte de la continuité graphique dans l'art rupestre marocain est un argument majeur pour alimenter le débat sur la place réservée aux populations locales dans la patrimonialisation et la valorisation touristique du territoire, les modalités de gouvernance des sites rupestres»* (5) .

L'activité touristique devrait donc être pensée avant l'ouverture du site au grand public. Les responsables gestionnaires doivent évaluer les effets sociaux de la propriété. Contrairement aux processus physiques, une bonne gestion des facteurs sociaux peut conduire à un renversement des tendances négatives dans la gestion du site en sensibilisant le public à propos d'une aire ou en ajoutant de la valeur à la compréhension du lieu par l'implication de la communauté locale (Deacon, 2006). La charte du tourisme culturel reconnaît cela dans certains principes (ICOMOS, 1999) sensés protéger le patrimoine tout en offrant la possibilité à la population locale et aux touristes d'expérimenter et de comprendre le patrimoine et la culture de telle ou telle communauté. Étant donné que les liens entre le patrimoine et le tourisme sont dynamiques, ils doivent surmonter les conflits de valeurs qui résultent de l'activité archéotouristique en vue d'une gestion durable. Et les opérations de mise en valeur doivent impliquer la population locale et doivent être éducatives, enrichissantes et agréables pour les visiteurs.

2.7. Facteurs économiques

Les acteurs concernés par la gestion du patrimoine rupestre font face à un défi d'ordre économique; ils sont en effet en contact permanent avec des gens dont le métier est le tourisme. Ainsi, ces acteurs doivent être intégrés dans les discussions et les projets visant la protection et la valorisation du patrimoine. Ils doivent communiquer les uns avec les autres, si l'on veut que l'art rupestre et le tourisme soient soutenus, en dépit du fait que la valorisation du patrimoine s'opère de différentes manières chez les uns et les autres. L'art rupestre est perçu comme une matière première pour les acteurs de tourisme afin de générer de l'activité. Les professionnels de l'archéologie ont sensiblement les mêmes objectifs, à la différence que l'argent n'est pas leur priorité (Mckercher et Du Cros, 2002).

Comme le tourisme doit être économiquement rentable pour être durable, cela implique que le tourisme dans les aires rupestres génère des revenus pour sa conservation, soit directement par des droits d'entrée ou des activités annexes, soit indirectement en stimulant l'économie de la région avoisinant le site (Deacon, 2006). La responsabilité vis-à-vis de la population locale exige que des revenus suffisants soient générés pour rémunérer la population locale pour ses services de gardiens et de guides. Ces problèmes créent une charge supplémentaire, mais pas nécessairement négative, qui affecte la viabilité économique du tourisme d'art rupestre.

En économie, il existe deux types de valeurs, la valeur d'échange et la valeur d'utilité. L'évaluation du volet économique de l'art rupestre serait donc liée à leur prise en compte. La valeur d'échange de l'art rupestre est une valeur quantitative liée à sa rareté. En principe, selon la loi du marché, lorsqu'un bien est rare, il devient cher et vice versa. La valeur d'échange donnée à un site est relative; elle dépend de l'appréciation du visiteur. Quant à la valeur d'usage, elle correspond à l'utilité du bien par rapport au besoin et à la demande de ce bien dans la société. Cette valeur comprend un volet direct et indirect. La valeur d'usage direct représente les bénéfices obtenus par l'exploitation de l'oasis et de ses alentours (agriculture, élevage, chasse et tourisme). La valeur indirecte n'est pas un résultat économique, du moment où elle correspond à un profit d'usage du site.

L'exploitation touristique d'un site archéologique exige la prise en compte du facteur de durabilité. Cette dernière s'opère uniquement par le biais d'une valorisation adéquate. La durabilité touristique ici concilie deux notions antagonistes: la première est liée à une exploitation dont le profit économique et la longévité dépendent du site et de sa durabilité. La seconde est liée au respect des spécificités des sites rupestres généralement fragiles et vulnérables. L'archéotourisme doit donc se faire dans cette optique et définir les bases de cette politique de durabilité. À cet effet, le développement des structures patrimoniales labellisées par l'UNESCO ne doit pas négliger sa valeur économique, et les

bénéfices qui peuvent résulter de son exploitation peuvent amener à la fois les visiteurs et la population locale à une prise de conscience de la durabilité du patrimoine.

Ainsi, les facteurs clés de la réussite d'un tel projet nécessitent donc d'équilibrer l'attrait et la vulnérabilité du site d'art rupestre en se basant sur l'expérience fournie par le personnel, les guides, le centre de conservation, ainsi que sur le pourcentage de revenus générés par les visiteurs, qui est utilisé pour conserver l'art rupestre et offrir des possibilités d'emploi à la population locale.

3. Limite de l'interaction entre tourisme et patrimoine

Les régions pré-Sahariennes et Sahariennes présentent, à l'échelle du territoire marocain, une densité très élevée à la fois d'infrastructures touristiques liées principalement au tourisme culturel d'espaces protégés (des parcs nationaux, des réserves de biosphères et un futur Géopark) et de vastes sites rupestres. La zone constitue alors un terrain d'observation des interactions entre tourisme et patrimoine, et cela au-delà des seuls sites rupestres.

Une journée d'étude a été organisée en 2014 à Guelmim sous le thème «*Sites rupestres dans les provinces du sud: reconnaissance, préservation et mise en valeur*». Elle a réuni des élus locaux, des experts, des acteurs en matière des droits de l'Homme et des responsables des secteurs gouvernementaux. Cette rencontre avait pour but d'ouvrir le débat entre les différentes parties prenantes dans les régions des provinces du sud. Il s'agissait d'attirer l'attention sur la nécessité de mener une action collective afin de statuer sur l'état de conservation des sites rupestres et des monuments funéraires dans les provinces du Sud. Par la suite, il conviendrait de réfléchir à des plans d'action adéquats pour chaque site en vue de leur sauvegarde et de leur transmission avec l'aide des pouvoirs locaux.

Une présentation du chercheur Mahfoud Asmahri avait fait le point sur les différents aspects et rôles de la Maison du patrimoine d'Icht (province de Tata) qui se positionne entre tourisme et patrimoine et qui offre des outils visant à trouver le meilleur équilibre possible entre ces deux idées (6). La même année, un colloque fut organisé à l'Université Moulay Ismail de Meknès sous le thème «*Patrimoine et Tourisme Culturel au Maroc*», qui s'est focalisé sur l'interconnexion qui pourrait exister entre les processus de patrimonialisation et la mise en tourisme selon une approche pluridisciplinaire. Les études de cas menées dans le cadre de l'ouvrage du colloque faisaient une large place aux différents enjeux auxquels le tourisme culturel fait face au Maroc.

Le secteur du tourisme représente 6.9% du PIB. Il est la deuxième force de l'économie marocaine en termes de contribution au PIB, en générant 5.9 milliards de dirhams et en créant 600 000 emplois directs (Arib, 2005). Ces revenus ont des retombées économiques directes sur la population. Toutefois, le tourisme peut, dans certains cas, nuire au patrimoine; le tourisme de masse et la folklorisation sont des exemples de cet impact négatif (Dhaher, 2012). D'autre part, il contribue au développement en valorisant la culture du pays, dont le coût d'investissement n'est pas très haut par rapport à d'autres activités et il crée des emplois qui valorisent la gestion et la mise en valeur du patrimoine (Vernières, 2015). Les régions sud du Maroc sont très riches par leur patrimoine matériel et immatériel, naturel et culturel, et ont tout à gagner du tourisme si on songe bien à valoriser cet héritage (Kagermeier, 2014).

Ces questions sont devenues aujourd'hui classiques; elles ont été abordées de deux façons opposées. Il s'agit surtout de mettre le point sur l'opposition de nature qui existe entre le tourisme qui pourrait être destructeur lorsqu'il est de masse, et le patrimoine, maillon fragile en l'absence de structures de protection adéquates (Minvielle et Minvielle, 2010). L'incompatibilité existe toujours à partir du moment où le tourisme est perçu comme nuisible au patrimoine. Dans cette optique, nous assistons à

une hiérarchisation entre le tourisme et le patrimoine, et plus spécialement le patrimoine rupestre qui est majestueux et reconnu par les instances culturelles. Or le tourisme a mauvaise réputation, mais reste toutefois acceptable sous certaines conditions. Un autre discours, contraire au premier, se fait jour avec la vision 2020 du tourisme, dont les géographes sont les défenseurs en poussant la réflexion bien au-delà des oppositions qui existent et en montrant que patrimoine et tourisme s'épaulent dans de nombreux cas (Gauchon, 2010), du moment où l'on quitte la posture prétendument morale pour envisager l'aspect économique de l'activité. À titre d'exemple, l'aménagement et l'entretien des sites rupestres et tumuli du Sud marocain sont extrêmement problématiques. Des choix et des non-choix ont laissé ces monuments à l'abandon, qui souvent deviennent des carrières pour la construction. Ainsi le coût des non-choix est très élevé, et une activité touristique associée est la seule à pouvoir engendrer une protection de ces sites et un retour sur investissement.

Ainsi, les deux positions coexistent, et chacune a ses propres défenseurs et publics. Il est donc impossible de chercher à faire une synthèse de ces deux positions absolument opposées. Si la cohabitation est décrite comme nuisible au patrimoine rupestre, cette ressource tire sa légitimité grâce à l'activité touristique. Les acteurs du tourisme peuvent chercher à concilier la valeur patrimoniale et la préservation d'une bonne activité touristique censée concilier l'ouverture des sites et la préservation (Salin, 2007).

Le Geopark du Jbel Bani, à titre d'exemple, illustre bien cette problématique à travers ses stratégies de fonctionnement et le rôle qu'il peut jouer pour redéfinir la carte touristique. La dimension patrimoniale préexiste, puisque les provinces de Tata et de Zagora adhèrent à ce projet. La reconnaissance institutionnelle de l'UNESCO constitue un point de départ de la plus haute importance. Le Geopark offre l'occasion d'organiser un tourisme durable axé sur un thème central, qui passe par la labellisation, et dont les objectifs principaux sont la reconnaissance et la mise en valeur d'un territoire par le biais de son patrimoine géologique (Cayla, 2009). L'existence d'un patrimoine géologique exceptionnel du point de vue scientifique, esthétique ou éducatif serait alors indispensable pour faire partie du réseau des Geoparks. Outre la géologie, cette institution dynamique peut aussi inclure un intérêt archéologique, écologique ou culturel, et doit absolument s'inscrire dans une stratégie de développement économique durable. C'est ainsi que des villages et des oasis pourraient s'afficher comme sites patrimoniaux selon des scénarios différents, et plus encore, en tant que lieux de patrimoine et de tourisme (Di Méo, 2007).

Ce projet constitue donc l'occasion d'une forte prise de conscience patrimoniale liée à l'activité touristique. Et l'adhésion des deux provinces au Geopark infléchit sa trajectoire touristique et patrimoniale, permettant de discerner l'évolution dans les dynamiques de patrimonialisation vers une meilleure articulation des valeurs patrimoniales et de l'attractivité touristique.

3.1. L'identification de la ressource patrimoniale

La région sud du Sahara fait l'objet d'un programme intensif intitulé "Atlas du patrimoine culturel et naturel de la province d'Aousserd. Il s'assigne essentiellement l'élaboration et la publication d'un document de base rassemblant, d'une manière suffisamment illustrée, les potentialités culturelles, archéologiques et naturelles de la région relevant du territoire de la Province d'Aousserd. Il s'agira plus spécifiquement des potentialités patrimoniales en termes de gravures et de peintures rupestres, de monuments funéraires, de sites préhistoriques et de patrimoine naturel. Ce projet a été vivement recommandé par M. le Gouverneur de la Province d'Aousserd à la suite d'une mission effectuée conjointement par l'Association Marocaine d'Art Rupestre (AMAR) et l'Association Nature-Initiative au cours de la première semaine du mois de décembre 2013. Les chercheurs ayant participé à cette

mission ont immédiatement relevé la richesse extraordinaire de cette partie de l'extrême sud marocain en matière d'archéologie et de patrimoine culturel, encore quasiment inconnu et inédit.

Les recherches archéologiques dans le Sahara sont très rares et même celles déjà effectuées sont très anciennes. Les prospections menées récemment dans la région d'Aousserd et dans l'Adrar, à l'initiation de la Province d'Aousserd, ont montré le grand potentiel archéologique et patrimonial de la région. L'état de conservation des gravures rupestres, des monuments funéraires et même des sites de surfaces de plus en plus pillés nous incite en toute urgence à préparer un inventaire général des sites archéologiques de cette partie du Sahara. Vu l'aire géographique extrêmement grande, le projet débutera, dans un premier temps, par l'élaboration d'un atlas archéologique de la région d'Aousserd où une concentration impressionnante de monuments funéraires, de gravures rupestres et des sites préhistoriques de surface a été mise en évidence. Par la suite, le projet pourra être élargi dans le futur pour englober également tout l'Adrar et le littoral atlantique.

La région d'Oued Eddahab-Lagouira et plus particulièrement la province d'Aousserd constitue en effet un important foyer archéologique du Sud marocain. C'est une région qui a déjà livré, selon des prospections assez anciennes, un certain nombre de sites rupestres, dont des abris de peintures pariétales.

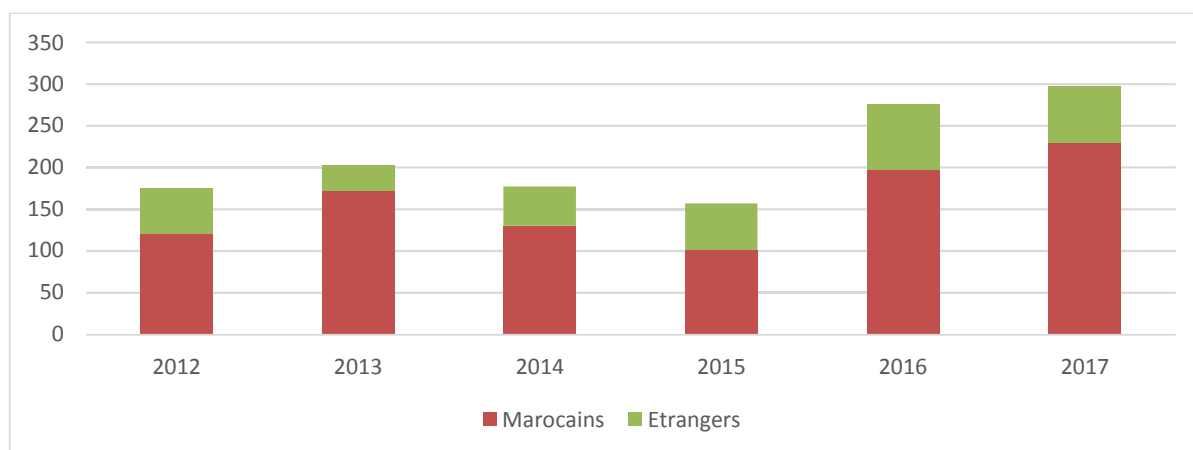
Outre l'intérêt scientifique en matière de recherches archéologiques permettant d'élucider un certain nombre de problématiques, ces atouts culturels et patrimoniaux, au sens large, constituent une aubaine, une occasion extrêmement prometteuse de relancer un tourisme culturel qui serait bien plus bénéfique pour l'ensemble de la région. La mise en valeur adéquate de ces différents sites rupestres et monuments funéraires, ainsi que la mise en place d'un circuit touristique contrôlé, sont des facteurs susceptibles de contribuer au développement durable local. L'insertion de la composante culturelle et patrimoniale, notamment dans les plans de développement communaux, est certainement en mesure d'apporter une valeur ajoutée aux ressources économiques de la région.

3.2. Interaction du tourisme / patrimoine dans les provinces du sud

Des relations anciennes se sont nouées autour des vestiges archéologiques. Elles sont tellement complexes qu'entreprendre l'activité touristique dans une région suscite beaucoup d'efforts pour la protection du patrimoine. Les sites rupestres d'Es-smara ont été les premiers sites pour lesquels est attesté le souci de la préservation de l'héritage archéologique autour duquel s'organise une grande partie de l'activité touristique.

Dès 2010, l'association Mirane à Es-smara a pris la charge de gérer la conservation du site de l'Asli Boukerch, à la suite d'un accord entre l'association et la direction du patrimoine culturel. Ce cas extrêmement rare au Maroc a permis pour la première fois de garantir la gestion de l'activité touristique et la protection des dalles gravées du site même. Par rapport à tous les autres vestiges archéologiques de la province, les gravures rupestres sont celles qui se prêtent le mieux à un contrôle efficace de l'accès, grâce à l'activisme des membres de l'association, et cette caractéristique a permis d'organiser précocement l'activité touristique et la protection des sites dans cet objectif précis. Ainsi, Mirane a pu inscrire neuf sites rupestres sur la liste du patrimoine national entre 2010 et 2017.

Le flux touristique est en hausse depuis 2012, aussi bien les nationaux que les étrangers. Le comportement des touristes est très variable d'un groupe à un autre. On trouve d'ailleurs différents types de comportements liés à certaines formes de tourisme. Toutefois, la tendance actuelle du tourisme va vers une expérience où le divertissement est très apparent.



Graphique 1. Activité touristique à l'Asli Boukerch. **Source:** Association Mirane

Le plan d'action qui vise le ravivement de l'offre touristique, notamment à caractère archéologique, doit prendre en compte plusieurs facteurs qui nécessitent un vrai consensus. D'abord, le rôle incontournable de la population locale qui paraît très dynamique dans les régions sahariennes et se fait à travers des associations (dont l'association Mirane et Nature initiative).

De façon générale, le couple tourisme et patrimoine a perduré jusqu'à aujourd'hui dans une interaction assez originale. Car paradoxalement, aucun texte réglementaire n'organise le tourisme rupestre, ni même l'aménagement des sites qui doivent satisfaire aux normes de sécurité des lieux recevant du public.



Figure 3: Activité didactique à l'Asli Boukerch. **Source:** Association Mirane

3.3. Le Geopark comme une solution de valorisation dans le Pré-Sahara

À la suite de ces différentes constatations, comment faire en sorte que la société fasse bon usage du patrimoine? Les mesures de protection, seules, ne suffisent pas à établir une reconnaissance scientifique auprès de la société. En effet, un nombre important d'éléments patrimoniaux sont déjà connus du grand public, alors que leur valeur scientifique est rarement reconnue. Par exemple, les gravures font partie des sites particulièrement visités, car leur caractère exceptionnel attire les touristes, mais combien de personnes savent expliquer leur genèse? Pour répondre à de tels manques de reconnaissance scientifique, de nouvelles pratiques touristiques se sont développées depuis le début du 21^e siècle avec l'émergence des géoparcs. Cette diversification de l'offre touristique vers le géotourisme répond à une demande de la société. Ainsi, l'archéotourisme et le géotourisme font suite à une démarche de valorisation des patrimoines, dont le géoparc est une forme particulière.

Le Géopark du jbel Bani est défini comme un territoire doté d'un certain nombre de sites marqués par un héritage géologique particulier - géosites -, d'une stratégie de développement économique durable soutenue par un programme pour la promotion de celui-ci, et sert de support pour l'éducation à l'environnement. Le développement économique du territoire se réalise par le renforcement de l'image des géosites et le développement du tourisme vert.

En ce sens, un géoparc contribue à une patrimonialisation d'un vaste territoire dont le but est la reconnaissance tout d'abord par la population locale, et dans un deuxième temps, par les touristes. La valorisation d'un ou plusieurs sites auprès de la société permet une sensibilisation éducative aux thématiques de l'environnement, et donc, une protection de ces sites. Ainsi, le point central du géotourisme relève d'un effort de mise en place d'une médiation scientifique accessible à tous de la part des acteurs de celui-ci dont la principale tâche est la transmission et la communication des connaissances scientifiques à un large public. Or, une sensibilisation éducative se réalise pleinement lorsque la société acquiert un regard patrimonial où s'identifie à un patrimoine, résultat de la patrimonialisation.

Il est certain que les acteurs sont les moteurs de la patrimonialisation de l'art rupestre (et aussi des autres formes du patrimoine) dans le territoire du Geopark. Mais la patrimonialisation n'aura aucun intérêt sans l'adhésion de la population locale à chaque étape du processus, puisqu'elle a pour aboutissement le rassemblement de la population locale autour des valeurs qui caractérisent ce patrimoine. La différence entre les acteurs et la société locale est utilisée dans le but de montrer les relations qu'ils entretiennent dans le processus de patrimonialisation. D'abord les membres de la sphère scientifique appartenant au domaine de l'archéologie, la géologie et le patrimoine qui sont à l'origine de la prise de conscience de l'importance de la conservation des éléments du patrimoine.

Ces acteurs sont souvent appuyés par l'état dont la principale tâche est de mettre à profit le patrimoine et d'installer les mesures de protection adéquates. De plus en plus, le cahier des charges de ces pouvoirs publics s'élargit vers la mise en place d'une sensibilisation auprès de la population locale. Cette dernière représente le second groupe dont le patrimoine est ancré comme il l'est au territoire; cette situation s'applique aussi au large public extérieur au territoire, mais intéressé par son patrimoine. La place qu'occupe ce groupe dans un processus de patrimonialisation est double, d'une part car le public est l'unique usager du patrimoine, et d'autre part, car il peut intervenir dans les différentes étapes de ce processus. L'unique usager est alors toute personne en quête de découverte d'un patrimoine, telle que le touriste ou l'excursionniste, et l'intervenant, toute personne interne au territoire se sentant concernée par une démarche de valorisation, telle que la population locale.

4. Conclusion

La valorisation de l'art rupestre consiste à attribuer aux figures gravées diverses valeurs, dont l'importance caractérise le rapport qu'entretient la société avec ce dernier et les considérations qu'elle lui porte. Nous avons exposé les types de protection qui existent au Maroc, et il convient de traiter de la question de la protection des sites, en regard de son influence sur leur exploitation.

Toute mesure de protection résulte de l'évaluation ou du moins, de la reconnaissance de la valeur archéologique, écologique et sociale d'un objet, qu'il convient dès lors de préserver. Par rapport à l'ensemble des sites rupestres du Sud marocain, on note la présence d'un gardien à Essmara et une « conservation » à Asli Boukerch. Dans d'autres régions, outre le gardiennage, les principales mesures consistent en l'installation, à l'entrée de quelques sites, de panneaux signalétiques contenant un extrait de la loi 22-80.

Ces mesures, malgré leur modestie, sont des impulsions d'ordre patrimonial et social liées à l'activisme de certains acteurs. Toutefois, quel que soit le type de protection, leur force ne restreint jamais l'utilisation des sites, si l'on tient compte des objectifs d'exploitation que se sont fixés les personnes en les mettant à contribution d'un point de vue touristique. Ce constat est valable autant pour les sites protégés juridiquement.

Il existe un consensus général sur l'importance de l'art rupestre dans l'ensemble de l'Afrique du Nord, qui, dans certains cas, a été inclus dans le patrimoine mondial de l'UNESCO. Cependant, selon certains auteurs (Keenan, 2005), les recherches archéologiques sur les sociétés passées en Afrique du Nord semblent avoir été peu influencées par les pratiques de recherche actuelles sur l'art rupestre, en particulier au Sahara, qui n'a pratiquement rien apporté à la connaissance de l'art rupestre. Pourtant, cette affirmation forte semble être remise en question par la quantité, la richesse et la diversité des contributions à la recherche sur l'art rupestre dans ce domaine (Di Lernia, 2015). En effet, la recherche archéologique dans les marges du Sahara a permis le renouvellement du corpus rupestre et contribue à la définition des séquences chronologiques de l'art rupestre dans une région jusque-là très peu explorée. Malgré cette dynamique, rares sont les auteurs qui publient des corpus détaillés des sites qu'ils ont étudiés ou visités. Les perceptions de la faible pertinence des contributions de l'Afrique du Nord à la recherche mondiale sur l'art rupestre sont principalement dues aux difficultés d'accès aux sources littéraires qui sont dispersées dans une myriade de journaux et de sites Web (Le Quellec, 2007).

NOTES

Entrevue avec Jean Loïc Le Quellec dans le magazine Terre Sauvage, N° 92, octobre 2006. [En ligne sur]. http://www.rupestre.on-rev.com/page2/page7/assets/TS_221.pdf

Statistiques de l'Observatoire du Tourisme. [En ligne sur]. <http://www.observatoiredu tourisme.ma>

Breton, Jean-Marie. Patrimoine culturel et tourisme alternatif. *Europe-Afrique-Caraïbe-Amériques*, Karthala-Crejeta, Paris, 2009.

Détails du projet accessibles [En ligne sur]: <http://www.centerofportugal.com/fr/parc-archeologique-de-la-vallee-du-coa/> et <http://whc.unesco.org/fr/list/866>

Graff, Simenel, Bailly (2016). La longue durée de l'Art rupestre au Sahara, questions et enjeux: l'exemple d'Azrou Klane (Sud Maroc, région de Guelmin), Chron. Préhéd.

Asmahari, M. (2014). Maison du patrimoine à Icht: une initiative locale pour la préservation du patrimoine rupestre dans les provinces du Sud.

BIBLIOGRAPHIE

Arib, Fatima (2005). Le tourisme: atout durable du développement au Maroc? In revue Téoros, n° 24-1, p. 37-41.

Cayla, Nathalie (2009). Le Patrimoine géologique de l'arc alpin: de la médiation scientifique à la valorisation géotouristique. Thèse de doctorat de Sciences de la Terre, de l'Univers et de l'Environnement, Université de Savoie, Le Bourget du Lac, France.

Deacon, Janette (2006). Rock art conservation and tourism. In *Journal of Archaeological Method and Theory*, Vol. 13, n° 4, p. 376-396.

Dhafer, Najem (2012). Les Ambivalences de la mise en tourisme du patrimoine. Le cas du centre ancien de Tozeur (Tunisie). *Mondes du tourisme*, n° 6, p. 23-33.

Di Lernia, Savino (2017). The Archaeology of rock art in Northern Africa. *The Oxford handbook of the archaeology and anthropology of rock art*, p. 1-35.

Di Méo, Guy (2007). Processus de patrimonialisation et construction des territoires In *Colloque Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes: connaître pour valoriser*, Geste éditions, p. 87-109.

Dunning, Cynthia et Willems, Annemarie (2013). Archaeo Tourism: Archäologie und Tourismus in der Schweiz Archéologie et Tourisme en Suisse, Bienne, ArchaeoTourism. ISBN 9783906124070.

Ferrier Catherine; Debard Évelyne; Kervazo Bertrand, Aujoulat†; Norbert, Baffier Dominique; Denis, Alain; Feruglio, Valérie; Fritz, Carole; Gély, Bernard; Geneste, Jean Michel; Konik, Stéphane; Lacanette, Delphine; Lastennet, Roland; Maksud, Frédéric; Malaurent, Philippe; Plassard, Frédéric; Tosello, Gilles (2011). Approche taphonomique des parois des grottes ornées. In *L'art pléistocène dans le monde / Pleistocene art of the world / Arte pleistoceno en el mundo*, Actes du Congrès IFRAO, Tarascon-sur-Ariège, septembre 2010, Symposium Datation et taphonomie de l'art pléistocène. N° spécial de Préhistoire, Art et Sociétés, Bulletin de la Société Préhistorique Ariège-Pyrénées, LXV-LXVI, 2010-, CD: p. 1071-1093.

Gauchon, Christophe (2010). Tourisme et patrimoines: un creuset pour les territoires?, Dossier d'Habilitation à Diriger des Recherches (HDR) en Géographie. Université de Savoie. Le Bourget du Lac. France.

Houillon, Nicolas - *La dynamique du carbone inorganique dans le continuum sol-épikarst-cavité du site de la Grotte de Lascaux (Dordogne, France): apports des monitorings hydrogéochimique et microclimatique continus pour l'étude de l'aéologie et le développement d'une méthode de simulation des processus calco-carboniques aux parois*, 2016. Thèse de doctorat, Université de Bordeaux, France.

ICOMOS - Charte internationale du tourisme culturel, 1999.

ICOMOS - Charte pour la conservation de lieux et de biens patrimoniaux de valeur culturelle, 3ème modification. ed. Burra, 1999.

Kaesler, Marc Antoine (2013). L'archéologie en Suisse: Quelques lignes directrices à l'attention des spécialistes du tourisme/Die Archäologie in der Schweiz: Ein paar Richtlinien für Touristiker. In *Archäologie und Tourismus in der Schweiz/Archéologie et Tourisme en Suisse*, Bienne, ArchaeoTourism. ISBN 9783906124070.

Kagermeier, Andreas (2014). Le concept du patrimoine et les conséquences de sa valorisation pour le tourisme. In *Patrimoine et Tourisme Culturel Au Maroc. Actes Du 9^{ème} Colloque Maroc-Allemand de Meknès*, p. 13-20.

Le Quellec, Jean Loïc (2007). Alors, quoi de neuf depuis l'an 2000? *Les Cahiers de l'AARS*, p. 157-181.

Mckercher, Bob et Du Cros, Hilary (2002). Cultural tourism: The partnership between tourism and cultural heritage management, Routledge.

Minvielle, Jean-Paul et Minvielle, Nicolas (2010). Le tourisme au Sahara: pratiques et responsabilités des acteurs, *Management Avenir*, n° 3, p. 187-203.

Salin, Elodie (2007). Les paysages culturels entre tourisme, valorisation patrimoniale et émergence de nouveaux territoires. La Quebrada de Humahuaca (Nord-Ouest argentin). Cahiers des Amériques latines, n° 54-55, p. 121-136.

Vernières, Michel (2015). Le patrimoine: une ressource pour le développement. Techniques Financières et Développement, n° 1, p. 7-20.

DOCUMENTS ÉLECTRONIQUES

Graff, Gwenola; Simenel, Romain et Bailly, Maxence (2016). La longue durée de l'Art rupestre au Sahara, questions et enjeux: l'exemple d'Azrou Klane (Sud Maroc, région de Guelmin), Préhistoires Méditerranéennes, Les Chroniques de PréhMed. [Mis en ligne le 1er septembre 2016]. [www :<URL https://pm.hypotheses.org/414 >](https://pm.hypotheses.org/414).

**LE SYSTÈME OASIEN
DE LA PALMERAIE DE MARRAKECH:
RICHESSSES ET VALORISATION D'UN PATRIMOINE CULTUREL**

**THE OASIAN SYSTEM OF MARRAKECH PALM GROVE: WEALTHS
AND VALORIZATION OF A CULTURAL HERITAGE**

Hicham Saddou

FLSH Marrakech. Université Cadi Ayyad

hsaddou@gmail.com

Le système oasien de la Palmeraie de Marrakech: Richesses et valorisation d'un patrimoine culturel

Hicham Saddou

Historial do artigo:

Recebido a 30 de março de 2019

Revisto a 12 de junho de 2019

Aceite a 30 de junho de 2019

RÉSUMÉ

La palmeraie de Marrakech, l'unique oasis au Nord des montagnes du Haut Atlas, est une création du Xe siècle. Elle traduit un savoir-faire millénaire de création d'oasis. Les techniques de plantation de palmiers permettent de limiter l'évaporation, de protéger les plantations du vent et de l'ensoleillement fort. Son irrigation est rendue possible grâce à un système ingénier de drainage d'eau souterraine depuis les montagnes voisines. Sa fonction nourricière fut nécessaire au développement d'une agriculture locale et à l'installation de la capitale d'un empire.

Cet article revient sur le fonctionnement de la palmeraie, et particulièrement du système d'irrigation et de stratification. Il présente ensuite un inventaire non exhaustif des spécificités et des potentialités patrimoniales du site. L'article se termine sur les caractéristiques et les qualifications du paysage culturel de la palmeraie de Marrakech.

Mots clés: Palmeraie; Système Oasien; Patrimoine; Paysage Culturel.

RESUMO

O palmeiral de Marrakech, o único oásis ao norte das montanhas do Alto Atlas, é uma criação do século X. Reflete um antigo know-how de criação de oásis. As técnicas de plantação de palmeiras ajudam a limitar a evaporação, proteger as plantações do vento e da luz do sol forte. Sua irrigação é possível graças a um sistema engenheiro de drenagem de águas subterrâneas das montanhas vizinhas. Sua função nutridora era necessária para o desenvolvimento da agricultura local e o estabelecimento da capital de um império. Este artigo analisa o funcionamento do palmeiral, particularmente o sistema de irrigação e estratificação. Em seguida, apresenta um inventário não exaustivo das especificidades e potencial patrimonial do site. O artigo termina com as características e qualificações da paisagem cultural do palmeiral de Marrakech.

Palavras-Chave: Palmeiral; Sistema de Oásis; Património; Paisagem Cultural

ABSTRACT

The palm grove of Marrakech, the only oasis north of the High Atlas Mountains, is a creation of the tenth century. It reflects an age-old know-how of oasis creation. Palm plantation techniques help to limit evaporation, protect plantations from wind and strong sunshine. Its irrigation is made possible thanks to an engineer system of underground water drainage from the neighboring mountains. His nurturing function was necessary for the development of local agriculture and the establishment of the capital of an empire. This article reviews the operation of the palm grove, particularly the irrigation and stratification system. It then presents a non-exhaustive inventory of the specificities and heritage potential of the site. The article ends on the characteristics and qualifications of the cultural landscape of the palm grove of Marrakech.

Key-words: Palm Grove; Oasis System; Heritage; Cultural Landscape

1. Introduction

La palmeraie est un espace irrigué fortement anthropisé qui supporte une agriculture classiquement intensive et en polyculture. Son écosystème cumule une biodiversité élevée et d'intenses pressions sur ses ressources naturelles. Située généralement dans des zones arides, la palmeraie ou verger phoenicicole traduit l'ingéniosité d'un biotope très particulier composé de trois strates.

Ce système de stratification forme une protection contre la dureté et l'austérité des conditions climatiques. Dans ce système, le palmier dattier *Phoenix dactylifera* occupe la place la plus importante et représente la strate arborescente. Le second niveau est appelé « la strate arborée ». Elle est composée d'arbres comme le figuier, grenadier, citronnier, oranger, vigne, mûrier, abricotier, acacias, tamarix...et d'arbustes comme le rosier. Enfin la strate herbacée constituée par les cultures maraîchères, fourragères, céréalières, condimentaires...etc.

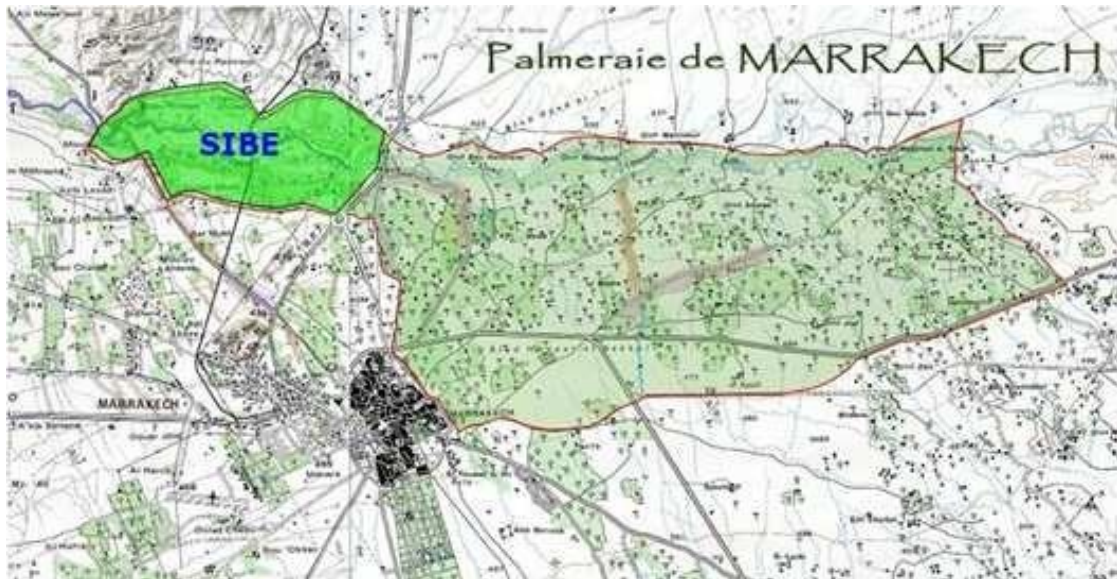
Ces différentes strates formant un milieu biologique que nous pourrions appeler milieu agricole. Vue sous cet angle, la palmeraie peut être une succession de jardins aussi différents les uns des autres du point de vue architecture, composition faunistique, floristique, âge, conduit, entretien, condition microclimatique...et qui forment un ensemble assez vaste qui nous rappelle l'aspect d'une forêt.

Combinés avec l'un des systèmes d'irrigation les plus savants de l'histoire de l'humanité (Khettaras), les jardins de la Palmeraie de Marrakech constituent un paysage culturel par excellence.

1. La palmeraie de MarraKech: Identification

1.1. Situation géographique

La palmeraie de Marrakech est située dans la région du Haouz au alentour de la ville de Marrakech. Elle occupe une plaine à sol plus ou moins profond, facilement drainable ayant une texture à dominante limono-argileuse à forte teneur en calcaire. Elle s'étend sur une superficie de 3000 ha, sur la partie Est de la Médina. Elle est délimitée au Nord par l'Oued Tensift, au Sud par la TN 8, à l'est par l'Oued *Taroumit* et à l'Ouest par Oued Issil.



Carte 1. Situation géographique de la Palmeraie de Marrakech. **Source:** site du Ministère de l'Urbanisme et de l'Aménagement du territoire

1.2. Histoire

Marrakech est la cité-jardin par excellence. Elle a gardé depuis le règne almohade d'importants jardins intra-muros et extra-muros. L'Aguedal, avec ses 440 hectares, reste le témoin le plus imposant des jardins extra-muros appelés aussi jardins périurbains. C'est un modèle de verger où l'on a savamment marié la production de fruits aux promenades fleuries, agrémentées de pavillons de repos. Ces grands bassins de retenue pour les eaux d'irrigation, étaient destinés également à la villégiature et à la détente: «(...) le sultan et sa cour y faisaient des promenades en barques, il y organisait des réceptions et des fêtes (...)» (1) (Wilbaux, 2001).

Face à ce vaste jardin «impérial», se dressait un autre espace vert. S'étalant sur tout l'espace qui sépare la ville et l'oued Tensift où se développait toute la zone des jardins privés, regroupés dans ce qui est appelé aujourd'hui la Palmeraie. Ces jardins étaient divisés en lots plus ou moins grands. Ces propriétés, appelées Jnanat, étaient souvent agrémentées de 'maisons de compagne' qui permettaient aux propriétaires habitant la ville, de venir se détendre en compagnie choisie. Ces plantations extérieures gardaient la structure géométrique des vergers dont ils utilisaient le cadre et les bassins, en les agrémentant.

Le voyageur français Jean Mocquet décrit ces jardins extérieurs de Marrakech tels qu'il les a vus au début du XVII^e siècle:

«Hors la ville [de Marrakech], aux environs, par la compagne, il y a grand nombre de jardins et vergers à toutes sortes de fruits et vignes, avec des eaux et une petite habitation pour s'y aller récréer; ils tiennent là quelques esclaves à travailler. Il n'y a point d'arbres en la compagne, sinon quelques palmiers. Tous les arbres sont en jardins qui sont comme vergers» (2).

1.3. Statut juridique du système foncier de la Palmeraie

La structure foncière de la palmeraie est complexe. Ses terres disposent de divers statuts. Elles sont réparties comme suit:

1.3.1. Les terrains privés détiennent 48 % de la Palmeraie. Répartie entre résidences ou parcelles à usage économique (agriculture, spéculation foncière...);

1.3.2. Les terrains et les biens *habous* appartenant au ministère des affaires islamiques sont estimés à 27 %;

1.3.3. Le domaine privé de l'État représente 25 % de la superficie totale de la Palmeraie. (3)

L'une des difficultés de la gestion de cet espace de la palmeraie aujourd'hui réside dans la complexité et l'incompatibilité de ses formes de propriétés (Boujrouf, 1996).

2. Potentiel patrimonial de la palmeraie de Marrakech

Une oasis, et spécifiquement celle de Marrakech construit sur un équilibre subtil, constitue de par son interaction étroite entre les actions humaines et la nature, un exemple typique de paysage culturel. Établie au sein d'une nature hostile, elle ne peut exister et persister que si ses différentes composantes sont maintenues en équilibre. Certaines de ses composantes constituent ou incluent des éléments patrimoniaux matériels et immatériels clés. La dégradation de l'un de ces éléments peut entraîner un déséquilibre, voire une disparition de ce qui constitue le paysage culturel.

Pour identifier et apprécier le potentiel patrimonial dont dispose notre zone d'étude, nous avons procédé à l'inventaire de ses ressources. Cet inventaire est le fruit d'un travail de terrain comportant plusieurs actions (recherche bibliographique, visites des sites, observation, description et entretiens avec les acteurs locaux).

2.1. Inventaire du potentiel touristique et patrimonial

Lors de notre inventaire du potentiel touristique de la Palmeraie de Marrakech, nous avons jugé pertinent d'adopter la méthodologie de Pierre Defert (1972) pour répertorier les ressources inventoriées et en avoir une vue d'ensemble. Le choix de cette méthodologie s'explique par l'hétérogénéité des éléments et ressources identifiés. Cette méthodologie distribue les ressources touristiques suivant quatre grands ensembles qui leur servent de cadre général. Il s'agit de:

2.1.1. L'Hydrome qui renvoie à l'élément de l'eau sous toutes ses formes, tous ses aspects, toutes ses étendues, y compris la neige et la glace, les eaux minérales et thermales.

2.1.2. Le Phytôme renvoyant à l'élément terrestre nu ou recouvert d'une surface végétale. Il comprend tout élément naturel présentant un coefficient attractif, aménagé ou non par l'homme.

2.1.3. Le Lithome qui désigne tout élément construit par l'homme, intéressant par sa nature ou sa destination. La nomenclature de cet ensemble va du monument des civilisations disparues jusqu'au simple habitat humain privé.

2.1.4. L'Anthropôme qui représente toute activité de l'homme, réelle et observable, commentée ou non, indépendamment de son support, capable d'attirer le touriste. Une classification typologique de cet ensemble pourrait discerner: les activités anciennes et menacées de disparition (agriculture, folklore, artisanat, fêtes, musique...) et les activités modernes faisant preuve de novation (visites d'usines, d'industrie de pointe, de centres de recherche...).

Cette méthodologie offre un cadre dans lequel on peut replacer pratiquement toutes les ressources touristiques, c'est-à-dire tous les éléments susceptibles de déplacer aujourd'hui un touriste.

Cette méthodologie a, en outre, le mérite de mettre en valeur les liaisons qui peuvent exister entre les ressources et les activités qui se trouvent ainsi intégrées en faisant une nette distinction entre les deux concepts (la neige est une ressource, le ski est l'activité qui en dérive).

Il s'agit ici de dresser un panorama satisfaisant des ressources patrimoniales que recèle notre zone d'étude. Ces ressources peuvent être réelles ou potentielles, selon qu'elles existent ou en sont encore à un état touristique latent.

2.1.1.1. L'hydrôme:

Dans cette catégorie, l'on trouve le marais d'El Oulja. Ce site encore préservé de l'urbanisation parce que marécageux, est classé comme Site d'Intérêt Biologique et Écologique (SIBE). Il constitue une vraie réserve naturelle de 250 hectares, abritant et protégeant la riche flore et faune qui y vit. Le classement en SIBE permet de préserver, ne serait-ce que partiellement, ce site remarquable, sans équivalent aujourd'hui, et complètement naturel. Ci-après quelques informations concernant ce marais:

2.1.1.2. Statut actuel

- a) Système foncier: Domaine forestier délimité et terrain privé (pour 60 %);
- b) Usages: parcours - cultures irriguées.

2.1.1.3. Bioclimats et milieu physique

- a) Caractéristiques bioclimatiques: Thermoméditerranéen aride tempéré;
- b) Caractéristiques physiques: Plaine du Haouz avec marais au sein de la palmeraie sur l'oued Tensift.

2.1.1.4. Qualités bioécologiques

- a) Flore et végétation:

Végétation aquatique composée par les espèces suivantes.

Tamarix gallica
Ranunculus muricatus
Phragmites communis
Carex distans
Salicornia arabica
Atriplex halimus
Juncus acutus
Suaeda fruticosa
Taraxacum gaetulum
Imperata cylindrica
Apium graveolens
Atriplex colorei
Cynodon dactylon

Framkenia corymbosa
Plantago coronopus
Limonium delicatulum
Tetragonolobus siliquosus
Scirpus lacustris
Carex divisa
Typha angustifolia
Cyperus distachyus
Phoenix dactylifera
Cyperus longus
Limonium ornatum
Heliosciadium nodiflorum

i) Faune et population animales:

14 espèces de mammifères ont été rencontrées dans les limites du site considéré et 5 dans ses environs immédiats; soit un total de 19 espèces connues pour l'ensemble de la région.

3 espèces intéressantes, endémiques ou rares ou menacées y sont présentes: Musaraigne musette (*Crocidura russula yebalensis*), genette (*Genetta genetta*) et Mangouste ichneumon, Herpestes ichneumon.

49 espèces d'oiseaux nichent dans les limites strictes du site considéré et 15 ont été rencontrées dans ses environs immédiats; soit un total de 64 espèces connues pour l'ensemble de la région; alors que 2 espèces susceptibles de nicher dans la région sont à rechercher. Ce site est d'un très grand intérêt ornithologique et à bien des égards unique. Il a été particulièrement bien prospecté sur le plan de son avifaune.

4 espèces intéressantes, endémiques, rares ou menacées y sont présentes:

Héron pourpré,

Ardea purpurea,

Reproduction possible (1 ou 2 couples) mais non prouvée.

Héron crabier,

Ardeola ralloides.

Reproduction possible de 1 ou 2 couples.

Ibis falcinelle,

Plegadis falcinellus. Forts indices de reproduction en 1982 (adulte transportant une brindille).

Cigogne blanche,

Ciconia ciconia. Au moins 11 nids dans le marais.

Sarcelle marbrée,

Marmaronetta angustirostris. Un couple probablement nicheur en 1982 et 1983.

Elanion blanc,

Elanus caeruleus. 2 à 4 couples nicheurs dans la palmeraie dont au moins 2 dans le marais de 1981 à 1985 (nids sur des touffes de palmier).

Faucon pèlerin,

Falco peregrinus.

Râle d'eau,

Rallus aquaticus. Forte densité (30 à 40 couples dans le marais).

Marouette de Baillon,

Porzana pusilla. Reproduction possible.

Echasse blanche,

Himantopus himantopus, Un couple reproducteur de 1980 à 1982.

Rollier d'Europe,

Coracias garrulus. Abondant, jusqu'à 8-10 couples pour 10 hectares.

Pic vert de Levillant,

Picus vaillantii. Présence exceptionnelle cf Barreau & Rocher 1992.

Locustelle lusciniode,

Locustella luscinioides. Une des rares stations de reproduction de l'espèce au Maroc.

Merle noir,

Turdus merula mauritanicus.

ii) 24 espèces de reptiles ont été signalées dans les limites du site considéré et 4 dans ses environs immédiats; soit un total de 28 espèces pour l'ensemble de la région. Par ailleurs 5 espèces dont la présence est possible sur le site sont à rechercher.

Cette évaluation est cependant à examiner avec prudence car le SIBE lui-même reste insuffisamment prospecté.

16 espèces intéressantes, endémiques, rares ou menacées y sont sans doute présentes:

iv.) Ecosystèmes et milieux:

milieu unique et particulièrement "sauvage" sur une surface très réduite végétation de marais originale au sein de la palmeraie et cortège faunistique très remarquable (unique pour la région) dynamisme et richesse de l'écosystème.

v.) Mode de gestion actuel**Usages et ressources:**

- cultures diverses en irrigué (+ de 300 ha);
- parcours pour + 1000 têtes (75 % ovins);
- coupes de bois et prélèvement pour bois de feu.

Systèmes d'exploitation: cultures et parcours

Systèmes de protection: réserve permanente de chasse

Dysfonctionnements et menaces

Concernant les dysfonctionnements actuels, l'on signale une forte pression anthropique tout autour avec surexploitation de la ressource végétale. Pour *les menaces actuelles et prévisibles l'ont remarque un* risque évident d'extension des systèmes cultivés au détriment du milieu naturel ainsi qu'un assèchement progressif du marais.

c) Le Phytôme

Dans cette rubrique, on trouve les éléments suivants: la flore, la faune et le climat.

i) La flore:

Les cultures étaient organisées en trois strates, la première, constituée des palmiers, ombrageait les plus petits arbres fruitiers : citronniers, orangers, figuiers, oliviers, etc. ces petits arbres fruitiers servaient eux-mêmes à protéger les cultures plus basses de tomates, piments, carottes, blé, orge, luzerne, henné, maïs, etc. chacune des strates créait donc un microclimat favorable à la culture de l'autre. Au sein de cette organisation, le palmier diminuait les effets asséchant du soleil et du vent.

Sans occuper de façon régulière toute la superficie cultivée, le palmier était plutôt régi par le paysan qui le conservait ici et là pour favoriser l'ombrage en des endroits particuliers.

Discoglosse peint,

Discoglossus pictus scovazzi,

Crapaud de Brongersma,

Bufo brongersmai,

Tortue mauresque,

Testudo graeca,

Saurodactyle de Brosset,

Saurodactylus mauritanicus brosseti,

Caméléon vulgaire,

Chamaeleo chamaeleon,

Lézard ocellé d'Afrique du Nord,

Lacerta pater tangitana,

Erémias de Simon,

Mesalina olivieri simoni,

Acanthodactyle de l'Atlas,

Acanthodactylus erythrurus atlanticus

Seps de Manuel,

Chalcides manuli,

Seps à écailles nombreuses,

Chalcides polylepis,

Seps mionecton,

Chalcides mionecton mionecton,

Seps strié du Maroc,

Chalcides pseudostriatus,

Orvet du Maroc,

Ophisaurus koellikeri,

Amphisbène de Mettetal,

Blanus mettetal,

Trogonophis mauve,

Trogonophis wiegmanni elegans,

Couleuvre à capuchon,

Macroprotodon cucullatus brevis

Sans occuper de façon régulière toute la superficie cultivée, le palmier était plutôt régi par le paysan qui le conservait ici et là pour favoriser l'ombrage en des endroits particuliers.



Photographie 1. Le jardin étagé à trois strates dans la Palmeraie de Marrakech. **Source:** SADDOU, 2014.

Tout en gardant cette logique d'organisation verticale, chaque jardin a sa conception. Si le palmier occupe toujours une place centrale, les cultures qui y sont associées et l'organisation du jardin ne sont pas forcément identiques. Certains jardins possèdent des cultures maraîchères, d'autres sont uniquement dévolus aux cultures fourragères destinées au bétail. Les arbres fruitiers ne sont pas toujours présents. Ils sont parfois remplacés par des palmiers plantés au centre du terrain.

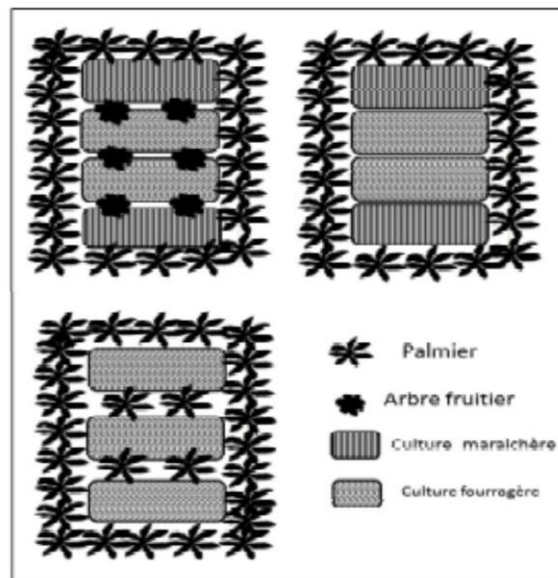


Figure 1. Organisation des plantations au sein de la palmeraie. **Source:** Gwenaëlle JANTY «Les enjeux de la préservation et du développement d'un paysage culturel».

Outre le palmier, les arbres fruitiers présents dans la palmeraie sont pour l'essentiel des espèces méditerranéennes, comme le grenadier, l'olivier, le figuier ainsi que des espèces introduites plus récemment et moins fréquentes: abricotier, prunier ou poirier.

L'étage inférieur est souvent dominé par les cultures fourragères dont principalement la luzerne. Les cultures maraîchères sont constituées de tomates, oignons, blettes, cardons (*Cynara cardunculus*), piments... Les cultures céréalières destinées à la consommation sont essentiellement le blé et l'orge.

ii) La faune

La faune de la palmeraie est très diversifiée. Les études menées dans le site ont pu énumérer:

- 19 espèces de mammifères;
- 64 espèces d'oiseaux qui nichent dans la zone;
- 28 espèces de reptiles (voir l'inventaire du marais d'El Oulja).

Cette diversité faunistique reste menacée par la destruction des habitats, le dérangement et la prédation.

iii) Le climat

Grâce à ce système ingénieux de stratification, un microclimat existe ainsi au sein de la palmeraie, créé par la densité de la végétation qui intercepte les rayons solaires et protège du vent. Toutefois, cet ombrage concerne plutôt quelques endroits où la densité des palmiers est encore plus ou moins importante, ce qui rend les déplacements (à pied ou vélo) moins pénibles. L'ambiance climatique à l'intérieur d'une telle palmeraie et le long de son réseau viaire est donc plus fraîche qu'aux alentours, c'est « *l'effet oasis* ». Cela permet de cultiver des plantes supportant moins bien la dessiccation liée à l'ensoleillement direct que ne le supporte le palmier, à condition qu'il soit alimenté en eau dans le sol.

d) Le Lithome

i) Khetara: La khetara est un système de récupération des eaux souterraines dans le but d'irriguer. C'est un ensemble de puits subhorizontaux, ou plus exactement, une galerie d'infiltration, un tunnel qui conduit l'eau par gravité à partir d'un puits mère qui atteint une nappe phréatique jusqu'à la surface, où l'eau est emmagasinée dans un bassin d'accumulation. Le tunnel est lié à des puits d'aération, secondaires verticaux. Ceux-ci ont comme fonction de faciliter l'évacuation des déblais lors du creusement puis de permettre un accès plus facile à l'entretien, ainsi qu'à l'aération de la galerie, nécessaire à la respiration des ouvriers.

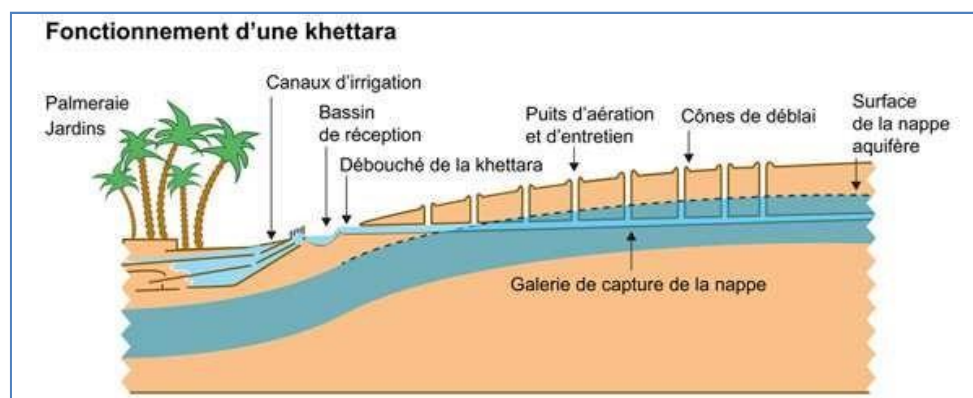


Figure 2. Fonctionnement d'une KHETTARA. Source: IRD (Institut de Recherche pour le Développement).

Les historiens se sont mis d'accord pour affirmer que la technique de la *khettara* a été développée au Maroc par les Almoravides. Certains historiens et géographes confirment que la ville de Marrakech, la capitale du Haouz, est née grâce à l'exploitation des eaux souterraines par le système *khettarien*. Ce procédé a permis de construire une capitale en pleine zone aride.

L'une des toutes premières identifications de cette technique nous provient de la description d'un chantier d'une *khettara* par Abou Abd Allah Muhammad al-Idrisi (4). Et c'est probablement grâce à ce géographe que la fondation de la première *khettara* a été documentée. Ce chantier aurait été décidé par Ali, fils de Youssef-Ibn-Tachafine, et réalisé par un ingénieur hydraulicien nommé Ubayd Allâh ben Yûnus. La diffusion de cette nouvelle technique serait selon EL FAÏZ à favoriser l'épanouissement de la ville. «*Les jardins et les vergers se sont multipliés. Ce qui contribua au peuplement de la ville et à son embellissement*» (5).

e) Voilà donc la description du chantier d'après le texte traduit d'Al Idrissi:

«Il n'y avait à l'époque qu'un seul jardin [...]. Obayd-Allâh (l'ingénieur hydraulicien) se rendit à l'endroit le plus élevé du terrain attenant à ce jardin. Là, il fit creuser une très grande fosse de forme quadrangulaire à partir de laquelle il fit partir une tranchée dirigée vers la surface du sol [...], en ménageant la pente de façon à ce que, parvenue au jardin, l'eau coulât sur une surface plane et se répandit sur le sol, ce qui n'a pas discontinué depuis [...]. Les habitants de la ville voyant ce procédé réussir, ils se pressèrent de creuser la terre et d'amener l'eau dans les jardins» (6).

D'après ce passage, on constate que le souverain Ali ne s'est pas adressé à n'importe qui pour trouver l'eau de son premier jardin, et ensuite pour toute la ville. Cependant, d'autres sources ont permis à P. PASCON d'indiquer, avec une vraisemblance, que les premières *khettaras* ont été creusées vers 1071 et ont été rendues célèbres par l'Agdâl.



Photographie 2. KHETTARA à la palmeraie de Marrakech. Source: <http://e-taqafa.ma/dossier/les-jardins-du-maroc-ouidad-tebbaa>

Il est évident que c'est dans le Haouz que l'on trouve le nombre le plus important de khettaras. Elles sont aussi et surtout les mieux connues mondialement. Les plus célèbres sont celles du piémont nord du Haut Atlas, connues par Agdâl, et situées au sud de l'ancienne capitale des Almoravides, Marrakech. On possède depuis longtemps des descriptions de celles-ci, ainsi que des photographies aériennes publiées de ces faisceaux nourris de galeries, qui sillonnent le glacis et s'élèvent vers le front montagneux.

L'autre grand domaine bien connu est situé au pied du versant sud du Haut Atlas, à l'extrémité sud orientale du grand sillon pré atlasique, dans la Tafilalet. Là-bas, l'exploitation des eaux souterraines, permise par le procédé des khettaras, est en grande partie à l'origine des belles palmeraies d'Errachidia et d'Arfoud. Mais il faut noter qu'il est très rare d'en découvrir sur tous les dir avec une telle densité, et sur des distances aussi importantes. Il y en a de très beaux exemples dans les couloirs du Dadès, à l'est d'Ouarzazate, qui alimentent l'oasis de Skoura, mais aussi, plus au sud tout au long du piémont méridional de l'Anti-Atlas, où seules les khettaras constituent des sources d'irrigation pérenne, à côté des formes de récupération très épisodiques des eaux de faïd et de ruissellement.

f) Le pont de Tensift:

Situé au nord de Marrakech, le vieux pont fut construit sur l'oued Tensift en 1170 par le - Sultan Almohade Abou Yakoub Youssef (1163-1184). Il est constitué de 27 arches et peut être considéré comme le plus grand ouvrage réalisé sur ce fleuve au moyen âge.



Photographie 3. Carte postale du vieux pont de Tensift au début du XX siècle. Source: <http://mangin2marrakech.canalblog.com/archives/2013/06/02/27235335.html>

g) L'Anthropôme

Dans cette catégorie plusieurs éléments peuvent être identifiés. Des éléments qui relèvent de l'activité agricole ainsi que les techniques, savoir et savoir-faire qui s'y attachent, la manipulation des systèmes d'irrigation, la tradition de délassement et de repos.

En effet, en plus de sa vocation nourricière, l'espace de la palmeraie servait comme cadre de villégiature et de promenade. Ce fut un lieu de Nzaha par excellence.



Photographie 4. Palmeraie de Marrakech vue du Ciel. Source: Mauro Parmesani 2011.

«Les Nzahas ou délassements qui avaient lieu autrefois dans les jardins et vergers de la banlieue ou à l'intérieur des remparts et au cours desquelles on se reposait à l'ombre des arbres en dégustant des plats de fête et en se plaisant dans un certain laisser-aller» (7).

Ces Nzahas pouvaient s'organiser dans un cadre familial comme elles prouvaient se faire dans un cadre professionnel. Réunissant des personnes relevant du même corps artisanal, elles se faisaient généralement le jour de repos (généralement le vendredi), de préférence dans les jardins et ce pour leurs innombrables atouts:

«Par-delà les étendues brûlées par le soleil, à la lisière de l'entrelacs populeux et bruyant des médinas, les jardins s'offrent comme des enclaves de fraîcheur et de paix. Mais l'eau, les arbres, ne se contentent pas d'être au service d'un épicurisme raffiné, ils ont aussi une vocation nourricière: de Marrakech, aux confins de l'Andalousie, les jardins se déploient en vergers plus ou moins vastes à l'intérieur et à l'extérieur des remparts de la ville. Contre l'hostilité du monde extérieur, al 'arsa se veut un lieu clos, derrière les remparts, elle se dresse face aux immenses étendues arides, ordre contre chaos, fraîcheur et limpidité contre chaleur et poussière, vie paisible et intime contre agression et inconnu (...)» (8).

Autre élément de cette rubrique, le palmier dattier. Il est pour l'homme un « arbre providence » (9), « sans rival » et vanté dans la Mésopotamie ancienne, cité plusieurs fois dans le Coran et la Bible (LATIRI, 2000). Dans les faits, la datte est un fruit principalement consommé par les populations de religion musulmane. C'est, en particulier, l'aliment qui est traditionnellement consommé lors de la rupture du jeûne, en fin de journée durant le mois de ramadan (Tebbaa, 2005).

Outre les dattes, base de l'alimentation et de l'économie, le palmier fournit une gamme très large de sous-produits à usage domestique ou agricole très important. Le tronc sert à la construction des habitations ou de bois de chauffage, les karnafs (morceaux de la base des palmes) servent à la confection des plafonds, les palmes sont utilisées pour le feu de cuisson, les folioles pour la confection des terrasses de maisons, ou la vannerie.

h) Production et économie

L'espace de la Palmeraie est partagé entre deux activités économiques majeures: un tourisme de luxe réparti sur une grande superficie et une activité agricole traditionnelle basée sur des moyens limités.

Concernant l'activité agricole, les productions sont en majorité destinées à l'élevage du bétail. Ce qui peut être expliqué par la faible production générée par ces jardins, en raison du manque d'eau d'irrigation et de la taille des terrains cultivés généralement petite due à la parcellisation de la terre. Autre raison de cette baisse de la production; l'abandon de l'activité agricole par la population locale de la palmeraie qui préfère s'activer dans d'autres secteurs plus rémunérateurs.

Afin de relancer cette activité agricole vers les années quatre-vingt du siècle dernier,

«Des démarches ont été abordées afin de sauvegarder la Palmeraie en tant que jardin et oasis. Dans cette optique, on a voulu valoriser la production de dattes pour l'exportation. Toutefois, avec la popularité grandissante du tourisme international et le manque d'entretien des palmiers, la privatisation de la Palmeraie a semblé être la réponse pour la sauver (...)» (10).

Ce fut alors le début de la manifestation de l'activité touristique au sein de la Palmeraie. L'urbanisation pouvait donc s'y faire mais en suivant la règle de base que chaque terrain vendu devait avoir la superficie minimale d'un hectare (11).

Les promoteurs ont vu le potentiel et les profits éventuels et ont saisi l'occasion qui se présentait avec cette possibilité de s'installer à même la Palmeraie. C'est ainsi qu'on retrouve aujourd'hui à l'intérieur de la Palmeraie un grand nombre d'hôtels de prestige, des palais et des villas avec une architecture référant au Moyen Âge européen, ainsi que des ryads aux cours et aux jardins fermés pour garder l'intimité des hôtes (12).

Tous ces hôtels ainsi que des terrains de golf arborent leurs pelouses vertes et bien irriguées contre les systèmes d'irrigation de la Palmeraie qui souffrent et sont brisées en plusieurs endroits ne pouvant plus répondre à ses propres besoins. Parmi toutes ces nouveautés dans les paysages de la Palmeraie, on retrouve toutefois quelques jardiniers affairés à tenter de garder une de ses fonctions premières.

La vie de la Palmeraie comme étant un jardin s'est beaucoup modifiée avec l'apparition des murs autour des différents bâtiments. Certains secteurs toutefois se sont développés différemment avec l'édification de douars. Les paysages de la Palmeraie sont donc aujourd'hui multiples avec ses divers types d'habitation qui se côtoient.

3. La Palmeraie de Marrakech: un paysage culturel

3.1. Paysage culturel: définition

Le paysage est une notion qui «renvoie à la fois à une façon de voir l'environnement qui nous entoure et à cet environnement en soi. L'intérêt de la notion de paysage est qu'elle unifie les facteurs à l'œuvre dans notre rapport avec le milieu environnant»(13). Quelles que soient leurs natures, les paysages constituent le cadre de notre vie quotidienne ; ils deviennent familiers et permettent d'établir un lien entre les êtres humains et leur milieu, en reconnaissant leur interaction avec l'environnement.

L'évolution de la notion du paysage a permis l'introduction de la dimension culturelle. C'est ce qui a permis de parler de paysages culturels; «le qualificatif « culturel » a été ajouté pour exprimer l'interaction humaine avec l'environnement et la présence de valeurs culturelles matérielles et immatérielles dans le paysage» (14).

Les spécialistes de la géographie humaine définissent un paysage culturel comme:

«Un produit concret et caractéristique de l'interaction entre une communauté humaine donnée, réunissant certains potentiels et préférences culturelles, et un ensemble particulier de conditions naturelles. C'est un patrimoine de nombreuses périodes d'évolution naturelle et de nombreuses générations d'effort humain» (15).

L'avènement et le succès du patrimoine mondial ont permis au concept du paysage culturel de connaître un nouvel élan et de recouvrir des paysages portant des valeurs uniquement symboliques, ainsi que des paysages façonnés par l'activité humaine. La perception d'un territoire en tant que paysage engendre l'identification et la valorisation des valeurs culturelles dont il dispose même si ces valeurs ne sont pas nécessairement universelles ou exceptionnelles.

Les paysages où l'interaction entre la population et son environnement est considérée comme ayant une valeur universelle exceptionnelle sont des paysages culturels du patrimoine mondial.

Leur valeur culturelle se retrouve dans leurs «patrimoines immatériels». Ce dernier concept, patrimoine oral et immatériel de l'humanité reconnu en 1997, sera suivi en 2001 par l'établissement d'une liste des chefs-d'œuvre culturels immatériels qui vient compléter celle du patrimoine matériel avant d'adopter la «convention pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel».

Selon la convention de 2003, le patrimoine culturel immatériel englobe:

«(...) les pratiques, représentations, expressions, connaissances et savoir-faire (...) que les communautés, les groupes et, le cas échéant, les individus reconnaissent comme faisant partie de leur patrimoine culturel. Ce patrimoine culturel immatériel, transmis de génération en génération, est recréé en permanence par les communautés et les groupes en fonction de leur milieu, de leur interaction avec la nature et de leur histoire, et leur procure un sentiment d'identité et de continuité, contribuant ainsi à promouvoir le respect de la diversité culturelle et la créativité humaine.» (16).

Tableau 1. Les catégories de paysages culturels du patrimoine Mondial. **Source:** ICOMOS

Les trois catégories de paysages culturels du patrimoine mondial	
CATÉGORIE DE	EXTRAIT DES ORIENTATIONS DEVANT GUIDER
PAYSAGE CULTUREL	LA MISE EN ŒUVRE DE LA CONVENTION DU PATRIMOINE MONDIAL

i	Le plus facilement identifiable est le paysage clairement défini, conçu et créé intentionnellement par l'homme, ce qui comprend les paysages de jardins et de parcs aménagés pour des raisons esthétiques qui sont souvent (mais pas toujours) associés à des ensembles et des édifices religieux.
ii	La deuxième catégorie est le paysage essentiellement évolutif. Il résulte d'une exigence à l'origine sociale, économique, administrative et/ou religieuse et a atteint sa forme actuelle par association et en réponse à son environnement naturel. Ces paysages reflètent ce processus évolutif dans leur forme et leur composition. Ils se subdivisent en deux sous-catégories: Un paysage relique (ou fossile) est un paysage ayant subi un processus évolutif qui s'est arrêté, soit brutalement soit sur une période, à un certain moment dans le passé. Ses caractéristiques essentielles restent cependant matériellement visibles. Un paysage vivant est celui qui conserve un rôle social actif dans la société contemporaine, étroitement associé au mode de vie traditionnel et dans lequel le processus évolutif se poursuit. En même temps, il montre des preuves manifestes de son évolution au fil du temps.
iii	La dernière catégorie est le paysage culturel associatif. L'inscription de ce type de paysage sur la Liste du patrimoine mondial se justifie par la force d'association des phénomènes religieux, artistiques ou culturels de l'élément naturel plutôt que par des traces culturelles tangibles, qui peuvent être insignifiantes ou même inexistantes.

3.2. Le paysage culturel de la Palmeraie de Marrakech

Malgré les différents problèmes dont souffre la palmeraie de Marrakech, celle-ci constitue toujours une richesse biologique et patrimoniale pour la ville. Elle témoigne de son histoire et contribue, comme il l'a toujours fait, à la formation de son identité. Grâce à ce jardin ainsi qu'à d'autres, Marrakech a pu mériter son image de cité-jardin. Son palmier est considéré comme un élément fédérateur capital, ancré dans le patrimoine historique de la ville.

La Palmeraie de Marrakech est un exemple éminent d'oasis du sud marocain. Il constitue un paysage culturel dans lequel les pratiques et les techniques culturelles agraires ont fusionné pour habiter un espace organisé dans le cours du temps en harmonie avec les rythmes climatiques et saisonniers. Les éléments du paysage sont une réalité soigneusement aménagée selon les connaissances et les codes traditionnels. L'oasis de Marrakech est considérée comme la seule palmeraie située au nord des montagnes du Haut Atlas.

Sur le plan historique, cette oasis était la capitale des almoravides qui, en contrôlant le commerce transsaharien ont eu pour première réalisation l'instauration d'un état qui s'étendait du fleuve de Sénégal à l'Andalousie. Les architectures almoravides, dont Marrakech garde les vestiges historiques les plus éminents, se sont diffusées dans tout le Sahara, la péninsule ibérique et l'Italie méridionale.

3.3. Les éléments matériels:

Ils se manifestent dans la Palmeraie elle-même et son écosystème à trois strates, son organisation spatiale et paysagère, son site et sa localisation par rapport à son environnement géographique, son système d'irrigation et son infrastructure (pont de Tensift). Ce sont donc des éléments majeurs et palpables qui façonnent le paysage matériel de la palmeraie. En effet, le palmier et ses jardins forment un écosystème ingénieux qui témoigne de l'habileté et de l'adaptation de l'activité agricole à l'hostilité des conditions du site et qui se traduit dans la technique du jardin étagé. Cette technique permet de cultiver d'une manière intensive, sur un espace réduit, grâce à la superposition de culture en trois

strates: palmiers, arbres fruitiers, culture vivrière et fourragère. Ce mode de culture favorise une diversité des variétés de plantes, arbres et palmiers ainsi qu'une biodiversité importante. Il permet également de répondre aux besoins alimentaires de la population et contribue à l'alimentation du bétail.

Outre cette fonction nourricière, les jardins de la Palmeraie ont toujours abrité à travers leur histoire des activités de villégiature et de repos, permettant aux visiteurs de profiter pleinement de leur cadre exceptionnel et fraîcheur tant recherchés surtout en périodes estivales. C'est un lieu de sociabilité.

Ces jardins n'auraient pu exister sans un système d'irrigation ingénieux que représentent les khetaras, ces galeries souterraines creusées, construits et aménagés sur plusieurs kilomètres afin de drainer et d'augmenter le débit de l'eau en allant le chercher au piedmont du Haut Atlas. Ce système a évolué en fonction des conditions et des caractéristiques locales afin d'assurer un accès à l'eau d'une façon durable et en privilégiant les besoins de la population de la cité de Marrakech. Cette souplesse et cette adaptabilité sont caractéristiques des paysages culturels tels que définis par l'UNESCO (UNESCO, 2013).

3.4. Les éléments immatériels:

Constituée par l'ensemble des pratiques, techniques, savoir-faire et organisations traditionnelles qui ont façonné le fonctionnement et le vécu de la palmeraie de Marrakech. Il s'agit des savoir-faire des paysans indispensables pour la gestion et l'entretien des jardins: manière de cultiver, récolter, effectuer la pollinisation, irriguer...

Il s'agit aussi des savoir-faire liés à la construction et l'entretien des khetaras. Le maintien en vie de la palmeraie ne peut se faire sans ces différents savoir-faire.

En outre, les rites de la Nzaha effectuées dans des espaces verts comme celui de la Palmeraie, le Malhoun et la poésie qui chantent et vantent la beauté de ces paysages sont des éléments qui peuvent être considérés comme des éléments du patrimoine immatériels de ces paysages culturels.

La lecture approfondie du paysage culturel de la Palmeraie de Marrakech nous permet de dégager deux dimensions majeures:

La combinaison de ces deux dimensions confirme le label de paysage culturel de cette Palmeraie. Sa survie et sa sauvegarde sont inhérentes à la cohérence et à la pérennité de ces deux fonctions.

4. Conclusion

Nous avons pu dresser un inventaire, sans prétendre qu'il est exhaustif, où nous avons pu identifier les éléments constitutifs de ce paysage, les pratiques sociales qui lui sont associées, l'organisation et les pratiques traditionnelles qui ont permis son adaptation et qui constituent sa particularité.

Nous avons également mis sous lumières l'aspect historique et les différentes fonctions assurées par cette palmeraie, sans oublier l'équilibre subtile entre ses différents constituants. Loin des prétentions qui attribuent la création de ce site au fait du simple hasard, ces éléments constituent la raison d'exister de la Palmeraie. Sa cohérence à travers des siècles témoigne à la fois de sa richesse, mais aussi de sa fragilité.

C'est de l'équilibre délicat entre ces éléments ainsi que de leur cohérence que relève la persistance matérielle durable de l'oasis de Marrakech, c'est de leur complémentarité que résulte la préservation de ce qui constitue son patrimoine culturel.

En guise de conclusion, les besoins de sauvegarde de la palmeraie devront se baser sur les capacités adaptatives de ce patrimoine tout en préservant son équilibre. Toutefois, cette sauvegarde est aujourd'hui largement conditionnée par l'intrusion et l'installation de l'activité touristique. Loin de discréditer la palmeraie de Marrakech en tant que paysage culturel, ce nouvel aménagement touristique se matérialise à travers l'entretien de ce patrimoine pour une raison autre que celle qui fut à l'origine de sa création.

Notre analyse des constituants du paysage culturel nous a facilité la compréhension de l'interaction entre ces différents éléments matériels et immatériels, permettant d'assurer sa survie et sa perpétuation.

Pour pouvoir envisager le devenir de la Palmeraie, il s'avère indispensable de comprendre ce qui détermine et résulte de sa nouvelle vocation touristique.

Le patrimoine et la patrimonialisation disposent de fortes implications économiques, liées au statut de ressource qu'ils offrent, aux augmentations de revenus et aux créations d'emplois qu'ils entraînent. Ils peuvent être à l'origine d'un cercle vertueux de développement local. En effet, si le patrimoine permet d'accroître les richesses et devenir une ressource du territoire dont il est un élément identitaire, cette ressource permet à son tour de dégager les fonds nécessaires pour investir dans le champ patrimonial. Ce qui représente une source potentielle du développement local.

Par ailleurs, le paysage culturel et naturel de la Palmeraie de Marrakech constitue un patrimoine d'une valeur inestimable. Il dispose de toutes les composantes matérielles et immatérielles susceptibles de lui accorder le statut de ressource d'une importance majeure.

La question qui s'impose maintenant est de savoir comment cette palmeraie est-elle mobilisée pour contribuer à l'attractivité de son territoire? Sous quelles formes participe-t-elle aux dynamismes de développement entrepris au niveau local? Quels impacts génère cette mobilisation sur ce patrimoine et quelles modifications et mutations peuvent en découler?

NOTES

(1) Wilbaux, Q. (2001). La médina de Marrakech, formation des espaces urbains d'une ancienne capitale du Maroc. L'Harmattan, p. 384 et p. 305.

(2) Mocquets, J. (1601-1606). SIHM 1^{ère} série Fr. II, p. 401.

(3) Boujrout, S. (1996). Nouvelles formes d'occupation de l'espace touristique de la ville de Marrakech: l'exploitation de la Palmeraie. In Méditerranée, Tome 84, 3-1996. Tourisme et loisirs. p. 27-32 et p. 30.

(4) Idrissi: grand géographe arabe né à Ceuta vers 1099. Il a consacré sa vie à la description géographique de l'Afrique. Il fut appelé en Sicile par la cour de Roger II, premier roi de Sicile (1130 - 1154). Il termina son grand ouvrage «Description de l'Afrique et de l'Espagne» en 1150, et mourut dans la seconde moitié du XII^{ème} siècle.

(5) Deverdun, G. In El Faïz M. (2000). *Jardin de Marrakech*. Actes Sud, p. 186 et p. 45.

(6) Al Idrissi (1866). «*La description de l'Afrique et de l'Espagne*» trad. Dozy et de Goeje.

(7) Berriane, M. (1993). Le tourisme des nationaux au Maroc (une nouvelle approche du tourisme dans les pays en développement). In *Annales de Géographie*. t. 102, n°570. p. 131-161 et p. 153-154.

- (8) Tebbaa, O. Les jardins de Maroc. <http://e-taqafa.ma/dossier/les-jardins-du-maroc-ouidat-tebbaa>
- (9) Abbou A. et Boileve M. (s/d). *Figuig, La ville oasis du Maroc Oriental*. Edition Cent, p. 58-64.
- (10) Lalonde, I., le concept de «paysage» au Maghreb: mythe ou réalité?
- (11) Sdau de Marrakech.
- (12) El Faïz M. (2000). Jardin de Marrakech, p. 162.
- (13) Mitchel N., Rössler M. et Tricaud P-M. (2011). Paysages culturels du patrimoine mondial, Guide pratique de conservation et de gestion, UNESCO, p. 138 et p. 17.
- (14) *Idem*, p. 17.
- (15) Wagner et Miskell (1999)., d'après une citation de Fowler, p. 56. In Paysages culturels du patrimoine mondial, Guide pratique de conservation et de gestion *op. cit.*, p. 17.
- (16) UNESCO, 2003.

BIBLIOGRAPHIE

- Boujrouf, S. (1996). Nouvelles formes d'occupation de l'espace touristique de la ville de Marrakech: l'exploitation de la Palmeraie. In Méditerranée, Tome 84, 3. Tourisme et loisirs, p. 27-32.
- Boubkraoui, A. (1994). La palmeraie de Marrakech aujourd'hui. Aspects et causes de la dégradation, Actes des deuxièmes journées de l'arbre, Marrakech, Avril.
- Chevrillon, A. (2010). Marrakech dans les palmes, Paris, Edisud.
- Coslado, E. (2008). Itinéraires d'individuation dans la périphérie de Marrakech: mobilités résidentielles et recompositions territoriales d'habitants de classes moyennes. Les Cahiers d'EMAM, n° 16, juillet, p. 37-50.
- Deverdun, G. (1959). Marrakech des origines à 1912, Rabat, Éditions techniques nord-africaines, 2 vol.
- Doutté, E. (1905). Marrâkech, Paris, Comité du Maroc.
- Dugas, G. (1996). Maroc, Les villes impériales, Paris, Omnibus.
- El Faïz, M. (1996). Les Jardins historiques de Marrakech: mémoire écologique d'une ville impériale, Florence, Edifir.
- El Faïz, M. (2002). Les Jardins de Marrakech, Arles, Actes sud, 2000. El Faïz, M., Marrakech: patrimoine en péril, Arles, Actes sud/Eddif.
- El Houmaizi, M.A., Oihabi, A. et Saaidi, M. (1998). La palmeraie de Marrakech: ses contraintes et ses atouts. Sécheresse, vol. 9, n° 2, p. 163-166.
- Fairchild Ruggles, D. (2008). Islamic Gardens and Landscapes, Philadelphie, University of Pennsylvania Press.

Forestier, J. C. N. (1997). Rapport des réserves à constituer au dedans et aux abords des villes capitales du Maroc. Grandes Villes et Systèmes de parcs (1913), présenté par Leclerc, B. et Tarrago, S., Paris, Norma/IFA.

Forestier, J. C. N. (1997). Grandes Villes et Systèmes de parcs, présenté par Leclerc, B. et Tarrago, S., Paris, Norma/IFA.

Janty, Gwenaëlle (2014). Les enjeux de la préservation et du développement d'un paysage culturel. Le cas de la palmeraie de l'oasis de Figuig (Maroc). Sciences de l'Homme et Société. Université Paris Diderot.

Kadiri, Jalila (2018). Marrakech, paysage culturel In Workshop Marrakech: La palmeraie en paysages [En Ligne]. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2005 (généré le 03 décembre. ISBN: 9791036513534. DOI: [10.4000/books.pum.15323](https://doi.org/10.4000/books.pum.15323).

L'africain, J.-L. (Al Hassan al-Wazzan) (1956). Description de l'Afrique, traduit de l'italien par Epaulard, A., Paris, Adrien Maisonneuve.

Mohaine, A. (2017). La Géographie et l'Aménagement au Maroc. Regards croisés, Casablanca, Afrique Orient.

Mouline, S. (1987). Architecture métissée et patrimoine. Old cultures in new worlds, 8th ICOMOS General Assembly and International Symposium, Washington, Icomos, p. 715-722.

Poullaouec-Gonidec, Philippe (dir.) (2018). Workshop Marrakech: La palmeraie en paysages. Nouvelle édition [En Ligne]. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2005 (généré le 03 décembre). ISBN: 9791036513534. DOI: [10.4000/books.pum.15310](https://doi.org/10.4000/books.pum.15310).

Taïbi, A. N. et El Hannani, M. (2015). «Marrakech, la ville-oasis?», dans «8^e Maghreb créateurs», Angers, Kalima Association culturelle Franco-Arabe, 7 avril.

Tharaud, J. et Tharaud, J. (2012). Marrakech ou les Seigneurs de l'Atlas (1920). Casablanca, Dar el Aman.

Wilbaux, Q. (2001). La Médina de Marrakech. Formation des espaces urbains d'une ancienne capitale du Maroc. Paris, L'Harmattan, 381 p.

DOCUMENTS ÉLÉTRONIQUES

Bennani, M. (2012). Le rôle fondateur du paysage dans la création des villes coloniales marocaines: Rabat et Marrakech, deux exemples de villes-jardins. *Projets de paysage*. n° 7, janvier. Disponible sur [www :<URL:](http://www.projetsdepaysage.fr/fr/le_role_fondateur_du_paysage_dans_la_creation_des_villes_coloniales_marocaines)

http://www.projetsdepaysage.fr/fr/le_role_fondateur_du_paysage_dans_la_creation_des_villes_coloniales_marocaines>.

Boujrouf, S. (2005). Tourisme et aménagement du territoire au Maroc: quels agencements?. *Téoros*. 24-1. Disponible sur [www:<URL: http://teoros.revues.org/1490](http://teoros.revues.org/1490)>.

Pordany-Horvath, C. (2004). La genèse des jardins en islam et les jardins historiques de Marrakech. *Workshop de la CUPEUM Marrakech 2004 «La Palmeraie de Marrakech - un paysage périurbain», chaire Unesco paysage et environnement, 2004*. Disponible sur [www:<URL: www.http://unesco-paysage.umontreal.ca](http://www.unesco-paysage.umontreal.ca)

**AS CASAS VERDES: A BUSCA POR UMA MORADIA DE
OPERÁRIOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX EM RIO GRANDE, RIO
GRANDE DO SUL, BRASIL**

**THE GREEN HOUSES: THE SEARCH FOR A WORKERS
HOUSING OF THE BEGINNING OF THE XX CENTURY IN RIO
GRANDE, RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL**

Paulo Eduardo de Oliveira Enéas

Universidade Federal do Rio Grande
Instituto de Ciências Humanas e da Informação
Departamento de Arqueologia
Rua Furtado de Menezes, 612
Belo Horizonte – Minas Gerais
31255-780 – Brasil
pauloeneas@gmail.com

As Casas Verdes: a busca por uma moradia de operários do início do Século XX em Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

Paulo Eduardo de Oliveira Enéas

Historial do artigo:

Recebido a 21 de janeiro de 2019

Revisto a 12 de maio de 2019

Aceite a 15 de junho de 2019

RESUMO

Este artigo estrutura-se a partir da busca por registros materiais de moradias construídas no começo do século XX para operários envolvidos na construção do Porto Novo, no município de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. As edificações remanescentes, conhecidas como Casas Verdes, foram erigidas pela empresa responsável pelo projeto - *Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul*. No desenvolvimento da pesquisa, buscaram-se registros advindos não só da História Oral como também de documentação oficial, e foram feitas expedições ao local onde haviam sido construídas as casas. Mediante tais visitas, foi possível encontrar duas construções remanescentes das casas verdes, bastantes alteradas. Essas residências tiveram suas principais características analisadas e discutidas neste texto. As reflexões traçadas neste artigo podem corroborar com a preservação da história, visto que contam com registros que comprovam a existência dessas residências, visando chamar a atenção para a relevância da preservação e da educação patrimonial em uma cidade extremamente importante para a história nacional.

Palavras-Chave: Casa Verde, cultura material, operários, Rio Grande, porto.

ABSTRACT

This article is based on the search for material records of houses built at the beginning of the 20th century for workers involved in the construction of the Porto Novo, in Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brazil. The remaining buildings, known as Casas Verdes, were erected by the company responsible for the project - *Compagnie Française du Port of Rio Grande do Sul*. In the development of the research, records were obtained not only from Oral History but also from official documentation and were expeditions to the place where the houses were built. Through these visits, it was possible to find two remaining buildings of the green houses, quite altered. These residences had their main characteristics analyzed and discussed in this text. The reflections outlined in this article can corroborate with the preservation of history, since they have records that prove the existence of these residences, aiming to draw attention to the relevance of preservation and heritage education in a city extremely important for national history.

Key-words: Green house, material culture, workmen, Rio Grande, seaport.

1. Introdução

A cidade brasileira de Rio Grande, graças a sua localização privilegiada, sempre foi uma das referências nacionais em se tratando de zona portuária. O único porto do estado do Rio Grande do Sul, na região sul do Brasil, vem recebendo investimentos desde sua primeira expansão (construção do Porto Novo). Este complexo portuário tem sua devida importância, visto que era porta de entrada para escravos (Torres, 2010), fonte de enriquecimento de diversos personagens (Thiesen et al., 2011), além de ser o local de entrada e saída de mercadorias e pessoas.

A zona portuária de Rio Grande passou por três fases: a primeira construção portuária – conhecida, atualmente, como Porto Velho, e com sua existência atrelada à fundação da cidade no século XVIII. A segunda fase do porto, a qual poderia ser considerada como a primeira expansão da zona portuária, no sentido leste da cidade – Porto Novo – com sua data de inauguração fixada em 1915. Por fim, a construção e constante ampliação do Superporto, com seu início na década de 1970.

As obras desse novo complexo portuário envolveram muitos maquinários, pessoas e uma construção desenfreada, esse empreendimento considerado arrojado, porém essencial, ocasionou uma drástica mudança paisagística que pode ser comparada às grandes obras internacionais. Todo esse aparato contrasta, no entanto, com o descaso da moradia e condição de vida dos trabalhadores que tiveram o direito à moradia negado, já que a empresa responsável pela construção do complexo portuário preocupou-se apenas com as habitações de seus funcionários especializados, resultando em uma explosão demográfica e em um crescimento desordenado do município.

Tendo em vista tais considerações, este artigo discorrerá sobre a construção do Porto Novo, assim como a respeito da oferta de moradia para os funcionários especializados, trazidos da França pela *Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul*, no início do século XX.

2. A construção do Porto Novo

Para realizar as obras de construção dos molhes e do Porto Novo, o Engenheiro Edmer Lawrence Corthell fundou a companhia *Port of Rio Grande do Sul*, sediada em Portland, Estados Unidos. Esta companhia foi autorizada a atuar no Brasil através do decreto nº 6.788, de 12 de dezembro de 1907. Contudo, Corthell não conseguiu viabilizar, nos Estados Unidos, o capital necessário para a execução das obras, tendo que recorrer assim ao capital europeu. Devido a este fato, foi organizada a *Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul*, em Paris, liberada para atuar no Brasil através do Decreto nº 7.007 de 02/07/1908.

Segundo contrato estabelecido, era de responsabilidade da empresa francesa realizar todas as obras previstas: construção dos molhes e das instalações do Porto Novo assim como a remodelagem do Porto Velho. A importância dessa obra tomava conhecimento internacional, visto que “em 1908, o jornal *Times* previa que o porto de Rio Grande seria um dos mais importantes da América do Sul” (Paulitsch, 2003 *Apud* Thiesen, 2009, p. 151).

A primeira decisão a ser tomada foi quanto à localização do Porto Novo. Inicialmente, a ideia do Engenheiro Corthell era utilizar uma área localizada “na parte sul da cidade e contígua ao Saco da Mangueira” (Martins, 2006, p. 132). Esse espaço, até então, localizava-se fora da área urbana, possuindo assim uma grande extensão de terra que poderia abrigar as instalações do novo

porto. Porém, o local escolhido para a instalação do Porto Novo foi no extremo leste da cidade, mais precisamente na área relativa à Ilha do Ladino e seu entorno (vd. **Figura 1.**), região formada por ilhas e áreas inundáveis.

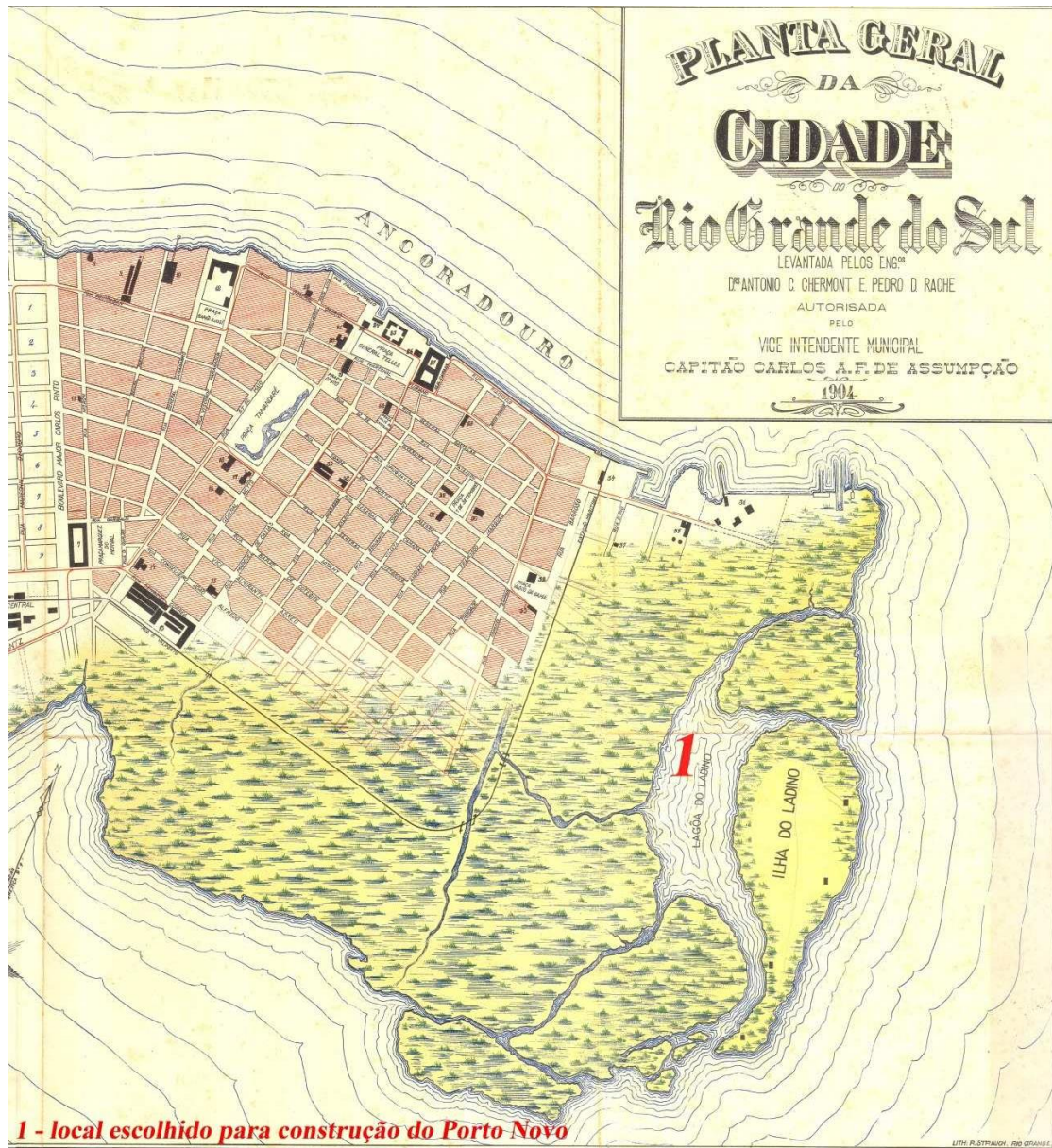


Figura 1. Local escolhido para construção do Porto Novo. **Adaptado de:** Kuniuchi e Telles, 2012.

Tal transferência da área onde seria construído o novo porto para o leste do centro histórico, ou sobre a Ilha do Ladino, que contrariava o Decreto no. 6.848, de 11/2/1908, veio a favorecer dois franceses, Hector Legru e Percival Farquhar, os quais, segundo Musacchio e Read (2006), tiveram grande influência sobre as obras do Porto do Rio Grande. Ambos já atuavam no setor de transportes no Brasil, principalmente na região Sul do país, no setor ferroviário. Eles adquiriram diversos terrenos na região e, anos mais tarde, venderam esses espaços por preço mais alto à Cie. Française (Martins, 2006, p. 133).

O favorecimento aos especuladores franceses pode ser considerado como um dos principais motivos, se não o principal, para a mudança do local de instalação do Porto Novo, visto que o novo local consistia de banhados e cômoros e teve que passar por grandes obras para abrigar o

empreendimento. É interessante colocar que o viajante Auguste de Saint-Hilaire já havia percorrido tal região, no dia 9 de agosto de 1820, conforme assinala em seu depoimento:

Passei hoje na parte leste da cidade, entre a povoação, a lagoa e o Rio Grande e o lago da Mangueira. Os terrenos são muito baixos, pantanosos, um pouco banhados pelas águas salgadas, constituídos de areia de uma terra negra coberta principalmente de Gramínea e das Salicornia nº 1829 (Saint-Hilaire, 1935, p. 53).

Pelas razões supracitadas, percebe-se que foi necessário um grande trabalho na superfície para a realização da obra. Assim, o aterramento foi dividido em duas partes. O terrapleno Oeste ocupava a área contígua ao centro histórico e era de grande extensão. A segunda foi uma ilha construída após o canal que se localiza em frente ao porto novo, conhecida como Terrapleno Leste – e, atualmente, como Ilha da Base. O aterro foi feito com o material que era dragado do canal que estava sendo aberto para as melhorias da barra (Kuniochi; Telles, 2012).

Esse aterramento da porção leste ao centro histórico pode ser comparado com a obra feita na cidade de Boston para que se pudesse conquistar uma maior área para construção. Lá, o trabalho foi realizado durante o século XIX e proporcionou 2.306.710 m² de área de construção (Stoot, 1984). Assim sendo, o procedimento já havia sido feito em outras partes do mundo, mas foi o primeiro realizado em solo brasileiro. Estes são dois dos diversos exemplos de como o homem é capaz de moldar a paisagem à sua vontade e necessidade.

Para a construção do empreendimento em Rio Grande, fez-se necessário uma grande quantidade de mão de obra, sendo ela especializada ou não. Dessa maneira, as obras da Cie. Française atraíram mais de 4.000 pessoas para Rio Grande, tanto migrantes do Rio Grande do Sul quanto imigrantes de outros países.

A cidade do Rio Grande possuía, no ano de 1872, 23.962 habitantes e, com o início das obras, o número saltou para 44.835 pessoas, o que levou a um crescimento de 58% entre os anos de 1872-1911 (Martins; Pimenta, 2004). Esse aumento se configurou, principalmente, devido às obras realizadas pela Cie. Française, já que parte dos trabalhadores foi trazida pela companhia e a outra parte foi consequência de um êxodo em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Nesse sentido, vale ressaltar que o aumento populacional, para uma cidade considerada pequena, em um intervalo de tempo de 39 anos, pode ser considerado alarmante, se não forem tomadas as devidas ações. Para Mumford (2008, p. 533) *“(...) talvez o fato mais importante de toda a transição urbana fosse o deslocamento de população que ocorreu em todo o planeta. Esse movimento e a recolocação foram acompanhados por outro fator de magna importância: a espantosa ascensão no índice de crescimento demográfico (...)”*.

Essa transição que ocorreu na cidade do Rio Grande na virada do século passado trouxe consequências significativas para a história da cidade. Tendo em vista a falta de planejamento urbano, os trabalhadores foram obrigados a se empilhar em casas (e muitas vezes em locais que não possuíam as condições adequadas para serem considerados espaços de moradia), juntamente com suas famílias, e persistir no dia a dia do trabalho árduo para almejar uma vida melhor, além de serem obrigados a se adaptar a um estilo de vida diferente do acostumado. Essa era a vida do proletariado no município.

Por outro lado, a Cia. Française teve a preocupação de construir moradias para os operários especializados e mestres de obras trazidos da França. A empresa acabou por construir aproximadamente 60 casas de madeira para abrigá-los.

O primeiro marco de referência foram as 21 casas pretas destinadas aos operários especializados e mestres de obras, onde residiam os ocupantes de cargos superiores. Já as chamadas casas verdes totalizavam 40 unidades de madeira com dimensões menores e mais simples que as anteriores, (...) e que formavam a chamada vila verde. (Martins, 2006, p. 135-136).

A construção do “cais do Porto Novo foi iniciada em novembro de 1912” (Santo, 2004, p. 104). As extremidades do Terrapleno Oeste foram ocupadas pelas instalações portuárias, deixando assim toda a área restante entre o Porto Novo e centro histórico para a futura expansão das estruturas portuárias. A ideia da Compagnie era, também, construir um bairro radial (vd. **Figura 2.**) nessa área de expansão, o que não veio acontecer devido à encampação que foi realizada pelo Governo do Estado.



Figura 2. Construção do bairro radial prevista pelos franceses. **Fonte:** Martins (2004).

A utilização desse local baldio para a construção de um novo bairro mostra a importância que tal empresa dava à moradia, porém, não à habitação para o proletariado, preocupando-se exclusivamente com a edificação de habitações para a classe mais abastada da sociedade. Isso pode ser considerado como uma grande especulação imobiliária, visto que o local possuiria ótima estrutura para instalações habitacionais e estaria muito próximo ao centro da cidade. Sendo assim, o terreno ficara desocupado e apto para a autoconstrução, o que veio a ocorrer posteriormente.

Desse modo, a impossibilidade de construção do novo bairro no local planejado levou diversas pessoas, antes empilhadas em pequenas habitações, a tomarem posse dos terrenos ali

existentes. Essa posse de terrenos é justificada pela ausência de construções no local e a busca, pela população de baixa renda, por uma residência própria a fim de evitar o aluguel. Isso pode ser confirmado através da história oral (Pollak, 1989), como é o caso de uma moradora que relatou sua chegada ao local em 1946, com apenas 11 anos de idade. Pela descrição feita por ela, naquele espaço somente havia “areia e umas árvores”. Segundo afirma, neste momento, apenas existia a rua principal, chamada de rua “6” e a causa da mudança da família, de acordo com a história contada, foi devido ao local ser “(...) um terreno sem dono, então muitos que pagavam aluguel foram se apossar de um lote pra ter uma casa própria e muitos ainda moram lá (...)”.

Tal atitude vai ao encontro às afirmações de Mumford (2008, p. 534): “(...) os recém-vindos, bebês ou imigrantes, não podiam esperar pelos novos bairros: acumulavam-se onde quer que houvesse espaço disponível”. Conforme destaca o autor, “foi um período de vasta improvisação urbana: o improvisado acumulava-se apressadamente sobre o expediente (...)”.

Nesse contexto, as obras do Porto Novo de Rio Grande começaram em 02 de junho 1910 e se estenderam até 1915, tendo sua inauguração, exatamente no dia 1º de março de 1915, com o navio Escola Benjamin Constant, que possuía um calado de 6,35 metros, atracando no local. Contudo, “(...) a inauguração oficial da exploração comercial da 1ª secção do porto foi em 15 de novembro de 1915 (...)” (Santo, 2004, p. 104), com a entrega ao tráfego dos primeiros 500 metros de cais.

Dada à finalização da construção do porto, assim como sua inauguração (vd. **Figura 3.**), estava em cláusula de contrato que a Cie. Française teria “(...) a concessão de uso e gozo sobre o porto durante 67 anos, além de renda líquida de 6% ao ano do capital empregado. Quando essa alíquota não fosse atingida, o Governo Federal deveria ressarcir-la (...)” (Martins, 2006, p. 133). Com essas altas taxas praticadas pelo Porto Novo do Rio Grande, diversos comerciantes gaúchos ainda optavam pela utilização do Porto de Montevideú.

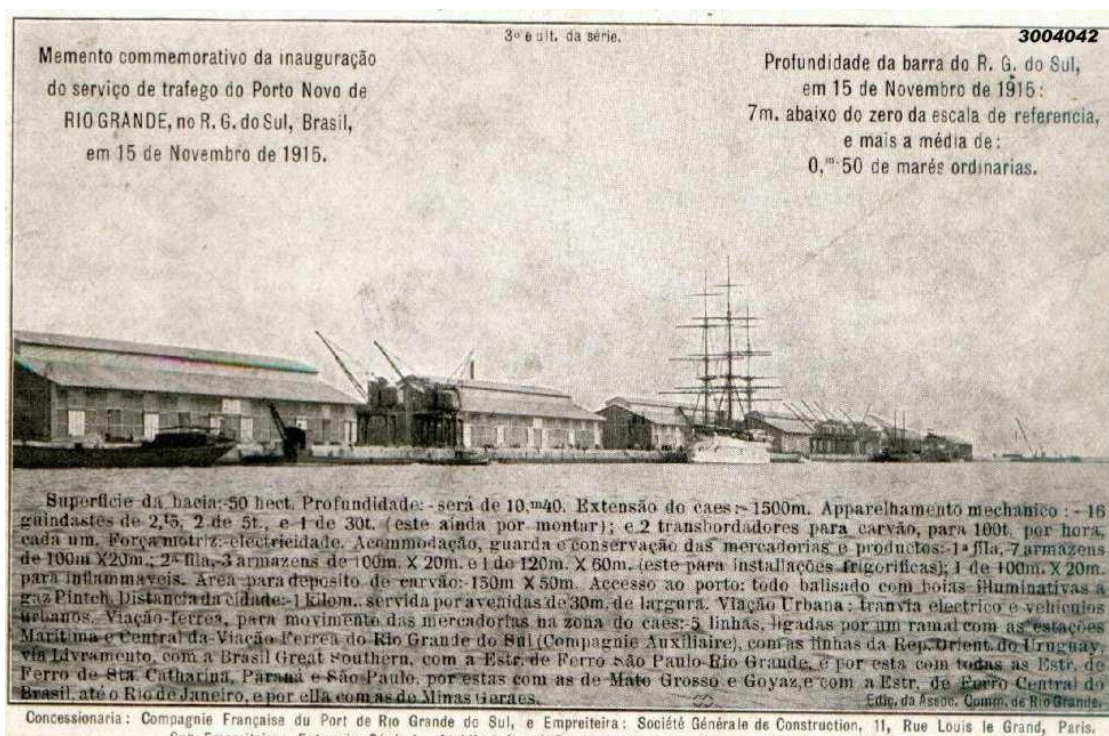


Figura 3. Momento comemorativo da inauguração do Porto Novo, 15/11/1915. Fonte: riograndeemfotos.fot.br.

No ano de 1917, a Cie. Française arrendou 23 hectares para o primeiro frigorífico que se instalaria em solo gaúcho, a Cia. Swift, que planejava “(...) *construir uma instalação frigorífica com serviço de condicionamento e expedição* (...)”. Para facilitar a exploração desse estabelecimento, a Swift pediu à Compagnie du Port que “(...) *construísse duzentos metros de cais na orla do seu terreno* (...)” (MVOP, 1922, p. 117).

A vinda do Frigorífico Swift trouxe um acréscimo de trabalhadores e, conseqüentemente, um inchaço maior nas áreas circunvizinhas da zona portuária. Foi necessário também, para a instalação dessa empresa, realizar obras tanto de infraestrutura quanto de abastecimento de água, energia e transporte (Kuniochi; Telles, 2011).

Dessa maneira, a cidade de Rio Grande passou a ser dependente da Cie. Française, visto que era necessário dar condições para a reforma do Porto Velho e às construções do Porto Novo e dos molhes, assim como, posteriormente, à instalação do frigorífico. Para que todas as obras tivessem uma boa fluidez, alguns dos setores - energia elétrica e transporte - foram passados para a competência da empresa francesa (MVOP, 1918, p. 117).

Por fim, no ano de 1918, aconteceu a encampação do Porto Novo por parte do Governo do Estado. Desse modo, a Cie. Française transferiu todo o seu patrimônio para o governo estadual, recebendo assim uma indenização de 68.320.000 francos, em títulos da dívida pública do Estado.

Assim, pode-se dizer que a Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul trouxe um desenvolvimento necessário para a expansão do município, porém este não estava preparado para tamanha responsabilidade e, conseqüentemente, sofreu com a explosão demográfica em pequeno espaço de tempo.

2. As Casas Verdes

As casas verdes (**vd. Figura 4.**) foram construções provisórias para que os operários – trazidos da França pela Cie. Française – pudessem morar durante as obras do Porto Novo e dos Molhes da Barra. Segundo Martins (2006), foram construídas 40 residências de madeira, menores e mais modestas, quando comparadas às casas pretas. O local escolhido foi a região do atual bairro Santa Tereza.

O Santa Tereza localiza-se em área próxima ao Porto Novo. Para melhor delimitar, o bairro possui como limite as instalações da QUIP (anteriormente Cia. Swift) a leste e a Refinaria de Petróleo Riograndense (antiga Refinaria Ipiranga) a oeste. Segundo Martins (1997, p. 28), “(...) *o primeiro marco de referência a moradias construídas no terrapleno oeste foram as casas pretas (...) e as casas verdes*”. Sendo assim, as casas construídas pela Cie. Française deram início ao bairro. Cabe ressaltar que a aglomeração de casas construída pela empresa era conhecida por Vila Verde – conforme já tratado por diversos autores, a saber: Martins e Pimenta, 2004; Martins, 2006; Silva, 2009; Torres, 2009.

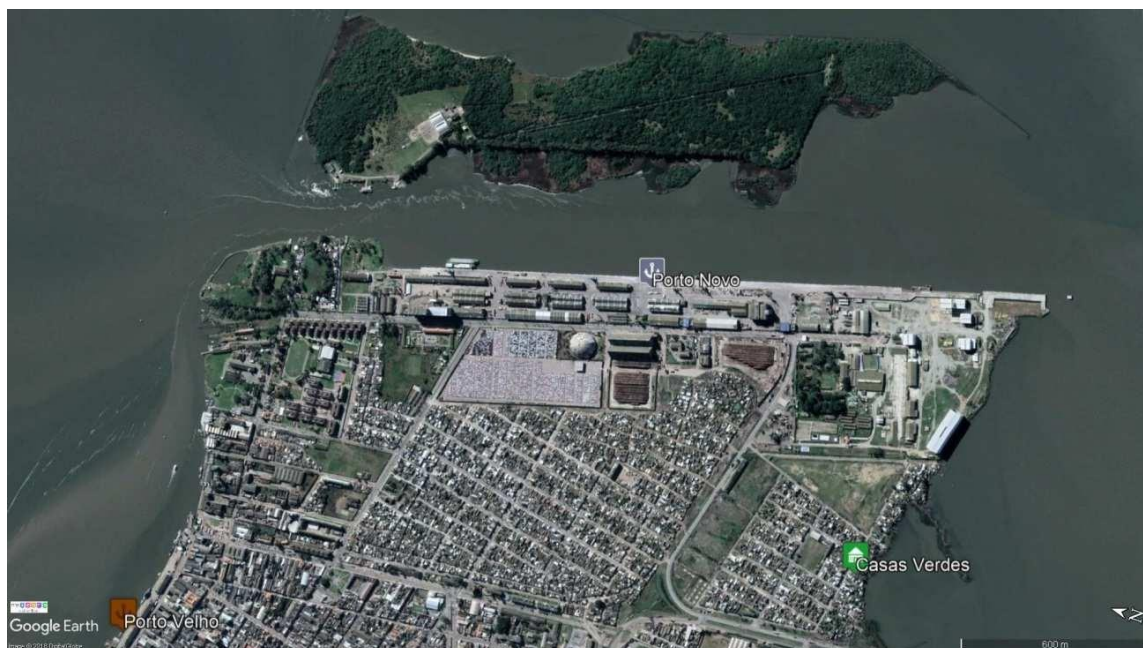


Figura 4. Localização das casas verdes. Fonte: Google Earth™.

2.1. As Casas Verdes antigamente

Em pesquisa realizada na biblioteca da Superintendência do Porto de Rio Grande, foram encontrados registros fotográficos das casas verdes. Através destes, é possível notar algumas diferenças entre o primeiro momento e o atual. Vale ressaltar que foram encontradas fotos de três grupos de casas diferentes.

Neste primeiro grupo, é possível observar a construção geminada das residências (vd. **Figura 5.**). Nota-se, também, a ausência de muros e portões de ferro, sendo presente apenas cercas de madeira, na sua maioria, de estatura média. Há, na frente das residências, algumas árvores e pequenos arbustos. Observa-se ainda nesta foto dois postes (possivelmente de madeira) de energia.



Figura 5. Grupo de casas de madeira. Fonte: Biblioteca SUPRG.

Quanto às moradias, pode-se dizer que são dez casas de madeira, com apenas uma porta e uma janela (pouco visíveis após a digitalização). O telhado é constituído por telhas de cerâmica denominadas Marselha e possui duas águas. A junção desse material com esse tipo de telhado faz com que a estrutura seja muito resistente a ventos fortes. Este ponto é de extrema importância, já que o local de construção se deu muito próximo ao mar e em área de poucas construções. Percebe-se, por fim, que o telhado é contínuo sobre o grupo de casas, possuindo, aproximadamente, 35 metros.

A presença das telhas de cerâmica se difere em ambas as informações obtidas sobre as casas. Na residência atual, as telhas usadas são as de modelo ondulado, de fibrocimento. Em momento anterior ao da foto abaixo, sabe-se que as telhas também eram onduladas, porém, de zinco. Entende-se a constante mudança de telhas, visto que este é um dos principais materiais que se danificam graças ao contato direto com as intempéries. É possível que a presença das telhas Marselha possa estar ligada a uma popularização de tal material no momento da troca. A presença das telhas onduladas, atualmente, é devido ao fato de estas serem um material de valor mais baixo, assim, acessível a diversas camadas da sociedade. Acredita-se, também, que as telhas de zinco possam ter uma duração menor do que a esperada, se não for feita a devida manutenção. Tal situação seria propícia para uma mudança de material, até mesmo pelo longo período de tempo que já havia passado até o momento da fotografia. Por fim, pode-se notar a presença de cumeeira nesta foto.

O segundo grupo de casas também é constituído de dez residências geminadas (**vd. Figura 6.**). Esse grupo possui características semelhantes ao anterior. O seu telhado é feito com telhas de cerâmica Marselha, além de possuir duas águas. Essas casas têm alguma vegetação em sua frente e lateral. Além disso, é possível avistar a presença de dois postes de energia, assim como no grupo anterior.



Figura 6. Grupo de casas verdes. **Fonte:** Biblioteca SUPRG.

Diferentemente do primeiro grupo, nota-se a presença de cercas de madeira, porém estes são de uma altura maior do que as do grupo anterior, além de uma altura maior em relação às moradias finais. Neste grupo, em uma das últimas residências, é possível avistar um muro de alvenaria na cor branca. Esse muro dá um destaque muito maior à residência, mesmo que ela esteja locada na extrema direita da fotografia. Ao chamar a atenção do observador à moradia, possibilita verificar uma pequena modificação estrutural realizada em uma das residências.

O terceiro grupo de casas também se assemelha aos dois grupos anteriores quanto às características estruturais - telhado, material de construção da residência, número de janelas e portas, número de residências, etc. Abaixo, é possível avistar melhor a presença das portas e janelas. Nota-se, também, a presença de vegetação na frente das residências, assim como em sua lateral (**vd. Figura 7.**).



Figura 7. Grupo de casas verdes. **Fonte:** Biblioteca SUPRG.

Esta foto auxilia na confirmação de originalidade das janelas encontradas nas duas residências remanescentes. Como se pode observar na comparação abaixo, a janela das casas antigas são as mesmas que ainda estão instaladas nas duas casas restantes. Um detalhe que auxilia na inferência da data da fotografia é a presença de uma propaganda de refrigerante em uma das fotos vinculadas à Vila Verde (**vd. Figura 8.**), porém não fazendo parte do grupo de casas verdes.

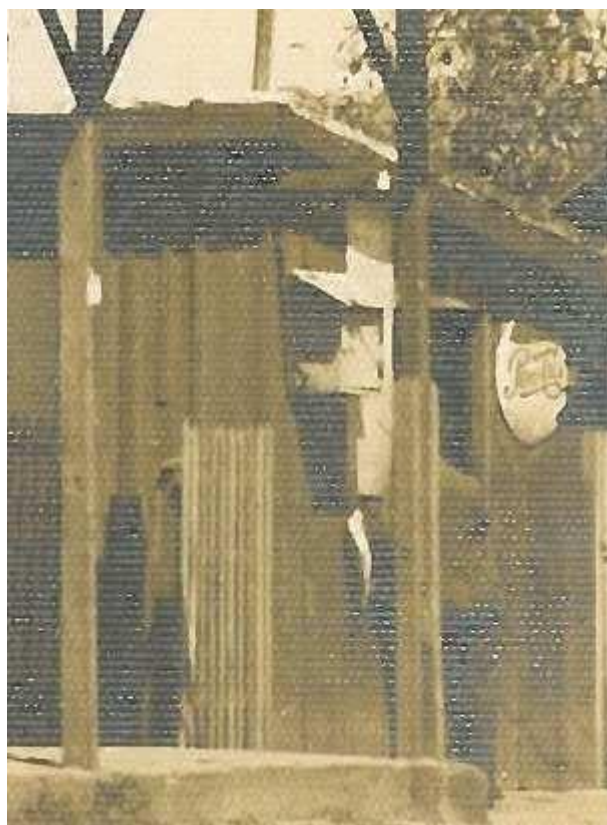


Figura 8. Detalhe ao logo da marca de refrigerante. Tempo de duração: 1950 - 1962. Fonte: Biblioteca SUPRG; PEPSICO.

Observa-se nas figuras acima a presença do logotipo da marca de refrigerante. Nota-se que o logotipo fixado à parede teve sua criação em 1950. Isso auxilia na redução do espaço temporal em aproximadamente 5 anos. Atenta-se também para a mudança do logotipo no ano de 1962, porém tal data não causa grande interferência, já que a placa em questão pode ter permanecido no estabelecimento após tal mudança. Portanto, pode-se definir a data da fotografia entre os anos de 1950 e final dos anos 60. Esse estabelecimento da data é importante, visto que assim pode-se inferir um tempo aproximado para as casas verdes no momento do registro. Se tais registros foram realizados no fim dos anos 60, pode-se afirmar que as casas teriam, aproximadamente, 50 anos.

Outro documento encontrado nos arquivos da biblioteca da SUPRG foram as plantas baixas das casas verdes (vd. Figura 9.), porém, tal documentação somente mostra as dimensões externas das residências.

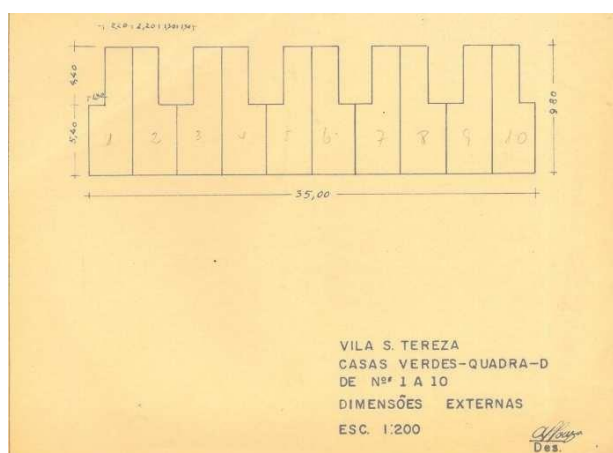


Figura 9. Planta baixa das casas verdes. Fonte: Biblioteca SUPRG.

O primeiro ponto a ser destacado neste documento é a legenda. Nela, diz CASAS VERDES – QUADRA – D, auxiliando a inferir a presença de mais um grupo de casas, totalizando as 40 casas já citadas aqui por Martins (2006). O segundo item a ser apontado é a presença das 10 casas e a forma de construção de cada uma delas. É possível notar a presença de uma redução do espaço construído no fim da residência, porém, observa-se também que a construção deste local reduzido se dá em blocos, economizando assim no material de construção e aproveitando as paredes geminadas.

Por último, pode-se ter uma ideia das dimensões de cada residência devido às anotações feitas no documento. O grupo de casas verdes possui 35 metros, o que significa que cada residência possui 3,5 metros de fachada frontal. Os comprimentos das moradias estão fixados em 9,80 metros, sendo 5,40 m. para a primeira parte e 4,40 m. para a parte reduzida. Nota-se também que o comprimento reduzido foi de 1,30 metros, resultando assim em um cômodo de 4,40 m x 2,20 m. A área restante, provavelmente, teria a função de um quintal ou pátio.

2.2. As “casas verdes” atualmente

Infelizmente, não é possível encontrar uma remanescente destas casas totalmente intactas às mudanças antrópicas ou, até mesmo, às intempéries e ações de insetos, no passar do século. Hoje, as duas remanescentes registradas possuem algumas modificações e não oferecem possibilidade de moradia.

Analisando as residências encontradas, pode-se notar que são construções geminadas, o que auxilia na confirmação da afirmação acima. Segundo Finger (2012, p. 6), geralmente, em construções como as casas verdes:

A opção entre um ou outro modelo dependia do tipo de organização urbana desejada: o modelo em bloco, em geral, ocupava toda uma quadra, enquanto o modelo em fita costumava ser utilizado para assentamentos ao longo das linhas, não configurando quadras.

A arqueologia já analisou esse tipo de construção com o auxílio da Arquitetura e tal tipo de edificação “(...) resulta em uma ocupação compacta, de maior densidade e menor extensão territorial. Sob o ponto de vista climático, a aplicação de tal modelo resulta em benefícios, uma vez que a casa passa a expor apenas duas fachadas ao sol, desde que mantida a ventilação cruzada (...)” (Andrade, Gomes e Dias, 2009, p. 95).

Duas destas casas encontram-se totalmente reformadas (ao lado esquerdo e direito). As duas casas do meio ainda possuem algumas características da construção original. O reconhecimento da originalidade das casas nos extremos se dá graças à presença da cumeeira (trabalhada mais adiante) e através da residente da quarta casa, pois afirma que a casa em que mora é uma das antigas casas verdes.

Como dito anteriormente, as casas verdes eram construções em fita, geminadas, totalizando 10 residências por estrutura. A Vila Verde era composta por quatro grupos destas casas, localizados à Rua Carlos Vignoli, no bairro Santa Tereza. É compreensível que a escolha desse tipo de construção se dava com a intenção da economia de gastos, assim como de terreno, visto que as residências eram para parte dos operários de hierarquia intermediária dentro da empresa. Sendo assim, pode-se afirmar que o terreno de cada casa verde é bem pequeno. A construção ocupa toda a área lateral da casa, possuindo um recuo na sua parte frontal. É impossível inferir sobre o espaço posterior, porém, sabe-se que as casas foram as primeiras construídas no local, o que leva a entender uma parte posterior considerável para a época.

Na sequência, serão descritos os principais pontos das residências, como: fachadas, telhado, janelas, portas e – no caso da segunda residência – alguns detalhes da parte interior (paredes, piso, forro e cômodos). As descrições buscam esclarecer alguns itens, como originalidade da peça, qualidade dos materiais, assim como os possíveis danos encontrados neles. Para melhor compreensão durante a apresentação das descrições, a casa à esquerda foi denominada como de Casa Verde 1, enquanto a casa a direita, Casa Verde 2 (vd. Figura 10.)



Figura 10. Casas Verdes. Fonte: Freddy Bager Jr.

2.2.1. Fachada

A casa verde 1 possui na fachada frontal uma porta no lado esquerdo, bem próxima à divisória entre ela e a casa à esquerda. A janela se encontra no lado direito, também próximo à divisória das residências. A fachada da casa verde 1 é diferente das utilizadas no restante das casas construídas pela Cie. Française. Essa casa possui um revestimento externo de material metálico (vd. Figura 11.).

Segundo Silva (2012), a utilização de placas metálicas para forrar casas na Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS – e na Região Sul do Brasil representa algo inusitado no contexto do repertório habitacional e torna esse procedimento próprio da região citada. É necessário frisar que, devido à importância da utilização desse material – e em uma determinada região de um país de extensão continental –, o aprofundamento no estudo de aplicação desse método é altamente recomendável.



Figura 11. Fachada da Casa Verde 1. Fonte: Freddy Bager Jr.

As latas utilizadas para o revestimento da fachada são para uma melhor preservação do material de construção (no caso, madeira), além de uma maior “(...) proteção contra o vento e partículas de areias (...)” (Silva, 2012, p. 11). Essas latas estão pintadas de uma cor clara, aproximando-se do bege. Nota-se que “(...) a tinta, quando utilizada [nas placas metálicas], é um elemento importante para a proteção e conservação das placas e, para ser realmente eficaz, deve ser anualmente reaplicada (...)” (Silva, 2012, p. 12), mas, segundo Barreto et al. (2010) “(...) as chapas de latas de tinta ou de óleo são aplainadas e, depois de enferrujadas, ficam porosas e recebem uma camada de tinta para proteção (...)”.

A casa verde 2, de cor salmão, possui na fachada frontal uma porta no lado direito, bem próxima à divisória entre a residência e a casa à direita. A janela se encontra no lado esquerdo, também próximo à divisória das residências. A fachada da casa verde 2 é de madeira, assim como as utilizadas no restante das casas construídas pela Cie. Française. É possível notar que as madeiras dessa residência são mais largas do que as pranchas utilizadas nas casas de madeira mais recentes. Nas junções das pranchas, encontram-se tábuas mais finas – que vão servir de acabamento para a fachada frontal da casa – já que as pranchas não possuem um encaixe preciso, deixando assim pequenas frestas (vd. Figura 12.).



Figura 12. Fachada da casa verde 2. Fonte: Freddy Bager Jr.

Vê-se em alguns locais a deterioração da madeira, como abaixo da janela, próximo à porta e ao chão. No canto inferior direito, é possível ver uma parte do encanamento da casa graças a não manutenção do material. A pintura dessa casa está velha e bastante descascada na parte inferior, sendo possível ver a madeira em algumas das partes descascadas (**vd. Figura 13.**).



Figura 13. Deteriorações na fachada. **Fonte:** Freddy Bager Jr.

Consta-se, assim, que a fachada frontal da casa verde 2, apesar de bastante deteriorada e necessitada de manutenção, ainda mantém traços da construção original.

2.2.2. Telhado

O telhado possui a mesma estrutura da construção original com duas águas. As telhas atuais também são onduladas, porém, de fibrocimento, diferindo do material utilizado na época da construção. Nota-se que as telhas utilizadas estão em bom estado, o que permite inferir que a troca do material ocorreu a um tempo relativamente pequeno. O material utilizado na construção original da residência era o zinco. É provável que a telha de zinco tenha se deteriorado com o tempo e tenha sido necessária a sua troca.



Figura 14. Detalhe do telhado ondulado e da cumeeira. **Fonte:** Paulo Enéas.

A cumeeira segue sobre toda a extensão do telhado das quatro residências (vd. **Figura 14.**). Ela é feita de telhas de cerâmica e é possível notar que a mesma não se encontra devidamente alinhada devido às reformas realizadas nas casas. Segundo as Dr^{as}. Rossana Telles e Marcia Kuniochi, que acompanharam a visita, a cumeeira presente é a original das casas da *Cie. Française*. Desse modo, conclui-se que as casas que se encontram nas extremidades faziam parte do grupo das Casas Verdes e foram completamente modificadas, preservando apenas (à vista do observador externo) a antiga cumeeira.

2.2.3. Janelas

A janela da casa verde 2, de cor marrom, possui abertura para os ambos os lados (vd. **Figura 15.**). Há oito caixilhos para a instalação de vidraças, sendo que apenas dois deles ainda possuem tal material. Em uma das vidraças, notam-se dois adesivos de propaganda política. A janela se encontra em estado precário. A pintura, na parte de baixo da janela, encontra-se bastante descascada. A parte de baixo está muito deteriorada, não possuindo mais a base da janela, além de não possuir mais duas divisórias dos caixilhos. Nota-se então a falta de manutenção nesta peça. Porém, se considerar o tempo de construção da residência, poder-se-ia dizer que se encontra em um estado que possibilita a reforma desta janela.

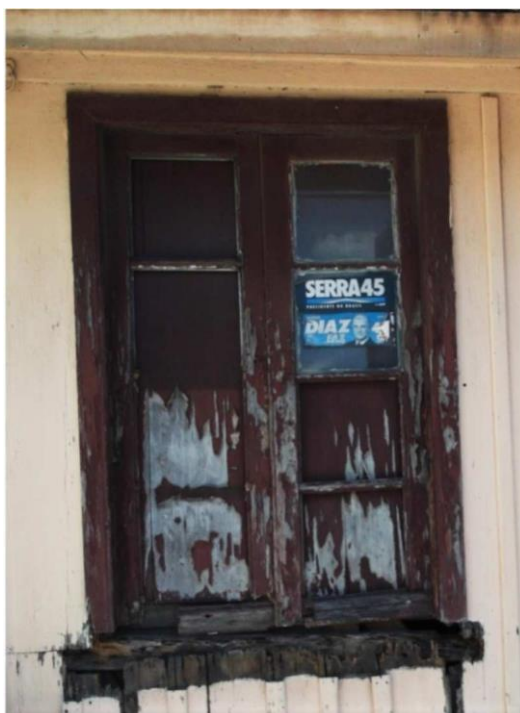


Figura 15. Janela remanescente da Casa Verde. **Fonte:** Paulo Enéas.

Apesar da janela da residência 2 se encontrar muito deteriorada, a janela da casa ao lado permanece em bom estado de conservação. A pintura está relativamente nova, comparada à janela ao lado, sendo que se podem notar apenas alguns locais de descasque (vd. **Figura 16.**).

A peça dessa casa, possui dez caixilhos, sendo que sete deles possuem vidraças, em um deles, a vidraça está quebrada e, em três, não há vidro. A parte inferior da janela encontra-se desnivelada e com algumas rachaduras. No lado direito desta janela, nota-se um pequeno remendo, o qual não descaracteriza a janela quando vista como um todo.



Figura 16. Janela da Casa Verde 1. **Fonte:** Freddy Bager Jr.

2.2.4. Interior

A visita à área interna foi liberada apenas na casa verde 2, visto que o morador da casa verde 1 não se encontrava no local nos momentos em que os pesquisadores se deslocaram até os locais em análise. O acesso à segunda residência foi liberado pela atual moradora. Essa casa também se encontra em reforma, porém os dois primeiros cômodos estão intactos, sendo que a moradora está construindo do fundo do terreno para frente. Segundo a residente, os próximos passos serão a demolição da casa verde 2 e a ampliação da casa que está sendo construída.

2.2.4.1. Paredes internas

As paredes internas são brancas, com pranchas bastante largas, algumas até duas vezes maiores do que os padrões utilizados nas construções atuais. Elas são instaladas verticalmente e a cerca de 80cm e de 2,0m do piso possuem duas pequenas peças de madeira, percorrendo toda as paredes. Estas pequenas tábuas servem para esconder os encontros entre as peças (inferior) e dar mais estabilidade à madeira (superior) (vd. **Figura 17.**).

Ao reparar nas paredes internas, pode-se observar o bom estado em que se encontra a pintura. Com isso, abre-se a possibilidade de inferir que as paredes já foram pintadas mais de uma vez e que a última pintura aconteceu a um tempo relativamente pequeno. O bom estado de boa parte das paredes termina por aí.

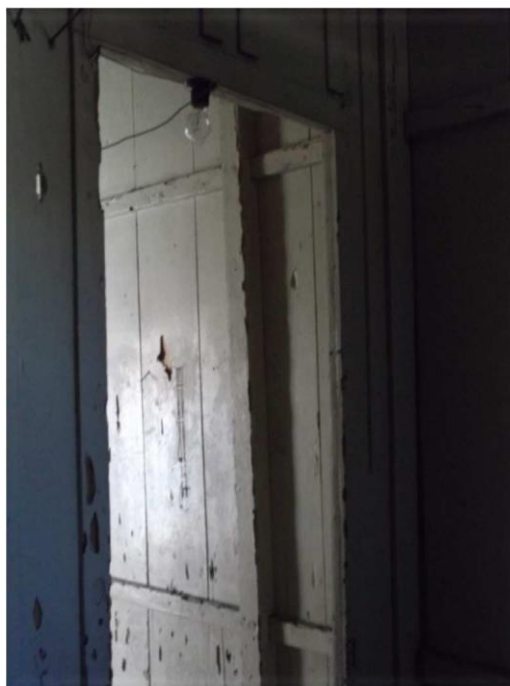


Figura 17. Paredes internas. **Fonte:** Paulo Enéas.

A maior parte das paredes se encontram bastante deterioradas graças à ação de cupins. É possível notar o dano em diversos locais, onde, em alguns pontos, vê-se o outro cômodo através do furo feito. Outros danos, como rachaduras e fraturas, também são observados.

Detalhes como os descritos acima auxiliam a afirmação quanto à originalidade dessas peças. O principal ponto que se pode citar é a largura da madeira – mais larga do que a tradicional utilizada em construções mais recentes. Segundo informações da Dr^a. Rossana Telles, a largura das pranchas utilizadas na construção das casas verdes era um detalhe significativo. Além disso, pode-se dizer que, mesmo sem uma constante manutenção, as paredes internas passam a sua antiguidade e sua originalidade através de alguns danos que vieram a acontecer com o passar do tempo.

2.2.4.2. Interruptor

Um item que também merece ser destacado encontra-se na parte interior da residência: o interruptor, que está localizado na parede frontal (vd. **Figura 18.**). O artefato é um modelo antigo, ainda encontrado em algumas casas. Esse artigo é feito em baquelite, possui a cor marrom e não está instalado. É interessante notar o contraste entre o antigo e o novo. A presença de canaletas plásticas para instalações elétricas se destaca na fotografia, juntamente com o disjuntor e o interruptor de baquelite.



Figura 18. Interruptor em baquelite. **Fonte:** Paulo Enéas.

Este, ainda, é o único artefato, excluindo as estruturas, encontrado no interior da casa e que possui um caráter mais antiquado, porém pode-se afirmar que ele não faz parte da construção original. Segundo Martins (2004), a iluminação a gás, no município, só foi implantada em 1908, enquanto a luz elétrica apareceu somente no ano de 1915. Isso leva a inferir que a energia elétrica tenha chegado à Vila Verde após a primeira década do século XX.

2.2.4.3. Piso interno

No primeiro cômodo da casa verde 2, pode-se constatar a originalidade do piso interno. Logo após um pequeno quadrado de concreto, que se encontra junto à porta, depara-se com o piso de madeira corrido, vermelho e bem desgastado. Mas não foi apenas isto que traz à tona a originalidade do material; o piso se encontra totalmente instável e o constante medo de parti-lo está presente a todo o momento. No interior dessa casa, é necessário pisar suavemente, para que não se danifique mais ainda este precioso material (**vd. Figura 19.**).

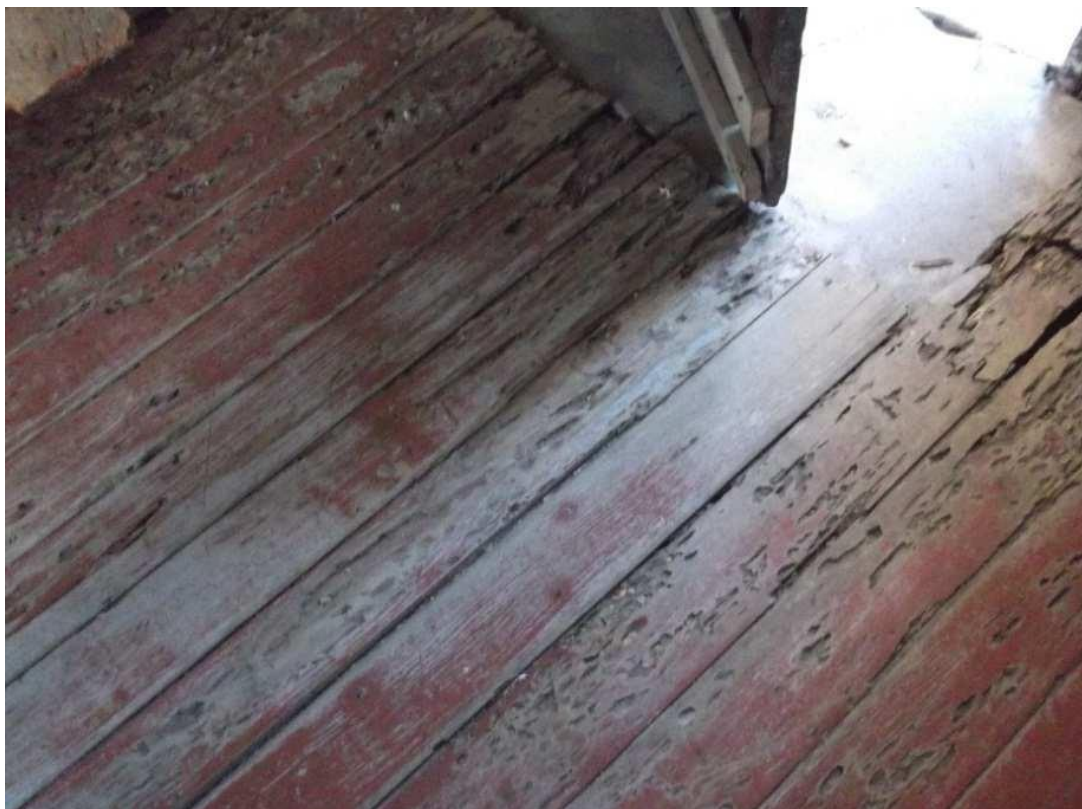


Figura 19. Piso interno. **Fonte:** Paulo Enéas.

A pintura, em boa parte, já não aparece mais. Em alguns locais, pode-se avistar fraturas no material e a presença de cupins é enorme. O estrago que estes insetos fizeram no material é tão grande, quiçá maior do que o feito na parede. Os remendos são presentes para que se possa caminhar mais tranquilamente sobre este piso. Os encontros entre a parede e o piso possuem rodapés de madeira. Estes estão em melhor qualidade do que a madeira utilizada no piso, porém podem-se notar sinais da ação dos cupins e de deformações (vd. **Figura 20.**).



Figura 20. Piso interno. Detalhe para o dano. **Fonte:** Paulo Enéas.

Detalhes como os descritos antes auxiliam na confirmação da originalidade do piso. Como já dito anteriormente, o material se encontra muito frágil devido às ações dos insetos e do tempo. As condições precárias mostram, além disso, a falta de manutenção da residência. Essa falta de manutenção é compreensível já que o casal residente mora nos cômodos construídos por eles no fundo.

2.2.4.4. Forro Interno

O forro interno, de cor branca, encontra-se em bom estado de conservação, mesmo que seja possível notar alguns remendos e pequenos pontos de descascamento de tinta. As tábuas não são de tamanhos semelhantes e a sua visualização é fácil. Não se encontra a presença de ações de cupins nessa parte da construção (vd. **Figura 21.**).



Figura 21: Forro. Fonte: Paulo Enéas.

2.2.4.5. Disposição dos cômodos

As casas verdes possuem mais de dois cômodos, visto que, através da planta baixa, pode-se inferir tal configuração, já que os dois primeiros cômodos da casa verde 2 se encontram intactos. O primeiro aposento possui a maior área, mesmo assim, é um local pequeno. Existe uma parede que divide os cômodos, de madeira, branca, que percorre toda a extensão da residência, possuindo apenas um espaço para a porta. É possível que o local tivesse a função de uma sala. Tal afirmação é feita, baseando-se em Andrade Lima (1999, p. 211) que diz:

La parte delantera de la casa – sala de visitas, comedor, escritorio, sala de fumar, etc. “(...) se volvió el espacio de sociabilidad por excelencia, a través de la cual el grupo residente se relacionaba con el exterior. Formal, destinada al entretenimiento, al ocio y, por consiguiente, a la representación social, tenía su acceso permitido a los de afuera (...).”

Na parede, também há uma abertura, quadrada, que pode ser considerada uma janela, porém é algo pequeno. Não é possível inferir se ela é original da residência ou se foi obra de algum morador. O impedimento ao acesso da casa verde 1 impossibilita uma comparação, uma melhor análise e, consequentemente, melhores resultados.

Ao transpassar a porta, encontra-se o segundo cômodo. Este possui uma área menor do que o primeiro. Infelizmente, não é possível inferir algo a mais sobre o aposento. Não é possível localizar locais de encanamento ou algo parecido para inferir que o local pudesse ser uma cozinha ou um banheiro. Isso leva a concluir que tal aposento poderia ter a função de um quarto, já que é o segundo cômodo da residência, transformando assim o primeiro em um local de transição entre o público e o privado. Na parede traseira da residência, encontra-se uma porta que leva ao pátio posterior. Poucos metros depois, encontra-se a casa construída pelos moradores do local.

A dúvida surge quanto ao cômodo que já não se encontra mais em pé, porém seria compreensível que o local tivesse a função de cozinha, já que é menor do que os dois primeiros e seria o último aposento da casa, essa afirmação vai ao encontro das palavras de Andrade Lima (1999, p. 211) que ratifica “(...) *en las áreas intermediarias y en los fondos estaban las salas íntimas, cuartos, cocinas, etc. (...)*”.

Segundo Finger (2009, p. 110) afirma, em sua pesquisa na cidade de Parapiacaba, as casas dos trabalhadores menos graduados “(...) *foram implantadas em blocos de 04 ou 08 unidades, possuindo cada uma dois cômodos em madeira (sala e dormitório), e um bloco em alvenaria justaposto ao corpo para abrigar a cozinha, lavanderia e sanitário (originalmente separado, implantado aos fundos do lote) (...)*”. Se as casas verdes seguissem um padrão semelhante ao das casas de madeira construídas na vila velha, na cidade paulista, pode-se inferir que o terceiro cômodo das residências rio-grandinas teriam a função de cozinha, visto o espaço construído ser relativamente pequeno.

2.2.4.6. Sanitário?

A casa verde possui apenas dois cômodos ainda intactos e o terceiro cômodo não teria uma dimensão para banheiros, visto que tal aposento possui uma área aproximada de 10m², o que seria um banheiro extremamente amplo, levando em consideração que a residência possui aproximadamente 35m². Sendo assim, fica subentendido a ausência de um banheiro. Uma das principais razões para essa falta de sanitário na residência seria o término do saneamento da cidade do Rio Grande (1923) posterior ao ano de construção. É importante frisar também que essa obra de saneamento vai ficar restrita à cidade velha (Pedroso, 2008; Ferreira; Pedroso, 2011). Dessa forma, é compreensível a falta de toalete na construção. A ausência desse cômodo seria substituída pelo uso do urinol. Tania Andrade Lima (1999, p. 199) afirma que houve uma “(...) *introduccion maciza y la disseminacion en las habitaciones de recipientes para el recogimiento de materias fecales y orina – los populares orinales – que aparecen en los depósitos de esta época [século XIX] (...)*”.

A utilização desse artefato, juntamente com a latrina/fossa, vai se estender até o século XX nos mais variados locais onde não existe o saneamento básico. Mesmo com as diversas modificações realizadas na área posterior da casa, a aplicação de escavações poderia responder mais claramente essa questão, confirmando, positiva ou negativamente, a utilização de urinóis durante as primeiras décadas do século XX, ou até a presença de latrinas no fundo da casa. Porém, após entender que o saneamento da cidade não alcançará o bairro Santa Tereza, é possível inferir a ausência de um banheiro funcional na residência.

3. Considerações Finais

Conforme discutido neste trabalho, a construção de 61 casas de madeira, próximas às obras, pela *Compagnie Française* foi necessária para propiciar a vinda de trabalhadores especializados para as obras dos molhes e do porto, devido à tecnologia avançada, utilizada na construção desses empreendimentos e técnicas especializadas. As casas verdes faziam parte desse grupo de habitações e podem ser consideradas como documentos materiais importantes da história da cidade do Rio Grande. Este estudo demonstra que eram casas de pequena área construída, porém serviam como boas habitações para trabalhadores, já que estes possuíam um caráter provisório.

Nota-se que, se a *Cie. Française* fosse abrigar todos os seus trabalhadores, seriam necessárias centenas de casas para esse contingente de funcionários oriundos de outros locais que não possuía moradia suficiente na cidade do Rio Grande. Portanto, entende-se que a empresa designou essas residências para os operários mais especializados, deixando de lado os trabalhadores de menor graduação dentro da companhia, o que vai resultar, por fim, no processo de autoconstrução e de usufruto de terrenos reservados para outros propósitos.

A Vila Verde foi construída em área adjacente às obras do Porto Novo. Pode-se dizer que esse é um padrão de diversas empresas, pois as construções serviam “(...) para manter seus funcionários próximos aos locais de trabalho (...)” (Finger, 2009, p. 147). Essa situação ocorreu na cidade do Rio Grande, tendo em vista que o local escolhido era estratégico, ou seja, próximo da construção do Porto Novo, como possuía fácil acesso ao molhe oeste.

Quanto ao tipo de construção, pode-se dizer que as residências em “fita” foram importantes, pois o responsável economizou nas obras. Contudo, tal configuração tem uma função essencial: a de facilitar o controle dos operários pelos empregados de maior hierarquia. Segundo Herédia (2003, p. 5): “A variedade de estilos de vilas operárias não altera o objetivo principal de sua existência que é o da imobilização da força de trabalho. Não obstante todas elas apresentarem vantagens para os proprietários, a forma escolhida pela maioria é a do arruado, devido à vantagem da visibilidade imediata sobre o agrupamento de operários pelo observador hierárquico (...). O controle, a vigilância e a observação, mesmo indiretas, são constantes nesse tipo de vila. Isso representa para o gerente a assiduidade dos operários, sua pontualidade. Ter o operário próximo garante a manutenção e continuidade do processo (...)”.

Isso pode ter acontecido na Vila Verde, visto que existiam casas pretas próximas às casas verdes. Naquele momento, via-se esse controle como extremamente importante para a empresa, uma vez que o trabalhador seria mais disciplinado e renderia frutos ao empregador.

Assim, pode-se inferir que as duas casas verdes que se encontram no município estudado ainda possuem diversos pontos considerados originais. A fachada da casa verde 2, a cumeeira de ambas as casas e as janelas são peças autênticas, tal como as análises desenvolvidas puderam comprovar. Isso vai mostrar a qualidade do material, visto que as residências estão próximas de um século de existência. Mesmo tais moradias sendo construídas em caráter provisório, é passível de se dizer que os itens escolhidos para a construção são de alta qualidade.

A parte interna da casa verde 2 ainda possui muitos pontos autênticos. Constata-se que o forro, as paredes e o piso são originais. A falta de manutenção acabou por desgastar esses materiais. O receio de danificar as estruturas, quando dentro da residência, é constante. Existe, porém, a falta do terceiro cômodo, já que o segundo acaba abruptamente, dando lugar a um pequeno pátio e, em seguida, a nova moradia construída pelos moradores. Essa deterioração acaba por justificar a iminência de demolição dessas moradias, como relatou a atual locatária.

A falta de uma consciência patrimonial, assim como de um trabalho de patrimônio realizado pelos órgãos responsáveis poderá possibilitar a demolição de uma (ou até das duas) residência ícone de uma importante fase histórica da cidade do Rio Grande. Critica-se aqui, enfim, a falta de atitude dos órgãos públicos em não documentar, previamente, das mais diversas maneiras, tal patrimônio. Por fim, pode-se dizer que o iminente desaparecimento dessas casas é, mais uma vez, a perda de parte da história da cidade. Tal situação acaba trazendo a repetição de velhos problemas ao município, pois somente possuindo o conhecimento de sua história e de seu passado é possível evitar os mesmos erros no futuro. Esses erros podem estar sendo cometidos novamente em Rio Grande, com a atual fase de investimentos na indústria naval.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, L. M. S., Gomes, V. G. e Dias, M. B. (2009). Desafios para o futuro sustentável da ilha de Fernando de Noronha: a visão ecossistêmica da ocupação urbana. In XII encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. 25 a 29 de maio de. Florianópolis, Brasil.

Andrade Lima, T. (1999). El huevo de la serpiente: Una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX. Sed Non Satiata; Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea, p. 189-238.

Barreto, D. et al. (2010). A arquitetura popular do Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bom Texto. 144p.

Ferreira, F. N. e Pedroso, T. D. (2011). Os canos da cidade: engenharia sanitária na cidade de Rio Grande no século XX". Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.3, n.2, 60-77, agosto.

Finger, A. E. (2009). Vilas Ferroviárias no Brasil - Os Casos de Paranapiacaba em São Paulo e Vila Belga no Rio Grande do Sul. Brasília.

Finger, A. E. (2012). Uma Vila Inglesa e Uma Vila Belga. Os casos de Paranapiacaba, em São Paulo, e da Vila Belga, no Rio Grande do Sul. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Kuniochi, M. N. e Telles, R. M. (2011). O melhoramento da barra do Rio Grande: interesses públicos e privados em disputa. In: 5as. Jornadas de Historia Economica, 2011, Montevideu. 5^{as} Jornadas de Historia Economica.

Kuniochi, M. N. e Telles, R. M. (2012). Memória e identidade na cidade moderna. In III CLADHE y XXIII Jornadas de la AAHE.

Martins, S. F. (1997). A Visão dos moradores sobre o planejamento urbano: um estudo do Bairro Santa Tereza – Rio Grande - RS. Dissertação de Mestrado, Rio Grande: FURG.

Martins, S. F. (2006). Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Ed. da Furg.

Martins, S. F. e Pimenta, M. A. (2004). A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais. O caso do município de Rio Grande (1874-1970). R. B. Estudos Urbanos e Regionais, vol.6, n.1, p. 85-100, maio.

Ministério da viação e obras públicas – MVOP (1918). Inspetoria Federal de Portos, rios e canaes. Portos do Brasil. Rio de Janeiro: Empresa Ind. Editora "O Norte".

Ministério da viação e obras públicas - MVOP (1922). Inspetoria Federal de Portos, rios e canaes. Portos do Brasil. Rio de Janeiro: Empresa Ind. Editora “O Norte”, p. 317.

Mumford, L. – A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Pedroso, T. D. (2008). Saneamento e Progresso – O projeto de saneamento da cidade de Rio Grande do plano a implantação (1909 – 1923). Rio Grande.

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, v.2, nº3, p. 3-15.

Saint- Hilaire, A. (1935). Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820/1821. Rio de Janeiro: Ariel Editora.

Santo, M. F. E. (2004). A Abertura da Barra do Rio Grande. 2. ed. Porto Alegre: EST Edições.

Silva, K. M. (2012). Reflexões sobre abordagens em arquitetura popular contemporânea na formação do engenheiro civil: um estudo de caso na Ilha dos Marinheiros e suas edificações forradas com lata. In: VII Congresso Ibero-americano de docência universitária. 24 a 27 de junho. Porto, Portugal.

Silva, T. M. (2009). Patrimônio Cultural em Rio Grande: a vila Santa Tereza. Biblos (Rio Grande), v.23 (2), p. 251-260.

Stoot, P. (1984). A guide to the Industrial Archaeology of Boston Proper. The MIT Press: Cambridge.

Thiesen, B. V. (2009). Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande (RS). MÉTIS: história & cultura, v.8, n.16, jul/dez., p. 143 – 155.

Thiesen, B. V.; Kunioshi, M. N. e Mollet, C. D. (2011). Charqueada e Escravidão em Rio Grande. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Torres, L. H. (2009). Rio Grande, 1918: a mortalidade supera a natalidade. Biblos (Rio Grande), v. 23, p. 79-90.

Torres, R. O. (2010). E a modernidade veio a bordo: Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS. Pelotas: UFPEL.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Herédia, V. B. M. (2003). A construção se vilas operárias no sul do Brasil: o caso de Galópolis. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto, vol. VII, núm. 146(080). Disponível na [www:<URL: http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(080\).htm>](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(080).htm) ISSN: 1138-9788.

Musacchio, A.; Read, I. Bankers, Industrialists, and their Cliques: Elite Networks in Mexico and Brazil during Early Industrialization (2006). Disponível na [www:<URL: http://ssrn.com/abstract=949841](http://ssrn.com/abstract=949841) ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.949841>>.

